

A INTERFACE RURAL-URBANA NAS CIDADES PEQUENAS DO SUL DE MINAS GERAIS

FLAMARION DUTRA ALVES

(Organizador)



FLAMARION DUTRA ALVES

ORGANIZADOR

A INTERFACE RURAL-URBANA NAS CIDADES PEQUENAS DO SUL DE MINAS GERAIS

1ª Edição

Editora da AGB Alfenas

Alfenas - MG

2023

© 2023 Direitos reservados aos autores. Direito de reprodução do livro é de acordo com a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.



A interface rural-urbana nas cidades pequenas no sul de Minas Gerais

ISBN: 978-65-00-59077-7

Disponível em: <https://doi.org/10.29327/5137550>

Editora da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local Alfenas (AGB Alfenas)

Organizador: Flamarion Dutra Alves.

Editoração, Revisão: Flamarion Dutra Alves.

Edição e arte: Flamarion Dutra Alves, Evânio dos Santos Branquinho

Capa: Flamarion Dutra Alves, Evânio dos Santos Branquinho

Contra-capas: Flamarion Dutra Alves



Editora da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB – Alfenas)

Endereço: Avenida Jovino Fernandes Salles, 2600.

Prédio B – Sala 311. UNIFAL-MG – Unidade Santa Clara

Alfenas – Minas Gerais – CEP: 37133-840

<https://sites.google.com/site/agbalfenas>

agbalfenas@gmail.com

CONSELHO CIENTÍFICO EDITORIAL

Prof. Dr. Alex Cristiano de Souza (Universidade Estadual de Minas Gerais)
Prof. Dr. Alexandre Carvalho de Andrade (IFSULDEMINAS – Poços de Caldas)
Profª. Drª. Ana Ivânia Alves Fonseca (Universidade Estadual de Montes Claros)
Profª. Drª. Fernanda Viana de Alcantara (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia)
Prof. Dr. Jonatan Alexandre de Oliveira (Universidade Estadual Paulista)
Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti (Universidade Federal de Santa Maria)
Profª. Drª. Michele Lindner (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga (Universidade Estadual de Londrina)
Prof. Dr. Roberto Mauro da Silva Fernandes (Universidade Federal de Alfenas – MG)

REALIZAÇÃO



www.unifal-mg.edu.br/ppgeo



www.capes.gov.br



www.unifal-mg.edu.br/geres

SUMÁRIO

Apresentação	7
<i>Flamarion Dutra Alves</i>	
PARTE I – DINÂMICAS DO RURAL NAS CIDADES PEQUENAS	14
Êxodo rural feminino em cidade pequena: um estudo da mudança na vida de mulheres em Muzambinho-MG	15
<i>Letícia Almeida Araújo</i> <i>Ana Rute do Vale</i>	
A Cafeicultura e a Relação Campo-Cidade dos Jovens Rurais de Poço Fundo-MG	36
<i>Thais de Cássia Silva Lemos</i> <i>Flamarion Dutra Alves</i>	
Cafeicultura e especialização produtiva nas pequenas cidades da Região Geográfica Imediata de Alfenas-MG: dinâmicas rurais e urbanas na commoditização do território	61
<i>Guilherme Guiari Silva Correia</i> <i>Mariana Romanzini Freire</i>	
Geografia e redes urbanas: uma análise sobre o mercado de trabalho feminino de Divisa Nova - MG e migrações pendulares de mulheres divisa-novenses à Alfenas - MG	83
<i>Glaucione Raimundo</i>	
Bairro rural, escola e educação do campo: saberes e vivências rurais no município de Três Corações/MG	96
<i>Wender da Silva Vitor</i> <i>Ana Rute do Vale</i>	
O papel da cafeicultura no município de Três Pontas (MG)	118
<i>Gustavo Sousa Marinho</i> <i>Leandro Henrique Cunha Fermino</i>	
Assistência técnica e uso de agrotóxicos: situação dos agricultores familiares produtores de café não cooperados do município de Muzambinho/MG	138
<i>Fernanda de Araújo da Silva</i> <i>Ana Rute do Vale</i>	
Assentamentos rurais e pequenas cidades em Minas Gerais: elementos para se pensar a Reforma Agrária Popular	159
<i>Estevan Coca</i> <i>Rodrigo de Paulo Souza e Silva</i> <i>Diogo Vieira Camilo</i>	

PARTE II – DINÂMICAS DO URBANO NAS CIDADES PEQUENAS.....	175
A expansão urbana e industrial do Município de Extrema-MG a partir da duplicação da Rodovia Fernão Dias.....	176
<i>Mariana Lima Nascimento</i>	
<i>Evânio dos Santos Branquinbo</i>	
A cidade pequena e sua relação com a cidade Média: o caso da cidade pequena de Paraguaçu - MG no contexto da globalização.....	201
<i>André de Paula Silva</i>	
<i>Sandra de Castro de Azevedo</i>	
As dinâmicas econômicas e socioespaciais em cidades pequenas: o caso de Guaranésia (MG).....	219
<i>Renata Vieira de Melo</i>	
<i>Eduardo de Araujo da Silva</i>	
A centralidade de pequenas cidades: uma discussão a partir da Região Imediata de Três Corações-MG.....	238
<i>Lucas Manoel</i>	
Paisagens e lugares no município de Passa Quatro-MG: um estudo geográfico-fenomenológico.....	251
<i>Felipe da Silva Vieira</i>	
<i>Flamarion Dutra Alves</i>	
A geografia da pequena cidade de Jesuânia -MG.....	270
<i>Marcos Vinícius Brandão Mendes</i>	
<i>Italo Cheesman Barbosa Nascimento</i>	
<i>Walter Luiz Junior</i>	
Análise e transformações socioespaciais do campo e cidade no município de Brazópolis-MG.....	293
<i>Matheus Vizoto de Lima Faria</i>	
<i>Flamarion Dutra Alves</i>	
Sobre os autores.....	307

APRESENTAÇÃO

A dinâmica dos espaços rurais e urbanos em cidades pequenas vem ganhando destaque na geografia brasileira nas últimas décadas. São vários motivos que apontam para o interesse dos processos geográficos nesses lugares, onde podemos citar, a participação desses municípios no contexto da rede urbana brasileira, quando muitos deles se especializam produtivamente, seja no setor industrial, terciário ou agropecuário. Podemos elencar ainda, a recente expansão universitária pós 2005, que instalou em contextos não metropolitanos ou em regiões sem cidades grandes, universidades e institutos de pesquisa, esse processo propiciou novas pesquisas nesses lugares, dando atenção as dinâmicas socioespaciais das cidades pequenas, compreendendo os modos de vida, o cotidiano e investigando a realidade a partir das vivências do lugar, superando a concepção metropolitana, de que nas cidades pequenas há uma (re) produção espacial dos grandes centros, quando na verdade há tantos outros processos complexos.

Dentre outros motivos, podemos elencar o número significativo de municípios com até 30 mil habitantes, totalizando 4.495 de acordo com o último Censo Demográfico do IBGE de 2010, ou 80,7%, e se somarmos municípios com até 50 mil habitantes o total chega a 4.957 municípios, ou 89,1% (Gráfico 1).

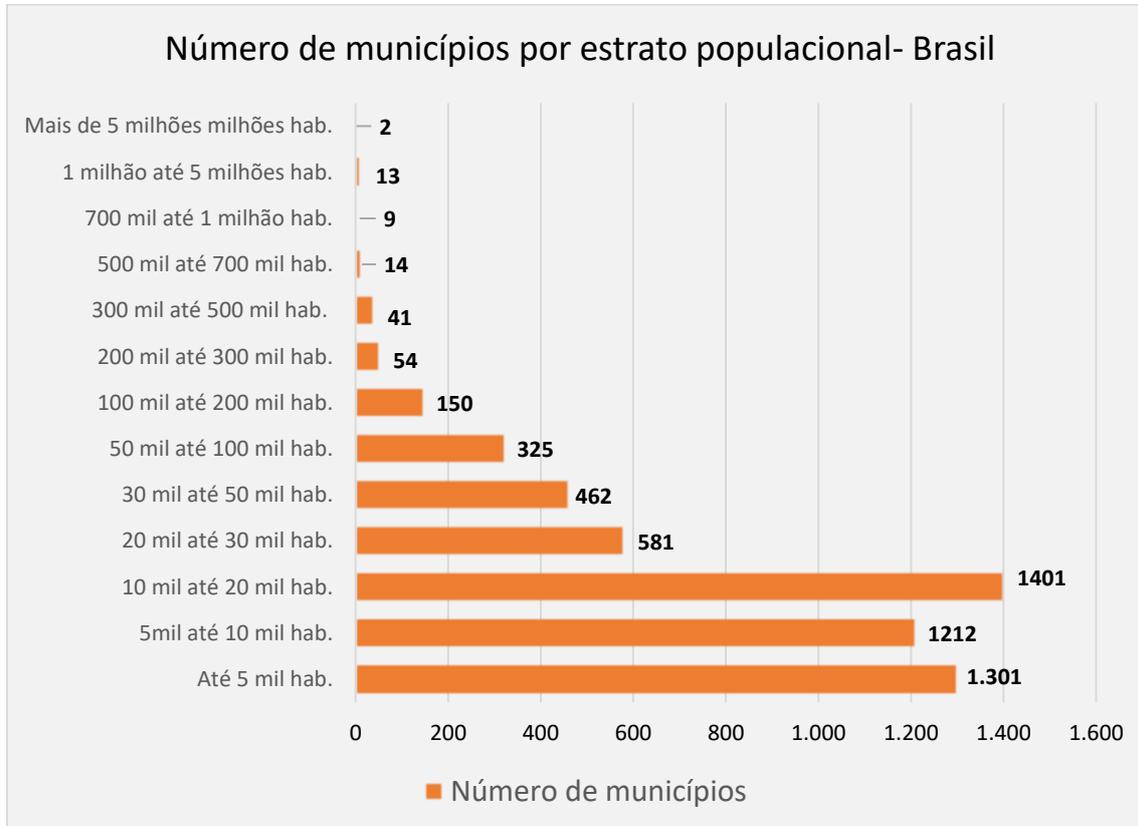


Gráfico 1 – Número de municípios brasileiros por estrato populacional, 2010.

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010. Org. Flamarion Dutra Alves.

Esse quantitativo significativo de pequenos municípios e conseqüentemente, de cidades pequenas, tem revelado contextos geográficos distintos e com dinâmicas rurais-urbanas que permitem aos geógrafos, um campo amplo de pesquisas e investigações, trazendo ao debate problemas, potencialidades e estratégias socioespaciais nesses territórios. Apesar do número expressivo de pequenos municípios com até 30 mil habitantes, eles compreendem cerca de 25% da população brasileira, e se consideramos a população que vive em municípios com até 50 mil habitantes, chegará a pouco mais de 1/3 da população (IBGE, 2010) (Gráfico 2).

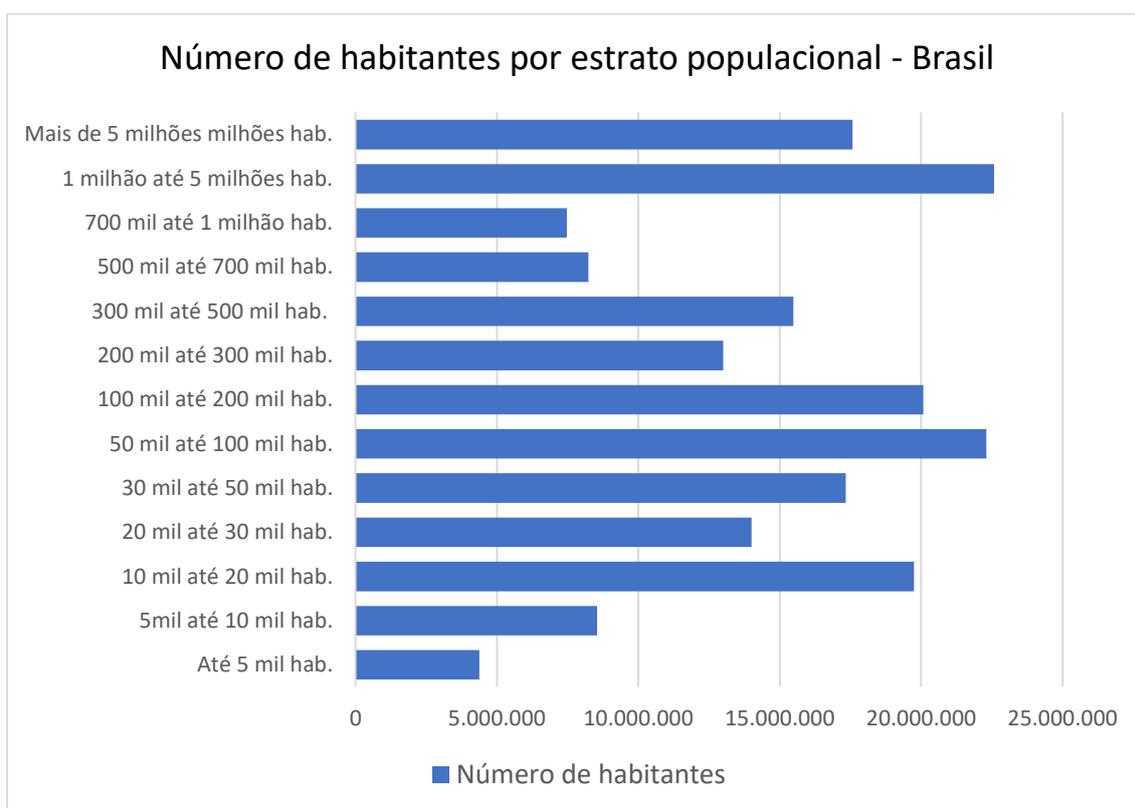


Gráfico 2 – Número de habitantes brasileiros por estrato populacional, 2010.

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010. Org. Flamarion Dutra Alves.

Observa-se no gráfico 2, a distribuição da população por tamanho das cidades, tanto nas pequenas, médias, grandes e metrópoles. Isso reafirma a importância de estudos sobre cidades pequenas, não apenas como um reflexo e reprodução dos grandes centros, haja vista a diferenciação espacial existente no Brasil, onde as ruralidades permanecem em muitas regiões e se reconfiguram com o agronegócio, dando novas funções ao espaço urbano. Além disso, há cidades pequenas que apresentam dinâmicas socioeconômicas integradas a processos globais com crescimento acima da média nacional, outras, em processo de

estagnação ou de evasão populacional, ou seja, há muitos desafios para as populações dessas cidades, e para a pesquisa geográfica.

Ao nos depararmos sobre algumas bibliografias das cidades pequenas ou pequenas cidades, Corrêa (1999 e 2011) vai apontar as relações do urbano e rural muito tênue nas cidades pequenas, ao mesmo tempo, elenca uma tipologia de cidades pequenas, afim de ampliar a perspectiva além do tamanho populacional. Já Endlich (2017, p.37) sinaliza para “três possibilidades quanto a essa atividade comparativa que é classificar e enquadrar uma localidade quanto ao seu tamanho: demográfico, territorial e funcional”, assim, a dimensão populacional é um suporte para compreensão das demais interações.

De modo geral, a definição de uma pequena cidade engloba vários aspectos que complexificam essa questão, determinar apenas pelo tamanho demográfico não satisfaz a realidade, pois os contextos regionais podem dar uma centralidade a uma cidade de 30 mil habitantes, e que abranja interações com os municípios próximos, ao mesmo tempo, é importante entender a rede urbana regional no qual está inserida a cidade, bem como compreender a funções socioeconômicas do lugar e sua organização. Vale destacar ainda, as interações espaciais decorrentes das redes técnicas que integram essa cidade, promovendo ou não uma maior fluidez da localidade.

O território mineiro é composto por 853 municípios e destes, 477 municípios tem menos de 10 mil habitantes, ou ainda, 731 municípios têm até 30 mil habitantes conforme estimativas populacionais em 2021 do IBGE (Tabela 1).

Tabela 1 – Número de municípios e de habitantes por tamanho em Minas Gerais, 2021.

Tamanho dos municípios	Número de municípios	Porcentagem	Número de habitantes	Porcentagem
Até 5 mil hab.	229	26,8	811.694	3,8
5 até 10 mil hab.	248	29,1	1.730.079	8,1
10 até 20 mil hab.	187	21,9	2.618.761	12,3
20 até 30 mil hab.	67	7,9	1.613.568	7,6
30 até 50 mil hab.	50	5,9	1.898.533	8,8
50 até 100 mil hab.	39	4,6	2.839.741	13,2
100 até 200 mil hab.	20	2,3	2.604.017	12,2
200 até 300 mil hab.	5	0,6	1.257.657	5,9
300 até 500 mil hab.	4	0,4	1.549.194	7,2
500 até 700 mil hab.	2	0,2	1.251.381	5,8
700 até 1 milhão hab.	1	0,1	706.597	3,3
Mais de 1 milhão hab.	1	0,1	2.530.701	11,8
TOTAL	853	100	21.411.923	100

Fonte: Estimativa de população 2021, IBGE. Org. Flamarion Dutra Alves.

Considerando essa rede urbana com significava presença de cidades pequenas, é importante compreendermos o significado, o papel e as funções dessas cidades no contexto

geográfico regional. Além disso, muitas cidades pequenas ainda mantêm uma relação com as atividades do espaço rural expressiva nas dimensões ambientais, econômicas, políticas e socioculturais.

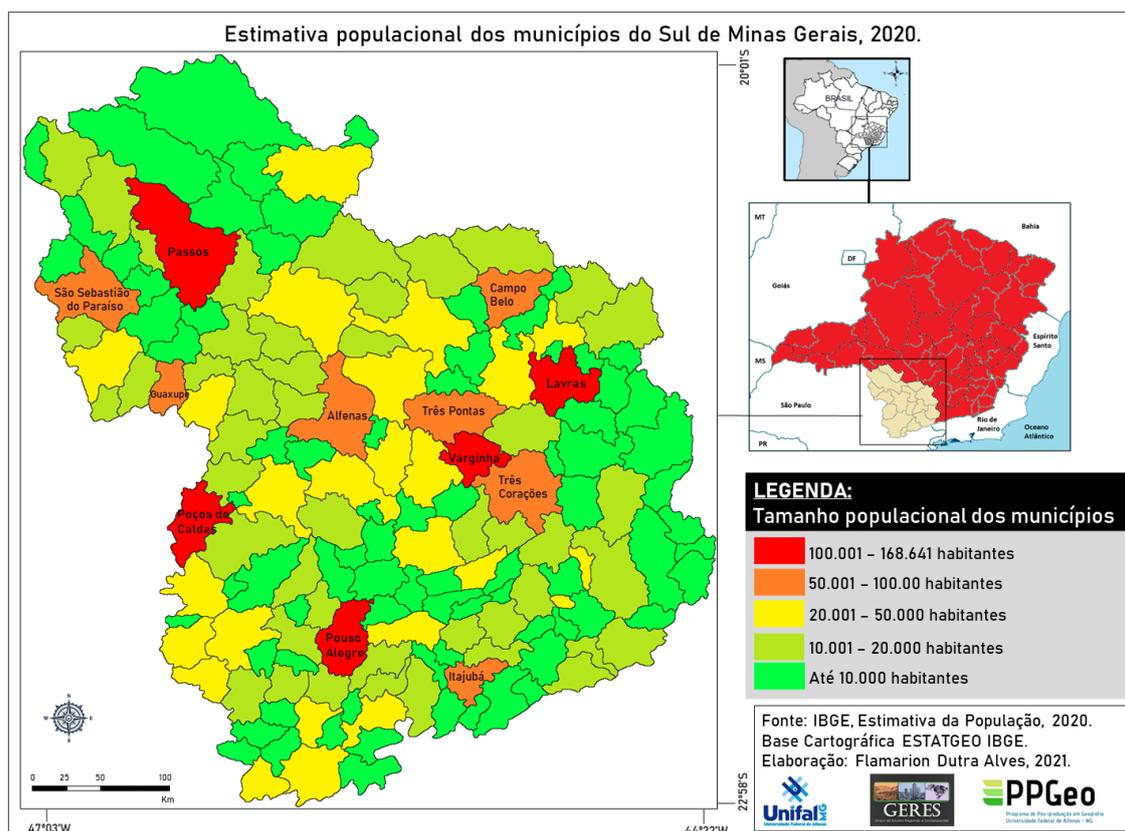
Minas Gerais compreende uma grande diferenciação espacial em suas regiões, e dessa forma, o enfoque se dará no Sul de Minas, região bastante diversa e com contextos geográficos plurais. Pensando nessa diversidade, o Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES) e o Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas – MG, vem desenvolvendo pesquisas acerca desses lugares e populações, seja nas atividades econômicas, características das dimensões socioculturais que entrelaçam a organização do espaço e as transformações da paisagem, no ensino de geografia nas escolas sul mineiras, entre outros estudos.

Nesse sentido, alguns trabalhos recentes de Andrade e Alves (2021) e Alves (2020) buscaram propor uma classificação dessas cidades pequenas no Sul de Minas, a luz das atividades socioeconômicas e sua relação com a ruralidade. Os autores apontaram 6 tipos de cidades pequenas:

Rurais de agricultura familiar; Rurais da Agricultura Comercial e Agronegócio; As pequenas cidades com importantes atividades industriais; As pequenas cidades turísticas: Estâncias Hidrominerais; Cidades pequenas com desenvolvimento turístico atrelado aos recursos naturais; As pequenas cidades dormitório (ANDRADE e ALVES, 2021, p.77).

Evidentemente, esta classificação não esgota as possibilidades de outras situações e da dinâmica regional que está em constante transformação, mas traz temas para novas investigações, a fim de compreender as várias territorialidades presentes no espaço regional sul mineiro.

Conforme a última divisão regional do IBGE, em Regiões Intermediárias (Varginha e Pouso Alegre), o sul de Minas tem 162 municípios onde apenas 5 municípios têm mais de 100 mil habitantes, sendo Poços de Caldas com 168.641 (IBGE, 2020) o mais populoso, e outros 7 municípios entre 50 a 100 mil habitantes, 25 municípios com população entre 20 e 50 mil habitantes, além de 125 municípios com menos de 20 mil habitantes ou pequenas cidades (Figura 1).



Mapa 1 – Estimativa populacional dos municípios do Sul de Minas Gerais, 2020.

Estamos falando de uma região não-metropolitana e sem cidades grandes, com uma centralidade e hierarquia compartilhada, o que reforça o estudo e a importância das pequenas cidades. (ANDRADE e ALVES, 2021). Além do mais, a porcentagem de pessoas que residem em municípios com menos de 30 mil habitantes é praticamente o dobro da média nacional, chegando a 49,7% (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de municípios e de habitantes por tamanho no sul de Minas Gerais, 2020.

Tamanho dos municípios	Número de municípios	Porcentagem	Número de habitantes	Porcentagem
Até 5 mil hab.	39	24,2	132.386	4,5
5 a 10 mil hab.	40	25	278.434	9,5
10 até 20 mil hab.	46	28,4	651.911	22,1
20 até 30 mil hab.	16	9,9	402.665	13,6
30 até 50 mil hab.	8	5	319.643	10,8
50 até 100 mil hab.	7	4,4	492.509	16,7
100 até 200 mil hab.	5	3,1	677.912	22,8
TOTAL	162	100	2.955.460	100

Fonte: Estimativa de população 2020, IBGE. Org. Flamarion Dutra Alves.

Se consideramos a população que vive em municípios com até 30 mil habitantes na escala nacional, 25% da população reside nessas localidades. Ao analisarmos o Estado de Minas Gerais, esse quantitativo aumenta para 31,8% da população, e se o recorte geográfico for o Sul de Minas Gerais, 49,7% da população dessa região reside em pequenos municípios com até 30 mil habitantes. Isso ressalta a importância desses municípios e das cidades no conjunto da rede urbana regional.

A respeito da dinâmica populacional¹ na região sul mineira, 38 municípios tiveram uma redução absoluta da população entre 2001 a 2020, ou seja, tiveram decréscimo populacional, seja por migração, baixa natalidade, aumento da mortalidade ou todos esses fatores combinados. Destes municípios, 14 tem até 5 mil habitantes, como Alagoa, Carvalhos, Fama, Jesuânia, São João da Mata, Serranos entre outros. Outros 14 tem entre 5 a 10 mil habitantes, e cita-se Aiuruoca, Coqueiral, Delfim Moreira, Luminárias, Pouso Alto, Virgínia entre outros. 8 municípios com população entre 10 e 20 mil habitantes tiveram uma queda como Botelhos, Brazópolis, Cristina, Maria da Fé, Pedralva entre outros. E por fim, 2 municípios entre 20 e 30 mil habitantes que perderam população, são eles Caxambu e Muzambinho.

Feitas essas breves considerações sobre a dinâmica populacional do sul de Minas, os textos presentes neste livro vão versar sobre as funcionalidades, dinâmicas socioculturais e territoriais das cidades pequenas, na relação dos espaços rurais e urbanos, tendo em vista sua forte interação espacial as atividades agropecuárias.

Na primeira seção do livro intitulada “*Dinâmica do rural nas cidades pequenas*” há 8 capítulos, que tratam do espaço rural nos municípios de Muzambinho, Poço Fundo, Divisa Nova, Três Pontas, Campo do Meio, Região Imediata de Alfenas e Três Corações e sua relação campo-cidade. Já na seção intitulada “*Dinâmica do urbano nas cidades pequenas*” há 7 capítulos que tratam do espaço urbano nos municípios de Extrema, Paraguaçu, Guaranésia, Três Corações, Passa Quatro, Jesuânia e Brazópolis.

Esperamos que essas pesquisas possam auxiliar no entendimento geográfico da região, suas potencialidades, desafios e estratégias para melhorias socioeconômicas da população local e dos lugares. Além de possibilitar informações e dados para instigar

¹ Comparação a partir da estimativa populacional 2001 e 2020. Aguarda-se a divulgação do Censo Demográfico de 2022 para verificação.

novas pesquisas sobre os pequenos municípios, cidades pequenas e o rural-urbano sul mineiro.

Referências

ALVES, F.D. Cidades pequenas no sul de Minas Gerais: ruralidades presentes no território. In: FERREIRA, M.M; VALE, A.R. (Org.). **Dinâmicas geográficas no sul de Minas Gerais**. Curitiba: Appris, 2017. p.107-127.

ALVES, F.D. Ruralidade e as cidades pequenas no Sul de Minas Gerais. In: ALVES, F. D.; AZEVEDO, S.C. (orgs.) **Análises geográficas sobre o território brasileiro: dilemas estruturais à Covid-19**. Alfenas: Editora UNIFAL-MG, 2020. p.127-139.

ANDRADE, A.C.; ALVES, F.D. A Geografia das pequenas cidades no Sul de Minas Gerais: uma proposta classificatória. In: MANFIO, V.; BENADUCE, G.M.C. (Org.). **A geografia das pequenas cidades: estudos teóricos e práticos**. Rio de Janeiro: Libroe, 2021, p. 62-97.

CORRÊA, R. L. Globalização e estruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, v. 4 n.6, p. 43-53, 1999.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **Geosp: Espaço e Tempo** (online), São Paulo, n.30, p. 5-12, 2011.

ENDLICH, A.M. Na trilha conceitual e de definição das pequenas cidades. In: BOVO, M. C.; COSTA, F. R. **Estudos Urbanos: conceitos, definições e debates**. Campo Mourão, Unespar, 2017, p.33-53.

IBGE – **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>

Acesso em: 20/10/2022.

IBGE – **Estimativa de população 2020**. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> Acesso em: 21/10/2022.

IBGE – **Estimativa de população 2021**. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> Acesso em: 21/10/2022.

Flamarion Dutra Alves

Líder do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais - GERES
Programa de Pós-graduação em Geografia UNIFAL-MG

PARTE I
DINÂMICAS DO RURAL NAS
CIDADES PEQUENAS



Espaço rural de Poço Fundo – MG.

Foto tirada em abril de 2022.

Êxodo rural feminino em cidade pequena: um estudo da mudança na vida de mulheres em Muzambinho-MG

Letícia Almeida Araújo²
Ana Rute do Vale³

Introdução

As pesquisas científicas que tratam de mulheres que vivem e trabalham no campo, por vezes, mostram uma condição desigual na divisão sexual do trabalho, do reconhecimento e valorização pelos membros familiares e pela sociedade. As mulheres estão em todas etapas de produção de culturas no campo, na administração de afazeres e cuidado com a casa e os filhos, e por muito tempo não tiveram sua existência estudada ou registrada, seu trabalho valorizado ou reconhecido. Muitas vislumbram na cidade uma oportunidade de independência financeira, e condições mais igualitárias e justas de vivências.

Esse estudo, traz resultados da pesquisa de dissertação de Araújo (2021). Nesse trabalho, foram apresentadas mulheres que, em algum momento de suas vidas, viveram no campo e depois migraram para a cidade no município de Muzambinho. De início, aparenta-se tratar apenas de um deslocamento espacial movido a interesses individuais, mas cada realidade espacial é carregada de complexidades e fenômenos que se interligam e que tornam a Geografia a ciência necessária para interpretá-los. Assim, foi necessário conhecer sobre o município estudado, compreender como era a vivência da mulher no campo, os fatores que influenciam a migração de mulheres para a sede do município e se as relações socioespaciais e de trabalho se alteram a depender de se especializar no campo ou na cidade.

Para a realização da pesquisa, além da busca bibliográfica, realizou-se o trabalho a campo, no qual foi utilizada a técnica de entrevista. Para Duarte (2004, p. 215), se as entrevistas forem bem realizadas, permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de “mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade” e também “levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo”, que se tem dificuldade, geralmente, de se obter os mesmos resultados com outras técnicas de pesquisa.

² Mestra pela UNIFAL. E-mail: araujo.leticia.almeida@gmail.com

³ Professora Doutora na UNIFAL. E-mail: ana.vale@unifal-mg.edu.br

O público-alvo das entrevistas foram mulheres que vivem na cidade e vieram do campo em algum momento de suas vidas e que residem hoje em diferentes bairros da cidade. Desse modo, a amostragem da pesquisa não foi aleatória, sendo, portanto, uma amostragem intencional. A intencionalidade torna uma pesquisa mais rica em termos qualitativos. O emprego deste tipo de amostra requer conhecimento da população e dos elementos selecionados (OLIVEIRA et al., 2012).

Assim, o contato com essas mulheres se deu a partir de indicações das próprias moradoras, uma vez que, pelo fato de Muzambinho ser um município pequeno, com relações interpessoais muito acentuadas, esse contato foi possível. É válido registrar que muitas entrevistadas indicaram outras mulheres do próprio bairro, vizinhas, colegas de trabalho e mulheres pelas quais tinham algum laço afetivo ou relação de parentesco.

Essa amostragem é caracterizada como “bola de neve”. Nesse caso, a amostragem inicia-se com o auxílio de pessoas que atuam como sementes e ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a definir o grupo a ser pesquisado. Em seguida, é solicitado que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente. Dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador (VINUTO, 2014). Eventualmente, o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise. Esse entendimento de que os objetivos já foram encontrados com o número de pessoas entrevistadas é uma técnica de pesquisa conhecida como saturação.

A escolha das mulheres entrevistadas ocorreu a partir da indicação de outra mulher entrevistada. Foram duas mulheres “sementes” - de acordo com a técnica de pesquisa de bola de neve, próximas à pesquisadora que foram entrevistadas e, em seguida, sugeriram outros nomes de mulheres que viveram no campo e hoje moram na cidade. Assim, com o contato da próxima mulher, a entrevista era agendada. Aconteceu dessa forma com as 20 mulheres, com idades entre 26 e 86 anos, que vivem em diferentes bairros da cidade. Esse número foi considerado suficiente para se obter uma grande e importante quantidade de informações para pesquisa, atingindo um quadro de saturação em que as respostas começam a apresentar repetições dos resultados esperados.

A escolha do município de Muzambinho para identificar os papéis que as mulheres passaram a assumir no espaço urbano, deu-se pelo número ainda pequeno de pesquisas na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais, sobretudo nessa temática, e também por se buscar identificar se o fato de o município ser pequeno, caracterizado pelas relações estreitas

entre o rural e o urbano, interfere no modo que a mulher vai atuar na cidade. Em grandes centros urbanos, as mudanças para as mulheres que migram podem ser mais significativas, daí a importância de entender a especificidade desse processo em uma cidade pequena.

Isso posto, esse capítulo, além da introdução e das considerações, se estrutura a partir de uma breve caracterização do município de Muzambinho no contexto de uma pequena cidade que tem estreitas ligações com o campo, sobretudo pela importância da cafeicultura; depois faz uma análise sobre mudança que ocorreram nas relações de trabalho na vida das mulheres que migraram do campo para a cidade e, por fim, a mudança socioespacial provocada na vida dessas mulheres.

Muzambinho: contexto de uma cidade pequena ligada ao campo

Muzambinho, dentro dos aspectos populacionais, é considerada uma cidade pequena, que no contexto de rede urbana do sul de Minas, obedece a certas hierarquias de cidades médias e polos regionais. No entanto, não perde sua importância na dinâmica local e microrregional.

É um município que se localiza na mesorregião Sul/ Sudoeste de Minas Gerais (figura 1). A sua população, estimada em 2020, é de 20.545 habitantes. A área do município é de 414,0 km² e a densidade demográfica de 49,84 hab./km². Tem uma altitude média de 887 metros e uma temperatura média anual de 18°, com uma precipitação média anual de 1605 mm, fatores climáticos que acabam contribuindo para que, dentro do aspecto produtivo, a cafeicultura se destaque (IBGE, 2020).



Figura 2- Casas em estilo colonial na área urbana do município de Muzambinho

Fonte: Letícia Almeida Araújo (2020)

As festividades, em sua maioria, são de cunho religioso, como as que acontecem no campo com quermesses em dias considerados santos pela Igreja Católica, e as Companhias de Folia de Reis que, embora em número reduzido, mantém a tradição dos antepassados. Festas que remetem diretamente o mundo rural também são comuns na cidade, como a chamada “Queima do Alho”, em referência aos tropeiros antigos da região e o “Encontro de Cavaleiros”, uma festa de rodeio, onde muitas pessoas se vestem a caráter e preservam as tradições da cultura rural do município, embora com muitos elementos agregados da cultura country norte-americana, hoje comuns no país.

A história de Muzambinho está vinculada à produção de café. A cafeicultura foi a responsável pelo crescimento populacional e econômico da cidade, especialmente com a chegada dos imigrantes italianos que vieram para trabalhar na lavoura no final do século XIX (MAGALHÃES, 2008).

Em pesquisas realizadas por Barbieri et al (2011), foi possível avaliar que mais de 80% dos produtores de 30 bairros rurais em Muzambinho tinham como renda principal a cafeicultura. Dos 1.185 estabelecimentos agropecuários estudados em Muzambinho, 89% dos produtores rurais eram proprietários e gestores das terras, 6% eram parceiros, e 2% arrendatários, demonstrando que a tradição familiar é forte e permanece no campo, com os próprios moradores gerenciando suas propriedades, poucos trabalhando para terceiros. A grande maioria, 92% dos produtores informados, era do sexo masculino, 47% tinham como nível de escolaridade apenas o ensino primário, 14% concluíram o ensino médio e menos de 1% possuíam nível superior de formação (IBGE, 2017), o que não significa a ausência de mulheres no campo em Muzambinho, mas sim que, ainda hoje, os responsáveis pelas terras legalmente são majoritariamente os homens.

Dos produtores entrevistados, 56% possuíam idade entre 45 e 65 anos, 1% era de menores de 25 anos e 7% eram acima dos 75 anos de idade. A baixa presença de jovens no campo é um indicativo de que essa faixa etária não encontra condições e motivações para permanecer no campo, embora, pelos dados apresentados no censo, a condição dos moradores do campo em Muzambinho, de maneira geral, não seja precária, a ponto de 77% dos produtores não recorrerem a financiamentos ou empréstimos bancários (IBGE, 2017). O que não quer dizer que represente a totalidade, mas pode demonstrar que a condição de uma mulher que vive no campo hoje pode ser diferente da mulher que vivia no campo em Muzambinho no passado, interferindo também nas suas motivações para migração.

O censo mostrou, também, que 85% dos estabelecimentos utilizam as terras com lavouras permanentes, especialmente o café, com 82%. Do grão verde café arábica, 83% possuem estabelecimentos agropecuários com 50 pés ou mais de café, sendo que 74% fazem uso de agrotóxicos, característicos de um modo de produção convencional que visa a produtividade para venda rápida no mercado (IBGE, 2017).

Sobre o pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, um total de 4.096 pessoas, 62% possuem laços de parentesco com o produtor, o que confirma a tradição da agricultura familiar no campo em Muzambinho, sendo que 70% são do sexo masculino e 30% do sexo feminino. Sem laços de parentesco com o produtor, são 1556 pessoas, sendo 82% de trabalhadores temporários, 13% permanentes e 4% de parceiros (IBGE, 2017). Esse número expressivo de trabalhadores temporários ocorre principalmente na época da colheita do café, especialmente nos meses de maio a setembro.

A permanência da cafeicultura como uma das principais atividades agrícolas da região deve se estender por um longo tempo, uma vez que o relevo acidentado dificulta a

substituição da cultura do café por outras mais passíveis de mecanização. O que não se pode esquecer é que “as estruturas globais se generalizam nos modos de produção da vida material e nas consciências dos sujeitos, mas as forças locais sobrevivem e resistem em ser deslocadas”, fazendo com que, dentro da cafeicultura, os agricultores familiares passem a encontrar saídas para sobreviver em um contexto de economia mundializada (SOUZA; FREITAS, p. 76, 2015).

Desse modo, em diferentes níveis, o contexto da cafeicultura forneceu as bases para o desenvolvimento e urbanização das cidades no Sul de Minas e ainda influencia o modo de vida, a cultura e as relações econômicas, como visto em Muzambinho. Faz-se necessário compreender, também, que mesmo apresentando uma característica rural forte em vários aspectos vistos, a cidade apresenta uma estrutura urbana que não deixa de ser importante dentro de uma rede de cidades, mesmo quando considerada uma cidade pequena.

Corrêa (1997) evidenciou que um dado espaço geográfico pode estar inserido em distintas redes. Assim, uma cidade além de poder se converter em nó de uma rede, pode fazer parte de outras ligações e conexões em diferentes escalas e contextos. Sposito (2010) complementa que entender as cidades no contexto de uma rede urbana pode ser importante para o fortalecimento e integração de uma cidade média e uma cidade pequena.

Há cidades médias que desempenham papéis regionais, relativamente a um grande número de cidades pequenas, cujas atividades econômicas, ainda que predominantemente agropecuárias, estão fortemente sediadas em termos de origem dos capitais e de poder político, nas escalas local e regional. Quando isso ocorre, fortalecem-se as cidades pequenas, tanto quanto a cidade média que amplia seus papéis de intermediação entre as menores e as maiores cidades da rede urbana. (ibidem, p. 57)

Não se pode pensar uma cidade média sem entender as dinâmicas que acontecem nas cidades pequenas sob sua área de influência, assim como não se pode realizar um estudo de cidades pequenas sem entender o contexto regional ou até mesmo nacional em que está inserida, nem descartar o aspecto global que influi em suas dinâmicas, pois, ao se desconsiderar essas relações, se desconsidera toda uma rede que atua nos movimentos e expressões interpretativas das diferentes realidades espaciais existentes (SPOSITO, 2010).

A análise do papel de Muzambinho dentro de uma rede urbana que contempla cidades médias com as quais se relaciona pode ser realizada a partir de informações fornecidas pelo Regic – Região de Influência das Cidades, um estudo produzido pelo IBGE que contribui de forma significativa para a metodologia de estudo da rede urbana. Muzambinho, nesse estudo, é classificado como um centro local por suas características

demográficas e de posição geográfica na rede urbana da qual participa. Assim, a cidade tem seu papel em uma rede de cidades médias que a influenciam diretamente e exerce também certa influência nas cidades menores de seu entorno, que a enxergam como mediadora e prestadora de alguns serviços que elas não oferecem.

De acordo com o Regic (2018), os municípios que recebem influência de Muzambinho, são: Alterosa-MG (14.517 habitantes), Areado-MG (15.181 habitantes), Cabo Verde-MG (14.075 habitantes), Conceição da Aparecida-MG (10.322 habitantes), Juruiaia-MG (10.681 habitantes), Monte Belo-MG (13.152 habitantes), Nova Resende-MG (16.832 habitantes) e São Pedro da União-MG (4.610 habitantes), populações estimadas pelo IBGE (2020). São cidades pequenas baseadas em uma economia rural, com uma ruralidade presente e ainda bem expressiva no espaço urbano, com relações interpessoais acentuadas e consideradas, dentro da hierarquia de redes, como centros locais.

Desse modo, mesmo dentro de uma rede que segue hierarquias, a cidade pequena vai expressar sua centralidade, vai funcionar como uma área de influência para alguma outra localidade ou suprir em determinados aspectos suas próprias demandas internas, pois “a centralidade é desigual, diferenciada, múltipla. As pequenas e médias cidades podem ser centralidades” (DAMIANI, 2006, p. 145). Assim, Muzambinho mesmo enquanto cidade pequena, se torna uma alternativa para famílias e mulheres do campo que buscam novas oportunidades, principalmente em busca de emprego e autonomia financeira.

A mudança nas relações de trabalho na vida das mulheres que migraram

A decisão de deixar o campo, construir uma nova vida na cidade, passa por questões complexas que vão além de escolhas pessoais. Muitas vezes, a situação imposta às famílias rurais não garante alternativas de sobrevivência. A modernização capitalista do campo e a falta de incentivo a pequenos produtores modificaram o cenário econômico das famílias. Nesse processo, as mulheres – sobretudo as jovens -, que se sentem menos valorizadas no trabalho agrícola, são as primeiras da família a trocar o campo pela cidade, representando, em geral, a maioria a praticar o êxodo rural no Brasil.

Mesmo no caso das cidades pequenas, esse fenômeno acontece, embora de maneira não massiva, pois as oportunidades de empregos são mais restritas, relacionadas principalmente ao setor de serviços, principalmente os domésticos e o comércio. Ainda assim, a situação das mulheres pode ser melhor do que no campo, se considerarmos que o fato de terem seu próprio salário significa maior autonomia sobre suas decisões pessoais,

mesmo quando migram casadas. Obviamente isso não significa que as marcas do patriarcado e do machismo não existam na cidade, ainda mais nas menores interioranas.

Esses processos migratórios que podem ser coletivos ou individuais são marcantes para as mulheres, pois, de acordo com Lisboa (2006, p. 151), “as principais causas das migrações estão ligadas à luta pela sobrevivência, oportunidade de trabalho, de estudo e conquista da independência em relação à opressão ou violência”. Para autora, a migração de mulheres pode representar a fuga de uma estrutura patriarcal.

Os estudos sobre migração também têm negligenciado as estatísticas sobre o fluxo crescente de mulheres que entram anualmente no mercado de trabalho, bem como a mobilidade interna e externa das mesmas, que saem de seus locais de origem em busca de melhores condições de vida ou fugindo de diferentes formas de opressão e exploração; é importante considerarmos, também, que o processo de migração para as mulheres significa, muitas vezes, a fuga de uma estrutura social patriarcal com rígidas noções do que constitui “propriedade” em relação à mulher. Em geral, a mulher pobre, índia, negra ou mestiça não tem direito à herança e à propriedade de terras no campo nem quando casa e muito menos quando se separa (ou divorcia), configurando-se uma articulação entre as categorias gênero, classe e etnia (Ibidem, p. 162)

Quando se trata do êxodo feminino da agricultura, Brumer e Anjos (2005) consideram que migram aqueles que não encontram condições de se desenvolver no campo e, nesse aspecto, as mulheres possuem um histórico de não herdarem terras por não terem seu trabalho reconhecido. A herança da terra é deixada para homens que realizam, dentro dessa visão, o trabalho produtivo. A intensificação da concentração fundiária e da mecanização agrícola no campo excluiu gradativamente os pequenos agricultores que vendiam sua força de trabalho. As mulheres acabaram sendo as mais prejudicadas, pois antes já encontravam dificuldades com relação à valorização de seu trabalho e, com esse processo, foram mais excluídas. O resultado é um campo cada vez mais masculinizado, com a expulsão feminina da esfera agrária e a reafirmação do patriarcado.

Assim, para conter o fluxo de migração das mulheres do campo, são necessárias políticas públicas direcionadas às mesmas, ou seja, oportunidades de trabalho bem remunerado, acesso a incentivos exclusivos para produção agrícola feminina, oportunidade de estudo e programas voltados para superação dos diversos tipos de violência intrafamiliar (LISBOA, 2006).

Os dados do estudo de Araújo (2021), mostraram que a média de idade a qual as mulheres entrevistadas apresentavam quando migraram para cidade em Muzambinho era de

24,5 anos, a maioria era de uma faixa etária jovem, com os extremos entre 14 e 55 anos. A quantidade de tempo em que vivem na cidade desde que migraram apresentou bastante variações, entre uma mudança recente de 6 meses, até mulheres que migraram há 60 anos. Dessas mulheres, 70% migraram com familiares e 30% sozinhas.

Assim, quando questionadas sobre os motivos que as levaram a mudar para cidade, as respostas foram diferenciadas e, obviamente, baseadas na experiência de cada mulher. Algumas motivações acabaram sendo semelhantes em alguns pontos, como o anseio de continuar os estudos ou dar uma educação para os filhos que não eram possíveis no campo.

Trabalho e estudo. Porque na roça a gente já não tinha oportunidades de estudo, não tinha o ensino médio lá, quanto menos trabalho. Então meus pais vieram para cidade também, para gente poder ter essa oportunidade, só que meu pai continuou trabalhando na roça. (ENTREVISTADA 5- 28 anos).

Ah porque na cidade as coisas são tudo mais fáceis, né? Precisava de remédio, comida, roupa, tudo já estava aqui, os meninos iam terminar o ensino médio, não sei se ia querer estudar mais, trabalhar, aí na roça eu vi que eles já não estavam querendo muito. (ENTREVISTADA 13 - 47 anos).

Outra motivação muito citada entre as entrevistadas foi a busca de um trabalho remunerado na cidade. A falta de oportunidades para as mulheres no campo, somada a uma estrutura patriarcal, que, como exposto na tabela 4, faz com que os homens representem mais de 90% dos proprietários rurais em Muzambinho. Isso, aliado a fatores como as mulheres no campo comumente conseguirem ganhar dinheiro apenas na época de colheita de café, faz com que muitas procurem novas oportunidades na cidade ou que acompanhem os maridos nessa busca também. “Eu vim morar sozinha para trabalhar, porque lá na roça, serviço para mim só tinha mesmo na época de panha, tirando isso não tinha, então eu vim para trabalhar” (ENTREVISTADA 1, 35 anos). “Foi por conta de serviço, pro meu marido procurar trabalho, porque a renda de lá era muito pouca, eu estava grávida, a gente veio para buscar outras oportunidades” (ENTREVISTADA 12, 76 anos).

Depois, os outros motivos citados tiveram razões mais pessoais e também de falta de assistência médica no campo, como a vontade pessoal de viver na cidade, mas esperar a aposentadoria que viria pelo trabalho no campo, a oportunidade de abrir um negócio na cidade, ou, ainda, questões mais dolorosas, como perdas de familiares e problemas de saúde que exigissem estar mais perto dos centros médicos de tratamento:

Porque eu estava grávida, passava muito mal, precisava sempre de médico por causa da minha pressão, aí meu marido conseguiu um serviço no almoxarifado na época, aí a gente veio, mas ele ia sempre pra roça pra cuidar do café. (ENTREVISTADA 16, 77 anos).

Desse modo, para Silva (2009, p. 37), as cidades “se converteram em fértil campo de investigações feministas, justamente porque nessa escala espacial é possível compreender vários elementos simultâneos - como os aspectos sociais e econômicos - que compõem a vida das mulheres”, antes ignorados por teorias elaboradas por homens.

Da maneira como se configura, a divisão sexual do trabalho fornece menor acesso das mulheres a recursos relevantes como tempo e espaço. Além de colaborar para o entendimento de que mulheres e homens possuem diferentes papéis, situando as mulheres ao mundo doméstico e desconsiderando seu trabalho não remunerado (BIROLI, 2018).

O trabalho não remunerado é aquele que está implícito na criação dos filhos e no cotidiano das tarefas domésticas, que permite que os homens possam trabalhar fora e que se engajem no trabalho remunerado. Essa gratuidade do trabalho das mulheres é expressa principalmente pelo casamento. Esse trabalho das mulheres, que não é valorizado em casa, passa, no entanto, a ter valor econômico fora dela, quando atende às necessidades de outras pessoas que não as do marido (Ibidem, 2018).

Durante a entrevista, as mulheres que migraram para a cidade foram questionadas se existe algum tipo de divisão das atividades domésticas entre os membros da família, se mudou alguma dinâmica em comparação de como era no campo. As respostas evidenciaram que o trabalho não remunerado continua sendo, em grande parte, de responsabilidade da mulher. Algumas relataram que na cidade ainda recebem mais apoio e observam os maridos e companheiros fazendo mais atividades do que pais ou irmãos quando estavam no campo. Esse aspecto foi mais recorrente das entrevistadas mais jovens, o que pode indicar uma pequena abertura de mudanças ou reflexões desses papéis nas diferentes gerações. Quando a mulher também trabalha fora do ambiente familiar, outras concepções são criadas. Mas, no geral, o relato é que a sobrecarga de todas as tarefas do domicílio e do convívio familiar ainda continua sobre a mulher: “Diferente do meu pai e do meu irmão quando a gente estava na roça, hoje meu marido se envolve, mas a grande parte continua sendo de minha responsabilidade.” (ENTREVISTADA 4, 28 anos); “Mudou um pouco porque os serviços aqui na cidade são um pouco menos, e meu companheiro me ajuda um pouco também, e na roça meus irmãos e meu pai não varriam um chão, nada.” (ENTREVISTADA 20, 33 anos); “No campo era eu e a mãe, aqui continua sendo eu. Coloco meu filho pra lavar uma louça, varrer uma casa, mas é como se tivesse pedindo algo impossível, é uma reclamação que só, que eu até desisto.” (ENTREVISTADA 14- 45 anos); “Não mudou nada não. Eu ainda faço todos os serviços de casa. Eu coloco meus filhos e marido para ajudar, mas o trabalho maior ainda é meu.” (ENTREVISTADA 19, 38 anos).

A realidade das mulheres trabalhadoras, produtoras, reprodutoras da força de trabalho, pode ser ainda mais dificultada pela sua condição de classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual, idade, religião e outros aspectos de identidade que intensificam a assimetria das relações de gênero, já controladas pelo capital. Quando essas mulheres são mães, a relação patriarcal se evidencia nas relações de trabalho.

A recusa de um emprego, por parte de uma mulher, por não haver creche para deixar os filhos, ou as faltas seguidas ao trabalho quando os filhos pequenos adoecem- o que pode acarretar a perda do emprego ou limitar a ascensão profissional- só poderão ser tratadas como “escolhas” se for desconsiderado o contexto em que estas se realizam ou se fizer de conta que não existem crianças pequenas que precisam de cuidado. Como compreender a posição desigual das mulheres na esfera doméstica e na pública sem levar em consideração que elas são orientadas a assumir determinadas responsabilidades e desempenhar um conjunto de funções no cotidiano? (BIROLI, 2018, p. 58).

As mulheres negras geralmente ocupam os postos dos trabalhos domésticos, enquanto as brancas os cargos de maior visibilidade pública. No entanto, “as situações de opressões, discriminações e violências são sofridas pelas mulheres, uma vez que a origem desses problemas está no bojo da sociedade patriarcal, que privilegia os homens, especialmente os adultos, os brancos e ricos”. O que se percebe é que “o discurso de subalternidade e dominação sobre as mulheres está presente na construção dos espaços urbanos, rurais, públicos e privados” (SANTOS, 2020, p. 234).

Assim, para Saffiotti (2013, p. 128), “seria ilusório, entretanto, imaginar que a mera emancipação econômica da mulher fosse suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a discriminam socialmente”. Embora a emancipação econômica da mulher seja a primeira de sua libertação, não constitui sozinha esta libertação integral, por isso a importância de se entender conjuntamente com as relações patriarcais.

A partir dessas considerações, foi necessário investigar, durante a entrevista com as mulheres que migraram do campo para cidade em Muzambinho, se elas conseguiram trabalhar com remuneração, se foi fora do ambiente familiar, em qual área, se foi com carteira assinada e se possuem alguma renda extra.

Do total das 20 mulheres entrevistadas, 11 conseguiram um trabalho remunerado na cidade quando migraram (55%) e, pela faixa etária delas, ainda exercem as atividades, com registro na carteira de trabalho, oportunidades que talvez não tivessem no campo. Essas mulheres relataram que conseguiram se empregar em trabalho remunerado na cidade, sendo esse o anseio de muitas quando migraram. No entanto, isso não significa que todas elas tiveram a mesma oportunidade, mas alguns elementos podem ser notados, como o fato de

essas mulheres ocuparem poucos cargos de chefia ou poucos cargos com valorização profissional. Com exceção das microempresárias, que nesse caso são proprietárias de loja e de correspondente bancário, a maioria das mulheres teve sua oportunidade de trabalho no comércio que, era uma das áreas que mais empregava mulheres em Muzambinho (41%). Muitas das mulheres também trabalham como domésticas, outra área em que 96,7% das empregadas nesse setor eram mulheres.

Dessas 11 mulheres, 5 possuem uma renda considera como extra ou informal, por meio da venda de quitandas (bolos, pães, biscoitos, pão de queijo) que preparam em casa e vendem para amigos, parentes e conhecidos, divulgadas pelas redes sociais e por recomendação dos conhecidos, como relatado por 3 das entrevistadas. Uma das entrevistadas relatou que revende produtos de perfumaria de uma marca de revista popular para amigas e também para os clientes que frequentam a loja na qual trabalha. Outra relatou que realiza reparos em peças de roupas em sua própria casa para vizinhos e conhecidos.

As outras 9 mulheres entrevistadas já são aposentadas, sendo que 2 nunca trabalharam fora do ambiente familiar e se aposentaram por idade. Os motivos de nunca terem a oportunidade de possuir um trabalho remunerado estavam relacionados à casa e ao cuidado com os filhos, que quando já estavam independentes, elas já não encontraram motivações e oportunidades para entrar no mercado de trabalho. Outras 4 mulheres, mesmo trabalhando com remuneração em algum período da vida, acabaram se aposentando por idade, uma vez que não foi possível contar o tempo de serviço, em decorrência da não assinatura em carteira de trabalho enquanto trabalhavam como empregadas domésticas, cuidadoras de idosos, babás e costureiras autônomas. No caso das empregadas domésticas, vale ressaltar que a lei que regulamenta a profissão de doméstica (Lei Complementar N° 150, de 1° de junho de 2015) foi aprovada apenas recentemente. Uma das entrevistadas conseguiu se aposentar como trabalhadora rural no campo, com 55 anos, em seguida migrou-se para a cidade.

Das mulheres aposentadas entrevistadas, 3 possuem renda extra ou informal, uma através da revenda de lingerie de um fabricante de Juruiaia-MG para vizinhas e conhecidas. Das outras duas, uma vende leite na cidade, que é trazido da propriedade rural familiar onde continuam criando gado, e a outra produz e vende salgados de festa.

Como o anseio de algumas mulheres com a migração era o de se sentirem valorizadas, ter o reconhecimento do seu trabalho na cidade, foi questionado a elas se na cidade isso ocorreu e por quais motivos, bem como se, em algum momento, receberam um salário menor pelo fato de serem mulheres. As respostas mostraram que, de forma geral, se sentem

mais valorizadas na cidade justamente pelo fato de possuírem um trabalho remunerado e que isso reflete no seu valor perante a sociedade que passa ao menos a enxergá-las. “Eu acredito que sim, porque você acaba recebendo um dinheiro só seu e parece que as outras pessoas veem que você está trabalhando, sabe? Mas eu acho que nunca ganhei menos por ser mulher, não, meus trabalhos eram sempre de um salário” (ENTREVISTADA 9, 31 anos).

Eu acredito que ele é mais valorizado porque faz diferença na vida de outras pessoas, né? Aí essas pessoas enxergam isso. Mas em relação ao preconceito por ser mulher, não, só por idade. Como comecei a trabalhar cedo nessa área financeira, é difícil você ganhar credibilidade, mas pela idade acredito, não por ser mulher. Isso acontece mais em cidade grande, eu acredito. A mulher na cidade grande tem mais dificuldade de ingressar no mercado de trabalho por conta da família, não ter alguém para apoiar, aqui não (ENTREVISTADA 4, 28 anos).

Eu acredito que sim, porque as pessoas parecem que reconhecem mais, falam mais de tudo com você, porque se tem alguma pergunta que envolve dinheiro, se você não trabalha, parece que já vai direto perguntar para o pai ou o marido, e na roça, se você faz os serviços para família, geralmente você não ganha. Agora se eu já ganhei menos por ser mulher eu não sei. (ENTREVISTADA 14, 45 anos).

Nenhuma delas disse ter recebido um salário menor por ser mulher, o valor que recebiam era pela natureza do trabalho. Mas, muitas disseram sem perceber, por vezes, que o trabalho subvalorizado implicitamente já é associado e ofertado à mulher. As entrevistadas também foram enfáticas em dizer que na cidade existem mais opções de trabalho para mulher, por toda experiência que vivenciaram no campo de falta de oportunidade de obter algum tipo de renda com seu trabalho.

As relações de trabalho na cidade acabam atribuindo novos significados na vida da mulher que veio do campo: as convivências se alteram, a autonomia, a independência e a confiança. O trabalho das mulheres contribui para o desenvolvimento do espaço urbano, seja pelo seu papel produtivo, para aquelas que trabalham com remuneração e se tornam consumidoras em potencial, ou como aquelas que trabalham em casa e possibilitam que outros membros da família trabalhem fora do ambiente familiar. Assim, torna-se importante compreender o espaço que as mulheres ocupam nas cidades, partindo do princípio que as esferas pública e privada atribuem diferentes papéis para homens e mulheres.

A mudança socioespacial na vida das mulheres que migraram

Depois de se compreender mais sobre como o processo ocorreu na visão das entrevistadas, é importante analisar quais suas relações com o novo espaço que passaram a

viver, quais condições de trabalho e oportunidades encontram na cidade após a migração e se seus papéis socioespaciais se alteram.

A definição dos papéis sexuais e as configurações entre as esferas pública e privada estabeleceram lugares distintos para homens e mulheres. Confinaram as mulheres à esfera doméstica, privando-as do acesso ao saber, ao poder, ao prestígio e aos valores culturais que ainda continuam como prerrogativas masculinas (CALIÓ, 1997).

Nem todos os homens e mulheres estão nessas posições pré-definidas, mas, para que as mulheres participem da esfera pública, é preciso lidar com os vínculos que lhe são impostos pelas responsabilidades na esfera privada dessa divisão, assim como a noção de domesticidade e feminilidade (BIROLI, 2018). “Essa dicotomia entre o espaço público e privado, fruto de uma visão masculina, moderna e eurocentrada de ciência obscurece a compreensão da importância do gênero no processo de produção científica na geografia brasileira” (SILVA; CESAR; PINTO, 2015, p. 185). Os reflexos dessa divisão impactaram os estudos urbanos.

A distinção das esferas públicas e privadas, alterando relações sociais entre homens e mulheres, priorizando o mundo público - político e econômico - aos homens e o mundo privado - doméstico e íntimo - às mulheres, sexou a cidade. E os estudiosos urbanos tiveram dificuldade em fazer essa nova leitura. Isso implicou na negação da esfera do privado, das atividades domésticas, e mesmo das atividades das mulheres. É o que chamamos de “invisibilização” das mulheres na multidão urbana. Elas estão lá, importantes para o cenário mas insignificantes para a cena (CALIÓ, 1997, p. 04).

Quando se separa os dois espaços, o espaço privado acaba sendo negligenciado. Nas relações de trabalho, eles não podem ser compreendidos como separados porque um compõe o outro. Contudo, a visão dicotômica entre os espaços públicos e o privado “concebe modelos de interpretação da realidade socioespacial que produz privilégio masculino e ainda obscurece grande parte dos mecanismos capazes de visibilizar a realidade feminina” (SILVA; CESAR; PINTO, 2015, p. 199). Essa dicotomia implica na divisão sexual do trabalho desigual para as mulheres.

Dessa forma, considerando apenas o espaço público como válido para o desenvolvimento dos espaços urbanos, ignora-se a totalidade do trabalho da mulher para a cidade, quando exclui o seu trabalho não remunerado no espaço privado. “Excluindo-se a combinação patriarcado/capitalismo no sistema urbano, exclui-se a real existência da mulher na cidade” (CALIÓ, 1997, p. 05).

É através da espacialidade que cada grupo constrói culturalmente os papéis sociais que homens e mulheres devem desenvolver. Todas as ações são desenvolvidas por um corpo

e um espaço, e cada papel social tem suas relações específicas, o que constrói diferentes arranjos espaciais. Assim, a diferença de deslocamento de homens e mulheres também estará associada aos papéis de gênero (ORNAT; SILVA, 2007).

Quando se observa os espaços frequentados pelas mulheres entrevistadas em Muzambinho, percebe-se que muito da espacialidade delas na cidade ocorre em razão das idas aos supermercados- por 14 mulheres, que são lugares que atendem à necessidade de alimentação, ao mesmo tempo em que são locais de estímulo ao consumo. Em seguida, vem o trabalho que, na maioria dos casos, é fora do âmbito familiar, como citado por 9 das entrevistadas. Assim, reforça-se a ideia de que o trabalho é uma das primeiras formas de liberdade de transitar pelo espaço na cidade, que elas não tinham no campo. Depois, vem a visita na casa de amigos, citada por 8 entrevistadas, o que demonstra que, na cidade, essas mulheres também criaram laços afetivos.

Outro local que recebeu destaque em 5 das falas das entrevistadas foi o consultório médico, especialmente pelas mulheres mais velhas que, geralmente, apresentam mais problemas de saúde que as mais jovens, que exigem mais consultas e realização de exames de rotina. Essas mulheres são as que mais frequentam também as igrejas, e relataram que já tinham tradição de participar de atividades religiosas no campo.

Quando questionadas sobre o tipo de lazer a que possuem acesso na cidade, as respostas foram basicamente as mesmas dos espaços que frequentam cotidianamente, então, o fato de ir à casa de um/a amigo/a, de um/a vizinho/a ou ir à uma lanchonete, já é considerado como lazer. Algumas até citaram que o supermercado funciona como um espaço de lazer, por não saírem muito de casa. Sobre a diferença de espaços frequentados por homens e mulheres na cidade, a maioria das entrevistadas relatou não sentir diferença, embora algumas situações tenham sido citadas, como o preconceito contra mulher que frequenta bares e estabelecimentos culturalmente taxados de masculinos, como oficinas mecânicas.

Hoje parece que não. As mulheres antes não podiam ir a bar, senão ficava mal falada. Hoje as mulheres vão a todos os lugares. Só minha filha que falou, esses tempos, que foi levar carro no mecânico e sentiu que ele passou ela pra trás por ser mulher, cobrou mais cara um serviço simples, como se ela não fosse entender. (ENTREVISTADA 2, 61 anos).

Olha, hoje eu penso que não tenha tanta essa diferença. Antigamente, acho que a mulher sofria mais, pelo que vejo o que a mãe, a vó conta. Mas, assim, como meu marido trabalha viajando de motorista, quando ele não está e preciso ir no mecânico ou num posto abastecer, eu sinto uns olhares estranhos. No mecânico, como se eu não soubesse nenhuma peça do carro. No posto, como se eu não fosse dar conta de fazer a manobra pra sair, mal sabem eles que dirijo até trator! (Risos). (ENTREVISTADA 19, 38 anos).

Para Calió (1997, p. 05), é exatamente o que acontece com a mulher vivendo uma falsa impressão de igualdade de uso e de mobilidade urbana. “Ignorar a relação patriarcado/capitalismo como um sistema integrado de dominação social, fazendo desaparecer a divisão sexual do trabalho, é o que caracteriza a invisibilidade da mulher nos estudos urbanos”. Assim, algumas lutas femininas representam mais que causas isoladas.

As lutas das mulheres por creches, educação não-sexista nas escolas, trabalho igual salário igual, formação profissional, grupos de saúde e sexualidade, aborto, contracepção, grupos antiviolença, SOS-mulheres, delegacias de defesa da mulher, casa de refúgio para mulheres vítimas de violência, centros de atendimento jurídico e social, casas de mulheres, grupos culturais, livrarias, editoras, etc. São, antes de mais nada, lutas pelo direito à cidadania e à cidade (Ibidem, p. 07).

As entrevistadas também foram questionadas se sentem que são importantes para a cidade, se o reconhecimento é diferente do que tinham no campo. As respostas variaram entre aquelas que sentem que todas as mulheres são importantes nos dois espaços, mas não são reconhecidas e aquelas que, mesmo na cidade, tendo emprego remunerado ou exercendo o trabalho reprodutivo, não conseguem visualizar que são peças fundamentais na organização do espaço urbano, como nos relatam essas entrevistadas: “Eu acho que sou importante sim! Agora o reconhecimento da mulher de forma geral é muito pouco. A mulher trabalha muito tanto no campo quanto na cidade, mas parece que ninguém vê” (ENTREVISTADA 3, 55 anos). “Eu vejo que na cidade eu tenho um pouquinho mais de reconhecimento sim, mas não sinto que seja assim importante para a cidade” (ENTREVISTADA 18- 26 anos).

As mulheres também foram questionadas se, por alguma razão, têm vontade de voltar a viver no campo ou se mudar de cidade. Quanto a mudar de cidade, nenhuma das entrevistadas enxerga essa opção, por realmente gostarem de viver em Muzambinho. Já sobre a volta para o campo em algum momento da vida, apenas 2 entrevistadas cogitaram essa possibilidade. As demais disseram que não. Entre os motivos para permanecerem na cidade, apareceram nas falas: traumas do passado, boa adaptação à cidade, sua idade avançada ou por simplesmente não ser um desejo pessoal. Algumas delas gostariam de ter uma casa no campo novamente só para lazer aos fins de semana. Porque muitas entrevistadas, quando questionadas se elas enxergam diferença entre ser uma mulher no campo ou na cidade, a maioria disse que não (70%).

Nesse sentido, os motivos foram mais relacionados à visão de mundo, valores, características subjetivas de cada uma, ou percepções de que hoje o campo já oferece

condições de vida parecidas com a cidade. Aquelas que apontaram diferenças, foram em relação a mais oportunidades de trabalho, reconhecimento e independência financeira maior na cidade, como relatado por essas: “Estar na cidade acaba me permitindo fazer mais coisas que eu gostaria de fazer no quesito profissional e de oportunidades, mas de capacidade, de determinação, isso é igual” (ENTREVISTADA 4, 28 anos). “Hoje não tem não, antigamente tinha porque era muito mais difícil para a mulher do campo. ela não tinha o dinheiro dela, né? Ai ficava mais dependente do pai, do marido. Não tinha, às vezes, como sair de casa, hoje a mulher sai, estuda, né?” (ENTREVISTADA 2- 61 anos). “Acho que não, viu? Porque no campo e na cidade a mulher trabalha e trabalha muito, demais, a gente vê isso nos dois lugares, então acho que não, só se você nascer com uma condição melhor, que acho que pode ter mais diferença, de resto não.” (ENTREVISTADA 15, 57 anos).

De todas as maneiras, como foi visto, as mulheres trabalham, produzem e reproduzem espaços. O que se pode afirmar como necessário e desafiador na produção científica, então, é não as vitimizar. É necessário, também, compreender todas as dinâmicas que se passam com aquelas que vivem e trabalham no campo, e com as que migram do campo para cidade, para ser um começo para o reconhecimento e a superação das desigualdades existentes.

Desse modo, quando as discussões sobre mulheres atingirem os espaços políticos e educacionais e questionarem os velhos conceitos, mudanças na vida e na significação do trabalho e dos papéis socioespaciais das mulheres serão realizadas. É algo que não se pode esperar mais.

Considerações finais

Assim, foi visto que as relações entre o campo e a cidade são estreitas no município, com uma ruralidade ainda muito presente na cidade, tanto nos aspectos econômicos, já que Muzambinho tem expressividade na produção do café desde sua fundação, como nos aspectos culturais, com muitos costumes e tradições do campo presentes no espaço urbano. É uma cidade pequena com relações interpessoais muito acentuadas e com muitos moradores que vieram do campo, que possuem familiares que ainda permanecem no campo. Por conta disso, o rural fica em evidência na vida da maioria da sua população porque faz parte da história de cada um.

Quando se questionou às mulheres sobre isso, foi possível perceber que não existe e nunca existiu oportunidades de trabalho para as mulheres no campo de maneira remunerada

que não fossem na época da colheita de café. Mesmo sendo as entrevistadas de diferentes idades e períodos de vivência no campo, a falta de reconhecimento e de oportunidades para mulher no campo sempre foi a realidade. Esse fato não significa que as mulheres não sejam capazes de realizar certos tipos de atividades. É a existência de toda uma estrutura patriarcal vista que, desde a infância, atribui à mulher o papel reprodutivo, de cuidado da casa e dos filhos, que acaba sendo reproduzido pela sociedade e pelas instituições.

Ficou evidente na pesquisa também que as condições de vida para as mulheres do campo, especialmente para as mais velhas, foi um impedimento para prosseguirem os estudos. Outras, que tiveram condições melhores, migraram justamente para concluir o ensino fundamental ou médio e poucas seguiram no ensino superior. Muitas, por não terem tido essa oportunidade, optaram pela mudança para cidade pensando na educação dos filhos, o que faz refletir também sobre as condições ainda desiguais do ensino no campo, os preconceitos sociais, a falta de infraestrutura e a omissão do Estado. As principais razões pelas quais as mulheres migraram para cidade em Muzambinho, seja com as famílias, como na maioria dos casos da pesquisa, seja individualmente, foram a busca de oportunidades de trabalho e estudo.

Na cidade, a maioria das entrevistadas realmente conseguiu se inserir no mercado de trabalho, principalmente na área do comércio, como atendentes em lojas; como domésticas; e algumas como costureiras e autônomas. Como ocorre em grande parte do país, os serviços mais subvalorizados são responsáveis por absorver aquelas pessoas que não possuem um alto nível de escolaridade e estão em busca de emprego. Aquelas que conseguiram abrir seu comércio foram as que tiveram mais chance de seguir com os estudos e as que já possuíam uma condição financeira melhor no campo. Muitas relataram preconceitos que sofreram quando chegaram à cidade, além de seus medos e inseguranças, mas sempre com uma vontade de vencer maior.

A responsabilidade sobre as tarefas domésticas não se alterou quando as mulheres migraram para a cidade. Aquelas que mudaram com suas famílias continuaram sendo as principais responsáveis pelo trabalho de casa e organização do lar. A espacialidade dessas mulheres acabou sendo maior do que no campo. Na cidade, o fato de saírem de casa para trabalhar ou irem fazer entregas na casa de clientes, de fazerem compras, irem à igreja, terem espaço adequado para fazer caminhadas, irem a lanchonetes, à casa de amigos, alterou a relação socioespacial dessas mulheres. A diferença de idade das entrevistadas também alterou alguns dos espaços frequentados, sendo aquelas que trabalham fora do ambiente familiar as

que mais circulam pela cidade e, as mulheres aposentadas, as que saem com menos frequência.

Mesmo encontrando trabalho na cidade, os papéis socioespaciais continuam desiguais para as mulheres na cidade. Houve mudanças, mas a mulher ainda continua com sobrecarga de trabalho e com falta de reconhecimento da sociedade e de valorização do trabalho. Os espaços frequentados pela maioria ainda dizem respeito às atribuições do lar, e ainda hoje elas encontram espaços que colocam em questão sua postura e sua capacidade.

Por fim, é importante constar que todas as mulheres entrevistadas tinham uma visão abrangente e até surpreendente de suas vivências, embora algumas carregadas de mais traumas e ensinamentos. Trouxeram consigo para a cidade muitas tradições e memórias e não apagaram suas experiências no campo. Deixaram claro, em sua maioria, que não são mulheres diferentes no campo e na cidade, já que foram as condições de trabalho e alguns papéis socioespaciais que se alteraram.

Referências

ARAÚJO, Letícia Almeida. **Do campo à cidade: Os papéis socioespaciais e as relações de trabalho das mulheres em Muzambinho-MG**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas. Alfenas. 2021. 177f.

BARBIERI, Mauro et al. Aspectos técnicos, sociais e econômicos dos cafeicultores do município de Muzambinho. In: Congresso Brasileiro de Pesquisas Cafeeiras, Poços de Caldas, 2011. **Anais CBPC 2011**. Disponível em : http://www.sbicafe.ufv.br/bitstream/handle/123456789/6228/321_37-CBPC-2011.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: jul. 2022.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 12, Jan.-jun./2008, p. 6-17. Disponível em: <http://www.mstemdados.org/sites/default/files/1396-4020-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

CALIÓ, Sonia Alves. **Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano**. In: Encuentro de Geografos de America Latina, Resúmenes. Observatório Geográfico, v. 1, 1997. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografia cultural/737.pdf>. Acesso em 20 jul. 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da Geografia. **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DAMIANI, Amélia Luisa. **Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos**. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amália Inês Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, Maria Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**, Curitiba: Ed. UFPR, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>. Acesso em 20 jul. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Regiões de Influência das Cidades: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020, 192 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**: produção agrícola municipal, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**: Muzambinho, dados estatísticos 2020.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero e migrações- Trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, vol. 14, núm. 26- 27, 2006, p. 151- 166.

MAGALHÃES, Luciano Otávio Camargo Sales. **O papel da educação e do Lyceu dirigido pelo prof. Salathiel de Almeida na configuração do contexto geopolítico, social e econômico de Muzambinho (MG)**. 2008. 553f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

OLIVEIRA, Kenny Delmonte; ALMEIDA, Keylla Lopes de; BARBOSA, Thiago Leite. **Amostragens probabilística e não probabilística: técnicas e aplicações na determinação de amostras**. Universidade Federal do Espírito Santo, Jerônimo Monteiro, 2012.

ORNAT, Márcio José; SILVA, Joseli Maria. Deslocamento cotidiano e gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa-Paraná. **Revista de História Regional** 12(1): 175-195, Verão, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528p.

SANTOS, Roselí Alves dos. Mulheres e Geografia – Reflexões Pertinentes? **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)**, v. 03, n. 18, p. 227-242, mai.-ago., 2020. Disponível em: [10.35416/geoatos.v3i18.7965](https://doi.org/10.35416/geoatos.v3i18.7965). Acesso em: 20 jul. 2022.

SILVA; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveir; PINTO, Vagner André Morais. Gênero e Geografia brasileira: Uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**., p. 185-200, V.11, n.15, jan-jun.2015

SOUZA, Celso Antônio Spaggiari; FREITAS, Rita de Cássia Santos. Família, terra e trabalho: modos de vida nos cafezais de montanha do sul de Minas Gerais. **SERV. SOC. REV.**, Londrina, v. 18, n.1, p.64 - 80, jul./dez. 2015.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: Cidades médias e pequenas no processo da urbanização. **Geografia**, Rio Claro, v.35, n.1, p.51-62, 2010.

VINUTO, Juliana. A amostragem bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago./dez. 2014.

A Cafeicultura e a Relação Campo-Cidade dos Jovens Rurais de Poço Fundo-MG

Thais de Cássia Silva Lemos⁴
Flamarion Dutra Alves²

Introdução

As transformações no campo com a inserção do capitalismo na agricultura brasileira, sobretudo com a modernização agrícola, pós-década de 1960, com a criação de planos e estratégias do Estado para a introdução da modernização no campo, criou novas funcionalidades ao espaço agrário nacional, alterando o modo de produzir e o que produzir. Processo que intensificou com a criação de políticas neoliberalistas voltadas à exportação, onde as regiões alteraram seus espaços como forma de atender os interesses da mundialização agrícola.

Esse processo fez com que algumas culturas ganhassem destaque, substituindo outras culturas, como é o caso do café na região do Sul de Minas, maior produtora de café do país, que ganhou ainda mais destaque na década de 1990, com a entrada de multinacionais e fortalecimento das exportações. O café insere nesses espaços ocupando lugares de outras culturas, no primeiro momento esse processo é viável e importante, visto que contribuiu e continua contribuindo para a economia local de diversos municípios da região. Por outro lado, a substituição de culturas de produtos essenciais como arroz e feijão levam a falta deles.

A mundialização da agricultura não altera apenas o modo de produzir, mas também a relação entre campo-cidade que são alterados para atender as demandas do capital e da produção, no caso da região do Sul de Minas, o café, principalmente das pequenas cidades, que por dependerem economicamente da produção, estrutura-se para as relações comerciais. Em Poço Fundo o importante papel econômico da cafeicultura não é diferente, com isso possuem serviços como pequenas indústrias e cooperativa para atender a demanda local, isso ocorre pela monopolização do território, que criou essas necessidades de transformação no campo e nas cidades.

A cafeicultura no município tem gerado bons resultados e tem contribuído para a permanência dos agricultores no campo, porém não é em todos os casos e espaços que os

⁴ Mestranda em Geografia na UFSJ . E-mail: thaisdecassiasilvalemos19@gmail.com

² Professor Doutor em Geografia na UNIFAL-MG. E-mail: flamarion.dutra@unifal-mg.edu.br

produtores conseguem se inserir no modo de produção, levando os mesmos a necessidade de migrar à procura de melhores condições de trabalho e de vida. Porém nas cidades também existem as dificuldades, por isso a necessidade de ampliar as políticas públicas, para com que os mesmos consigam permanecer no campo.

Entre a migração, os jovens e mulheres são os que mais saem, diante das dificuldades do acesso à terra e pelos mesmos estarem inseridos no modelo patriarcal. Com isso tem levado ao um processo de migração seletiva e tem deixado o campo masculinizado e envelhecido, dificultando a reprodução social por meio da sucessão geracional. Ou seja, comprometendo que a agricultura familiar continue nas futuras gerações não somente no modo de produção, mas também nas questões culturais, que são compartilhadas.

A juventude é uma categoria com diversas discussões diante das pesquisas do país, porém voltadas aos jovens do espaço urbano. A inclusão dos jovens rurais nas políticas públicas, ocorreram de forma tardia, acarretando ao um grande êxodo rural. A juventude em si possui diversos desejos e anseios, que ocorrem diante das diversas possibilidades vividas, compreender que a juventude é múltipla é partir para o entendimento que suas decisões e escolhas também serão. São diversos fatores que influenciam nas decisões, sejam pelas dificuldades presentes no espaço agrário que o mesmo está inserido ou até mesmo das vontades individuais.

Porém compreender esse processo é garantir que os jovens tenham oportunidades de permanecer no campo diante dos seus interesses, pois mesmo que os pais dos jovens sejam agricultores, podem não possuir os mesmos desejos de continuar. Mas a migração ocorre mais pela falta de oportunidades no campo do que pelas vantagens da cidade.

Além de ampliar e criar políticas públicas que garantam a permanência dos jovens no campo, as cooperativas também possuem o papel de ajudar a criar estratégias para a permanência dos jovens no campo, pois os mesmos serão os futuros cooperados e produtores, então as cooperativas necessitam dos jovens para dar continuidade a produção. Esse é o caso da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM), inserida no município de Poço Fundo, localizado no sul/sudoeste de Minas Gerais, além de contribuir para a assistência técnica dos produtores, tem também criado projetos para participação e permanência dos jovens na cooperativa e no campo.

Assim este artigo, corresponde uma parte da dissertação de mestrado, que retrata sobre sobre a cafeicultura na agricultura familiar em Poço Fundo-MG, as estratégias e os

desafios da sucessão geracional pela COOPFAM. Assim a metodologia deste trabalho baseia-se na análise e discussão sobre a cafeicultura no município de Poço Fundo, com dados secundários retirados do IBGE, na plataforma SIDRA e também no site, Departamento Técnico e Socioambiental da Cooperativa. Com intuito de compreender sobre a dinâmica do café no espaço agrário do município e o papel da cooperativa nesse espaço. Além dos dados secundários ocorreu neste trabalho a análise das entrevistas realizadas com 14 jovens, filhos dos associados da COOPFAM, entre eles 7 jovens mulheres e 7 jovens homens, para compreender a relação dos mesmos com o campo e as perspectivas de permanência dos mesmos no campo.

Diante disso o objetivo do trabalho é discutir sobre a relação campo-cidade dos jovens rurais de Poço Fundo e a influência da cafeicultura nessa dinâmica.

Caracterização da Área de Estudo

O município de Poço Fundo está situado na microrregião de Alfenas, dentro da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas (Figura 1) com distância de 395 Km de Belo Horizonte e 266 km de São Paulo, no município passa a rodovia MG-179 que interliga Alfenas (50km) a Pouso Alegre (60km), duas cidades importantes na dinâmica populacional regional.

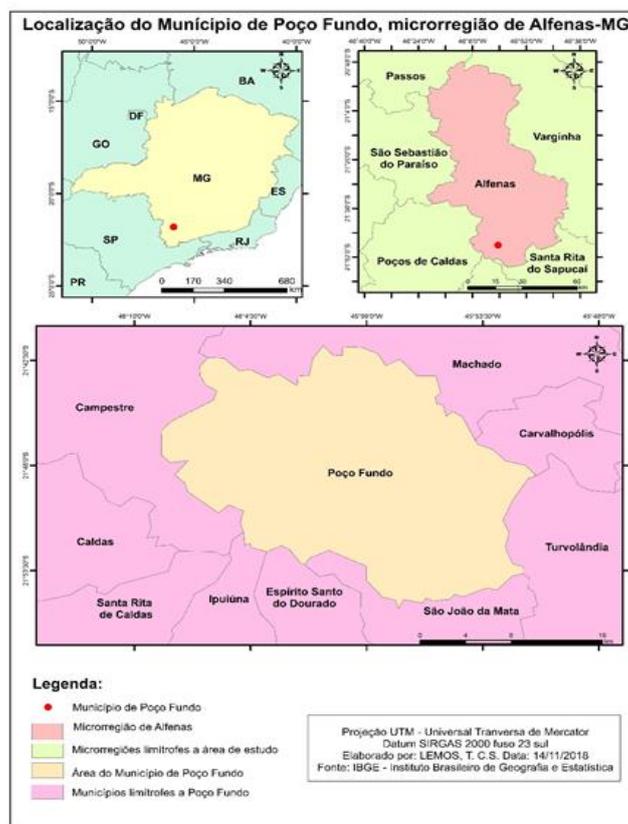


Figura 1 - Localização Geográfica do Município de Poço Fundo-MG.

Fonte: IGBE, Elaborado: Thais Lemos.

O município faz divisa com os municípios de Machado, Espírito Santo do Dourado, São João da Mata, Carvalhópolis, Turvolândia, Campestre, Ipuiúna e Caldas. A área do município é de 474, 55 km² e possui um total de 15.961 habitantes, sendo que 9.285 (58%) residem na cidade e 6.679 (42%) no meio rural (IBGE, 2010).

O município está localizado na Bacia do Rio Sapucaí que integra a Bacia do Rio Grande, inserida nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Apresenta características do Bioma da Mata Atlântica, o relevo do mesmo é denominado como mar de morros, os solos são classificados como latossolos e argilosos, e a características do solo ocorre uma variação no município, contribuindo para a diversidade de atividades agropecuárias (GONÇALVES, 2003). Sua geologia se predomina de granito-gnaise, migmatítico e Granulitos com vários tipos de litotipos (CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO FUNDO, 2019). O município de Poço Fundo situa-se na APA do Rio Machado e nessa área está o Ribeirão do Machadinho que corta o município:

[...]ocorrendo os **Compartimentos de Morrotes, Morros e Montanhas e Morros com Encostas Suaves**, onde se instala o ribeirão do Machadinho a 880m. Os vales passam a ser assimétricos e em “V”, sendo o rio Machado, o ribeirão Machadinho e o ribeirão Pinhalzinho - ambos tributários da margem direita do rio Machado - os principais níveis de base. Localizados nestes compartimentos estão os municípios de Poço Fundo e Machado (FERREIRA, et al., 2019, p.52).

Os autores salientam que a APA do Rio Machado apresenta uma geomorfologia diversificada, o relevo se domina em conjuntos de morros, montanhas, morros com encostas suaves, morrotes, colinas e planícies, com em altitudes menores em torno de 730m, na planície do rio Machado e as maiores altitudes, em torno de 1480m.

O relevo contribui para a produção cafeeira, principalmente para a produção de cafés especiais, entre eles o orgânico, onde o município é destaque no país, com importante produção. A produção cafeeira tem contribuído para garantir o produtor rural no campo, mesmo que o mesmo se torna “refém” das relações comerciais e padronizações internacionais.

A Economia Local e o Papel da Cafeicultura

A população rural do município de Poço Fundo, corresponde a 42%, porém mesmo que seja inferior a população urbana, a economia do município gira em torno das atividades rurais, sobretudo as agrícolas. A renda familiar é de um salário mínimo, com atividades principalmente no setor agropecuário, atividades como café, leite, hortaliças e fumo de corda.

As indústrias são de pequeno porte e oferecem pouca influência econômica para o município (LYRA, 2011).

O PIB per capita do município é de R\$15.355,67, o PIB Agropecuário é de R\$48.602,120,00, PIB Industrial é de R\$21.662,270,00 e o PIB de Serviços é de R\$106.694,240,00 (IBGE, 2017), apresentando o importante papel da agropecuária para a economia local. Entre as produções a de maior destaque é a cafeicultura, que além de contribuir economicamente para o município, possui importante relação para a permanência dos agricultores familiares no campo.

O número de estabelecimentos agropecuários de Poço Fundo é de 1.972, dessas 1.839 propriedades (93%) são de agricultores familiares e apenas 122 propriedades (7%), são de agricultores não familiares (IBGE, 2017). O tamanho das propriedades rurais que se destacam em áreas em pequenas propriedades (Tabela 1). Apresentando assim que o espaço rural de Poço Fundo é caracterizado por agricultores familiares de pequenas propriedades.

Tabela 1 - Número de Estabelecimentos Agropecuários por Hectares no município de Poço Fundo-MG, 2017.

Grupos de Área Total	Total	Agricultores Não Familiares	Agricultores Familiares
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	5	-	5
De 0,1 a menos de 0,2 ha	2	-	2
De 0,2 a menos de 0,5 ha	4	-	4
De 0,5 a menos de 1 ha	17	-	17
De 1 a menos de 2 ha	108	4	104
De 2 a menos de 3 ha	165	3	162
De 3 a menos de 4 ha	170	1	169
De 4 a menos de 5 ha	202	5	197
De 5 a menos de 10 ha	423	16	407
De 10 a menos de 20 ha	395	17	378
De 20 a menos de 50 ha	333	30	303
De 50 a menos de 100 ha	103	21	82
De 100 a menos de 200 ha	33	24	9
De 200 a menos de 500 ha	11	11	-
De 500 a menos de 1.000 ha	1	1	-
Total	1.972	133	1.839

Fonte: SIDRA, IBGE – Censo Agropecuário, 2017 – Elaborado por Thaís de Cássia Silva Lemos

As atividades econômicas relacionadas ao meio rural são de 77% direcionadas à agricultura, 22% na pecuária e 1% em outras atividades. Dessas atividades, 93% são realizadas pelos agricultores familiares. Entre as atividades direcionadas a agricultura, (94%) são de lavouras permanentes e apenas (6%) são temporárias (IBGE, 2017). A modernização agrícola modificou o modo de produzir no campo e conseqüentemente as culturas, com isso espaços onde eram destinados a produção diversificada, passa a produzir monocultura.

Na região do Sul de Minas o café ganha destaque, sendo a maior região com produção cafeeira do país, responsável pela a economia local de diversos municípios da região. Processo que não é diferente em Poço Fundo, pois no ano de 2019 foi produzido 9.375 toneladas de grãos de café em 7.923 hectares, o que contribuiu para 82% no rendimento da economia das lavouras permanentes. A área ocupada de produção dessas atividades é dividida entre 87% ocupada por lavouras permanentes e apenas 13% para lavouras temporárias.

Como podemos observar no Gráfico 1, a área plantada das lavouras temporárias até 1995 eram superiores das lavouras permanentes, isso ocorreu pela entrada da produção cafeeira no município, como pode-se observar no Gráfico 2, na qual as lavouras permanentes crescem de acordo com o crescimento da área plantada de café.

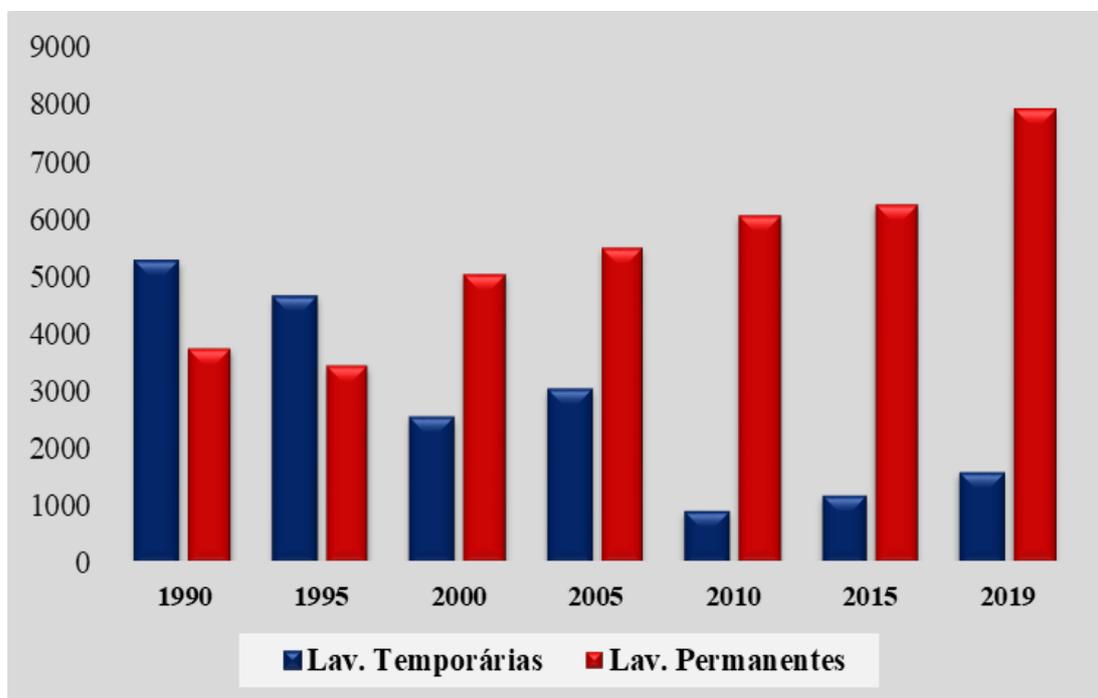


Gráfico 1 - Área Plantada de Lavouras Temporárias e Permanentes (hectares) no Município de Poço Fundo-MG (1990-2019).

Fonte: SIDRA IBGE – Produção Agrícola Municipal – 2019, Elaborado por: Thaís de Cássia Silva Lemos

Esse processo é reflexo das políticas neoliberais criadas na década de 1990, que contribuíram para as dinâmicas do agronegócio e para a exportação. Período esse o sistema de *commodities* se intensificou no Brasil o que além de configurar o sistema econômico influenciou em novas relações regionais, criando assim novas dinâmicas territoriais, com produtos e preços padronizados mundialmente.

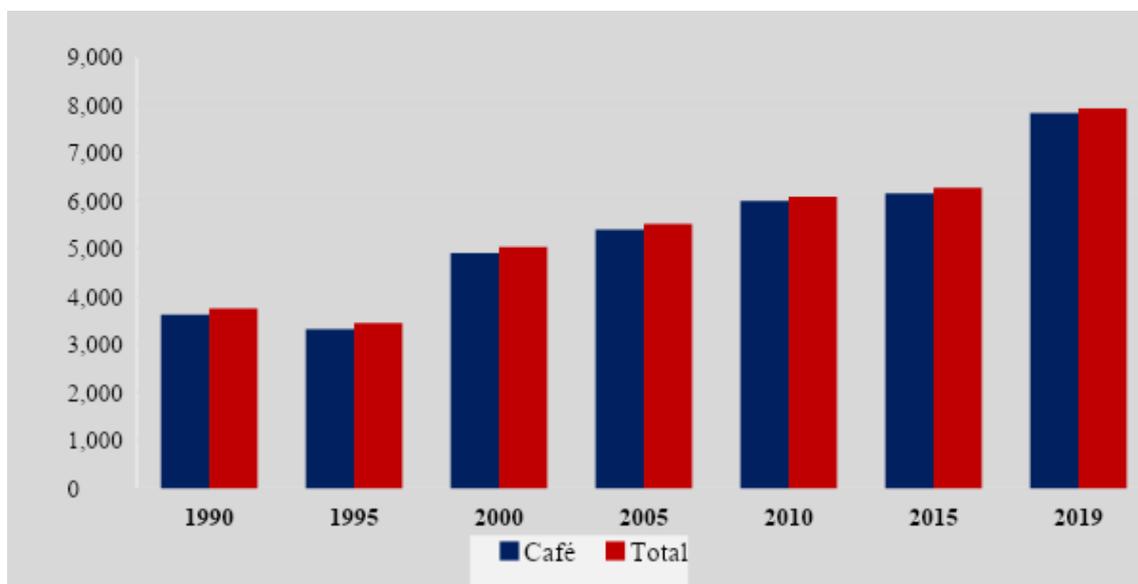


Gráfico 2- Crescimento Total e do Café das Lavouras Permanentes (Hectares) em Poço Fundo-MG (1990-2019).

Fonte: SIDRA IBGE – Produção Agrícola Municipal – 2019, Elaborado por: Thaís de Cássia Silva Lemos

O Estado criou políticas que facilitam as atividades das empresas, principalmente favorecendo o agronegócio e criando novas dinâmicas da divisão do trabalho (FREDERICO, 2012). Para o autor, além de serem políticas que favorecem a produção de *commodities*, elas desfavorecem os pequenos produtores locais. Afinal essas configurações alteram o modo de produzir e as relações comerciais, levando os produtores locais a se inserirem na produção regional, como forma de entrar no mercado competitivo e sucessivamente permanecer no campo.

Os produtores de Poço Fundo e demais lugares do país se inserem em novas dinâmicas da agricultura como forma de conseguir permanecer nos espaços rurais, atendendo os interesses mercadológicos mundial. A expansão agrícola configura-se e transforma os espaços rurais e as cidades, principalmente as cidades pequenas, que são configuradas para atender as novas dinâmicas rurais e alterar a economia local (CORRÊA, 2011). Lojas e empresas de tratores e insumos ganham cada vez mais espaços no território agrário. Além dessas empresas que atendem as necessidades dos produtores rurais, tem aquelas que

compram e vendem, criando novas configurações no espaço e alterando as relações entre campo e cidade.

O agronegócio possui uma relação estratégica no espaço, pois criam-se cadeias produtivas que necessitam de importantes investimentos do capital, com isso as relações no espaço são modificadas a fim de atender os interesses e dinâmicas do capital. O agronegócio muda as relações de uso e troca nos espaços rurais, para atender às ordens do mercado externo, o que é diferente do uso do território dados pelos produtores rurais (CONCEIÇÃO, 2015).

Quando a cafeicultura se insere no espaço agrário de Poço Fundo, ela substitui a produção de outras culturas, entre elas está o arroz e feijão, produtos considerados essenciais para a alimentação. A criação de políticas direcionadas ao agronegócio e a produção de *commodities*, faz com que os produtores tenham dificuldades de continuar produzindo essas culturas “essenciais”, com isso levando a falta deles, pois no primeiro momento a produção cafeeira contribui economicamente para economia local, porém por outra lado essa substituição de cultura, leva a falta desses produtos.

Na Tabela 2 é notável que durante os anos entre 1990 e 2019 as culturas vão perdendo área de produção e sucessivamente como observamos no Quadro 1, dando espaço para a cafeicultura, algumas das culturas tornam-se inexistentes como o alho e a Batata-doce que entre os anos de 2000 a 2010 não possuía área plantada.

Quadro 1- Áreas Plantadas (hectares) Produção Temporárias de Poço Fundo-MG – (1990-2019).

Produções	Anos						
	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2019
Alho	4	2	1	-	-	-	-
Arroz (em casca)	790	670	30	45	5	-	1
Batata-Doce	6	6	.	-	-	20	30
Batata-Inglesa	14	-	102	55	25	61	50
Cana-de-açúcar	80	80	100	88	100	101	101
Feijão (em grão)	550	1600	650	540	80	105	150
Fumo (em folha)	400	160	140	.	.	-	150
Mandioca	20	20	20	15	15	-	2
Milho (em grão)	3400	2100	1490	2280	650	850	1050
Soja	-	-	-	-	-	-	12
Tomate	3	6	20	11	12	30	25

Fonte: SIDRA IBGE – Produção Agrícola Municipal – 2019, Elaborado por: Thaís de Cássia Silva Lemos

O arroz em 1990 possuía 790 hectares de produção, atualmente possui apenas 1 hectare, o feijão também obteve uma queda na qual em 1990 era de 550 hectares, atualmente

é de 101 hectares (IBGE, 2017). A diversificação produtiva foi dando espaço a atividades monocultoras, a área que era destinada para as lavouras temporárias foi reduzida em 70% em 30 anos, em 1990 era de 5.267 hectares oscilou em queda durante o período até 2019, onde atingiu 1.571 hectares (IBGE, 2017).

Silva, Santos e Lima (2001) relatam que os principais fatores que contribuíram para o crescimento agroindustrial do café no Sul de Minas foram pela existência de financiamentos, assistências técnicas, a inserção das novas tecnologias e aumento das exportações. A região possui a maior cooperativa de café do mundo a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (COOXUPÉ) que potencializa ainda mais a produção cafeeira, pois o espaço cria relações que monopolizam as relações econômicas e de produção, conforme aponta Oliveira (2016, p.233): “A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo”.

Entre as diversas cooperativas na região temos a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM), localizada no município de Poço Fundo, que além de inserir seus cooperados no mercado competitivo possui importante influência para a permanência dos produtores no campo, pois a mesma está inserida no *fair trade*, que entre as demandas está de dar vida digna e garantir a permanência dos produtores.

O *fair trade* – comércio justo é uma certificação que procura valorizar a produção dos agricultores, como forma de contribuir para a produção e qualidade de vida dos produtores rurais. Moreira, Nadai Fernandes e Freitas (2011) retratam que a certificação do *fair trade* é destinada a pequenos produtores de café, que estão inseridos em associações e cooperativas, a produção pode ser orgânica ou convencional. Porém para a produção convencional é necessário seguir uma lista de agrotóxicos que não podem ser utilizados, ou seja uma forma mais sustentável de produção.

A COOPFAM junto às multinacionais da região faz com que a produção cafeeira se insira em uma dinâmica global, atendendo os interesses internacionais e exportando para diversos países, contribuindo assim economicamente para o município de Poço Fundo. Assim como a cafeicultura é a produção dominante no município faz com que a cidade também dependa da produção economicamente. Assim a produção cafeeira tem contribuído para a permanência dos produtores rurais no campo, sobretudo com condições de renda, pela valorização dos seus produtos pelo comércio justo. Diante do importante papel da

cooperativa para a produção cafeeira, a mesma tem criado estratégias para garantir que os jovens rurais, a futura geração de cooperados e de produtores continuem no campo e principalmente na produção.

Na Figura 3, podemos observar os principais países de exportação cafeeira da cooperativa, mostrando a forma globalizada que o café se insere.

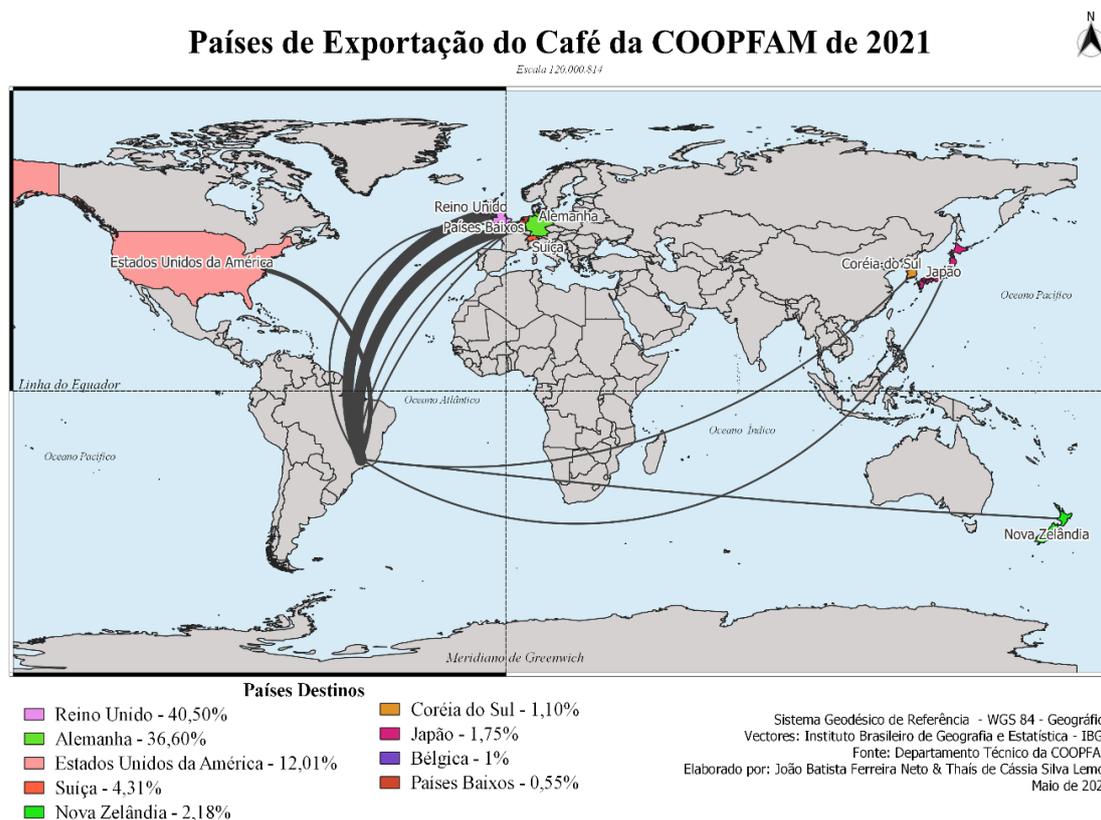


Figura 3 - Principais Países de Exportação do Café da COOPFAM em 2021.

Fonte: Departamento Técnico da COOPFAM. Elaborado por João Ferreira Neto e Thais de Cássia Silva Lemos (2022)

Assim a produção cafeeira tem contribuído para a permanência dos produtores rurais no campo, sobretudo com condições de renda, pela valorização dos seus produtos pelo comércio justo. Diante do importante papel da cooperativa para a produção cafeeira, a mesma tem criado estratégias para garantir que os jovens rurais, a futura geração de cooperados e de produtores continuem no campo e principalmente na produção. A sucessão geracional é uma pauta importante para as discussões agrárias, pois está comprometida pela saída intensiva dos jovens rurais e produtores de modo geral, diante das dificuldades presentes no campo. Com isso a cooperativa possui o papel de auxiliar e criar estratégias para a continuidade dos seus cooperados.

Sendo assim, a cooperativa possui uma responsabilidade social, com a necessidade de procurar alternativas e estimular a sucessão geracional de seus cooperados. Existem diversas causas que influenciam na não permanência dos jovens rurais, sejam elas as relações dentro da propriedade ou até mesmo as dificuldades econômicas. Quanto mais a cooperativa promover e mostrar possibilidades e melhorias de vida, maior será a permanência dos jovens. A COOPFAM, realiza diversos projetos com seus cooperados, principalmente com incentivo financeiro do *fair trade*, essas ações possibilitarão que os jovens consigam ter perspectiva na permanência, pela valorização e incentivo por parte da cooperativa. O interesse do comércio justo é exatamente fortalecer as relações familiares, preocupando-se com as futuras gerações e a continuidade da produção agrícola.

A Sucessão Geracional e Relação Campo-Cidade para Jovens Rurais

Atualmente menos de 20% da população brasileira mora no espaço rural, ocorrente pela a saída dos agricultores de forma contínua do campo. Em um âmbito rural, o processo de urbanização ocorreu em todo mundo, porém de forma diferenciadas entre os países desenvolvidos e não desenvolvidos diante das políticas públicas ocorrentes para esse processo.

Porém no meio rural brasileiro ocorreram diversas mudanças, principalmente pelas políticas de modernização agrícola que favorecem os grandes e médios produtores (ZAGO; 2016). Um dos principais desafios da reprodução social da agricultura familiar é a sucessão geracional. A reprodução social dos agricultores é necessária para a continuidade técnica, econômica, ambiental e social no ambiente rural (WANDERLEY, 2000).

O processo de reprodução social ocorre pela continuidade das propriedades em torno das gerações, de forma intrafamiliar, por diferentes fases, entre elas a de sucessão geracional (SPANVELLO, 2011). Porém, o processo de reprodução social está comprometido em relação à sucessão geracional, pela migração de jovens rurais para os espaços urbanos. As modificações no campo e valorização dos espaços urbanos, contribuíram para a dificuldade na sucessão geracional e com isso a reprodução social dos agricultores familiares.

A falta de sucessores pode comprometer não somente a continuidade de agricultores familiares e suas atividades produtivas, mas também das comunidades rurais, que com o passar dos anos perdem sua população (MATTE; MACHADO, 2016). O processo

sucessório seria a transferência do poder do patrimônio, responsável por dar continuidade das atividades agrícolas e dos saberes culturais (STRAPASOLAS, 2011), porém está comprometido pois com a falta de perspectiva dos jovens de permanecer no campo, faz com que os mesmos não deseje em permanecer, ocorrendo a ruptura do processo.

A saída dos jovens do espaço rural, é um reflexo do despovoamento do campo, a não permanência está associada a diversos fatores. A escolha entre o ficar e sair, não está relacionada apenas em optar em não dar continuidade às atividades rurais da família, mas também pela valorização da educação e do trabalho remunerado fixo que ocorre fora da propriedade (CASTRO, 2005).

Possuem diversas justificativas para a não permanência dos jovens no campo, entre elas a relação campo-cidade. Porém, quando se fala da relação da cidade nesse processo de migração, é comum associar que o campo é um espaço “atrasado” e sem perspectiva e que a cidade é a melhor alternativa. Existe uma “ilusão” em relação a cidade, pois é vista com bons olhos diante das melhores condições de lazer, de trabalhos remunerados e férias. Porém alguns autores como Brumer (2007) e Sturmer (2008), retratam que mesmo que ocorra essa falsa ilusão em relação ao espaço urbano, a migração ocorre mais pelo insucesso do campo do que do sucesso da cidade.

Menezes; Souza e Pereira (2012), também discutem sobre o dilema entre permanecer e sair do campo e os processos de atração são responsáveis por isso:

A saída do jovem do meio rural coloca, em geral, em evidência, os elementos de atração da vida urbana como o trabalho remunerado, horários regulares de trabalho o que possibilita tempo livre para o lazer e estabilidade financeira, existindo uma relação mais atrativa, diferente do lugar de origem, onde as situações não são muito atraentes, como por exemplo: a falta de horários regulares, a falta de férias, a percepção da atividade agrícola como um trabalho penoso, onde o indivíduo se expõe ao calor e ao frio, sendo também uma atividade com rendimentos instáveis e mal remunerada (MENEZES; SOUZA; PEREIRA, 2012, p.3).

A juventude é múltipla e com isso as escolhas de cada jovem ocorrerá de acordo com suas perspectivas e desejos. É importante salientar que compreender sobre a sucessão geracional e as relações que envolvem em sua permanência entre elas a relação campo-cidade, não é delimitar apenas o jovem a permanência no campo, pois se seus pais são agricultores, os mesmos necessitam dar continuidade. Entender a importância da continuidade do jovem e as múltiplas relações que os mesmos estão inseridos, são necessárias para criar estratégias para que os mesmos possam a oportunidade de permanecer, se isso for o desejo, ou seja que o mesmo tenha a opção de dar continuidade a produção.

A migração para os espaços urbanos ocorre por diversos fatores, ter essa compreensão, contribuirá para criação de estratégias para as futuras gerações, como a criação de políticas públicas e organizações que se inserem na agricultura familiar (MATTE; MACHADO, 2016).

Permanecer ou migrar para os espaços urbanos vai depender das condições de vida onde o jovem está inserido, isso ocorre desde as vivências no campo ou até mesmo as oportunidades de trabalhos no espaço urbano da onde o mesmo reside. Brumer (2007), apresenta que as condições no ambiente rural são as que influenciam na tomada de decisão:

É certo que essa combinação do "melhor dos dois mundos" não depende exclusivamente da vontade do jovem, ao contrário, depende, primordialmente, das condições materiais (acesso a bens e serviços) do lugar onde mora, como também da possibilidade de realizar uma renda própria, ter um emprego que, de preferência, possibilite também a realização de um projeto profissional (BRUMER, 2007, p. 60).

Os pais também possuem influências na escolha dos filhos, pois se os mesmos não tiverem boas condições no campo, vão influenciar os filhos a migrarem para os espaços urbanos, para estudos e melhores oportunidades. Esse processo ocorre principalmente com as filhas mulheres, que geralmente não são escolhidas para serem sucessoras da propriedade. Assim as jovens mulheres são as que saem com maior frequência, diante da falta de oportunidades presentes no campo. Abramovay *et. al* (1998) descreve que processo com “viés de gênero” não está relacionada apenas às oportunidades e melhores condições de vida dos espaços urbanos, mas o papel subalterno nas propriedades familiares. Os rapazes são escolhidos e destinados à sucessão, dessa forma são ensinados os saberes administrativos, já as mulheres são consideradas a tarefas reprodutivas (BRUMER; ANJOS, 2012). Processo esse que também ocorre com suas mães, que são ensinadas desde a infância para as filhas mulheres.

Além da relação de gênero, os pais influenciam de modo geral os filhos a continuarem os estudos, Castro (2005) aborda que os discursos dos pais são perspectivas de mobilidade social, pois o trabalho rural aparece como inferioridade, a opção do de permanecer se baseia em um atraso e falta de opção para aqueles que não conseguem estudar.

O estudo torna-se então uma oportunidade de os jovens migrarem, alguns pesquisadores como Abramovay *et. al* (2001) e Ferrari *et. al* (2004) apresentam que a sucessão geracional está relacionada com os estudos, pois aqueles que possuem oportunidade de estudos não desejam retornar para o campo, permanecendo assim no campo aqueles que possuem baixo nível escolar.

A falta de estudos no ambiente rural também é preocupante, para Silvestro *et. al* (2001), os jovens que serão os sucessores possuem um atraso educacional, algo prejudicial, diante aos desafios que jovens enfrentam no futuro. É necessário criar propostas para aqueles jovens de idade escolar, mas também criar programas para aqueles que pararam de estudar, antes de concluir o ensino médio.

A relação educacional está também no primeiro contato dos jovens rurais com o espaço urbano, que ocorre desde a infância, pois com os fechamentos das escolas rurais faz com que os jovens necessitem migrar diariamente para estudar. Circulação que amplia as relações de rede e constroem novas redes sociais (CASTRO; 2005). Esse processo cria novas perspectivas com os ambientes urbanos, pois são apresentados como melhores e superiores ao campo, o que poderá resultar na migração definitiva dos jovens para as cidades.

Existe também o preconceito enfrentado por esses alunos por residirem nos espaços rurais, fator preocupante, pois os mesmos começam a colocar sua moradia rural como um fator negativo. Castro (2005) retrata sobre o cansaço dos jovens e as reclamações de preconceito, pois os mesmos ao chegarem cobertos de poeiras na escola, sofrem preconceitos de professores e colegas, que são classificados como “morar mal” e “chegou as poeira”.

É necessário criar mais Escolas do Campo, voltadas para conteúdo que valorizem as atividades rurais, não que sejam apenas localizadas no campo. As escolas no campo, mesmo que estejam localizadas no campo, possuem currículos das escolas urbanas, com isso não possuem uma valorização das atividades e modo de vida agrícolas. Já a Educação do Campo, além de se localizar no campo, também possui um currículo e dinâmica que valoriza as atividades, cultura e modo de vida dos produtores rurais.

Conti *et. al* (2012) retrata que o sistema educacional brasileiro desde muitos anos, foi voltado para atender e privilegiar as práticas urbanas, não preocupados em atender e desenvolver políticas para as necessidades do espaço agrário. As pautas de educação no campo, surge com as lutas para melhores condições. Os movimentos sociais, sobretudo o Movimento dos Sem Terra (MST), são responsáveis pelas pautas e discussões, para criação de políticas públicas voltadas para o campo.

A Educação no campo ocorre por meio dos movimentos sociais e da educação popular, que é mobilizada pelo povo, para educar o povo. Além de uma valorização das

atividades agrícolas a educação popular possui o objetivo de educar os educandos de forma crítica para a compreensão da exploração e as classes sociais, onde o latifúndio é dominante:

Porém esse processo não ocorre por parte da educação tradicional, que beneficia a classe dominante, ela nasce por meio dos movimentos sociais e mobilizações dos moradores locais, que se inserem na contrapartida da educação bancária e capitalista, pois esse movimento não surge dos interesses dos dominantes, principalmente em um país com a bancada ruralista e movimentos que favoreçam o latifúndio: Do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades. Toda vez, porém, que a conjuntura o exige, a educação dominante é progressista à sua maneira, progressista “pela metade”. As forças dominantes estimulam e materializam avanços técnicos compreendidos e, tanto quanto possível, realizados de maneira neutra (FREIRE, 2003, p.28).

A classe dominante não possui interesse de criar políticas voltadas para a Educação do Campo, afinal a Bancada Ruralista presente no congresso jamais aprovaria uma educação voltada para o povo e que seria um movimento de luta e de entendimento sobre a exploração da parte dominante, resultando em uma luta coletiva pela Reforma Agrária. Assim, permanecer no campo torna-se uma forma de resistência diante da exploração aos produtores e as dificuldades de permanência.

Outro momento da relação dos jovens rurais com a cidade é por meio do mercado de trabalho. A renda é um dos elementos que contribuem para a tomada de decisão dos jovens em permanecer no campo, pois no lugar onde os mesmos tiverem condições de permanecer, os mesmos optaram em ficar, diante das condições financeiras. Porém a autonomia financeira rural para os jovens ocorre de forma diferente, visto que os mesmos trabalham de forma familiar e diversas situações não possuem direito a parte da renda, já que a renda é familiar, fazendo com que o mesmo não possua autonomia financeira. Os jovens então se tornam dependentes financeiramente dos seus pais, por não possuírem renda própria, suas atividades na propriedade fazem parte da “ajuda familiar”, conseqüentemente eles necessitam de pedir dinheiro para os pais, seja para comprar algo de uso pessoal ou para alguma atividade de lazer (STÜRMER).

O acesso à terra também interfere no processo de renda, pois diante da forma da distribuição de terras no país, os jovens rurais na agricultura familiar, possuem direito à terra por meio de herança, que ocorre apenas com a falta do pai, responsável pelas demandas de produção diante das relações patriarcais:

Fica reservado ao homem realizar a ligação fundamental com a terra, garantindo a ele o poder de deliberação sobre a produção, a forma de produzir, por quem e quando produzir. Dada esta sua responsabilidade de comando, os méritos

financeiros e, portanto, os resultados em termos de capital, quando positivos, ficam reservados a ele (LUSA, 2012, 98).

Diante disso as atividades no espaço urbano são vistas como melhores, pela relação do trabalho remunerado. Os trabalhos nos espaços urbanos normalmente garantem um salário fixo, direitos trabalhistas, férias, o que é visto com bons olhos pelos jovens rurais. Stürmer (2008), destaca outros aspectos negativos apontado pelos jovens:

Entre os aspectos negativos, são destacados: a ausência de férias, de fins-de-semana livres e de horários de trabalhos regulares; a atividade agrícola penosa, dura e difícil, submetendo os trabalhadores ao calor e ao frio e a posições de trabalho pouco confortáveis; e os rendimentos baixos, irregulares e aleatórios; além de pouca opção para diversão (STÜRMER, 2008, p.99).

Stürmer (2008), também aponta que os jovens também sofrem dificuldades nos ambientes urbanos, com relatos de muitas horas trabalhadas e o alto custo de vida. Portanto as relações presentes no ambiente que os mesmos estão inseridos vão definir a decisão dos mesmos em migrar ou permanecer no campo, tudo vai depender do que o campo ou a cidade tem a oferecer. Por isso a necessidade de criar estratégias para que jovens consigam ter a oportunidade de dar continuidade às atividades agrícolas e sobretudo permanecer no campo.

As Condições de vida Jovens Rurais de Poço Fundo

A modernização agrícola alterou o modo de produzir e o que produzir, alterando as questões regionais, que se adaptaram para atender os interesses da ótica capitalista. Porém nem todos os produtores tiveram condições na produção modernizada e com isso houve a necessidade de migrar para as cidades, à procura de melhores condições. Esse processo ocorre até os dias atuais, visto que as dificuldades ainda são frequentes no campo. A população rural em todo país representa apenas 15,6%, uma queda de 2 milhões de pessoas em comparação aos dados de 2000 e 2010 (IBGE, 2000 e 2010). No estado de Minas Gerais apenas 17,24% (IBGE, 2010) da população é rural, mesmo que possua diversos municípios que dependem da produção agropecuária para economia, a população rural é bem inferior do que a população urbana.

Mesmo com a transformações presentes no espaço agrário ocorreram em todo país, as dinâmicas de permanência e perspectiva de vida no campo, ocorreram de acordo com as relações presentes em cada lugar, seja elas as relações que os indivíduos possuem com o espaço e principalmente a renda e modo de vida dos produtores.

As relações campo-cidade são um dos principais eixos da construção da perspectiva dos jovens em suas expectativas de permanência. As oportunidades de estudos, de trabalho como já mencionado são pontos atrativos para a migração desses jovens.

A mobilidade com espaço urbano dos jovens pode se dar diariamente ou semanalmente diante das necessidades dos mesmos com o ambiente urbano. Dos jovens entrevistados, 43% residem parcialmente nos espaços rurais e 57% residem apenas no espaço rural. Os que residem parcialmente na propriedade rural, ocorre por conta dos estudos e trabalho, que dificulta os mesmos se deslocarem todos os dias para o espaço urbano, retornando para o espaço rural aos fins de semana.

Dos 43% que residem parcialmente no espaços rurais, 33% deles residem em outro município, no caso de Poços de Caldas (99,1 km de distância do município), por fazerem faculdade e a distância entre os municípios impossibilitam que os mesmos se desloquem diariamente para o município, como ocorre com os demais jovens, que migram diariamente para os municípios de Alfenas (49,5 km de distância) e Machado (16 km de distância) diariamente para os estudos, que pela distância dos municípios é mais viável o deslocamento diário.

Dos entrevistados 71% deles estão cursando, seja universidade ou curso técnico, como apresentado no quadro a seguir. Os demais 29% não cursam nenhum tipo de universidade ou curso técnico, porém ambos finalizaram o Ensino Médio, apenas um dos que não estudam relataram não possuir vontade de realizar algum curso, os demais relataram que no momento não pretendem, porém ambos sabem da importância dos estudos, principalmente para cursos que possam contribuir para a produção familiar da cafeicultura. O curso citado por desejo deles é de Agronomia.

Quadro 2 - Instituições e Curso que os Jovens Entrevistados cursam

Cursos Técnicos/Universitários	Instituição/Município
Ciências Biológicas	IFSULDEMINAS Campus Machado
Direito	PUC Minas - Campus Poços de Caldas
Técnico em Agropecuária	IFSULDEMINAS Campus Machado
Administração	UNOPAR - Machado

Cursos Técnicos/Universitários	Instituição/Município
Ciências Biológicas	IFSULDEMINAS Campus Machado
Matemática	UNIFAL - Campus Alfenas
Psicologia	PUC Minas - Campus Poços de Caldas
Administração	IFSULDEMINAS Campus Machado
Estética	UNIFENAS - Campus Alfenas
Técnico em Agropecuária	EFA - Natalândia
Técnico em Agropecuária	EFA - Natalândia

Fonte: Trabalho de Campo e entrevistas onlines 2022

O processo de migração desses jovens para os espaços urbanos, por conta dos estudos, pode alterar e modificar as relações dos mesmos diante ao espaço rural, pois são apresentados aos novos modos de vida, de lazer, que podem ser vistos como melhores do que os do ambiente urbano. A vida universitária modifica a percepção dos estudantes diante ao mundo, durante os anos os mesmos podem mudar suas perspectivas de vida, diante dos novos rumos que suas vidas forem apresentadas. Menezes, Souza e Pereira (2012), apresentam que os jovens que ingressam ao ensino superior, passam por mudanças no modo de agir, pensar, diante das experiências na vida acadêmica, formações que podem distanciar do modo de vida da vida rural. Algo que é comum, afinal nem todos os cursos dos jovens entrevistados nesta pesquisa são de cursos voltados para as dinâmicas rurais.

Diferentemente do que acontece com os jovens da pesquisa apresentada por Abramovay (1998), os jovens da COOPFAM, mesmo que tenham finalizado a educação básica ou até mesmo estejam cursando uma universidade, possuem o desejo de permanecer no espaço rural, seja como produtor ou até mesmo para contribuir com o gerenciamento da propriedade. A cooperativa possui reflexo na continuidade dos jovens aos estudos, visto que a mesma possui parceria com algumas instituições entre elas o IFSULDEMINAS Campus Machado, município vizinho de Poço Fundo. Uma das exigências da cooperativa para seus cooperados é que os filhos dos cooperados terminem ao menos o Ensino Médio, como forma de que os mesmos incentivam os filhos a continuarem estudando.

Os jovens assim acabam criando um interesse em dar continuidade aos estudos, principalmente para aplicar os conhecimentos na propriedade, como menciona uma das entrevistadas.

O intuito de eu entrar no curso de administração foi esse, aprender umas técnicas na faculdade, que eu pudesse administrar o meu café, minhas coisas e minha propriedade... Foi por conta do meu pai que eu escolhi o curso de administração, porque ele falou para eu fazer e ajudar ele com as coisas na propriedade. Ele me incentivava pois para ele estudar era importante, pois ele não havia estudado e isso fez falta para ele, pois essa parte de lidar com o papel, essas coisas assim, ele tinha dificuldade e ele pedia para eu estudar, para ajudar ele nessa parte (J, 20 anos).

O que foi notável durante as entrevistas mesmo aqueles jovens que deram continuidades aos estudos, existe o desejo de permanecer no campo, apenas um dos 14 jovens entrevistados relatou que não deseja sucessor de seus pais, porém por outro lado ele possui o desejo de continuar produzindo no campo, porém de forma menor. Os outros jovens que também cursam demais cursos, que não estão voltados à produção agrícola, também possuem o desejo de voltar para o campo, mesmo realizando a profissão que estão formando.

Isso é reflexo da construção do indivíduo com o espaço que está inserido. Os agricultores familiares, são inseridos no modo e meio de produção desde crianças, onde suas relações ocorrem por meio do trabalho dos pais, da relação com os familiares e vizinhos, suas relações ocorrem naquele espaço, de que forma afetuosa os mesmos criam uma relação de pertencimento. O espaço rural diferentemente é organizado pelos seus habitantes em seus laços familiares e de vizinhança, o campo é construído a partir das relações desses sujeitos que habitam. A relação de pertencimento dos mesmos com o campo, faz com que os mesmos tenham esse desejo de retornar ou continuar no campo, isso repercute na fala dos mesmos, que retratam que o campo é o lugar deles e que não se vêm morando em outro lugar.

As dinâmicas de lazer também fazem parte das questões e relações com o lugar. Pela pouca alternativa de lazer no espaço rural, a cidade torna-se um atrativo nesse quesito, seja pelas maiores oportunidades ou até mesmo pelos ciclos de amizades. O lazer faz parte da construção da identidade desse jovem, fazendo parte ferramenta social desse jovem, suas relações com demais jovens sejam eles nos espaços urbanos ou até mesmo no seu bairro rural, será responsável por contribuir para a construção individual de cada jovem. Oliveira fala sobre as poucas opções de lazer no campo:

Em relação aos moradores do campo, o lazer precisa ser observado com um olhar mais atento, pois ao contrário dos centros urbanos, no meio rural são poucas (e/ou outras) as opções de lazer disponibilizadas, assim como são poucos os estudos que tratam diretamente o lazer para as pessoas residentes no campo. Podemos afirmar que o que vem acontecendo é que o interesse dos jovens vem se transformando diante da diluição das fronteiras entre campo e cidade, onde os modos de lazer da cidade se tornam mais atrativos para os jovens rurais do que os do campo. Diante deste cenário faz-se necessário uma reflexão a respeito das possibilidades de se ampliar às formas de lazer no campo, de forma a responder o interesse dos jovens em contato com outros valores que os têm aproximado dos jovens da cidade (p.57).

Para os jovens entrevistados o lazer está associado aos encontros com os amigos, namorados, familiares, que ocorrem tanto nos espaços rurais como nos espaços urbanos. Por se tratar de uma cidade pequena os espaços e diversidades de lazer também são limitadas, não possuindo muitas variações como ocorrem nas médias e grandes cidades.

A renda como já mencionado é um dos fatores que levam a migração dos jovens para as cidades, porém a cafeicultura do município tem contribuído para a continuidade dos produtores no campo, sobretudo dos jovens que têm observado o resultado dos pais diante da produção cafeeira.

A relação dos jovens com a cafeicultura começa desde sua infância, onde os mesmos acompanham seus pais na produção, além de ser uma produção que ocorre dentro da propriedade, onde os mesmos estão presentes no ambiente, faz com que ocorra uma relação de proximidade com a produção. Criando uma relação com a produção e ambiente rural, afinal essa produção faz parte do modo de vida de sua família.

As produções agrícolas possuem fatores climáticos que podem interferir na produção, sucessivamente na renda, ao perguntarem para os jovens sobre as maiores dificuldades presentes no ambiente rural, na maioria das respostas os mesmos falavam sobre as questões climáticas, que podem afetar o modo de produção, além de se tratar de um trabalho mais pesado, bruto e cansativo. O trabalho no campo é cansativo, a renda é incerta, pois ela ocorre anualmente e por diversos fatores como produção, cotação, ela pode se diferenciar, o que também é visto como uma das dificuldades de permanência no campo, por essa oscilação dos preços.

O Brasil diante das crises políticas e econômicas vivenciadas atualmente, tem gerado grandes índices de pobreza e de fome. De acordo com a Oxfam Brasil em 2022, 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer, com um aumento de 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome em menos de um ano. A pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa

e Soberania Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), mostram que 58,7% da população brasileira convive em segurança alimentar em algum grau, levando o país a regredir o patamar equivalente na década de 1990 (OXFAM BRASIL, 2022). Porém a fome também atinge a agricultura familiar, o Inquérito Nacional sobre Insegurança alimentar apresentou em seu relatório em 2022, que 22% dos agricultores familiares estão atingidos pela fome. Isso ocorre pela falta de políticas públicas voltadas para os agricultores familiares, pois em contrapartida à fome dos agricultores familiares, o agronegócio tem crescido, com aumento nas exportações, de acordo com IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica), que entre janeiro a abril de 2022 o agronegócio registrou um superávit de US\$ 43,7 bilhões, com um crescimento de 34,9% das exportações em relação ao ano anterior.

Mesmo diante das dificuldades presentes no campo a cafeicultura no município tem gerado bons resultados para os produtores e é vista como alternativa para os jovens, que já fazem parte da produção cafeeira, 64% dos entrevistados produzem de forma individual e 36% de forma coletiva com os pais, porém por se tratar de uma produção familiar, ambos contribuem para a produção. Dos que produzem individualmente 70% deles é de produção de café orgânico, produção que possui um valor mais agregado no produto final e que tem contribuído para a inserção dos produtores na produção cafeeira pelo custo baixo de produção e assim na continuidade dos mesmos no campo.

Uma forma de incentivar os filhos a continuarem na produção e se tornarem sucessores é separando uma parte dentro da propriedade para a produção dos filhos, em relação aos entrevistados, 87% relataram possuir um espaço dentro da propriedade para a produção, não necessariamente para a produção cafeeira, entre essa porcentagem está homens e mulheres, não ocorrendo uma divisão de gênero em relação a produção e sucessivamente da sucessão geracional. Os outros 13% não possuem, porém desejam em algum momento ter um espaço na propriedade para a produção.

Além do incentivo dos pais, existe o incentivo da cooperativa, que possui um Grupo de Jovens, que são inseridos filhos de cooperados e jovens de modo geral, até mesmo jovens residentes do espaço urbano, como forma de promover o comércio justo, com criação de diversos projetos que integram os jovens dentro da cooperativa. Porém para os jovens que possuem produção cafeeira a cooperativa tem estruturado um projeto que vai contribuir e custear a produção cafeeira desses jovens.

Ao serem questionados sobre o futuro deles na cafeicultura e na propriedade, o desejo dos jovens é continuarem na produção cafeeira mesmo que em menor proporção por

dar continuidade aos estudos ou pela profissão que ambos também desejam exercer. Porém para aqueles que querem e desejam continuar com a produção cafeeira, no futuro existe o desejo de aumentar e ampliar a produção, com maior espaço para a produção.

A cafeeicultura para esses jovens faz parte do modo de vida deles, o desejo de continuarem na produção e no modo de cultivo dos pais é algo que os mesmos esperam para o futuro, mesmo que em conjunto realizem outras funções. Por isso a necessidade de políticas públicas para a continuidade dos jovens no campo, pois para que os mesmos possam a oportunidade de permanecer no campo se for do desejo.

A produção cafeeira no município tem gerado bons resultados tanto diante da economia do município, mas também na garantia da sucessão geracional.

Considerações Finais

O êxodo rural é contínuo, visto que a população rural continua saindo do campo diante das dificuldades presentes. Essa migração ocorre de forma seletiva, pois os que saem com maior frequência são os jovens e as mulheres. Essa migração por parte dos jovens, tem comprometido a sucessão geracional, que é vista como um importante elemento para a continuidade dos agricultores familiares, não somente na produção, mas também as questões culturais e sociais, que são comprometidas com a saída dos jovens. A sucessão não é apenas para mudar a ordem e dono do patrimônio, mas é dar continuidade ao modo de vida dos produtores.

A renda é um dos principais fatores de permanência da agricultura familiar, pois onde os produtores conseguem se manter, a permanência é garantida. A falta de oportunidades no campo, faz com que o espaço urbano seja visto como a melhor alternativa, levando a migração dos jovens, que são inseridos no ambiente urbano desde o processo educacional, transformando a relação dos mesmos com a cidade.

Porém, a vivência no ambiente rural também contribui para a relação dos mesmos com o lugar, fazendo com que a decisão de permanecer ou migrar ocorra não em um aspecto geral, mas de dinâmicas de o que aquele espaço oferece para esse jovem, seja no ambiente rural ou urbano, pois em situações de cidades pequenas, que não possuem muitas ofertas de emprego, migrar também não torna-se a solução. Além disso, os desejos individuais também influenciam na tomada de decisão, afinal o jovem pode ter outros desejos e anseios de vida além de dar continuidade a produção agrícola dos pais.

O desejo de permanência dos jovens entrevistados está relacionado a três fatores importantes, o primeiro direcionado a produção cafeeira no município que tem gerado bons resultados para a renda familiar e para a economia do município; segundo fator direcionado ao papel da cooperativa e os projetos realizados para fortalecer a permanência dos jovens no campo e a qualidade de vida dos produtores de modo geral e terceiro e último fator a relação de pertencimento dos jovens com o local, fazendo com que os mesmos desejem permanecer pelas relações afetivas com o lugar. Pois para eles o seu lugar é o campo, mesmo aqueles que desejam dar continuidade a outras atividades, ainda desejam continuar produzindo o café, pois a produção faz parte do modo de vida dos jovens rurais de Poço Fundo.

Diante disso criar novas oportunidades de produção e permanência dos jovens rurais no campo, contribuirá para a reprodução social da agricultura familiar, visto que eles possuem desejo de permanecer no campo, o que influencia são as oportunidades diante de cada lugar e a relação dos mesmos com o campo e com a produção.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R, *et al.* **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios.** 1998.

ABRAMOVAY, R. *et al.* Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural.** 2001.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. (Org). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.

BRUMER, A; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera,** n. 12, p. 6-17, 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO FUNDO. **Caracterização do Município de Poço Fundo.** Disponível: <http://camarapf.mg.gov.br/volume-ii-caracterizacao-do-municipio-de-poco-fundo/>. Acesso 12 de Maio de 2021.

CASTRO, E G de. O Paradoxo ‘Ficar’ e ‘Sair’: caminhos para o debate sobre juventude rural. **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos),** 2005.

CONTI, Valquiria et al. O papel da escola na formação dos guardiões mirins das sementes crioulas de Ibarama–RS. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária “Territórios em disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro,** 2012.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP.** São Paulo, n.30, 2011. p. 05-12.

FERRARI, D. L, et al. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2004, vol. 12, no 2, p. 237-271.

FERREIRA, M. F. M, et al. Geomorfologia da Área de Proteção Ambiental do Rio Machado, Sul de Minas Gerais. **Caderno de Geografia**, 2019, vol. 29, no 1, p. 36-57.

FREDERICO, S. Imperativo das exportações e especialização agrícola do território brasileiro: das regiões competitivas à necessidade de regiões cooperativas. **Geografia**, v. 37, n. 1, p. 5-18, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Editora Paz e terra, 2014.

GONÇALVES. A. **Agroecologia, saber local e mercado-um estudo sobre a Agricultura Familiar de Poço Fundo-MG**. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte da exigência do curso de Mestrado em Administração. Área de concentração em Gestão Social. Ambiente e Desenvolvimento, para obtenção de mestre. Lavras, 2003, p.195.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades: Minas Gerais Poço Fundo** 2010. Disponível: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/poco-fundo>>. Acesso em: 20 de Novembro de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário** 2006. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 20 de Novembro de 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sidra**, 2018. Disponível: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acesso em: 20 de Novembro de 2021.

LUSA, M.G. Relações De Gênero No Campo: A Superação Dos Papéis Tradicionais Como Desafio À Proteção Social Básica E O Papel Dos Assistentes Sociais. **Gênero**, Niterói, v.13, n1, 2012, p.93-107.

LYRA, A.C. Da Fazenda à Cidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V. 13, n.1. 2013, p.137-150.

MATTE, A; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 18, n. 37, p. 130-151, 2016.

MENEZES, A. E. N; DE SOUZA, B. S.; PEREIRA, V. S. S. Perspectivas da juventude rural no ensino superior. **VI Colóquio Internacional de “educação e contemporaneidade”**. São Cristóvão-SE, 2012.

MOREIRA, C. F; NADAI FERNANDES, E. A.; FREITAS VIAN, C. E. Características da certificação na cafeicultura brasileira. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 13, n. 3, 2011.

OLIVEIRA, A. U. **Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

OLIVEIRA, E. G. de. O lazer e a melhoria da qualidade de vida dos jovens rurais de São João Evangelista-MG. Caratinga-MG, 2006.

SPANEVERELLO, R. M. et al. A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, v. 45, n. 2, p. 291-304, 2011.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri, 2001.

STRAPASOLAS, V. L. Os Desafios da Sucessão Geracional na Agricultura Familiar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.26-29, 2011.

STURMER, N. R. **O mundo rural em transformação: possibilidades e perspectivas para os filhos de agricultores familiares em Barra Bonita (SC)**. 2008. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

WANDERLEY, M.N.B. A Valorização da Agricultura Familiar e a Reivindicação da Ruralidade no Brasil. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora da UFPR, nº2, p.29-37, 2000.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, 2016, vol. 21, p. 61-78.

Cafeicultura e especialização produtiva nas pequenas cidades da Região Geográfica Imediata de Alfenas-MG: dinâmicas rurais e urbanas na commoditização do território

Guilherme Guiari Silva Correia⁵
Mariana Romanzini Freire⁶

Introdução

As dinâmicas da (re)produção humana e espacial sob a égide do capitalismo nunca foram tão únicas quanto nas últimas décadas de nossa história. A globalização econômica, seguida por uma mundialização cultural e tecnológica, continuam alterando o cotidiano das pessoas hodiernas tanto quanto os atuais modos de produção e de (re)produção espacial. Da mesma forma, e resultado e resultante desse processo, os avanços dos meios comunicação e de transportes propiciados pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1985, 1988, 1996, apud. ELIAS, 2005) transformaram as relações de interdependência das cidades e dinamizaram a divisão social e territorial do trabalho. As metrópoles e as grandes cidades são, comumente, vistas como a paisagem onde essas novas relações humanas se apresentam de forma mais explícita e é inegável que esses espaços são o lugar ideal para enxergarmos essa problemática. Por esse motivo, por muito, a ciência geográfica valorou a análise desses grandes centros urbanos buscando entender as relações humanas nesses espaços amplamente capitalizados.

Essa questão está intimamente relacionada com as tendências de investimentos e de capital, principalmente no século XX, propiciadas pelas relações econômicas pré estabelecidas pela continuidade histórica da nossa realidade produtiva. Neste período, tanto no Brasil, quanto no mundo houve a primeira tendência em concentrar as principais atividades econômicas em alguns únicos centros urbanos causando uma concentração de bens, serviços e pessoas, o que depois veio a ser conhecido como metropolização e, conseqüentemente, deixando enormes vazios demográficos por boa parte do território nacional. No Brasil, principalmente entre as décadas de 1950 e 1980, houve uma intensa aglomeração a estas áreas visto que os principais focos de atividades econômicas concentravam-se ali, atraindo migrantes de diversas regiões do país. (ELIAS & PEQUENO, 2005, p. 17).

⁵ Graduando em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Alfenas-MG

⁶ Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas-MG

No entanto, a inserção brasileira na ordem econômica mundial alterou não só as relações mercadológicas, mas, inclusive, dinamizou o território nacional através de uma intensa urbanização. Essa inclusão do Brasil na economia mundializada influenciou fortemente na organização do território nacional e nas suas dinâmicas demográficas, o que, por resultado, causou um acelerado processo de urbanização e de crescimento populacional. A ampliação e os avanços nos transportes e nas comunicações, uma nova divisão social e territorial do trabalho, adjuntos ao grande índice de migrações são alguns resultantes desse processo. (SANTOS, 1988, p. 90).

Foi na temporalidade do meio técnico-científico-informacional que a urbanização brasileira reverteu seus antigos padrões, contrastando a paisagem daquela existente antes do citado sistema temporal. A globalização econômica e suas consequências tecnológicas de avanço dos meios de comunicação e transporte possibilitaram o que Santos (1988c, 1990b, 1993, 1994) apud. Elias (2005) denominou de *involução metropolitana*, redistribuindo a população brasileira por vários “pontos e manchas” pelo país aliado à descentralização da indústria e da capitalização do campo produtor. A partir da década de 1970, duas variáveis dinamizaram, ao mesmo tempo, o espaço geográfico nacional. Por um lado, houve a manutenção e o constante aumento do tamanho e da importância das metrópoles nacionais. Conquanto, por outro, devido a essa redistribuição espacial da população brasileira, ocorre o surgimento de várias cidades médias e pequenas, auxiliadas pela nova divisão social e territorial do trabalho e sustentadas pelo meio técnico-científico-informacional. Assim sendo, como aponta Elias e Pequeno (2005, p. 14), em 50 anos o Brasil passa por uma verdadeira inversão distributiva da população nacional.

No período de cinquenta anos, ocorre uma verdadeira inversão da distribuição da população no Brasil. Utilizando dados do IBGE para o período no qual se processa uma verdadeira inversão da urbanização brasileira, teríamos que em 1940, somente 31% da população viviam em áreas urbanas, índice que atingiu os 77%, em 1991. Entre 1940 e 1980, o crescimento da população brasileira é extraordinário, em especial nas cidades. Enquanto a população total aumentou cerca de 200% (77,7 milhões de habitantes), a população urbana cresceu mais de 525% (67,6 milhões de habitantes), ou seja, enquanto a população total triplicou num período de quarenta anos, a população urbana cresceu praticamente 6,5 vezes. Por sua vez, o número de municípios aumentou 153% no mesmo período, variando de 1.574 em 1940 para 3.987 em 1980. Esse número crescerá ainda mais após a promulgação da Constituição Federal de 1988, atingindo atualmente a mais de cinco mil municípios. (ELIAS & PEQUENO, 2005, p. 14)

Dessa forma, a urbanização brasileira deixa de ser apenas litorânea e concentrada unicamente nas suas principais cidades e passa a ocupar – cada vez mais – áreas periféricas

do território nacional o que por conseguinte desencadeou uma intensa gama de transformações espaciais e de cunho demográfico, econômico e social nas áreas mais longínquas do país adjunto à construção e manutenção das grandes cidades brasileiras. A rede urbana brasileira, torna-se, então, muito mais dinâmica e complexa. Há o surgimento de inúmeras cidades pequenas, cada qual com suas especificidades visto o fator dispersor desse momento histórico. Ainda assim, há o caráter concentrador que ainda atrai um contingente significativo de pessoas para as metrópoles (ELIAS & PEQUENO, 2007, p. 28), o que corrobora com a complexidade da “nova” rede urbana brasileira.

Outros fatores que solidificaram esse dinamismo do espaço brasileiro, segundo Elias e Pequeno (2005, p. 15), foram a reestruturação produtiva da indústria e da agropecuária, esse último mostrando-se tão importante quanto o primeiro na reprodução do espaço, inclusive capaz de reestruturar toda uma gama de cidades e, além disso, originar pequenos centros urbanos devido às suas dinâmicas produtivas e espaciais. Ademais, a expansão dos serviços e do comércio, as novas localidades das indústrias devido à luta dos lugares pelos investimentos de produção, o aumento da qualidade do trabalho intelectual e a expansão das indústrias de base tecnológica aliada às novas formas de consumo, movimentos migratórios, entre outras variáveis, foram primordiais para o resultado dessa ampla rede urbana brasileira particularmente diversa.

Então, o Brasil chega ao século XXI com um território altamente diverso, extremamente mais complexo do que foi outrora, àquele anterior ao período técnico-científico-informacional. Essa questão refuta o pensar de um Brasil urbano e de outro rural. Esse aspecto, como denota Elias e Pequeno (2007, p. 28-29) revela uma necessidade de revisar uma série de conceitos para que consigamos considerar a complexidade da realidade totalizante do espaço atual. Aqui desperto, como outros autores já o fizeram, a necessidade de pensarmos esses pequenos centros urbanos para além do insuficiente discurso demográfico, o que limita a amplitude da análise e prejudica o entendimento do espaço geográfico atual e a dinâmica da realidade concreta já que as hodiernas relações globalizadas alteram o espaço e os interconectam através de uma complexa relação em rede ditadas, principalmente, pelos interesses do capital.

Corrêa (2011, p. 10), ao estudar as pequenas cidades e suas dinâmicas, aponta que as consequências dessa ordem econômica globalizada a esses centros deram-se de duas formas. De um lado aumentou-se a possibilidade de comunicação desses pequenos centros com outros maiores: cidades regionais, nacionais e até globais. Entretanto, essa mesma dinâmica

causou a perda de importância de diversas pequenas cidades que estavam na confluência de rotas comerciais, antes utilizadas dado a precariedade das vias de transporte brasileiro, principalmente antes da década de 1970. O mesmo autor, em 2004, já se preocupava e discutia as pequenas cidades, tentando exercer algumas tipologias e conceituações a esses pequenos centros. Segundo ele, existiriam então, os “Prósperos lugares centrais”, que são cidades nas quais distribuem “produtos para as atividades agrícolas e para a população, que tem nível de demanda relativamente elevado. A prestação de serviços é também importante. Podem, em muitos casos, realizar o beneficiamento da produção agrícola” (CORRÊA, 2004, p. 75-76). Os “Pequenos centros especializados”, que seriam aqueles onde a modernização da agropecuária “esvaziou a hinterlândia desses centros, mas capitais locais ou de fora foram investidos em atividades industriais, via de regra uma ou duas, que garantem a permanência da pequena cidade que, em alguns casos, pode mesmo crescer econômica e demograficamente” (idem, 2004, p. 75-76). Os “Pequenos centros transformados em reservatórios de força de trabalho”. “No primeiro subtipo o esvaziamento do campo gerou a perda de inúmeras funções centrais”, resultando “em centros habitados por assalariados rurais com emprego temporário. (...)” (idem, 2004, p. 75-76). E por fim os “Pequenos centros em áreas econômica e demograficamente esvaziadas”, onde o processo migratório desequilibrou a estrutura etária e a proporção dos sexos. Nesse pequeno centro a renda da cidade é em grande parte advinda de emigrantes que enviam parte da renda para os familiares remanescentes, ou mesmo vinda de aposentadorias de trabalhadores agrícolas (idem, 2004, p. 75-76).

Há ainda, segundo Corrêa (2011), os subúrbios-dormitório. Estes, segundo o autor, estão há uma distância de médios centros urbanos ou de cidades maiores que possibilitam as migrações pendulares. Ademais, a relação dessas cidades com o campo dá-se, normalmente, de duas formas, ou porque atraem excedentes rurais, ou pela “instalação e especulação imobiliária de sítios de fim de semana, normalmente de propriedade da população das cidades maiores circunvizinhas”. (CORRÊA, 2011, p. 12).

Andrade e Alves (2021), corroboram com a preocupação em discutir essas pequenas cidades e suas especificidades e que é necessário tentar entender as características locais destes pequenos centros, sua função regional, sua área de influência e atividades econômicas, claro, entre outros aspectos, os interrelacionados, assim como considerando, adjunto à outros aspectos, o tamanho populacional e as questões demográficas. Em um exercício de tentar avançar nas discussões da conceituação das pequenas cidades, os mesmo autores pensam a cidade como um centro que não ultrapasse os 20 mil habitantes, que tenha forte

aderência ao mundo rural e as atividades agropecuárias, que sua mobilidade populacional deve ser fraca devido à falta de grandes centros ou de regiões metropolitanas, além de um baixo poder de atração industrial e tecnológico, que apresente uma baixa infraestrutura e seja dependente de maiores centros e ainda possuam aspectos simbólicos e culturais tradicionais no contexto populacional.

Os autores, exercitando também a conceituação desses centros urbanos elencam algumas tipologias de cidades pautando-se em suas particularidades produtivas e sociais. Para os autores, existem ainda as “cidades rurais de agricultura familiar” onde ainda “há uma organização sociocultural e produtiva que perdura, em partes, até os dias atuais, com a formação de bairros rurais com peculiaridades típicas das sociedades “caipiras” (ANDRADE E ALVES, 2021, p. 77)”. As “cidades rurais de agricultura comercial e do agronegócio”, que são aquelas “que atendem as demandas de grandes unidades industriais de capitais externos” (idem, 2021), as “pequenas cidades com importantes atividades industriais”, “as pequenas cidades turísticas de estâncias hidrominerais”, há também “cidades pequenas com desenvolvimento turístico atrelado aos recursos naturais” e por fim as “pequenas cidades dormitório”, – que assemelham-se à conceituação de subúrbios-dormitório de Corrêa (2011) – que seriam aquelas cidades em processo de decadência econômica, com alto índice de migrações pendulares que deslocam-se para trabalhar ou estudar nas cidades médias circunvizinhas (idem, 2021).

O que nos parece praticamente unânime é pensar a análise espacial dessas pequenas cidades com sua inter-relação dialética entre urbano e rural. Comumente, é presente na paisagem desses centros urbanos ruralidades que se misturam à urbanidade hodierna. Analogamente, o campo, tende-se a cada vez mais se mecanizar, industrializar e tecnificar reforçando que rural e urbano não se contradizem, mas, ao contrário, se legitimam como espaço de continuidade das relações humanas exercidas espacialmente. Desse modo, o pensar as pequenas cidades é pensar em sua relação direta e dialética com a agropecuária e se isso faz-se verdade, na cidade pequena essa relação é mais explícita. Nessa perspectiva de raciocínio, Denise Elias vem discutindo desde a década de 1990 o conceito de “cidades do agronegócio”, uma complementação etimológica ao conceito de “cidades do campo” de Milton Santos. Para Santos (1988, p. 99):

O consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, as adapta. Estas são chamadas a dar respostas particulares às necessidades das produções particulares, e daí a maior diferenciação entre as cidades. Estas se diferenciam cada vez mais pelo fato de o nexo do consumo produtivo ser ligado a necessidade de encontrar no lugar e na hora, respostas indispensáveis à marcha da produção. Este fenômeno, antes

restrito às cidades, que eram "depósitos" para os fatores da produção industrial, agora também se dá no campo, com a diferença de que, a partir desse momento, a regulação do mundo rural não se faz mais no campo. Hoje, todos os dados da regulação agrícola se fazem no urbano, novidade que em muito muda a significação, neste período, da urbanização brasileira. (SANTOS, 1988, p. 99).

A mundialização econômica, obviamente, não ocorreu apenas na cidade mas também no campo produtor, criando a possibilidade de aparição do que conhecemos hoje como o agronegócio brasileiro. Hoje, e corroborando com Santos (1988), a produção agropecuária não se faz mais exclusivamente no campo, mas também na cidade – principalmente nas pequenas e médias – que, muitas vezes, especializa-se em detrimento da manutenção dos interesses do capital do agronegócio, alterando a paisagem, forma e função desses centros urbanos. Torna-se necessária, para o fluxo mercadológico da agropecuária mundializada, a instalação de fluxos e fixos nessas cidades, seja para o transporte, comunicação, suporte técnico, pesquisas, relações mercadológicas e financeiras, entre inúmeros outros exemplos. Assim sendo, as cidades do agronegócio podem ser vistas como aquelas que são capazes de saciar imediatamente essas necessidades. Segundo, Elias (2022) esses centros são “espaços urbanos não metropolitanos inseridos em amplas regiões produtivas de commodities agrícolas, nos quais ocorre a gestão local e regional do agronegócio. De maneira geral, possuem distintos níveis de urbanização e são cidades pequenas ou médias.” (p. 1009).

Elias (2022, p. 1009), aponta que as cidades do agronegócio são forma, função, processo e estrutura da (re)produção do capital do agronegócio e que constituem-se como “pontos e nós fundamentais na rede de relações econômicas, sociais, políticas, territoriais e de logística do agronegócio” (idem, p. 1009). São elos entre os mais diversos circuitos espaciais de produção e de cooperação da produção agropecuária e agroindustrial. Dessa forma, as escalas locais e regionais, devido principalmente ao caráter exportador e empresarial agrícola desse modo de produção, possuem forte relação com as escalas nacionais e globais de forma anamórfica e dinâmica, corroborando como a produção agrícola globalizada espacializa-se na relação dialética entre o local e o global, evidenciando mudanças significativas nas relações entre campo e cidade (idem, 2022, p. 1009).

A hegemonia dessas funções voltadas à manutenção do agronegócio são uma característica dessas cidades, principalmente nas pequenas, visto que nessas localidades os atores hegemônicos do agronegócio têm o poder de demandar profundamente especializações econômicas e espaciais (ELIAS, 2022, p. 1009). Conquanto, em uma relação desigual e excludente, quanto mais a cidade especializa-se em favor da produção agropecuária – ou de qualquer exclusividade de setor produtivo – e quanto mais os setores industriais, de

comércio e de serviços estiverem ligados aos interesses do agronegócio, maior será sua vulnerabilidade social e econômica (ELIAS, 2022, p. 1010).

Devido a dinâmica da realidade concreta – e acompanhando essa especificidade – as cidades do agronegócio apresentam diferenças devido à suas particularidades espaciais, algumas configurando-se como centralidades regionais e outras como pequenos centros urbanos, conquanto, “todas constituem-se como pontos ou nós da rede de relações do agronegócio globalizado e, dessa maneira, como imprescindíveis para a reprodução do capital do segmento” (ELIAS, 2022, p. 1010). Ademais, em todas elas são observáveis uma grande quantidade e variedade de bens e serviços que suprem as demandas do agronegócio, desde prestação de serviços, bens e lojas agrícolas, até mesmo bancos exclusivos para o crédito rural (ELIAS, 2022). “Da mesma forma, considerando que a difusão do agronegócio globalizado se dá de forma social e espacialmente excludentes” (ELIAS & PEQUENO, 2007, p. 26-27) quanto mais se capitaliza, ou melhor, intensifica-se o capitalismo no campo produtor, maior e mais complexa será a relação entre o campo e a cidade e mais se acirram as desigualdades sociais, a luta pela terra e os obstáculos à soberania alimentar.

De maneira geral, o número de serviços e comércios associados às demandas do agronegócio é bastante numeroso e diverso. Há estabelecimentos de comercialização de insumos e fertilizantes; de colheitadeiras e tratores de última geração; de sementes transgênicas; de equipamentos para sistemas de irrigação etc. Além do número de estabelecimentos, também merece destaque a quantidade de pessoas dedicadas a tais atividades. Quanto maior o nível de especialização produtiva da região na qual a respectiva cidade do agronegócio está inserida, maior será o percentual de ocupados nos segmentos ligados ao agronegócio em relação ao total de ocupados do terciário e nos estabelecimentos industriais da cidade. (ELIAS, 2022, p. 1011).

Refletindo sobre a particularidade única e dinâmica da urbanização brasileira e nas especificidades das pequenas cidades, intentamos nessa pesquisa, analisar os pequenos municípios da Região Geográfica Imediata de Alfenas. A região ficou conhecida pela grande influência cafeeira e do agronegócio exportador, que segundo Alves e Lindner (2020), é a maior produtora de café do tipo arábica do Brasil, representando mais de 30% da produção nacional. A estrutura fundiária da região também se diferencia no que concerne ao grande número de propriedades familiares incluídas na cadeia agroindustrial. A geomorfologia local, com grandes rugosidades, morros, morrotes e relevos acidentados também mudam as dinâmicas produtivas ao impedir a mecanização de todo o campo produtor de café, demandando uma grande quantidade de migrações sazonais, principalmente em época de colheita. Ademais, mesmo com todas as dificuldades de mecanização no campo, outra *commodity* vêm territorializando-se na região, a soja. Por fim, todas essas variáveis encontram-

se especializadas em pequenos, em sua grande maioria – e médios centros urbanos distanciados por centenas de quilômetros de grandes cidades. Essas questões valoram a importância de se pensar, estudar e refletir a região e seus padrões produtivos e de mudanças na paisagem urbana em detrimento da influência do capital do agronegócio.

Metodologia

A pesquisa valorizou uma vertente bibliográfica e o levantamento e produção de dados secundários. Em um primeiro momento, realizamos uma breve explanação sobre a urbanização brasileira e como a dinâmica do meio técnico-científico-informacional possibilitou a criação de uma gama complexa de pequenos centros urbanos espalhados por todo o território nacional, assim como fez-se importante – e necessária – a discussão acerca de alguns conceitos de cidades pequenas que vêm, ao longo do tempo, sendo debatidos na academia.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa fizemos um levantamento da produção agrícola das pequenas cidades da região imediata de Alfenas entre os anos de 1988 e 2020 e, utilizando os dados produzidos, elaboramos gráficos e mapas visando demonstrar como o café vem territorializando-se no território agrícola da região em contrapartida da produção de alimentos essenciais, necessários para a segurança alimentar da população. Da mesma forma, o interesse do capital do agronegócio demanda que algumas cidades se especializem para atender as demandas urgentes dessa produção agrícola mundializada. Assim sendo, utilizando dados empíricos e a ferramenta *online Google Maps*, levantamos os fixos – serviços, lojas, comércios, etc – voltados para os interesses do agronegócio em algumas cidades que demonstraram maior territorialização da produção cafeeira, ou, em casos específicos, aquelas em que o interesse do capital do agronegócio não faz-se tão presente para buscarmos a reflexão de como a realidade socioespacial da continuidade das relações humanas no rural-urbano é dinamizada pelos interesses do capital.

O Sul de Minas Gerais e a RGI de Alfenas

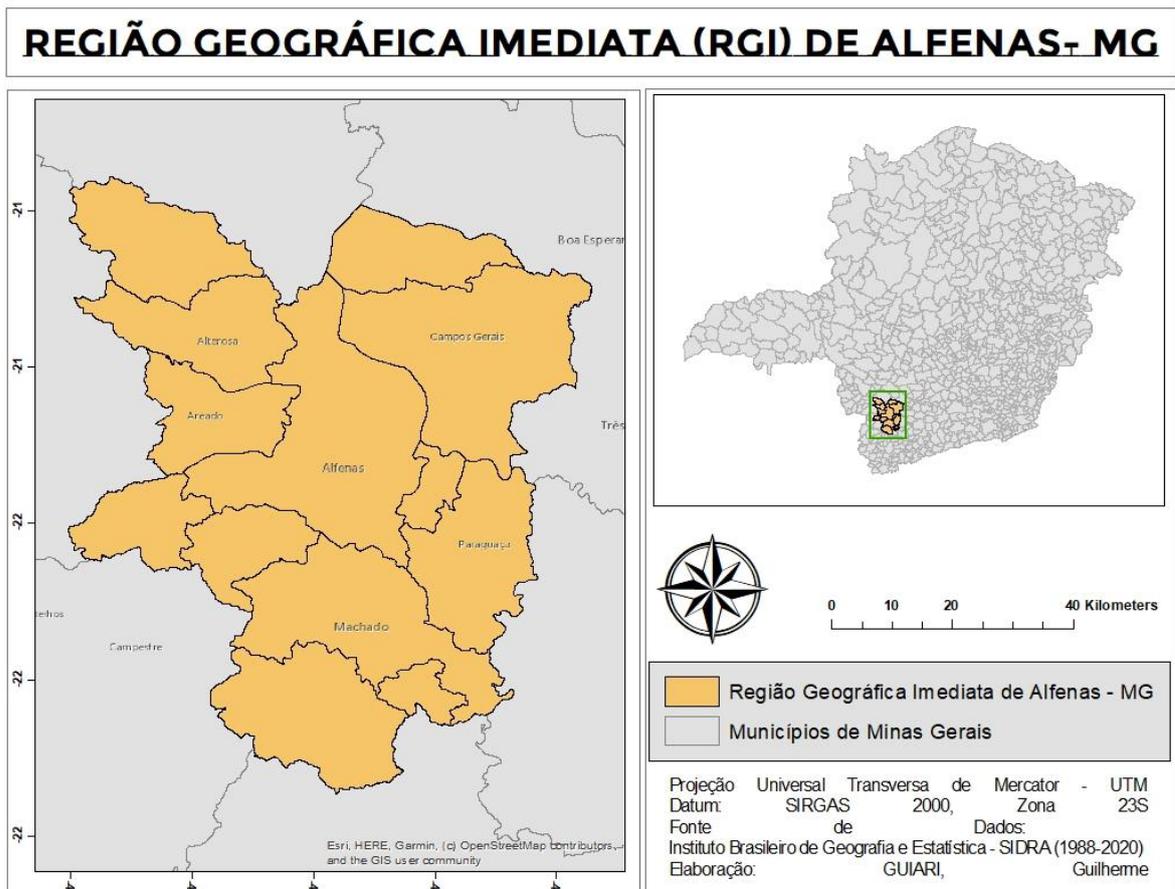
Como apontado, tanto a RGI de Alfenas, quanto sua escala regional maior, o Sul de Minas Gerais, tem por característica a ausência de grandes cidades e de metrópoles em seu entorno. As três maiores cidades levando em consideração seus aspectos demográficos do sul de Minas Gerais são Poços de Caldas, que até o último censo realizado pelo IBGE

contava com uma população de 152.435 pessoas; Pouso Alegre, com um contingente populacional de 130.615 pessoas; e Varginha com um total de 123.081 habitantes (IBGE, 2010).

A produção agropecuária é uma importante atividade econômica para a região, principalmente a produção cafeeira, dessa forma são comuns as agroindústrias na paisagem do território agrícola e urbano no Sul de Minas, assim como na RGI de Alfenas. Da mesma forma, os fixos, serviços e comércios voltados à manutenção da produção agrícola também são de fácil identificação dentro da malha urbana dos municípios como bancos de créditos rurais, lojas de maquinário e equipamentos agrícolas, universidades e centros de pesquisa e cooperativas.

Essa realidade sul mineira demanda uma relação contraditória no que concerne à colaboração e competição entre os produtores e cooperativas. Buscando sua inserção no mercado, o agricultor familiar e o médio produtor cada vez mais são obrigados, direta ou indiretamente, ou a migrar, ou a incluir-se nesta relação contraditória trocando a produção de alimentos considerados essenciais para o ser humano – e para o mercado nacional interno – pela monocultura de café e mais recentemente a de soja, encarecendo os alimentos nos mercados locais, que demandam importação de outras localidades produtoras e fragilizando a sustentabilidade econômica, social e ambiental desses atores sociais.

A espacialização deste trabalho pautou-se no recorte espacial da RGI de Alfenas com destaque para os pequenos centros urbanos, porquanto torna-se necessário elucidar os municípios que são parte dessa região. A Região Geográfica Imediata de Alfenas é composta por 13 municípios (mapa 1) sendo eles: Alfenas, Alterosa, Areado, Campo do Meio, Campos Gerais, Carvalhópolis, Conceição da Aparecida, Divisa Nova, Fama, Machado, Paraguaçu, Poço Fundo e Serrania.



Mapa 1 - Localização Geográfica da RGI de Alfenas - Minas Gerais, Brasil.

Fonte: Os autores.

Há a predominância, em termos demográficos, de pequenas cidades que em sua maioria não ultrapassam os 20 mil habitantes. Dentre os 13 municípios, os únicos que possuem população superior a este número são Alfenas (73.774 habitantes), Machado (38.688, habitantes), Campos Gerais (27.600 habitantes) e Paraguaçu (20.245 habitantes) (IBGE, 2010) (tabela 1). Mesmo cientes da insuficiência em caracterizar e conceituar uma cidade como pequena apenas levando em consideração seu número populacional optamos nesta pesquisa, influenciados por Andrade e Alves (2021), a estudarmos aqueles com contingente de população inferior aos 20 mil habitantes. Isso dá-se, entre outros motivos, pelas fortes ruralidades encontradas nessas cidades e intentamos, também, observar se há perda de centralidade de algumas dessas cidades em detrimento dos maiores centros urbanos circunvizinhos muito inseridos na cadeia agroindustrial, pautando-nos nos conceitos de cidades dormitório (ANDRADE e ALVES, 2021) e subúrbios-dormitório (CORRÊA, 2011).

Tabela 1 - População dos municípios da Região Geográfica Imediata de Alfenas – Minas Gerais, Brasil (2010).

Município	População Urbana	Percentual		População Rural	População Total
		Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)		
Alfenas	69.176	93,77%	4.598	6,23%	73.774
Alterosa	10.002	72,92%	3.715	27,08%	13.717
Areado	11.525	83,93%	2.206	16,07%	13.731
Campo do Meio	10.059	87,65%	1.417	12,35%	11.476
Campos Gerais	19.176	69,41%	8.444	30,59%	27.600
Carvalhópolis	2.459	73,60%	882	26,40%	3.341
Conceição da Aparecida	6.199	63,13%	3.621	36,84%	9.820
Divisa Nova	4.659	80,84%	1.104	19,16%	5.763
Fama	1.515	64,47%	835	35,53%	2.350
Machado	32.068	82,89%	6.620	17,11%	38.688
Paraguaçu	16.679	82,39%	3.566	17,61%	20.245
Poço Fundo	9.281	58,16%	6.678	41,84%	15.959
Serrania	6.576	87,19%	966	12,81%	7.542
TOTAL	199.374	81,70%	44.652	18,30%	244.006

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010.

Resultados e discussão

Para a análise rural e urbana das pequenas cidades da região, utilizamos duas principais variáveis em nossa análise. A área, em hectares, destinada ao plantio dos diversos tipos de produção agrícola dos municípios incluindo – e principalmente – as commodities: café e soja; e os alimentos que consideramos, aqui, como essenciais para a saúde humana e de consumo diário: arroz, feijão, batata, mandioca, etc. No que condiz às mudanças espaciais observadas na paisagem urbana, optamos por utilizar os fixos, serviços e lojas que são responsáveis pelas respostas imediatas aos interesses do capital do agronegócio: cooperativas, lojas de insumo, maquinário e produtos agrícolas, armazéns e beneficiamento, etc. Intentamos, com essas variáveis, observar a influência do agronegócio nesses pequenos municípios e como este modo de produção influencia na importância econômica e regional dessas cidades na RGI de Alfenas.

Foi possível observar que ao longo dos 33 anos analisados houve uma queda considerável no cultivo de alimentos de consumo diário e essenciais para a segurança alimentar. 9.672 hectares foram utilizados para a plantação desses alimentos no ano de 1988, alcançando o ápice de área para esse cultivo no ano de 1994 com 15.142 ha. Entretanto, a

partir de 1995 o cultivo desses alimentos foi perdendo, continuamente, área no território agrícola da região, chegando a 2.981 ha no ano de 2020 (gráfico 1).



Gráfico 1: Área destinada ao cultivo de alimentos essenciais nas pequenas cidades da RGI de Alfenas entre os anos de 1988 e 2020.

Fonte: IBGE (1988 - 2020).

De forma antagônica, a produção de café nos mesmos municípios apresenta um padrão similarmente contrário ao primeiro caso. O cultivo da commodity que apresentava 25.820 hectares em 1988 e vinha em decréscimo até o ano de 1994, apresenta a partir de 1995 um aumento considerável e contínuo nos hectares cultivados, chegando em 2020 com 33.684 ha destinados à sua plantação (gráfico 2). Obviamente, essa relação contrária, porém consequente e dialética entre as duas variáveis dá-se pelo fato das primeiras culturas estarem perdendo e cedendo espaço para o plantio de café. Conquanto, torna-se uma reflexão válida e interessante pensarmos na temporalidade dessas mudanças de produção. É justamente no ano de 1995 que se inicia na região essa substituição de alguns cultivos em detrimento da expansão cafeeira, ano esse que temporaliza a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Seria necessária uma análise específica e mais concreta dessa relação para afirmar qualquer posição, porém, essa coincidência – ou não – levanta a hipótese de que esses agricultores familiares buscando a fuga da fragilidade econômica, social e visando a permanência na terra assim como pela competição mercadológica, utilizaram esse financiamento para inserirem-se na cadeira agroindustrial de

produção de café. Esse paliativo como forma de manutenção econômica e social, torna-se tão cruel quanto a própria expulsão desses agricultores da terra visto a falta de capital desses pequenos produtores, necessário para a produção dessa commodity que demanda tecnologias e grandes investimentos. Dessa forma, ficam, muitas vezes, reféns de financiamentos pagos pela própria produção, o que os deixa frágeis à qualquer variabilidade mercadológica e/ou climática.

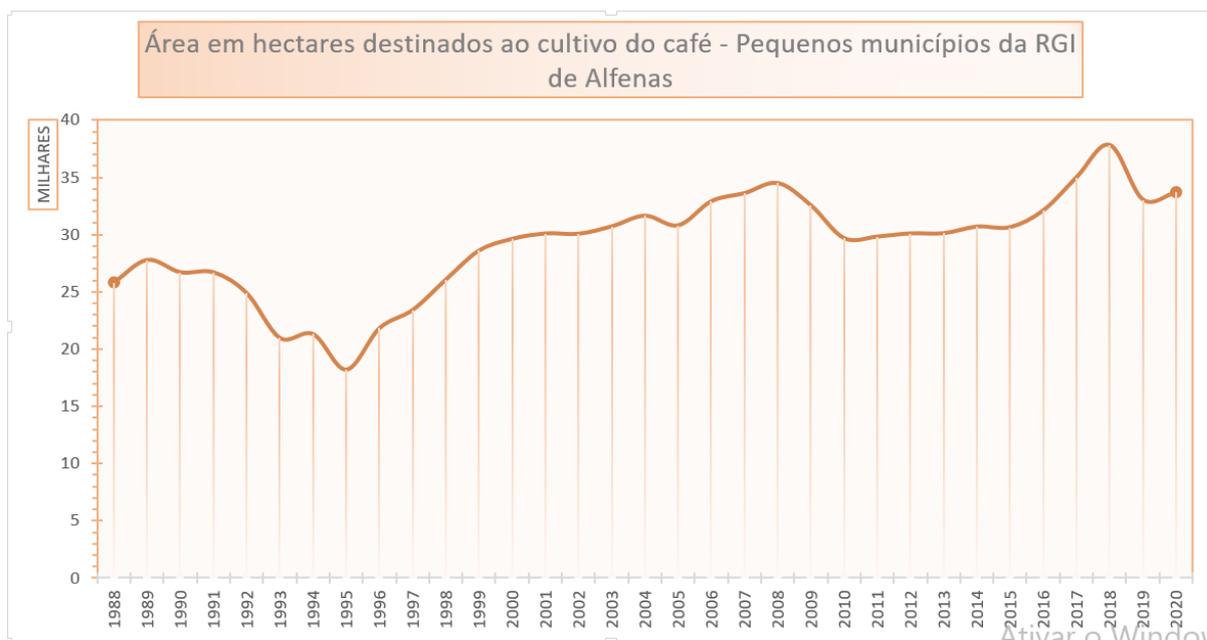
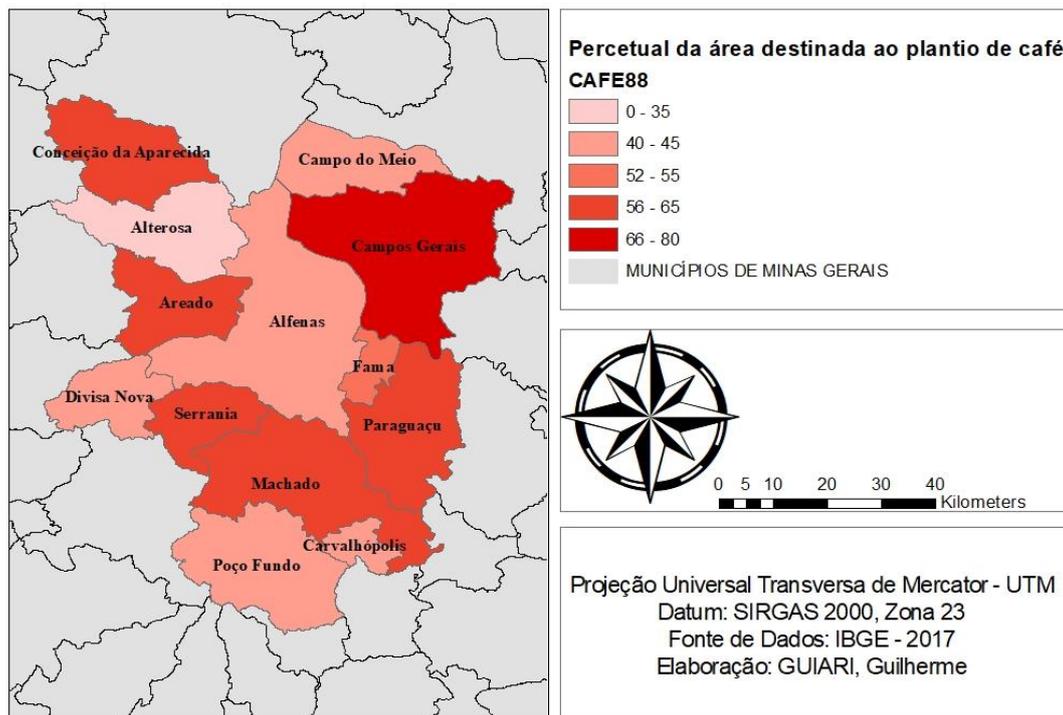


Gráfico 2: Área destinada ao cultivo de café nas pequenas cidades da RGI de Alfenas entre os anos de 1988 e 2020.

Fonte: IBGE (1988 - 2020).

De forma a espacializar essa territorialização do café e melhor indicar os interesses do capital do agronegócio nesses pequenos centros optamos por utilizar o percentual de área destinado ao café de cada município. Essa variável foi utilizada pois, durante as três décadas analisadas houve uma alteração dinâmica da área total plantada, englobando os diversos alimentos e produtos agrícolas. Caso utilizássemos apenas os números totais a análise tornar-se-ia tendenciosa visto que há casos onde a área total diminuiu e o café aumentou, o que representa uma maior monopolização do território pela commodity. Da mesma forma, o contrário também faz-se sinônimo. No ano de 1988, dentre os municípios analisados, aqueles que apresentavam maior percentual de área destinada ao café eram: Serrania (63,2%); Conceição da Aparecida (58,8%); Areado (55,6%); Fama (52,3 %) (mapa 2).

Área plantada de café na Região Geográfica Imediata de Alfenas - 1988

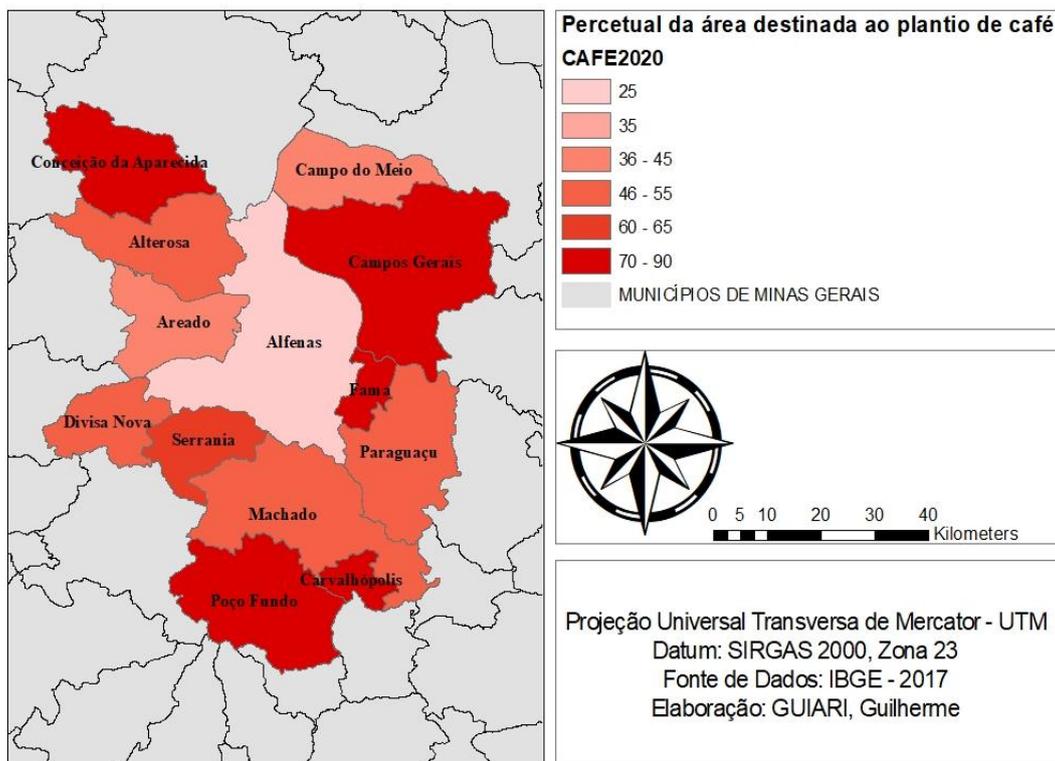


Mapa 2: Percentual de área destinada ao cultivo de café nas pequenas cidades da RGI de Alfenas - 1988.

Fonte: IBGE (1988 - 2020).

No ano de 2020 é possível observar um aumento significativo na maioria dos municípios estudados, com ressalvas a Areado e algumas das maiores cidades da RGI: Alfenas, Machado e Paraguaçu – que, no momento, não fazem parte da análise. Dentre aqueles que apresentam maior percentual de área para a cultura do café, destacamos: Carvalhópolis (82,9%); Conceição da Aparecida (74,5%); Fama (70,3%); Poço Fundo (84,5%) (mapa 3).

Área plantada de café na Região Geográfica Imediata de Alfenas - 2020



Mapa 3: Percentual de área destinada ao cultivo de café nas pequenas cidades da RGI de Alfenas - 2020.
Fonte: IBGE (1988 - 2020).

Cabe ressaltar que o único município que teve um decréscimo considerável na plantação de café, dentre os analisados, foi o de Areado. Areado, segundo o último censo, tem uma população aproximada de 13.731 habitantes. Destes, 2.206 (16%) são residentes rurais (IBGE, 2010). Aproximadamente, 55% da área total destinada à plantação, no ano de 1988, era utilizada para o plantio do café. Já no ano de 2020 esse percentual caiu para, aproximadamente, 35% (gráfico 3):

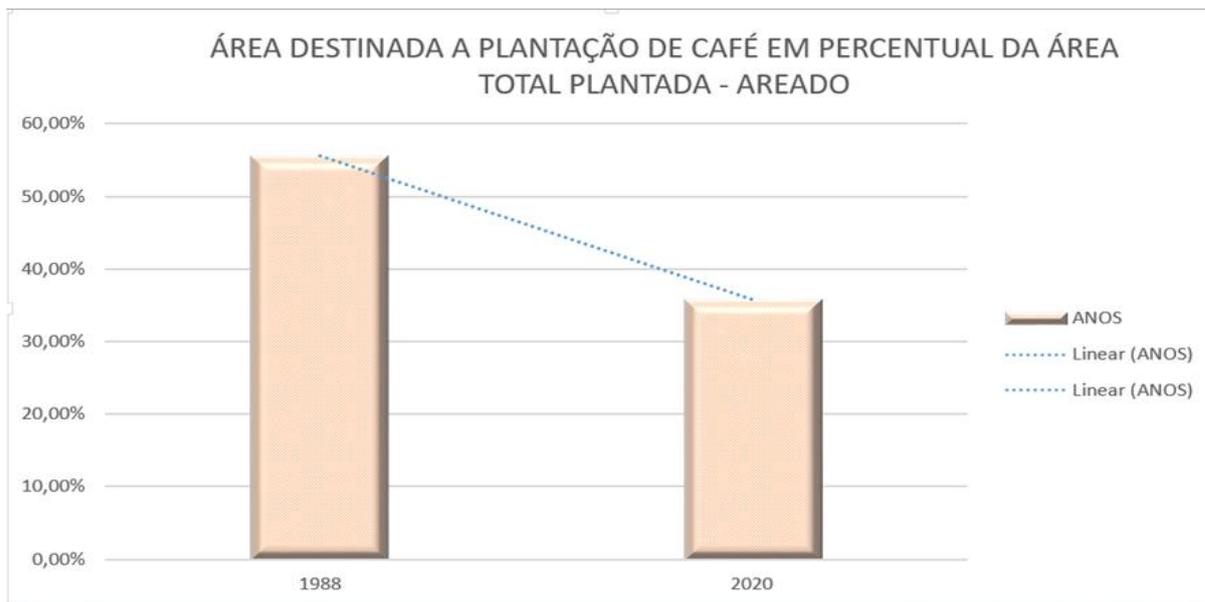


Gráfico 5: Área percentual de cultivo de café no município de Areado – Minas Gerais, Brasil (1988-2020)

Fonte: IBGE (1988 - 2020)

No caso de Areado seria primordial um estudo de caso para entender os interesses do capital envolvidos nas relações socioeconômicas do município. Entretanto, há próximo à malha urbana do pequeno centro – aproximadamente 12 km – a usina açucareira Monte Alegre, pertencente ao território político-administrativo do município de Monte Belo. Essa usina, dada a demanda pela cana de açúcar como matéria prima, utiliza boa parte do território agrícola circunvizinho para o cultivo da cana de açúcar, fator que pode auxiliar na reflexão dessa diminuição dos interesses cafeeiros no município de Areado. Essa afirmação é corroborada quando analisamos os dados das áreas plantadas em seu território agrícola. Houve um aumento significativo na produção de cana de açúcar. Em 1988, aproximadamente 13% da área de cultivo era destinada a essa matéria prima passando para aproximadamente 22% em 2020 (gráfico 4).

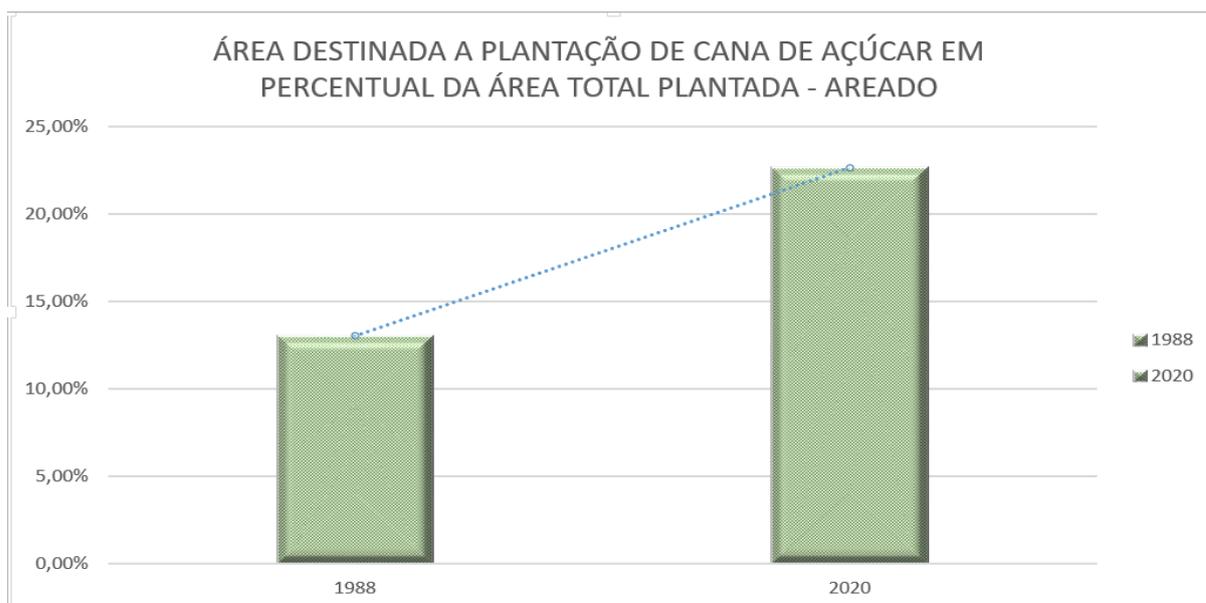


Gráfico 4: Área destinada ao cultivo de cana no município de Areado - 1988 e 2020.
 Fonte: IBGE (1988 - 2020)

Outra *commodity* que merece destaque na reflexão é a soja. Durante 26 anos essa herbácea não ultrapassou 500 hectares de área plantada, somando os 9 municípios observados. Conquanto, a partir de 2014 houve um aumento substancial e contínuo na produção dessa oleaginosa chegando a 4.220 hectares em 2015 e 6.050 ha no ano de 2020 (gráfico 5). Novamente, a temporalidade dessa mudança na estrutura agrícola e produtiva instiga a reflexão. Coincidentemente, a produção desse grão apresentou esse grande aumento na época de uma considerável mudança política e ideológica no Estado brasileiro. Entretanto, faz-se necessário um estudo acerca das políticas públicas implantadas, órgãos envolvidos e propriedades responsáveis por sua produção para podermos pontuar qualquer questão. Até o ano de 2020, os maiores produtores de soja na região imediata de Alfenas eram aqueles com maior densidade populacional e com o setor terciário mais desenvolvido, em relação aos demais municípios presentes nesse recorte espacial (mapa 4).

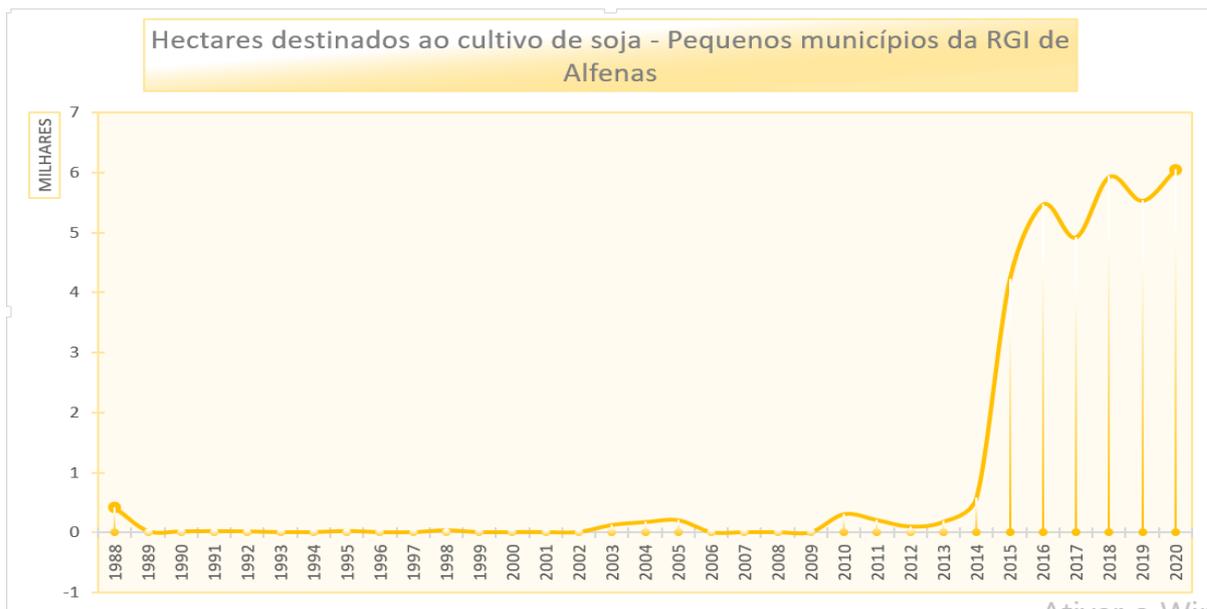
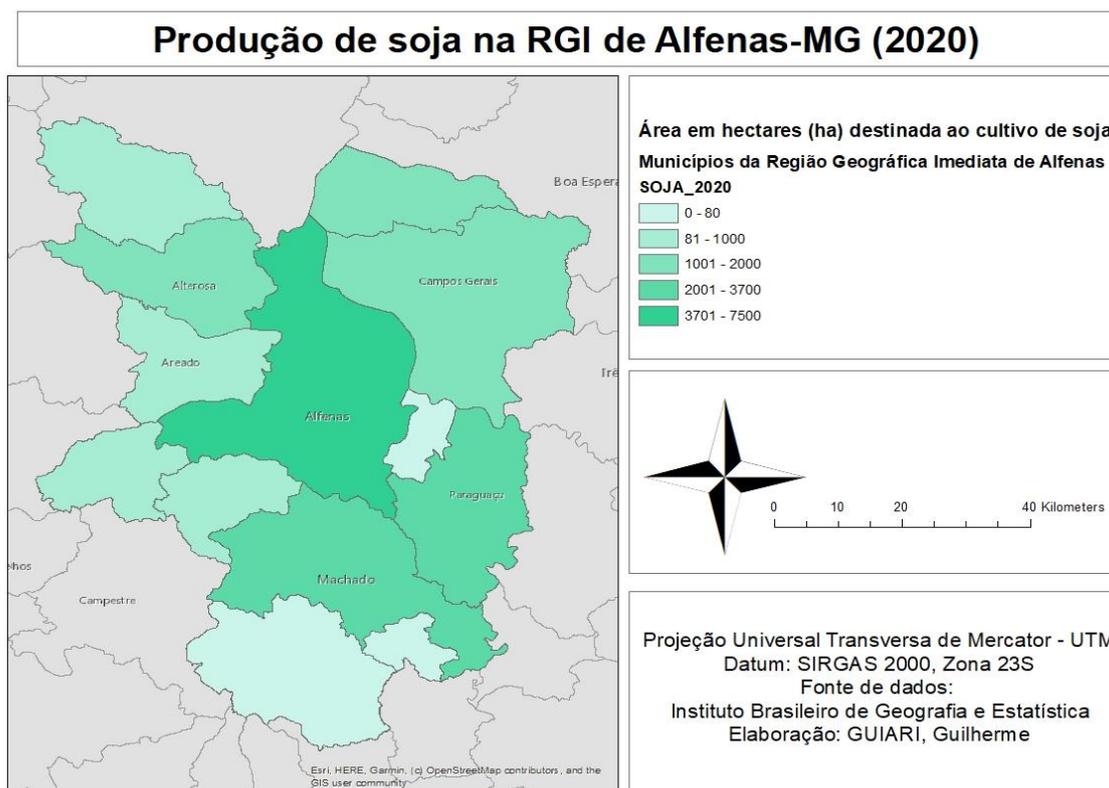


Gráfico 5: Área destinada ao cultivo de soja nas pequenas cidades da RGI de Alfenas entre os anos de 1988 e 2020.

Fonte: IBGE (1988 - 2020).



Mapa 4: Área destinada ao cultivo de soja RGI de Alfenas – 2020.

Fonte: IBGE (1988 - 2020).

Poço Fundo, um dos pequenos centros urbanos analisados, foi o único, dentre todos, que não apresentou um hectare sequer destinado à soja no ano de 2020. Ademais, durante

todos os anos analisados não apresentou área considerável a plantação dessa *commodity*. Dentre as diversas variáveis que provavelmente estão relacionadas a essa intenção do capital agroindustrial, adjunto a forte especialização cafeeira que o município apresenta hodiernamente, a geomorfologia local é bastante peculiar, com morros acentuados e bastante heterogeneidade de relevos, o que dificulta a mecanização do campo, dinamiza as relações de colheitas e torna-se, também, um obstáculo a manutenção da produção de soja, essa que demanda maquinários em sua produção.

As pequenas cidades – mais explicitamente – também tem suas dinâmicas socioespaciais alteradas em detrimento dessa hegemonia capitalista e exportadora do modo de produção. Nos centros urbanos da região há inúmeros fixos voltados para atender os interesses agropecuários imediatos da agricultura mundializada, entretanto, alguns desses serviços merecem destaque devido à capacidade de monopolização do território urbano⁷ dentre esses – e diversos outros alhures a esta pesquisa – pequenos centros urbanos. A COOXUPÉ é uma cooperativa exportadora de café que tem sua sede localizada no município de de Guaxupé, a aproximadamente 99 km de Alfenas. Essa cooperativa é a maior do mundo no que condiz ao beneficiamento e exportação cafeeira possuindo mais de 14 mil cooperados sendo 95%, pequenos produtores que vivem da agricultura familiar. Ademais “a cooperativa recebe grãos de 200 municípios no sul de Minas, Cerrado Mineiro e Vale do Rio Pardo (no estado de São Paulo)”. (COOXUPÉ, 2019 apud. MELO & ALVES, 2020, p. 219).

No que diz respeito a esta instituição voltada ao lucro do capital do agronegócio, foi possível observá-la presente na malha urbana de quatro municípios da região, sendo Alfenas, Campos Gerais, Alterosa e Conceição da Aparecida. O Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, voltada para serviços agropecuários e o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - SICCOB, banco com grande interesse em créditos e financiamentos agrícolas foram fixos que apareceram em doze, dos treze municípios de toda a região imediata de Alfenas. A EMATER só não está territorializada na cidade de Conceição da Aparecida, enquanto o SICCOB não se faz presente na malha urbana de Campo do Meio. No que concerne ao segundo caso, este inserido intimamente ao capital do agronegócio, demonstra a capacidade da instituição de monopolizar o território sul mineiro revelando essa relação dialética entre agricultura e especialização das cidades em detrimento de suas necessidades.

⁷ Devido a centralidade das cidades do agronegócio e a monopolização de algumas empresas pelo território da região, pautamo-nos nesse momento da análise em todos as cidades da Região Geográfica Imediata de Alfenas

Dentre todos os treze municípios, aqueles que apresentam mais quantidade de bens e serviços para o atendimento das demandas do agronegócio são aqueles – coincidentemente ou resultado da primeira variável – aqueles com maior concentração demográfica e populacional, assim como aquelas que possuem um setor terciário mais desenvolvido em detrimento das outras. Porém, Poço Fundo, um município que até o último censo detinha uma população de 15.959 pessoas, sendo 9.281 habitantes urbanos e 6.678 moradores rurais (IBGE, 2010), apresentou uma quantidade considerável de fixos e serviços diretamente relacionados ao agronegócio que, aliadas a grande produção da *commodity*, apresenta características de uma cidade do agronegócio (quadro 1). A quantidade de armazéns de café, inclusive, ultrapassou o número presente em Alfenas, maior cidade da RGI.

Quadro 1: Fixos voltados ao capital do agronegócio presentes na paisagem urbana de Poço Fundo – 2022.

Poço Fundo	
Cooperativas	Serviços
COOPAMA	Aprocem
Cooperativa Agropecuária de Poço Fundo	Torrefação e Moagem Poço Fundo
Cooperativa de Crédito Rural do Vale do Rio Verde	Casa do produtor
Coocaminas	Agropecuária Mãe Rainha
Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo	Agropecuária Poço Fundo
	Gota Fértil - Irrigação e Máquinas Agrícolas
Banco e crédito rural	Celeiro Agronegócios
Sicoob Credivar	AgroMinas
	Indústria de laticínios Poço Fundo
Armazéns	EMATER-MG
Armazém Coopfam	Terra Fértil
Cafeminas Armazém e Corretora de café	Terra Mãe Consultoria Ambiental e Agrônômica
Santa Helena Armazéns Gerais e Beneficiamento de Café	Comercial Agropecuária Treslaudino
Almeida Dias Armazéns	
Armazém Ferreira	
Damasco Armazéns Gerais	
Tavares & Tavares Armazéns Gerais	
Nannetti & Almeida Armazéns Gerais	

Fonte: Elaboração dos autores.

Há, inclusive, presente no município, uma cooperativa exclusiva de agricultores familiares responsáveis pela produção de café orgânico. Isso reforça a ideia de inserção dessa categoria social na agroindústria produtora de café, visto que, majoritariamente, essa produção é voltada para a exportação e incluída nos interesses do capital. Antagonicamente, o município de Fama, localizado a aproximadamente 14 km de Alfenas, centralidade local demonstrou uma singularidade contrária a maioria dos municípios analisados apresentando em sua paisagem apenas o SICOOB como fixo para os atendimentos das demandas agroindustriais. Até o censo de 2010, o município possuía uma população de 2.350 pessoas,

sendo 1.515 habitantes da cidade e 835 moradores rurais. Ademais, fica localizado às margens da represa de Furnas, o que atrai turistas, principalmente aos finais de semana. É visível na paisagem do município uma estagnação comercial durante a semana, o que, possivelmente pode ser explicado pela primeira variável e pela pequena distância da maior centralidade da região, a cidade de Alfenas, que – potencialmente – atrai um contingente populacional de famenses que buscam emprego na cidade maior. É notável também, uma grande quantidade de sítios de finais de semana, principalmente na beira da represa e boa parte sendo propriedade de pessoas das cidades circunvizinhas. É notável e necessário que faz-se indispensável uma análise mais contundente do município em si, englobando outras variáveis para pontuarmos quaisquer questões. Conquanto, Fama apresenta boa parte das características mencionadas por Corrêa (2011) e Andrade e Alves (2021), do que seria uma cidade ou subúrbio-dormitório.

Considerações Finais

As pequenas cidades, resultado da mundialização econômica e do meio técnico-científico-informacional são tão dinâmicas, quanto complexas em suas conceituações visto a amálgama de relações socioespaciais produtos dessa interconexão nas escalas locais, regionais, nacionais e globais. No Brasil, com seu vasto território político-administrativo, as pequenas cidades diferenciam-se de forma única pelas periferias do espaço brasileiro. As relações econômicas, sociais, espaciais, culturais e de área de influência desses municípios diferem-se sejam eles localizados na macrorregião norte ou sudeste, sul, nordeste ou centro-oeste. Dessa forma, faz-se necessário valorar os estudos locais para vislumbrarmos as especificidades e particularidades desses pequenos centros urbanos.

Intentando atender a essa proposta, o trabalho pautou-se na íntima relação urbano-rural presente nos municípios da Região Geográfica Imediata de Alfenas e utilizando as variáveis de produção agrícola, buscou observar como o café vem monopolizando o território sul mineiro. Foi possível, então, corroborar com a hipótese que de, tanto o café, como outras *commodities*, vêm tomando o lugar da produção de alimentos que são primordiais para a segurança alimentar da população, principalmente daqueles atores sociais mais fragilizados. Essa dinâmica, além de ser um obstáculo à soberania alimentar, altera os fluxos espaciais, mercadológicos, sociais e culturais, tanto do campo como das cidades circunvizinhas a essa produção. A não produção de arroz, batata, mandioca, feijão, etc. demanda que esses alimentos sejam importados, aumentando o preço dos produtos para a

população local. Ademais, o modo de produção do agronegócio, além de fragilizar os atores sociais diretamente envolvidos, acarreta inúmeras fragilidades ambientais e econômicas, visto que as cidades especializadas para atender essa agricultura mundializada ficam à mercê de um único setor produtivo, o que a fragiliza visto qualquer imprevisto mercadológico.

Por fim, a pesquisa limitada e ciente de sua limitação, busca apenas contribuir para os estudos locais e regionais sobre as dinâmicas socioespaciais desses municípios, não encerrando o assunto, mas tentando inferir novas problemáticas para auxiliar em debates que problematizam as fragilidades dessa população e dessas cidades e talvez, na elaboração de novas políticas públicas e de desenvolvimento dessa região.

Referências Bibliográficas

ALVES, F. D., LINDNER, M. AGRONEGÓCIO DO CAFÉ NO SUL DE MINAS GERAIS: territorialização, mundialização e contradições. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 14, n. 2, p. 433-451, 2020.

ANDRADE, A. C.; ALVES, F. D. A Geografia das pequenas cidades no Sul de Minas Gerais: uma proposta classificatória. In: **A geografia das pequenas cidades: estudos teóricos e práticos** / Vanessa Manfio; Gilda Maria Cabral Benaduce (Organizadoras). – Rio de Janeiro: Libroe, 2021. 286 p.

CORRÊA, R.L. AS PEQUENAS CIDADES NA CONFLUÊNCIA DO URBANO E DO RURAL. **GEOSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 30, pp. 05 - 12, 2011.

ELIAS, D; PEQUENO, R. Espaço Urbano no Brasil Agrícola Moderno e Desigualdades Socioespaciais. **Terra Livre**, Goiânia. Ano 21, v. 2, n. 25. p. 13-33. Jul-Dez/2005.

ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NAS CIDADES DO AGRONEGÓCIO **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 9, núm. 1, mayo, 2007, pp. 25-39.

ELIAS, Denise. CONSUMO PRODUTIVO E URBANIZAÇÃO NO BRASIL: AS CIDADES DO AGRONEGÓCIO. **Ciência Geográfica** - Bauru - XXVI - Vol. XXVI - (2): Janeiro/Dezembro – 2022.

MELO, R. V.; ALVES, F. D. MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O USO DE AGROTÓXICOS NO MUNICÍPIO DE GUARANÉSIA -MG. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, Edição especial, p. 199-229, jul., 2020.

SANTOS, Milton, “Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente”. In: **Geosul**, ano 3, nº 5, 1988.

Geografia e redes urbanas: uma análise sobre o mercado de trabalho feminino de Divisa Nova - MG e migrações pendulares de mulheres divisa-novenses à Alfenas -MG

Glaucione Raimundo ⁸

Introdução

O presente estudo acadêmico foi desenvolvido como requisito de aprovação na disciplina Cidades Médias, Redes Urbanas e os Espaços Regionais, como aluna especial. A disciplina foi mediada pelo professor Dr. Alexandre de Carvalho Andrade no Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas no segundo semestre de 2019.

Assim como a maioria dos municípios pertencentes ao Sul/ Sudoeste de Minas Gerais, Divisa Nova possui a sua história de formação territorial relacionada a questões rurais. O município originou-se a partir da doação de quarenta alqueires de terra em 1860, pelo capitão Silvério Luís de Figueiredo, formando assim, o povoado de São João da Boa Vista, em homenagem ao santo padroeiro local. Em 1923, o distrito teve o seu nome modificado para Divisa Nova, por possuir sua localização territorial entre duas fazendas. O distrito foi elevado à categoria de município em 1938 (IBGE, 2016).

O município possui clima temperado, relevos acidentados, com grande destaque em produções e atividades agrícolas, principalmente em práticas ligadas a cafeicultura, atividade de grande importância socioeconômica no município.

⁸ Professora de Geografia da Escola Estadual Professor Levindo Lambert no município de Alfenas – MG
E-mail: glaucione.raimundo@sou.unifal-mg.edu.br

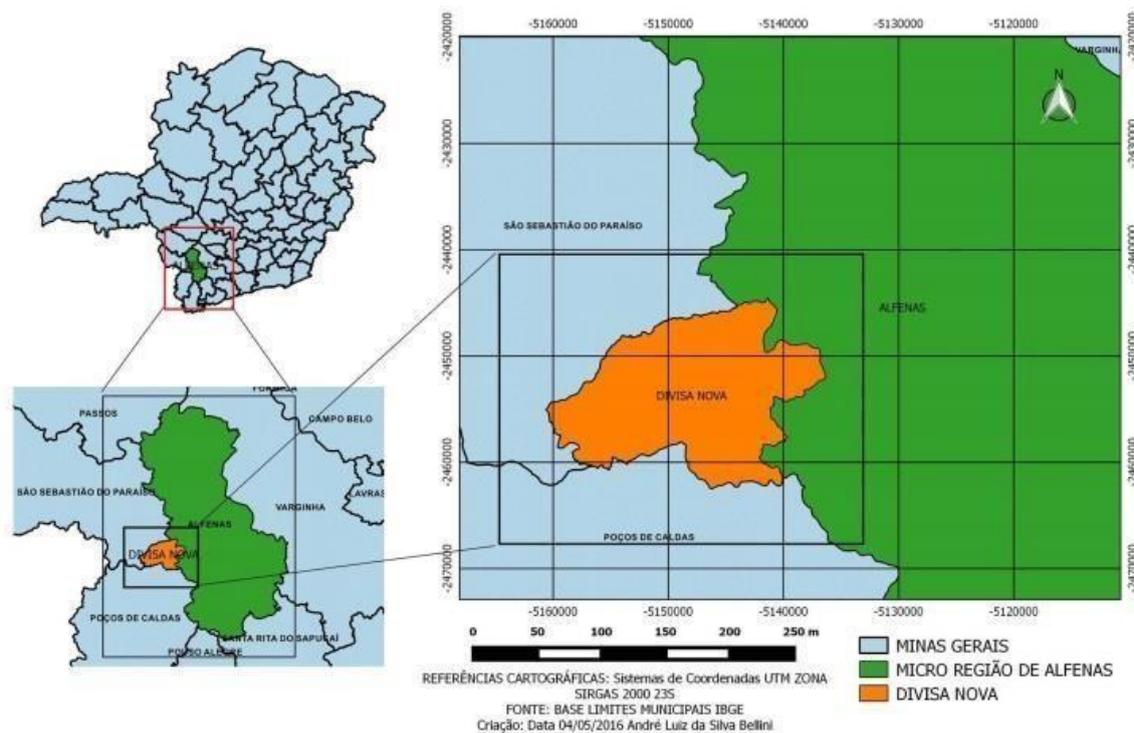


Figura 1 – Mapa da localização do município de Divisa Nova na Microrregião de Alfenas – MG

Fonte: IBGE – Base cartográfica digital. Elaborado por André Luís Bellini (2016).

A evolução populacional urbana de Divisa Nova é marcada por saltos evolutivos ao longo das últimas décadas. O gráfico 1 abaixo, evidencia que entre 1970 e 2010, o município obteve um relativo crescimento populacional, muito provavelmente causado pelo crescimento vegetativo, uma vez que Divisa Nova não recebeu um elevado número de migrantes que justificasse tal aumento (RAIMUNDO; VALE, 2019).

Os migrantes, na verdade, que se deslocavam até o município para a colheita de café – uma vez que essas migrações quase não existem mais – eram sazonais, ou seja, não se fixavam no local, como ocorre em outros pequenos municípios da região (RAIMUNDO; VALE, 2019).

O que mais chama atenção nesses dados é a evolução da população urbana, que praticamente dobrou, passando de 40,5%, em 1970, para 80,9%, em 2010, e a consequente redução da rural.

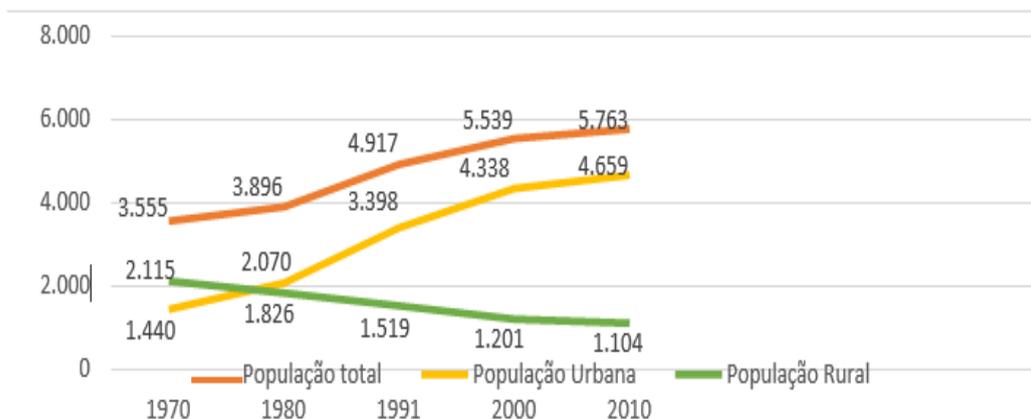


Gráfico 1 – População rural, urbana e total do município de Divisa Nova /MG
Fonte: SIDRA/IBGE (2010).

Esse acentuado êxodo rural no município pode ser explicado pela existência de uma estrutura fundiária extremamente concentrada no município. O mapa a seguir (figura 2), descreve os estabelecimentos rurais de Divisa Nova, onde em um total de 42 propriedades rurais, apenas 7 são sítios, isto é, o município possui uma reduzida parcela de pequenas propriedades e uma grande quantidade de fazendas, o que releva uma elevada concentração fundiária. Essas fazendas, em sua maioria, pertencem a grandes produtores de café, que utilizam a mecanização, reduzindo assim a mão de obra humana no campo, contribuindo para o êxodo rural.



Figura 2 – Mapa da localização dos estabelecimentos rurais do município de Divisa Nova- MG.

Fonte: Prefeitura Municipal de Divisa Nova (2006).

A mecanização e a inserção do agronegócio em pequenos municípios faz com que a população residente no campo seja expulsa para a cidade. Espaços urbanos em pequenos municípios muitas das vezes não possuem a capacidade de suportar e promover empregos suficientes a todos (as). Dessa forma, a polarização regional se torna um elemento essencial, fazendo com que a procura pela cidade média cresça cada vez mais, ampliando relações de proximidades e dependência de cidades pequenas em relação a cidades médias.

Fato esse que ocorre em Divisa Nova, onde o plantio e a colheita de café são a principal atividade econômica do município como já mencionado, tendo ainda a produção de milho, feijão e arroz o destaque de produções secundárias agrícolas (PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVISA NOVA, 2016).

A mecanização da cafeicultura no município e a falta de serviços em espaços urbanos do município vem fazendo com que muitas pessoas sejam levadas a procurarem novas oportunidades de emprego em cidades vizinhas, sobretudo mulheres.

Nessa perspectiva, o presente trabalho busca evidenciar as interações espaciais da cidade de Alfenas com relação às dimensões socioeconômicas para com o município de Divisa Nova e quais são as causas que levam cada vez mais as mulheres do município a procurarem o mercado de trabalho em Alfenas, bem como as principais buscas de empregos e demais serviços utilizados por elas em Alfenas.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa foram os seguintes:

Primeiramente, foi realizada pesquisa e revisão bibliográfica em livros, artigos acadêmicos e dissertações e teses trabalhados nas aulas de “Cidades Médias, redes urbanas e os espaços regionais” sobre temáticas relacionadas a cidades médias, cidades pequenas e migração pendular em bibliotecas da UNIFAL-MG e demais acervos virtuais de outras instituições de ensino e pesquisa, bem como em artigos disponíveis em revistas eletrônicas.

Após isso, ocorreu a coleta de dados secundários em sites especializados de instituições como o IBGE e Prefeitura Municipal de Divisa Nova. Também foram coletados dados primários através de entrevistas com o representante de uma confecção de roupas e com mulheres residentes em Divisa Nova que trabalham diariamente no município de Alfenas. Ao todo, foram entrevistadas 10 mulheres com faixa etária diversificada (de 20 a 40 anos), em pontos de ônibus do município de Divisa Nova e Alfenas.

Em seguida, houve análise de todos esses dados coletados para que assim ocorresse a elaboração deste artigo acadêmico com as conclusões obtidas de acordo com as pesquisas e levantamentos de dados.

A importância de cidades médias para pequenos municípios: o mercado de trabalho feminino de Divisa Nova e a sua dependência socioeconômica em relação à Alfenas

Cidades médias executam um importante papel para pequenos aglomerados urbanos e espaços rurais de sua volta estabelecendo assim uma relação hierárquica para com centros maiores através de uma hierarquia (OLIVEIRA; SOARES, 2014, p.123).

De acordo com Amorim Filho e Serra (2001, p. 9), dentre as características que se relacionam às cidades médias, além de seu tamanho demográfico, diversificação, organização e economia especializada, a sua capacidade de acolher perpendicularmente ou periodicamente migrantes de pequenas cidades ou até mesmo de zonas rurais, através de oportunidades em empregos também é um grande atrativo.

O desenvolvimento da cidade média se justifica pela sua diversidade de serviços relacionados ao comércio, a saúde, a educação, lazer e trabalho, criando-se de métodos de atrações de moradores pertencentes a outras cidades, fazendo com esses não se desloquem mais a grandes centros urbanos a procura desses serviços (BESSA, 2005).

Em seus estudos, Maria Encarnação B. Spósito (2009), evidencia que

Cidades médias que ampliam seus papéis, porque diminuem os papéis das cidades pequenas a partir de uma série de mecanismos econômicos, ou cidades que, em função do tipo de atividade que têm, das lideranças que ali se encontram, são capazes de crescer e propor um projeto ou desempenhar um papel político, econômico e social de crescimento para toda uma região (p. 19).

Sendo assim, o município de Alfenas pode ser caracterizado como uma cidade média com grande autonomia aos municípios circunvizinhos a ela, pois exerce forte influência econômica, política e social para toda a região, resultando que muitas pessoas migrem perpendicularmente de seus municípios a procura de seus serviços. A migração perpendicular à procura dos diversos serviços, em grandes centros urbanos e também a cidades médias faz com que “criem uma relação direta entre o centro regional e municípios de entorno” (RICARDO et al, 2010, p.3).

Os estudos citados acima fortalecem ainda mais a ideia de que Divisa Nova como

um pequeno município caracterizado pela predominância do agronegócio, com elevada estrutura fundiária e produção mecanizada, tem grandes dificuldades de gerar empregos para sua população, que é majoritariamente urbana, sobretudo para mulheres, fazendo com essas procurem por oportunidades em Alfenas. Além da procura por emprego, serviços ligados à saúde e a educação superior de rede pública e particulares também são usados diariamente por moradores (as) de Divisa Nova.

Além do êxodo rural, o afastamento de mulheres em atividades rurais, ainda poder ser justificado pela diminuição de contratações femininas em trabalhos rurais, inclusive em lavouras cafeeiras em fazendas maiores do município, partindo de alegações que a contratação de mulheres pode comprometer a produção diária na colheita e pela mecanização no campo, pois a mão de obra serviços agrícolas estão sendo substituídos por colheitadeiras coletivas manuais, popularmente conhecida como “mãozinha”, já utilizada em grandes propriedades e em terrenos de relevos planos, manuseada apenas por homens no município (RAIMUNDO; VALE, 2018).

Dados estatísticos demonstram que a participação da mulher em atividades agrícolas em Divisa Nova diminuiu significadamente, resultando em um crescimento em sua participação em atividades urbanas no município. De acordo com o IBGE (2010), o percentual de participação masculina e feminina em atividades agrícolas no município decaiu, entre 2000 e 2010, sendo que para as mulheres a queda foi de 9,2%, enquanto que para os homens foi de 5,9%.

Essa diminuição maior das mulheres pode ser explicada pelo crescimento da oferta de emprego urbano, a partir da implantação de indústrias de confecções na cidade (lingeries, camisetas, enxovais de bebê, calças jeans) justamente nesse período (2000-2010). Como já é de conhecimento, esse tipo de setor industrial costuma contratar mais mulheres que homens. Daí, o crescimento na porcentagem de atuação de mulheres nesse setor industrial do em 3,4%, em detrimento da participação masculina, que foi de apenas 0,2%,

Entretanto, o pequeno suporte de confecções e de demais serviços no município não dão conta de empregar grande maioria das mulheres divisa-novenses, fazendo com que algumas delas procurem empregos no município mais próximo: Alfenas.

A partir disso, foi realizado para a presente pesquisa aplicações de questionários a mulheres de Divisa Nova que trabalham em Alfenas para que se houvesse uma melhor compreensão acerca da dependência do município de Divisa Nova para com Alfenas, principalmente o mercado de trabalho feminino, as vantagens e desvantagens em se

trabalhar em um município vizinho, entre outros aspectos. Além das mulheres, o dono de uma confecção de Divisa Nova também foi entrevistado, para que houvesse um melhor atendimento sobre essa forma de trabalho que emprega em sua grande maioria mulheres.

Resultados

Das entrevistadas selecionadas para essa pesquisa, apenas 70% são naturais do município de Divisa Nova, sendo 30% delas naturais de Alfenas e Poços de Caldas. As áreas de atuação dessas mulheres são bastante diversificadas, sendo 3 enfermeiras, 1 operadora de caixa, 1 supervisora de financeiro, 1 cobradora de ônibus, 1 recepcionista, 1 administradora, 1 vendedora e 1 pedagoga. O grau de escolaridade das entrevistadas demonstra que, independente do grau de estudo, existe a necessidade de busca de mão de obra feminina de Divisa Nova por oportunidades de emprego em Alfenas. Dentre as entrevistadas, 49% possui o 2º grau completo, 10% ensino superior, 12% pós-graduação e 19% ensino superior incompleto (Gráfico 2).

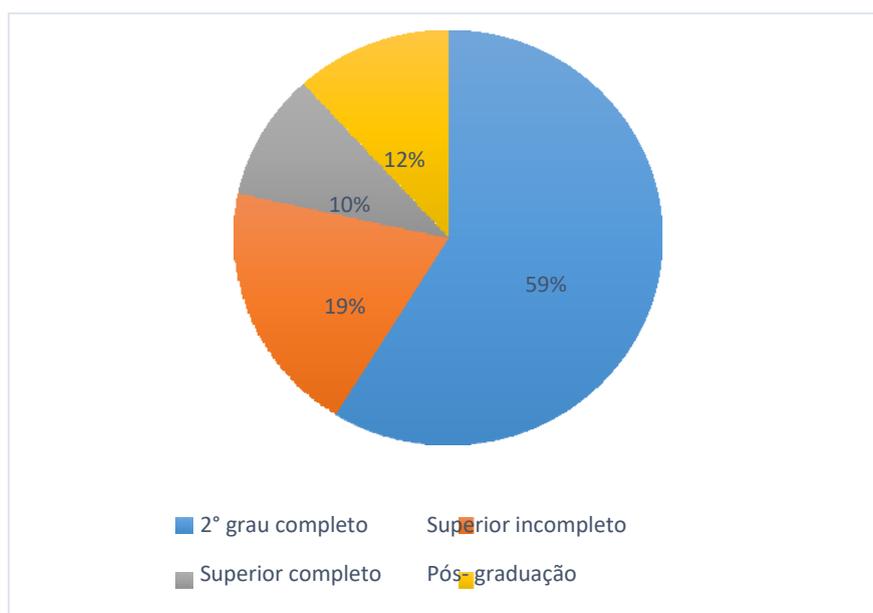


Gráfico 2 – Grau de Escolaridade das entrevistadas.

Fonte: Trabalho de campo realizado entre 19 a 22 de novembro de 2019.

Vale evidenciar que, dentre as entrevistadas, 50% são antigas apanhadoras de café e as outras 50% são filhas de antigas e atuais apanhadoras de café, reforçando ainda mais o já mencionado sobre o município ofertar em sua grande maioria trabalhos que se relacionam a atividades agrícolas.

A predominância de atividades agrícolas em Divisa Nova, associada a mecanização no campo, faz com que as oportunidades de empregos no município sejam limitadas, não

atendendo a grande maioria da população, sobretudo mulheres como já mencionado.

Além disso, “o porte pequeno do município dificulta a possibilidade de investimentos industriais, em comparação aos municípios circunvizinhos, como Alfenas, Machado e Poços de Caldas, devido a sua posição geográfica, que é distante das principais rodovias estaduais e federais que cercam a região” afirmativo presente no plano diretor de Divisa Nova (2006):

Até a década de 60 a rede urbana do sul de Minas articulava-se basicamente através do sistema ferroviário, sistema escaudor principal da produção agrícola da região, sobretudo da produção cafeeira. Com a instalação da Hidrelétrica de Furnas e a consequente inundação das terras baixas, todo este sistema de acessos foi desarticulado. Foi construída a rodovia BR-491, com o intuito de restabelecer essa rede de acessos. Mesmo assim, a economia da região, de base predominantemente agrícola, ficou seriamente comprometida, passando assim a se reorganizar num quadro socioeconômico bem mais diversificado (PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVISA NOVA, 2006, p. 2).

Dessa forma, a desarticulação das principais vias de acesso resultou o avanço e a diversificação de alguns municípios, menos em Divisa Nova, que permaneceu em sua estrutura fundiária e agrária, mantendo a agropecuária como a sua principal atividade econômica, não se industrializando e não gerando empregos em espaços urbanos contínuos para grande maioria de moradoras locais (Moura e Vale, 2019), fato este que se confirma a partir das alegações das mulheres entrevistadas, onde 80% delas afirmaram que não houve escolhas em se trabalhar em Alfenas, mas sim a única alternativa devido a falta de emprego no município em que vivem e 20% delas optaram por um melhor salário em suas funções (Gráfico 3).

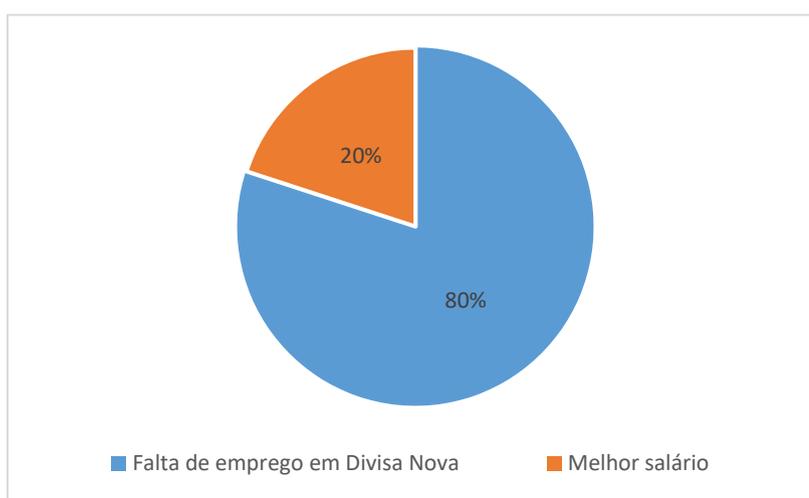


Gráfico 3 – Justificativa da escolha em se trabalhar em Alfenas e não em Divisa Nova pelas entrevistadas.

Fonte: Trabalho de campo realizado entre 19 a 22 de novembro de 2019.

Além de trabalharem, todas as mulheres entrevistadas declararam utilizar diferentes tipos de serviços em Alfenas. Em seus depoimentos 33% alegaram utilizar comércios do município, 43% atendimentos relacionados à saúde e 24% serviços bancários.

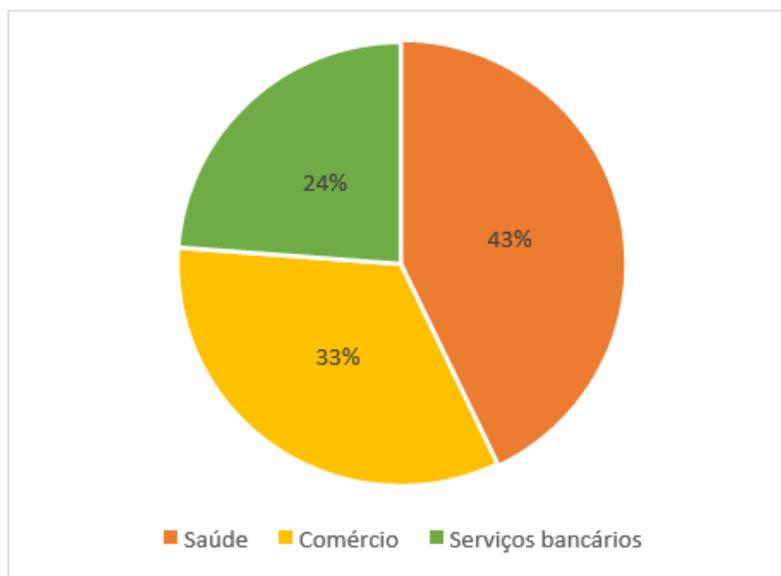


Gráfico 4 – Serviços utilizados pelas mulheres entrevistadas no município de Alfenas-MG.

Fonte: Trabalho de campo realizado entre 19 a 22 de novembro de 2019.

Outro fato que reforça a migração pendular de moradoras de Divisa Nova à Alfenas, é a faixa salarial, onde todas as entrevistadas recebem entre 1 a 2 salários. Estes salários se tornam atrativos em um município do qual as opções de trabalho mais viáveis são as sazonais na cafeicultura e de serviços públicos que são limitados, portanto trabalhar em Alfenas possibilita a essas mulheres maior segurança sobre a sua renda.

Com relação ao tempo em que trabalham em Alfenas, a maioria das entrevistadas, cerca de 30% estão empregadas de 1 a 2 anos, seguidas por aquelas que estão empregadas de 4 a 6 anos (20%), as que estão empregadas de 6 anos a mais (20%), de 2 a 4 anos (10%) e as que estão empregadas menos de 1 ano (20%). Estes dados também reforçam, como mencionado, a estabilidade sobre uma renda para sua autonomia e a falta de emprego no município em que vivem.

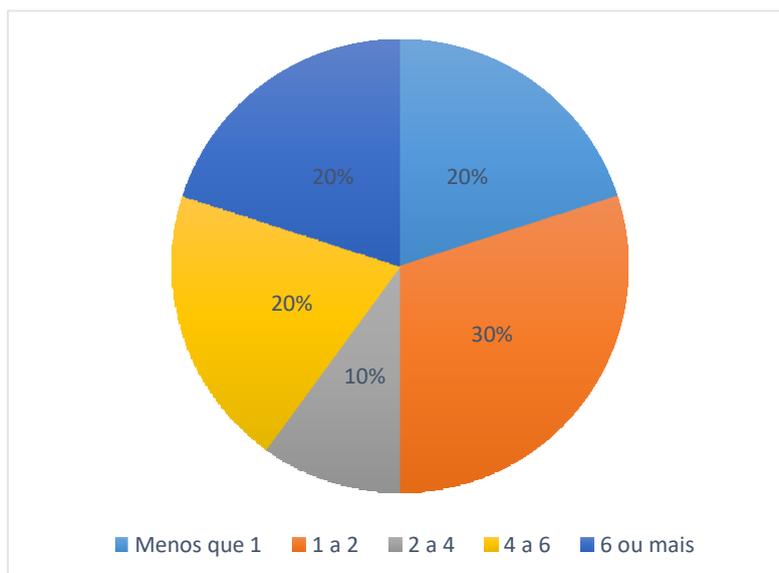


Gráfico 5 – Tempo de trabalho das mulheres entrevistadas no município de Alfenas-MG

Fonte: Trabalho de campo realizado entre 19 a 22 de novembro de 2019.

Ficou apontado a partir das respostas que dentre as vantagens de se trabalhar em Alfenas os planos de saúde, a possibilidade de fazer amizades, melhor salário, a proximidade de bancos e comércios e realização pessoal. Além disso, uma dentre as entrevistadas evidenciou que uma das principais vantagens em se trabalhar em Alfenas relaciona-se a possibilidade em se receber hora extra, pois em Divisa Nova a maioria dos trabalhadores não recebem.

Das desvantagens em se trabalhar no município de Alfenas foram citados o tempo excessivo fora de casa, gastos com almoços e lanches em Alfenas, a dupla jornada de trabalho (pois ao chegarem em casa essas mulheres tem que realizar serviços domésticos realizados em horários extremos, muito tarde ou muito cedo), o custo do deslocamento e o tempo que se gasta na viagem, o tempo fora de casa, o desgaste com a frequência do trajeto e as mínimas opções de horários e dias de transporte público.

Desta forma, algumas optam por táxis ou por caronas com colegas que possuem veículos particulares, dividindo os custos.

Quando questionadas a respeito da dependência do município de Divisa Nova em relação ao município de Alfenas, todas afirmaram que sim, que a dependência é enorme, apontando a saúde e a educação superior como uma das dependências maiores. Todas as entrevistadas asseguraram que não conseguem vislumbrar um fim para essa interdependência socioeconômica pois não há apoio administrativo para a inserção de

novas empresas, muito menos para a manutenção das que já existem.

Em entrevista, o dono de uma confecção de camisas masculinas do município, relatou que desde a inauguração de sua empresa - a seis atrás- a prefeitura jamais forneceu nenhum apoio aos empresários locais para o desenvolvimento de mais empregos e aumento da economia local e que para a sua empresa a prefeitura não presta infraestrutura mais simples, que seria o asfaltamento da rua onde seu negócio se localiza, dificultando a entrega de pedidos, o aumento de encomendas principalmente de peças brancas pois a poeira faz com que se sujem e que suas máquinas estraguem, ainda que a longo prazo.

Não, em seis anos não houve nenhum apoio. Não houve incentivo para o asfalto em frente a empresa, não houve nenhum curso profissionalizante, não consigo fechar pedidos de camisas brancas porque a poeira suja todo o produto e minhas máquinas estão sempre estragadas. Esse problema já foi levado a justiça, pois de acordo com a prefeitura, a área é um loteamento particular com algumas ilegalidades, mas a área foi toda escriturada pela prefeitura. Espero que essa situação se resolva em breve, porque com o asfalto na rua, eu poderia pegar mais encomendas e contratar mais mulheres para trabalhar na confecção (DONO DA CONFECÇÃO, 2019).

Assim como as entrevistadas nessa pesquisa, o empresário também acredita que a atração de indústrias seria a solução para a geração de empregos e isso deveria ser feito através de incentivos fiscais. Em entrevista, uma dentre as mulheres ressaltou que os cargos públicos através de concurso são raros, e quando ocorrem, a quantidade é insuficiente para toda a população, demorando também no processo de nomeação das aprovadas.

A solução para a problemática do desemprego estabelecida por mais de 80% das entrevistadas e o empresário se basearam na vinda de indústrias para a cidade, entretanto, o município não possui infraestrutura para acolher indústrias ainda que de porte médio. Outro aspecto solucionador levantado por elas e ele, seria a capacitação dos funcionários para atender a demanda desta indústria.

No que se refere a como enxergam as perspectivas da expansão do mercado de trabalho, 90% das entrevistadas afirmaram que não acreditam em um crescimento de ofertas de empregos, alegando que a cidade é parada e que as ofertas de trabalhos se restringem em sua grande maioria a colheita de café e a cargos públicos. Além disso, 30% das entrevistadas evidenciaram que muitas empresas de confecção que contratam mulheres, estão se fechando, contribuindo para o aumento de desemprego de mulheres e desigualdades de gênero no município.

Considerações Finais

A partir da pesquisa realizada, é constatável novas relações e transformações no

modo de vida de mulheres de Divisa Nova que estão se inserindo no mercado de trabalho no município de Alfenas. Além de novas oportunidades de emprego para mulheres no espaço urbano, o afastamento de mulheres em atividades rurais, ainda pode ser justificada pela diminuição de contratações femininas em trabalhos rurais, inclusive em lavouras cafeeiras em fazendas maiores do município, partindo de alegações que a contratação de mulheres podem comprometer a produção diária na colheita e pela mecanização no campo, pois a mão de obra em serviços agrícolas estão sendo substituídos por colheitadeiras coletivas manuais, popularmente conhecida como “mãozinha”, já utilizada em grandes propriedades e em terrenos de relevos planos.

Nota-se que as entrevistadas estão cada vez mais sendo influenciadas por Alfenas que é uma cidade média, pois segundo elas será nesse espaço urbano, sobretudo em seus empregos que encontrarão oportunidades para crescerem profissionalmente e de realizarem os seus projetos, pois não acreditam que um dia haverá oportunidades empregatícias em Divisa Nova que atendam grande maioria da mão de obra feminina local.

O cenário de dependência contínua e talvez sem fim fica claro a partir do exposto nessa pesquisa: um pequeno município com histórico de formação territorial agrário que ainda prevalece, modificando-se apenas com a passagem do tempo na mecanização do campo, promovendo conseqüentemente o êxodo rural, onde os espaços urbanos se tornam de certa forma, também excludente para mulheres, ao que se diz respeito ao mercado de trabalho no município.

Referências

AMORIM, F., O.; SERRA, R. V. Evolução e perspectiva do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p.1 – 34.

BESSA, K. C. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades médias. **Caminhos de Geografia**. 24 (16), p. 268-288, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico. Censo demográfico de DivisaNova, 2010.

IBGE **cidades.** Disponível em: <
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=312240>>. Acessado em: 30 de outubro de 2019.

JARDIM, A. de P. Algumas reflexões sobre o estudo das migrações pendulares. Núcleo de Estudos Populacionais - NEPO/UNICAMP. V Encontro Nacional sobre Migrações de 15 a 17 de outubro de 2007. Disponível em: <
http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5encnacsobremigracao/mesa_04_

alg_ref_sob.pdf >. Acesso em: 15 de novembro de 2019.

MOURA, M. F.; VALE, A. R. Mercado de trabalho nos pequenos municípios e polarização regional: uma análise sobre Divisa Nova e Alfenas, no Sul/ Sudoeste de Minas. **Espaço em Revista**, Goiânia, v. 20, n. 2, 2019, p. 1-18.

OLIVEIRA, M.C. H. de. SOARES, R. B. Cidade média: apontamentos metodológicos e tipologia. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 15, n. 52, Dez/2014 p. 119–133.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVISA NOVA. **Plano Diretor Participativo de DivisaNova (MG)**. Leitura Técnica. Alfenas: Secretaria de Planejamento e Coordenação, 2006.

RAIMUNDO, G.; VALE, R. A. Trabalho feminino na cafeicultura no município de Divisa Nova- MG: Uma análise sobre as antigas e atuais apanhadoras de café. **Revista Geografia**, v. 43, n. 1, Especial – VI Encontro Rea, jan./ abr., 2018, p. 97- 106.

SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular. São Paulo. 2007.

Bairro rural, escola e educação do campo: saberes e vivências rurais no município de Três Corações/MG

Wender da Silva Vitor⁹
Ana Rute do Vale¹⁰

Introdução

O bairro rural e sobretudo, a educação do campo implementada nas escolas rurais, tem se tornado um tema recorrente na Geografia Agrária, pois em muitos municípios brasileiros crianças e jovens frequentam essas instituições de ensino. Nesse sentido, torna-se importante compreendermos o papel dessa escola, não apenas na vida desses alunos, como também no contexto socioespacial no qual essas escolas se inserem, ou seja, nas comunidades dos bairros rurais. Esses espaços são estruturados a partir de um grupo de moradores próximos com relações interpessoais, onde há união coletiva em relação às questões econômicas, sociais, culturais e ambientais, tornando dinâmica as estratégias de organização e reprodução deste espaço em prol de melhorias.

A presença de escolas no espaço rural é de fundamental importância para população residente, embora cada vez mais elas estejam sendo fechadas, sobretudo nas regiões Sudeste e Sul do país, onde o êxodo rural, ao esvaziar o campo, diminui a necessidade de escolas rurais. Além disso, tem o fato de que os custos com transporte das crianças e jovens rurais para escolas na cidade podem ser bem menores do que manter uma escola no campo, segundo a lógica capitalista.

É importante lembrarmos que o êxodo rural no Brasil está relacionado não apenas à modernização do campo e à concentração fundiária, mas sobretudo às políticas agrícolas e agrárias que muito pouco contribuem para o desenvolvimento da agricultura familiar, responsável por, pelo menos, 70% da produção de alimentos no país. Como, de modo geral, ela está presente em muitos bairros rurais pelo Brasil a fora, a tendência também é o esvaziamento desses espaços, uma vez que as dificuldades de se manter na agricultura vem comprometendo a sucessão geracional.

Sem saída, as populações que vivem nesses bairros migram para a cidade, fazendo com que os jovens que ali residiam percam sua identidade com o lugar de origem e assim, pouco a pouco, até mesmo as escolas que resistiram a essas transformações, também são

⁹ Graduado em Geografia Licenciatura na UNIFAL-MG. E-mail: wender.vitor@sou.unifal-mg.edu.br

¹⁰ Professora Doutora na UNIFAL-MG. E-mail: ana.vale@unifal-mg.edu.br

ameaçadas a fecharem suas portas devido a baixa demanda de estudantes nessas áreas, ou ainda limitando-se a um currículo engessado e totalmente urbano, negando ao aluno sua própria história.

No entanto, existem ainda muitos bairros rurais que, apesar de algumas mudanças na atualidade, mantêm sua vida social por meio de elementos como igrejas, pequenos comércios, campos de futebol e escolas rurais, caso este da Escola Municipal Rio do Peixe II, objeto de estudo dessa pesquisa, que está localizada no bairro rural Rio do Peixe, no município de Três Corações-MG, cuja história se mistura com a história do próprio bairro e que por meio de projetos pedagógicos, buscou valorizar a cultura rural.

A partir do exposto, esse trabalho analisou o papel da Escola Municipal Rio do Peixe II no contexto do bairro rural Rio do Peixe de modo a compreender sua importância para essa comunidade, a fim de contribuir para resgatar sua cultura e valorizar as vivências e saberes de seus alunos na unidade de produção familiar.

A pesquisa em questão faz-se necessária no sentido de pensar a escola no contexto do bairro rural pela perspectiva da educação do campo como um elo de ligação de crianças e jovens nesse meio. Trata-se de refletir sobre a importância que uma escola pode ter para uma comunidade rural, mesmo quando adota um currículo meramente urbano, preocupando-se com os elementos socioculturais daquele espaço geográfico. Assim, torna-se necessário o entendimento dos processos educacionais que abarcam a cultura e os saberes locais, adjunto às especificidades do bairro rural Rio do Peixe, que colaboram para a identificação da versatilidade de conhecimentos sobre como esse espaço é vivenciado e entendido pelos alunos da Escola Municipal Rio do Peixe II.

Ademais, a escolha dessa temática tem o intuito de fomentar as discussões sobre a importância de uma educação contextualizada e as formas com as quais a ciência geográfica pode analisar e contribuir de modo eficaz para o melhor entendimento das especificidades espaciais e educacionais do campo brasileiro, uma vez que há um descompasso entre a educação do campo e o cotidiano das crianças na unidade de produção familiar, tema esse que vem se tornando recorrente na Geografia Agrária, fato que nos motivou a embrenhar nessa empreitada investigativa.

Ressalta-se que essa pesquisa se baseou nos resultados do Relatório Final do projeto de Iniciação Científica Modalidade (PIBIC)/CNPq intitulado “A escola no contexto de um bairro rural: saberes e vivências rurais, educação do campo e agricultura familiar”, realizado entre julho de 2019 e agosto de 2020, na UNIFAL-MG, e no qual o primeiro autor desse trabalho foi o bolsista e a segunda autora, sua orientadora.

Para a realização dessa pesquisa, utilizou-se levantamento e revisão bibliográfica sobre a temática, sobretudo discussões sobre agricultura familiar, bairro rural e educação do campo. Também foram buscados dados secundários junto à Prefeitura Municipal de Três Corações-MG, Secretaria de Educação de Três Corações-MG, secretaria da Escola Municipal Rio do Peixe II e também a sites oficiais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e Ministério da Educação e Cultura (MEC). Para reconhecimento do bairro rural Rio do Peixe foram efetuadas algumas visitas ao local, nas quais foi possível buscar informações a cerca da história a partir de entrevistas com 3 moradores, que nasceram e vivem no bairro há mais de 60 anos. Além disso, foi possível conhecer os projetos pedagógicos desenvolvidos e a situação da escola Municipal Rio do Peixe II, realizando entrevistas também com a então diretora da escola (2020) e com 3 professoras que lecionam na instituição.

Dessa forma foi possível alcançar os resultados que aqui serão apresentados, sendo estruturado, além da introdução e considerações finais, um referencial teórico que buscou discutir agricultura familiar, bairro rural, escola rural e educação do campo, vindo a seguir os resultados da pesquisa, no qual relata-se parte da história do bairro rural Rio do Peixe, sua relação com a Escola Municipal Rio do Peixe II, bem como seus projetos pedagógicos desenvolvidos que podem valorizar a cultura do bairro, embora não possam ser configurados como educação do campo.

Bairro rural, agricultura familiar, escola rural e educação do campo

Ao se estudar as localidades existentes no campo denominadas como bairros rurais, muitos são os vieses e perspectivas discutidos e analisados. Desse modo, nessa sessão, o intuito é compreender como se dá o processo de formação dos bairros rurais e como esses estão distribuídos no campo, podendo transitar entre diferentes contextos e linhas de abordagens, que contribuem para a construção de um olhar mais crítico sobre o tema em questão. Assim, se tratando da definição de bairro rural, recorreremos à concepção de Bombardi (2004, p. 59), na qual para ela bairro rural,

[...] é na realidade uma célula de comunidade social onde existem certos tipos de relações sociais a lhe darem corpo: laços de parentesco ou de vizinhança, reforçados frequentemente pela existência de uma venda, capela ou escola cujo raio de ação marca comumente os limites do bairro... o pequeno proprietário sitiante, embora crie um povoamento disperso, está preso a uma certa unidade - o bairro - que corresponde a um certo fator geográfico que o torna distinto: a proximidade das casas e uma relativa concentração. Este fato é importante porque não se trata de uma dispersão em que o sitiante está isolado, em que suas relações com o meio só poderiam contar com recursos individuais.

Esses espaços são estruturados a partir de um grupo de moradores próximos com relações interpessoais, onde há união coletiva em relação às questões econômicas, sociais, culturais e ambientais, tornando dinâmica as estratégias de organização e reprodução deste espaço em prol de melhorias para o meio rural.

Nesse sentido, Fernandes (1972) apud Moreira (2007, p. 47) ressalta como um elemento importante na definição do limite territorial do bairro rural o “sentimento de localidade, ou seja, o sentimento de pertencer a um lugar”, considerando que os residentes mantêm relações sociais. “Esse sentimento de localidade está reforçado pela presença da igreja, da escola, da venda, enfim, de elementos que permitem reforçar a coesão social entre os moradores do bairro.”.

Todavia, Cândido (2004) mostra que a partir da influência de novas técnicas de produção e produtos, advindos do mundo urbano, os bairros rurais estão transformando e modificando seu modo de vida, as visões rudimentares de lidar com a terra, sua autonomia, uma produção cada vez mais destinada à venda, a economia de mercado. Assim, “a incorporação à economia capitalista altera as posições na estrutura tradicional e possibilita a definição de outras, fora dela” (CÂNDIDO, 2004, p.233). Essa influência da urbanização no campo e mais especificamente nos bairros rurais se reflete no tipo de educação ofertada pelas escolas rurais brasileiras. Nesse sentido, Rodrigues (1991) apud Oliveira Júnior (2015), atenta para o fato de que

[...] a escola rural está profundamente distante da realidade do trabalho e da vida dos agricultores, uma vez que a educação tem sido utilizada pelas classes dominantes para manter a classe trabalhadora subordinada aos seus interesses. E que por esta razão a escola rural continua hoje como sempre esteve, à mercê de modelos urbanos, distantes das necessidades de trabalho e da produção da vida camponesa e até mesmo de seus valores básicos mais profundos. Revela, assim, a necessidade de pesquisas e estudos que consigam abordar o conhecimento espacial e suas particularidades em uma escala de análise detalhada, a fim de propor abordagens distintas em função de características geográficas e sociais adversas fruto da divergência espacial e cultural.

Callai (2013, p. 26) reforça essa ideia ao ressaltar a importância da vivência escolar na vida dos alunos. “Refletir sobre escola, cotidiano e lugar nos reporta a pensar no mundo da vida e na criança inserida nele e a escola passa a fornecer as ferramentas para que ela o interprete [...]. Nesse sentido, cotidiano e lugar passam a ser conceitos importantes na aprendizagem escolar”. Do mesmo modo, Costa e Santos (2011, 74-75) afirmam que, historicamente, a educação do campo foi marcada pela desvalorização da cultura camponesa

no que se refere aos seus saberes, fazeres e modo de vida. Sendo assim, as escolas rurais tendem a adotar a educação da cidade, reforçando a ideia de que a vida na cidade é melhor que no campo. Os autores acreditam que a educação do campo “tem papel estratégico ao longo da história brasileira, ora de fixar o homem no campo, ora de instrumentalizá-lo para atender à chegada das novas tecnológicas de produção”.

A agricultura familiar é uma particularidade dentro de um bairro rural em razão da presença desse tipo de exploração nas atividades desses moradores, sendo também “a atividade responsável pela manutenção e sustentabilidade econômica deles, garantindo sua sobrevivência num contexto de exploração das terras, marcado pela grande propriedade” (OLIVEIRA, 2006, p.9).

Tomaremos aqui a definição de agricultura familiar, bairro rural e educação do campo necessárias para o entendimento das transformações ocorrentes no meio rural, a fim de traçar um perfil deste campo. Seguindo nesse mesmo sentido, Wanderley (1996, p.2) acrescenta a isso o fato de que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente, enquanto que Carneiro (2008) acrescenta que a agricultura familiar é também uma unidade que sustenta uma rede de relações sociais diversas e estas não podem ser reduzidas apenas às relações de trabalho. Tais relações sociais são estabelecidas no contexto dos bairros rurais, em especial nas escolas rurais, objeto de estudo dessa pesquisa.

A presença de escolas no espaço rural é de fundamental importância para população residente, embora cada vez mais elas estejam sendo fechadas, sobretudo nas regiões Sudeste e Sul do país, onde o êxodo rural, ao esvaziar o campo, diminui a necessidade de escolas rurais. Além disso, tem o fato de que os custos com transporte das crianças e jovens rurais para escolas na cidade podem ser bem menores do que manter uma escola no campo, segundo a lógica capitalista na qual as prefeituras e órgãos públicos se baseiam para o fechamento das mesmas, processo esse que dá brecha para o fechamento de muitas escolas, uma vez que em muitos lugares a população do campo diminuiu drasticamente após este período, dando margem ao que chamamos de nucleação de escolas ou a migração escolar para o urbano, afastando os jovens ainda mais do campo.

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito [...] (CALDART, 2003, p. 66, apud SANTOS, (2018, p. 9).

Há ainda muita dificuldade de se estabelecer uma educação do campo. O que vemos muito são escolas rurais que ofertam uma educação no campo, ou seja, por mais que apresentem em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) a relação com o campo, em sua prática e na vivência em sala os professores encontram dificuldades em distinguir a educação *no* campo da educação *do* campo, ofertando muitas vezes o mesmo ensino do urbano para um currículo rural.

É importante lembrarmos que o êxodo rural no Brasil está relacionado não apenas à modernização do campo e à concentração fundiária, mas sobretudo às políticas agrícolas e agrárias que muito pouco contribuem para o desenvolvimento da agricultura familiar, responsável por, pelo menos, 70% da produção de alimentos no país. Como, de modo geral, ela está presente em muitos bairros rurais pelo Brasil a fora, a tendência também é o esvaziamento desses espaços, uma vez que as dificuldades de se manter na agricultura vem comprometendo a sucessão geracional, contribuindo para o êxodo rural e afetando não só o ensino dos que vivem nessas localidades como a própria agricultura familiar e seu modo de vida, pois a mesma afetou os pequenos produtores que, sem recursos para se adequarem às novas transformações e sem os filhos que se distanciaram do campo e do auxílio na produção, abandonaram suas lavouras em busca de novas fontes de renda.

Acredita-se que nossa pesquisa junto aos textos analisados possibilitou a compreensão deste processo na prática, permitindo-nos visualizar a ambiguidade social presente entre os espaços rural e urbano e a heterogeneidade que vem sendo constatada através do acompanhamento de atividades no âmbito da relação campo-escola-família. Explicando melhor, há um descompasso entre a educação do campo e no cotidiano das crianças na unidade de produção familiar.

Torna-se nítido, nesse caso, que as relações estabelecidas no espaço rural passam por ressignificações, uma vez que esses indivíduos que ali vivem são influenciados por elementos existentes no espaço como por exemplo a escola, ou mesmo uma igreja. Diante da problemática apresentada, faz-se necessário a busca por um referencial teórico que abarque os temas bairro rural, educação do campo e agricultura familiar.

Tais instituições apresentam àquele local sentidos diferentes, podendo ser importantes meios das interações sociais entre os moradores que residem nesse espaço rural. Conforme Cândido (1971) apud Costa e Oliveira (2005, p. 1) compreende-se bairro rural como “uma unidade social intermediária entre o grupo familiar e outras formas mais complexas de solidariedade social”, no qual esses vizinhos se reúnem “para trabalhos de ajuda mútua e participa de festejos religiosos locais, não compreendendo, necessariamente,

uma divisão administrativa”. Essa participação dos moradores do bairro nos festejos religiosos ocorre por conta existência de uma capela “consagrada a determinado santo”, embora esses também possam ocorrer nos ambientes domésticos (terços, rezas). O autor supracitado, mas em edição mais recente de mesma obra, conclui que “o trabalho e a religião se associam para configurar o âmbito e o funcionamento do grupo de vizinhança, cujas moradias, não raro muito afastadas umas das outras, constituem unidade, na medida em que participam no sistema destas atividades” (CANDIDO, 2003, p.51).

Ao efetuar esta análise, foi possível observar o descompasso existente entre a educação proposta e discutida para o campo com a realidade das escolas nele presente, evidenciando o ensino que de fato é ofertado nessas localidades, admitindo assim que o rural ainda carece de um olhar mais apurado, investindo em recursos, formações adequadas e políticas públicas.

A Educação do Campo é tida como uma conquista e se diferencia da educação rural tradicional por essa condição de valorização da vida no campo, ou seja, ela é emancipatória e se volta ao campo como parte daquele indivíduo, daí a importância das políticas públicas e de se ter uma educação crítica e libertadora.

O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. É no campo que estão às florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Ainda assim o campo não é totalmente esquecido, tendo para ele as políticas ditas adaptativas, onde as mesmas que são pensadas para a cidade são adaptadas para o campo (BARROS FILHO e TELES, 2018, p. 2).

É daí que surge a necessidade de se ter escolas nas localidades rurais independente de seu contexto socioespacial ou dos grupos que ali residem. A mesma deve ser ofertada e deve trabalhar o cotidiano destes indivíduos, pois geralmente as escolas rurais surgem das necessidades da comunidade em se ter naquela localidade uma instituição de ensino, essas que, ao longo da história, foram sendo aperfeiçoadas, pois de início a condição das escolas situadas no rural eram bem precárias, mas mesmo com essas adaptações ainda estamos longe de um modelo ideal pautado neste sujeito do rural.

Outro ponto importante de se destacar é a oferta de um ensino de Geografia que seja pautado e se debruce nas questões e vivências do campo, tema este que ainda precisa ser mais discutido por professores, alunos, comunidade escolar e todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem da Geografia, ou melhor, da educação do campo como um todo. “A maneira como a Geografia é ensinada na maioria das escolas rurais, por parte dos professores, não permite ao educando perceber o campo como seu lugar de vida, tampouco o conceba de forma crítica e reflexiva como propõe o ensino de Geografia”

(RODRIGUES; NADORQUE, 2018, p. 8).

A presente pesquisa nos apontou que por mais que existam discussões dentro e fora de eventos a respeito da geografia agrária e temáticas do campo, ainda carecemos de mais, principalmente voltado para a educação do campo, formação e preparo para aquele que pratica a docência nestas localidades, e para além, de que forma estamos retratando o nosso campo, pois há uma vasta diversidade de comunidades dentro do território brasileiro que vive no rural, cada uma com sua história, sua cultura, suas necessidades. Sendo assim, não podemos encaixá-las numa única caixinha e dizer “geografia do campo”, mas temos de olhar para essas diversidades e entendê-las como diferentes geografias do campo, diferentes ruralidades, a qual precisamos cada vez mais dar visibilidade e promover assim uma geografia agrária diversificada, atualizada e incluyente.

Escola, vivência e saberes: a importância da escola na história do bairro

Antes de falarmos diretamente da Escola Municipal Rio do Peixe II, faz-se necessário caracterizar primeiramente o município de Três Corações e conseqüentemente, o bairro rural Rio do Peixe.

O município de Três Corações está situado na mesorregião Sul/Sudoeste do estado de Minas Gerais e na microrregião de Varginha (figura 1). Apresenta uma latitude de 21° 41'49" S; longitude de 45° 15'12" W, com uma altitude de 864m e uma área de 828,1 Km². Situando-se na Bacia do Rio Grande, é banhado pelos rios Verde, do Peixe, Palmela e Lambari, além de vários ribeirões e córregos. (IBGE, 2010). Limita-se ao Norte com os municípios de Varginha e Carmo da Cachoeira, ao Sul com os municípios de Conceição do Rio Verde e Cambuquira, a Leste com os municípios de São Bento Abade e São Tomé das Letras e a Oeste com os municípios de Campanha e Monsenhor Paulo. A topografia é representada pelas serras da Onça, do Palmital, do Jurumim entre outras, tendo seu ponto culminante na serra das Ninfas, aos 1.200 m de altitude. (PREFEITURA DE TRÊS CORAÇÕES, 2018).

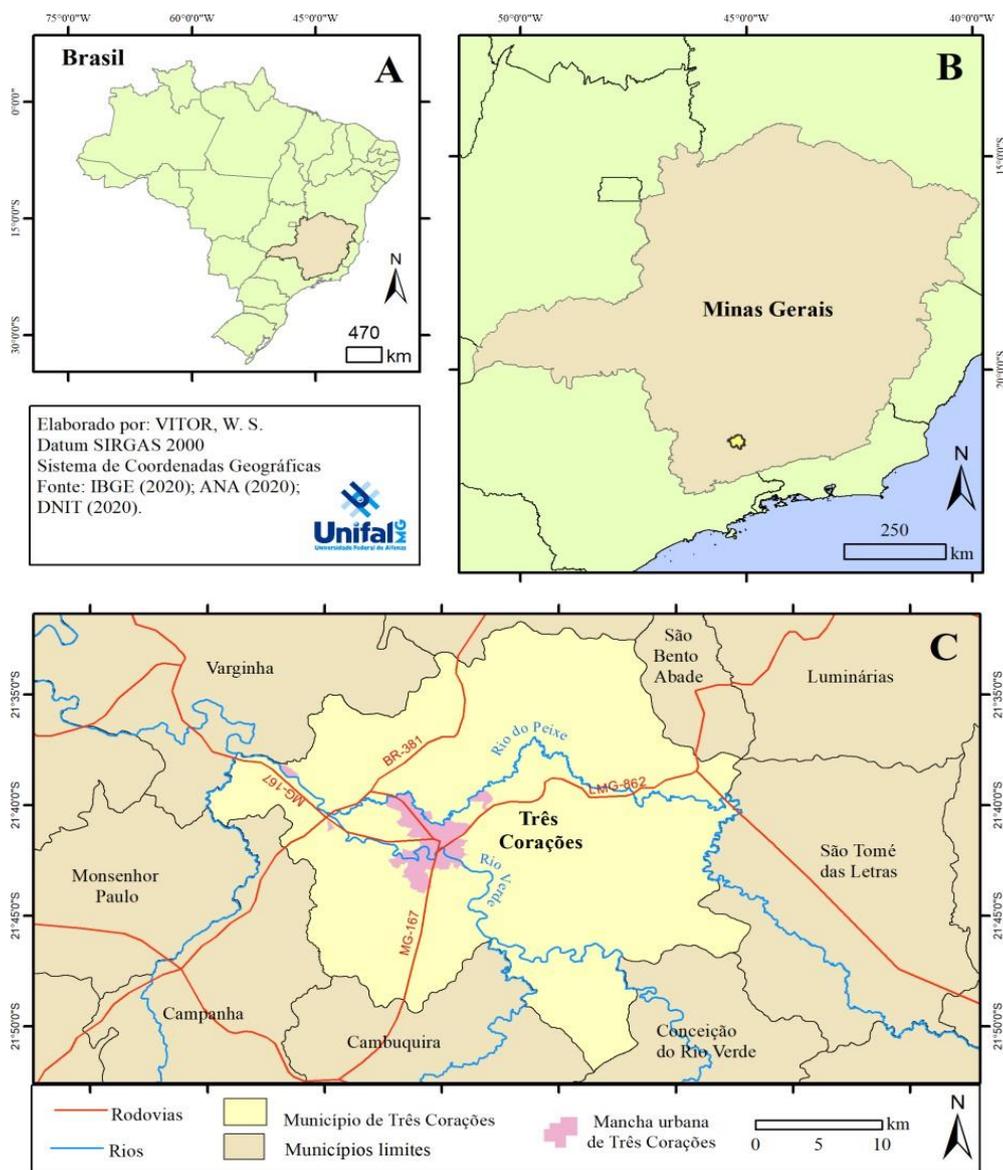


Figura 1 - Mapa de localização geográfica do município de Três Corações-MG.

Fonte: IBGE; ANA; DNIT (2020). Elaborado por Wender da Silva Vitor (2021).

O município possui uma população total de 72.765 pessoas e uma densidade demográfica de 88,88 hab./km², sendo que a população urbana representa 90,4% com 65.826 habitantes, e a rural 9,6%, com 6.939 habitantes (IBGE, 2010) e população estimada de 80.032 pessoas (IBGE, 2020). Esses dados mostram o alto grau de urbanização, resultante do processo de êxodo rural, que marca a realidade da maioria dos municípios da mesorregião. Verifica-se portanto que, nos últimos quarenta anos sua população total dobrou (106,83%), sendo notório um aumento da estimativa urbana que quase triplicou (156,90%) e a rural diminuiu em 3.000 habitantes (27,4%). Essa evolução pode ser observada na tabela 1.

Os ônus do processo de urbanização de Três Corações já estão a interferir no dia a dia da Cidade e de seus habitantes como pontos de retenção do trânsito e

congestionamentos em horários de pico; ocorrência de alagamentos e deslizamentos pela ocupação de áreas impróprias; presença de áreas de vulnerabilidade social e de habitação precária; insegurança pública são exemplos de deseconomias urbanas indesejáveis que a afetam (PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES, 2017, p.79).

Tabela 1 - População residente por situação de domicílio conforme os censos de 1970, 1980,1991, 2000 e 2010.

Ano	População o rural	%	População urbana	%	População total	%
1970	9.557	27,1	25.623	72,9	35.180	100
1980	8.215	22,7	36.167	77,3	44.382	100
1991	7.911	16,1	49.134	83,9	57.045	100
2000	6.872	11,7	58.419	88,3	65.291	100
2010	6.939	9,6	65.826	90,4	72.765	100

Fonte: IBGE – Censo Demográfico – Dados da amostra, 2010. Organizada por Ana Rute do Vale (2021).

Com relação aos aspectos econômicos, o município de Três Corações tem seu Produto Interno Bruto (PIB) por renda per capita de R\$ 28.056,22, que comparando com outros municípios do estado de Minas Gerais, ocupa a posição 118º no mesmo, e a 2ª posição na sua microrregião, composta no total por 16 municípios. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TRÊS CORAÇÕES, 2015. p. 14).

Com grande destaque na participação econômica do município estão as atividades agropecuárias, tendo as culturas do café, milho, soja, trigo e batata inglesa grande expressão econômica, seguindo-se em menor escala as de feijão, arroz e frutas regionais. Na pecuária apesar da importância do gado de corte, o leiteiro é um dos melhores do Estado (PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES, 2018). A maior parte das terras agrícolas do município é ocupada pelo milho (46,41%) e café (41,61%), conforme se observa na tabela 2.

Tabela 2 - Área plantada pelas principais culturas agrícolas no município de Três Corações-MG (2010).

Cultura produzida	Área Plantada (ha)	%
Milho	121.220	46,41
Café	108.670	41,61
Feijão	20.000	7,66
Batata inglesa	6.450	2,47
Soja	3.240	1,24

Cana de açúcar	440	0,17
Mandioca	413	0,16
Arroz	327	0,13
Laranja	210	0,08
Tomate	118	0,05
Banana	80	0,03
Uva	15	0,01

Fonte: IBGE (2010) – IPEADATA REGIONAL AGROPECUARIA.

Segundo informações coletadas no Plano Municipal Decenal de Educação da Secretaria Municipal de Educação de Três Corações, em 2014 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal era de 0,780. De acordo com a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TRÊS CORAÇÕES, 2015).

A indústria também possui sua contribuição e embora essa ainda não seja tão expressiva, contribui para o município que dispõe de um Distrito Industrial, localizado às margens da Rodovia Fernão Dias (BR-381), no qual procura atrair investimentos de grandes empresas. O setor mineral também se destaca na exploração da pedra São Tomé, de grande aplicação no ramo de construção civil. Além disso, possui uma atividade comercial bastante significativa, tanto atacadista como varejista (PREFEITURA DE TRÊS CORAÇÕES, 2018).

Embora o Município, mantenha atualmente produção agropecuária importante, desenvolveu atividade comercial e industrial, em especial de serviços, de maior peso no PIB municipal e na geração de postos de trabalho, função da presença de importante infraestrutura de transporte, no passado, ferroviária, hoje rodoviária, denotando a influência do fator logístico da Região Sul e do Município, localizado às margens da Rodovia Fernão Dias, na dinâmica populacional quanto ao local de domicílio (PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES 2017, p. 61)

Quanto ao espaço rural do município, apesar de sua população ser minoritária, conforme já mencionado, alguns bairros rurais ainda concentram parte dessas pessoas como uma vida social bastante intensa. Esse é o caso do Rio do Peixe, caracterizado pela presença da agricultura familiar, boa parte de famílias oriundas do próprio bairro. Também é nele que está localizada uma das quatro escolas rurais do município, a Escola Municipal Rio do Peixe II, objeto deste estudo. Ela está situada às margens da rodovia

MG-862, importante rota por ligar os municípios de Três Corações, São Bento Abade e São Thomé das Letras (figuras 2, 3 e 4).

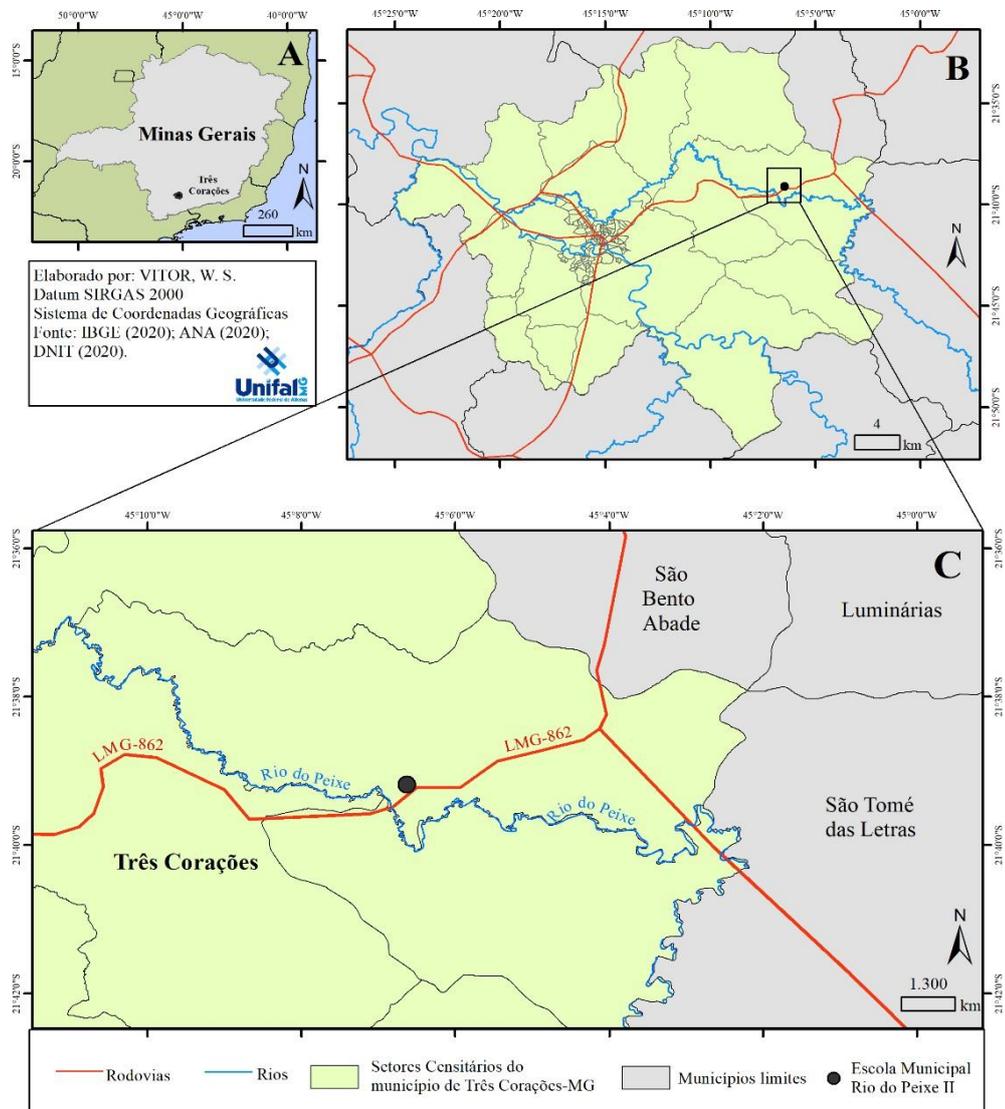


Figura 2 - Mapa de localização geográfica da Escola Municipal Rio do Peixe II no município de Três Corações - MG.

Fonte: IBGE; ANA; DNIT (2020). Elaborado por Wender da Silva Vitor (2021).



Figura 3 - Imagem de satélite da E. M. Rio do Peixe II, e do bairro Rio do Peixe, Três Corações - MG.

Fonte: <https://www.google.com/maps>. (2020).



Figura 4 - Vista parcial da Escola Municipal Rio do Peixe II, no bairro rural Rio do Peixe, Três Corações- MG.

Fonte: E. M. Rio do Peixe II (2020).

Além dos moradores do bairro Rio do Peixe, a referida escola também atende outras 20 comunidades rurais do município, entre elas: Boa Esperança, João XXIII, Barra Mansa, Fazenda dos Costas, Mafra, Vargem Alegre, Capoeira Grande. Dessa forma, a escola se tornou uma sede nuclear da região, com 237 alunos e 23 funcionários, o que no ano seguinte passaria para 300 alunos e 32 funcionários. Em 2020, a escola possuía 115 alunos matriculados, sendo apenas 12 residentes do bairro, distribuídos por todas as séries do ensino fundamental (tabela 3). Esses dados podem indicar que o bairro está sofrendo um processo de esvaziamento da população residente.

Tabela 3 - Número de alunos matriculados na Escola rural Rio do Peixe II e residentes no bairro rural Rio do Peixe, Três Corações- MG (2020).

Período/ano	Idade (anos)	Número de alunos
2º período	5	1
3º ano	8	1
4º ano	8 e 9	2
5º ano	9 e 10	2
6º ano	10	1
7º ano	11 e 12	2
8º ano	13	2
9º ano	14	1
Total	-	12

Fonte: Secretaria da E.M. Rio do Peixe II.

Ressalta-se que as demais escolas rurais que “sobreviveram” em Três Corações são: E. M. Nelson Rezende Fonseca, na Fazenda Taquaral, a E. M. Orlando Rezende Andrade, localizada na fazenda do Barreiro e a E. M. Professora Oneida Junqueira, na fazenda Cobiça.

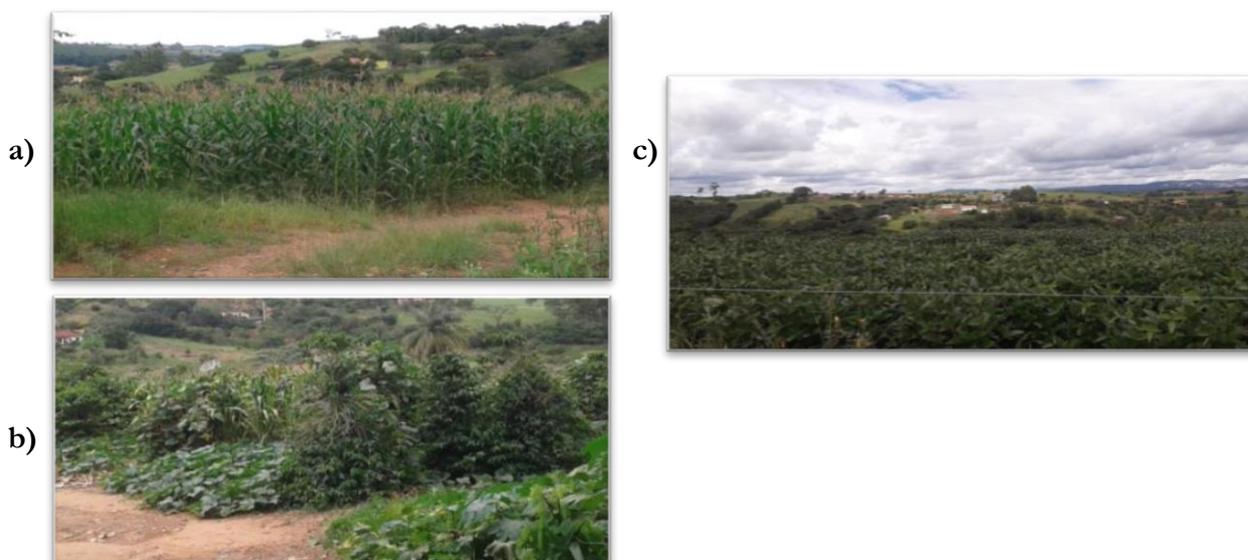
No que se refere à educação ofertada no rural, o município teve boa parte de suas escolas fechadas, realizando assim o que chamamos de nucleação das escolas, na qual uma mesma instituição atende variados bairros e comunidades, concentrando seus alunos em uma única escola, caso este da E. M. Rio do Peixe II e das demais escolas rurais citadas e que ainda permaneceram abertas. O bairro Rio do Peixe teve sua formação provinda de familiares que nele se instalaram a fim de se sustentarem por meio da agricultura, onde aos poucos começaram a produzir determinados tipos de culturas, predominando a agricultura familiar, produtora de alimentos como milho, feijão, arroz, tomate e hortaliças, além da produção de leite e seus derivados. Embora esteja inserido em uma grande região produtora de café, essa cultura não é tão representativa no bairro, sendo cultivada em poucas propriedades. No entanto, alguns moradores se empregam na colheita de café em propriedades de bairros

vizinhos.

A princípio eram somente os familiares que moravam ali no bairro, avós pais e filhos, todos criados no bairro. Me mudei pra cá enquanto criança. Meus pais veio morar aqui para trabalhar aqui perto na panha de café e pra mexer com leite. Aqui fomos criados. Não tinha muita gente era só nós, as famílias mesmo. De primeiro aqui era muito difícil não tinha escola, não tinha água no cano, era de mina. Nós não tinha luz nas casas, era no lampião. Depois que foi vindo morar mais gente pra cá, e aí foi aumentando as casas aqui. Agora tem muita casa ali em cima. Os filhos (*de moradores vizinhos*) foi vendendo as terras e foi vindo mais gente mora aqui (ENTREVISTADA 2).

Aqui no bairro, antigamente, funciona uma cooperativa que fabricava queijo e vendia mantimentos para nós. A gente também fazia barganha, trocávamos carne, galinhas ovos, feijão leite com os outros moradores. A gente vive principalmente da roça. Nós mexe com retiro de leite, faz queijo, plantava arroz, feijão, melancia, abóbora, milho de pipoca, mandioca, inhame, cana, batata-doce, árvores frutíferas e amendoim. Com o tempo, a gente foi mudando um pouco de cultura. Hoje a gente planta milho, trigo, aveia, soja e tomate e continua mexendo com leite (ENTREVISTADO 1).

Na fala do último entrevistado fica claro que se trata de um agricultor familiar que produz para o mercado, mas também para o autoconsumo. Na verdade, a agricultura familiar predomina no bairro, produtora de alimentos como milho, feijão, tomate e hortaliças, além da produção de leite e seus derivados. Embora esteja inserido em uma região grande produtora de café, nesse bairro essa cultura não é tão representativa. No entanto, seus moradores se empregam na colheita de café em propriedades de bairros vizinhos. A paisagem do bairro Rio do Peixe revela um pouco dessas características agrícolas, com cultivo bastante variado (figuras 5).



Figuras 5 - Lavouras agrícolas no bairro rural Rio do Peixe, no município de Três Corações- MG.

Fonte: Arquivo pessoal (fevereiro de 2020).

Legenda:

- a) Plantações de milho de um dos moradores do bairro Rio do Peixe.
- b) Lavoura de café às margens da estrada que liga a escola às propriedades rurais mais próximas.
- c) Vista do bairro e de suas plantações, observadas da área externa da escola, composta de pastagem, plantação de soja, milho, café e mata ciliar.

Além da citada escola, no “centro” do bairro existem duas igrejas, sendo uma católica (São Pedro) e outra evangélica (Congregação Cristã no Brasil), e um campo de futebol. Nesse último, além dos jogos, são realizadas várias atividades recreativas pela população local, bem como pela escola que o utiliza para a realização de gincanas, piqueniques, entre outras atividades extra classe. Já com relação à infraestrutura, as ruas do bairro não são pavimentadas, a não ser a da bifurcação que liga a rodovia MG-862 à Escola Municipal Rio do Peixe II, as casas são abastecidas por energia elétrica e água encanada, essas provenientes de poços artesianos particulares. Como não há posto de atendimento médico, essa população necessita deslocar-se para a sede do município - distante 19,6 km - para buscar esse e outros tipos de serviços, sobretudo o comércio, já que nesse “centro” existe apenas um bar, mas que funciona apenas aos finais de semana para atender ao público do futebol e demais moradores que se reúnem para conversar. Para o deslocamento até o centro urbano, devido ao número de linhas reduzidas responsáveis pelo transporte público que faça esse traslado, os moradores dependem de automóveis particulares ou de “caronas” para esse deslocamento.

De acordo com seu Projeto Político Pedagógico, a Escola Municipal Rio do Peixe foi criada pela Lei Municipal nº 773/69 de 26/03/1969 e autorizada ao funcionamento pelas portarias de nº 82/77, e de nº 1192/92 de 16/02/2002 da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. Segundo dados do Censo Escolar (2017), atende um total de 176 alunos ofertando as modalidades: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II. Isso significa que para dar continuidade aos seus estudos esses alunos precisarão deslocar-se diariamente para a sede do município por meio de transporte escolar fornecido pela prefeitura municipal. Além desse bairro, essa escola atende também alunos oriundos de outros bairros rurais como: Boa Esperança, João XXIII, Barra Mansa, Fazenda dos Costas, Mafra, Vargem Alegre, Capoeira Grande e demais comunidades adjacentes.

Embora essa escola não apresente em seu currículo abordagens destinadas a um ensino pautado nas questões voltadas ao espaço rural, ou seja, a denominada educação do campo, uma de suas características é a elaboração e aplicação de projetos culturais que contribuem para a promoção e incentivo à educação das crianças e adolescentes residentes nesse e em outros bairros rurais de Três Corações. Um exemplo é o

projeto “Carroça Literária: semeando leitura e colhendo cultura”, que objetiva levar a leitura em suas diversas representações e manifestações (cantigas de roda, números musicais, de dança e poesia) aos moradores das áreas rurais do município, como forma de estimular o hábito da leitura entre eles (figura 6). Mais especificamente sobre a valorização do mundo rural, em 2016, a escola teve projeto principal, "A Educação para o Campo na sala de aula", destacando a importância do “trabalhador rural, profissional que impulsiona a economia do nosso país”.

Desta forma, deve ser valorizado e respeitado em todos os sentidos: linguagem, hábitos, costumes, tradições, crenças, religião e em toda a sua cultura em geral” (<http://trescoracoes.mg.gov.br/index.php/portal-da-educacao/8409-06-05-2016-e-m-rio-do-peixe-carroca-literaria>)



Figura 6: Imagens de atividades do projeto Carroça Literária da Escola Municipal Rio do Peixe II, no município de Três Corações- MG: apresentação musical (A) e charrete com livros (B).

Fonte: Arquivo pessoal Luceli Ongaro (2013).

Além disso, a escola também oferece oficinas de danças, teatro, cafés comunitários e outras atividades que se estendem para além da escola. Essa é uma forma de dialogar com a comunidade rural na qual está inserida por meio de atividades diversificadas, a fim de realizar um resgate sociocultural do bairro e da identidade de seus alunos.

Obviamente que o melhor seria que o ensino da Escola Municipal Rio do Peixe II fosse realmente voltado para a educação do campo, seguindo um Projeto Político Pedagógico, abordando o rural em seu currículo, conceitos e metodologias de modo a contribuir para que esses alunos se orgulhem de pertencer a esse espaço e não se sintam motivados para migrarem para a cidade. Isso porque boa parte desses alunos vivem em unidades de produção familiar, cujo cotidiano é bem diferente daqueles tratados nos livros

didáticos com conteúdos urbanos.

Partindo desta análise histórica do bairro e da escola que nele se localiza, se realizou uma busca em tentar associar estes estudos de campo com a questão do espaço, a fim de entender o lugar e como esses alunos estão inseridos no mesmo e se reconhecem como produtores desse espaço rural (no caso a escola e o bairro rural). Segundo Fernandes (2006, p. 28-29),

[...] O campo pode ser pensado como território ou como setor da economia. O significado territorial é mais amplo que o significado setorial que entende o campo simplesmente como espaço de produção de mercadorias. Pensar o campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida, ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana.

E é seguindo essa lógica territorial que procuramos entender o papel da escola atrelado a produção familiar desse local, pois como destacado pelo referido autor, este é um espaço onde se realizam diferentes atividades da dimensão humana, no qual se procura compreender o aluno e a sua percepção do lugar no qual reside.

O bairro apresenta múltiplos significados a sua população, servindo como moradia, local de descanso, fornecendo alimentos, trazendo renda às famílias e propiciando a sociabilidade entre os moradores, papel esse muito bem exercido pela escola, que se torna um elemento importante dentro desse estudo.

Apesar de seu currículo um tanto quanto enraizado em elementos do urbano, seja ele para obter resultados ou mesmo para nivelar uma educação vista como padronizada pelas instituições de ensino e secretarias, a E. M. Rio do Peixe II se esforça em trazer por meio de suas aulas a realidade do campo para a sala de aula.

A valorização do campo se faz presente através da vivência e da contextualização correta do espaço e da leitura de seu cotidiano, haja vista que a educação do campo possui papel importante na formação educacional e político-cidadã desses indivíduos, formando assim não apenas trabalhadores rurais, mas sim sujeitos políticos.

Porém, no dizer das professoras entrevistadas, a escola apresenta dificuldades em destacar a realidade do sujeito pertencente ao campo por inúmeros fatores, dentre eles e talvez o mais impactante para o rompimento da afetividade desses indivíduos com o local, o currículo voltado a questões do urbano. Na fala de uma das professoras:

Fizemos um profundo estudo da BNCC, e agora utilizamos o Currículo Referência de Minas Gerais. Mas infelizmente, não conseguimos “amarrá-lo às necessidades do Campo e para o Campo. Penso que é devido aos objetivos numéricos, resultado das avaliações externas que são padrão avaliativo (PROFESSORA 1).

Evidenciando uma educação urbanizada, que não se apropria do campo para suas análises e discussões, faz com que esse modelo de ensino seja fragmentado e não possua total eficácia como se esperava. Haja vista que, para uma educação que de fato seja voltada ao rural, é preciso que se tenha uma organização curricular da escola e se elabore uma metodologia de ensino eficaz e aplicável pelo professor como destacam Cruz e Azevedo (2019).

Atrelada a essa análise, ainda é possível considerar válida a aplicação do ensino de Geografia nesse contexto, a fim de auxiliar como principal ferramenta de leitura do espaço, conseqüentemente de suas diversas produções e aplicabilidades, com intuito de dar a esses alunos material suficiente para construir sua própria percepção de espaço, construindo indivíduos críticos e pensantes que valorizem suas origens e se orgulhem de estarem e estudarem no rural.

Nesse sentido, é necessária uma leitura mais crítica sobre esses modelos de ensino, pautados em currículos que sejam capazes de indicar o seu grau de aplicabilidade no ensino e aprendizagem desses alunos, com o intuito de avaliar não somente o papel da escola no fortalecimento dos laços com o lugar, mas também de que maneira a formação desses profissionais que atuam na prática voltada ao campo deve ser abordada, sendo capaz de criar condições para que esses indivíduos estabeleçam com o lugar uma relação de pertencimento e, ao mesmo, de que forma ela é exercida, fazendo com que esses se sintam parte deste local no qual vivem e exercem suas atividades.

Ademais, por mais que a E. M. Rio do Peixe II esteja fortemente ligada ao bairro e exerça papel importante no mesmo, nota-se que a educação do/no campo ainda carece de muito incentivo e preparo dos profissionais que ali exercem sua profissão. É necessário que se invista numa educação emancipadora e que dialogue com a realidade desses indivíduos, pois pouco se discute a realidade ou o cotidiano desses alunos, uma vez que é seguido o livro didático que nem sempre é capaz de contextualizar toda essa realidade.

Considerações finais

A partir do exposto sobre a educação do campo, bairros rurais e agricultura familiar, é possível constatar que as dinâmicas existentes nas localidades rurais e vivenciadas nas escolas através das relações do homem com meio rural, enfrentam dificuldades em estabelecer um enfoque direcionado prioritariamente às vivências do sujeito no campo, principalmente no atual cenário político ao qual estamos passando, em que a desvalorização

da classe trabalhadora e do ensino são nítidas e o enfoque na educação técnica profissionalizante mercadológica, pautada em uma educação bancária, tem se tornado o principal método educacional.

A atual situação do rural, em especial quando se trata da valorização do campo, se faz presente através da vivência e da contextualização correta do espaço e da leitura de seu cotidiano, fator esse possível somente com uma educação do campo emancipatória, na qual bairro e escola caminhem juntos, seja por meio das políticas públicas, projetos pedagógicos atrelados a uma formação especializada e ao currículo que dê a esses indivíduos uma formação destinada para o campo e no campo. Pois durante muito tempo essas temáticas sofreram com o descaso por parte do próprio governo, não sendo vistas como importantes, priorizando apenas políticas públicas e discussões voltadas a educação urbana.

Este trabalho também possibilitou compreendermos que ainda estamos longe de uma consolidação das temáticas atreladas ao campo, devido algumas vezes a dificuldade que alguns professores enfrentam em trabalhar estes temas com os alunos, ponto esse que evidencia um despreparo para a abordagem destes, ressaltando a importância de se realizar mais debates e eventos nesta área da geografia.

O não cumprimento do papel do Estado aos indivíduos residentes no campo acarreta em uma série de perdas a população que nele vive, iniciando pela falta de incentivo e de estruturas básicas para sua permanência, contribuindo para a intensificação do êxodo rural, desvalorização do campo, falta de escolas, transporte público precário, profissionais sem preparo para lecionar e currículos totalmente urbanos são os grandes vilões na busca por um resgate da cultura desses espaços rurais.

Tendo em vista que essas questões ligadas a modernização do campo e a reestruturação do bairro modificando os modelos de produção familiar e fortalecendo a construção de loteamentos, o bairro Rio do Peixe é visto como um novo rural, ainda que nele permaneçam traços do antigo, este novo se faz presente dentro das estruturas familiares, sendo reflexo da instituição de ensino e das relações cotidianas presentes no lugar.

Ademais, o embasamento teórico, em conjunto com as análises feitas na localidade, nos leva a compreensão de que é necessário discutir e incentivar cada vez mais a existência de unidades de ensino e formação de profissionais voltadas para compreender os espaços rurais e suas dinâmicas. Haja vista que a geografia é uma ciência dinâmica atrelada sempre a transformações, o que a torna ainda mais atraente a pesquisa, pois há sempre o que entender a respeito do rural, fazendo com que esses estudos se tornem combustíveis para

possíveis pesquisadores que desejam dialogar a respeito da geografia agrária brasileira dentro de suas temáticas, sendo necessário que cada vez mais as instituições de ensino abordem o campo brasileiro, compreendendo as suas diversidades e peculiaridades, fortalecendo a identidade dos que nele ainda residem, retiram seu sustento e nos alimentam por meio da agricultura familiar.

Referências

BOMBARDI, L. M. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

BARROS FILHO, J. R. G.; TELES, R. C. Educação do campo: luta social, política e resistência camponesa. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 24. **Anais...** Dourados/MS, 2018, p. 1-11. Disponível em: <http://anaisenga2018.comunidades.net/anais>. Acesso em: 15 jul. 2022.

CALLAI, H. C. **A Formação do Profissional da Geografia: O Professor**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2003.

CARNEIRO, M. J. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: COSTA, L. F. de C.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (org.) **Mundo Rural Brasileiro**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, p. 225-269, 2008.

COSTA, C. L.; SANTOS, J. R. Abordagem qualitativa na pesquisa sobre ensino de geografia no campo: desafios e perspectivas. **Revista Percurso** - NEMO Maringá, v. 3, n. 2, p. 61-77, 2011 ISSN: 2177- 3300. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/13982>. Acesso em 09 set. 2022.

COSTA, V. M. H; OLIVEIRA, A. R. **Desenvolvimento territorial: sociabilidade, solidariedade e capital social**. In SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA 3 / SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2. UNESP, Presidente Prudente, 2005. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Alecio%20Rodrigues%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 09 set. 2022.

CRUZ, A. B.; AZEVEDO, S. C. Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p 133-155, jan.-abr. 2019.

FERNANDES, B. M. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. C. **Educação do campo e pesquisa**: Questões para reflexão. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000120&pid Acesso em: 09 set. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico> Acesso em: 26 de março de 2021.

MOREIRA, E. V. **As múltiplas fontes de rendas e a pluriatividade nos bairros Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça, Ponte Alta e Gramado no município de Presidente Prudente- SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/96750>. Acesso em: 09 set. 2022.

NOSSA escola, nossa história. Três Corações: Escola Municipal Rio do Peixe II. Impresso, s.d.

OLIVEIRA, A. R. **Bairros rurais de Anhumas-SP: espaço, história e organização**. Tese (Doutorado em Sociologia). 210 f. Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/106264>. Acesso em: 09 set. 2022.

OLIVEIRA JÚNIOR, G. M. **Educação do campo e práticas cotidianas das crianças na unidade de produção familiar**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Instituto de Ciências da Natureza. Universidade Federal de Alenas, 2015.

RODRIGUES, S. G. S; NADORQUE, S. **Educação do campo: Ensino de Geografia e o Livro Didático Específico para os alunos do campo**. ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 24. **Anais...** Dourados/MS, 2018, p. 1-11. Disponível em: <http://anaisenga2018.comunidades.net/anais>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SANTOS, L. L. **Educação do campo no Estado do Paraná: das escolas rurais às escolas do campo**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 24. **Anais...** Dourados/MS, 2018, p. 1-11. Disponível em: <http://anaisenga2018.comunidades.net/anais>. Acesso em: 13 ago. 2022.

TRÊS CORAÇÕES. Secretaria Municipal de Educação de Três Corações. **Plano Decenal de Educação**. 2015 – 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES; INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. **Leitura Técnica e Prognóstico Preliminar**. Revisão do plano diretor de desenvolvimento urbano ambiental de Três Corações/MG, 2017. <http://www.trescoracoes.mg.gov.br/>. Acesso em 02 dez. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato Brasileiro**. In: TEDESCO, J. C. (Ed.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 21-55.

O papel da cafeicultura no município de Três Pontas (MG)

Gustavo Sousa Marinho
Leandro Henrique Cunha Fermino

Introdução

Este capítulo contextualiza a cafeicultura do município sul mineiro de Três Pontas, evidenciando sua relação com espaço rural expressiva nas dimensões socioeconômicas, sua forma de inserção no mercado de trabalho no setor agropecuário, e a relação econômica nas escalas local global. Esse município, de cerca de 57 mil habitantes, é conhecido na rede urbana sul mineira por ser a “terra da fé, música e café”, (TRÊS PONTAS, 2013). O título da fé se deve ao Beato Padre Victor que foi o primeiro padre negro do Brasil, ex-escravo, foi sacerdote e professor enquanto viveu em Três Pontas no século XIX, que atualmente está em processo de canonização pela igreja católica, e por ele ocorre anualmente sua festa no dia 25 de setembro que atrai dezena de milhares de devotos para a igreja matriz e feirantes, e possíveis compradores para a feira da festa. Já o título de terra da música se deve pelo fato do município ter sediado o Show do Paraíso em 1977, conhecido como "Woodstock Mineiro", por ter sido residência de Milton Nascimento e Wagner Tiso, grandes nomes da música popular brasileira. Por fim, o título de terra do café, objeto de análise deste estudo, se deve ao fato do município participar historicamente do ranking nacional dos maiores produtores dessa rubiácea, bem como pela cafeicultura ser dominante na paisagem, como mostra a figura 1.



Figura 1 – Fotografia da fazenda Mato Virgem, tendo em plano de fundo a cidade de Três Pontas-MG.

Fonte: Os autores 2022.

Contudo, ressalta-se que discutir cafeicultura é, antes de tudo, um estudo das relações rurais-urbanas e da interação dos fixos e fluxos na era do meio técnico científico informacional. Diante disso, qual a origem do café em Três Pontas? Atualmente qual é a área destinada a colheita do café? Quanto foi produzido nos últimos anos? Quais são os reflexos e a condição da cafeicultura em Três Pontas? Como é a divisão social do trabalho? Como tem sido a participação agropecuária no PIB de Três Pontas? O café é exportado para onde? O que foi importado para a produção agrícola? Estas são algumas questões que nortearão este capítulo.

Para tal análise foram elaborados gráficos, quadros e mapas temáticos utilizando dados do Censo Demográfico de 2010, do Censo Agropecuário de 2017, da Produção Agrícola Municipal (PAM), da coleção 7 do projeto Mapbiomas, dos trabalhadores formais e estabelecimentos registrados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), e dados estatísticos de comércio exterior do portal ComexStat do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, que compreendem o município de Três Pontas.

Dessa forma, o texto está dividido em seis partes. Na primeira parte discutiremos alguns conceitos sobre Espaço geográfico, território usado, e meio técnico científico informacional. Em seguida, na segunda parte mostraremos alguns dados demográficos de Três Pontas e de seus municípios vizinhos, logo depois apresentaremos a origem do café e

analisaremos alguns dados sobre a produção cafeeira, estrutura fundiária do uso da terra. Consequentemente, na quarta parte se apresenta dados sobre as empresas, os trabalhadores formais, e a renda média formal. Na quinta parte analisaremos alguns dados econômicos de origem e destino internacional da produção municipal. Por fim, concluiremos o capítulo com alguns apontamentos sobre a vocação cafeeira no município de Três Pontas.

Espaço geográfico, território usado e meio técnico científico informacional

No século XXI, ao pensar em cafeicultura torna-se importante enfatizar o papel que a mesma desempenha sobre os pequenos e médios municípios brasileiros. Por se estar em um mundo globalizado, é importante enfatizar o papel da técnica, da ciência e da informação em conectar as formações territoriais a um sistema econômico global único. Tratar de globalização na atualidade é necessário compreender o atual período mundial, que para Milton Santos e Maria Laura Silveira (2003) é o do meio técnico científico informacional.

A periodização é primordial para se aprofundar nas vertentes que cercam a formação socioespacial, territorial e a utilização do território. De acordo com Maria Laura Silveira e Milton Santos (IDEM), a divisão temporal facilita o processo de aprofundamento dentro da cotidianidade territorial, socioespacial e mundial, pois as questões que integram estes movimentos perpassam por momentos sensíveis que necessitam de uma investigação mais a fundo sobre determinados acontecimentos/eventos. Dessa maneira, para facilitar o estudo, os autores desenvolveram uma metodologia analítica que possibilite o aprofundamento dentro de um determinado contexto.

Santos e Silveira (IDEM) propõem a compreensão de território usado a partir de períodos, sendo assim propuseram o período do meio natural, do meio técnico, do meio técnico científico e do meio técnico científico informacional. Neste capítulo de livro se enfatiza o último abordado, por se trata de entender o papel da cafeicultura dentro da formação territorial de Três Pontas e as suas exportações para o mundo.

Ao pensar em meio técnico científico informacional consiste em ser essencial a compreensão de território usado. O conceito/categoria de território usado para Santos e Silveira (IDEM) é sinônimo de espaço geográfico:

O que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. Como se trata de uma resposta totalmente empirizável, segue daí o enriquecimento da teoria (SANTOS e SILVEIRA, 2003).

Por se tratar de sinônimos, segundo Santos (2002), o espaço geográfico é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá.

Com todos os apontamentos atribuir o período como único, após a evolução da ciência, a fluidez da informação, entre outros, representa uma falha de análise, já que a mesma foi contribuinte para a ida das técnicas e dos descobrimentos científicos para o mundo, porém, por mais que seja global, a incorporação dentro de uma socioespacialidade se dará de acordo com os fatores internos. De acordo Milton e Maria Laura Silveira (IDEM)), a técnica não só é incorporada localmente, mas também mundialmente, em razão de se ter elementos polarizados, como a utilização das rodovias.

A chegada do meio técnico científico informacional em um país, a distribuição não é de forma igualitária, no caso do Brasil, Santos e Silveira (IDEM) propuseram uma divisão regional (Figura 2) em quatro, sendo: Amazônia, Centro-Oeste, Concentrada e Nordeste. Conforme o mapa abaixo irá ilustrar:

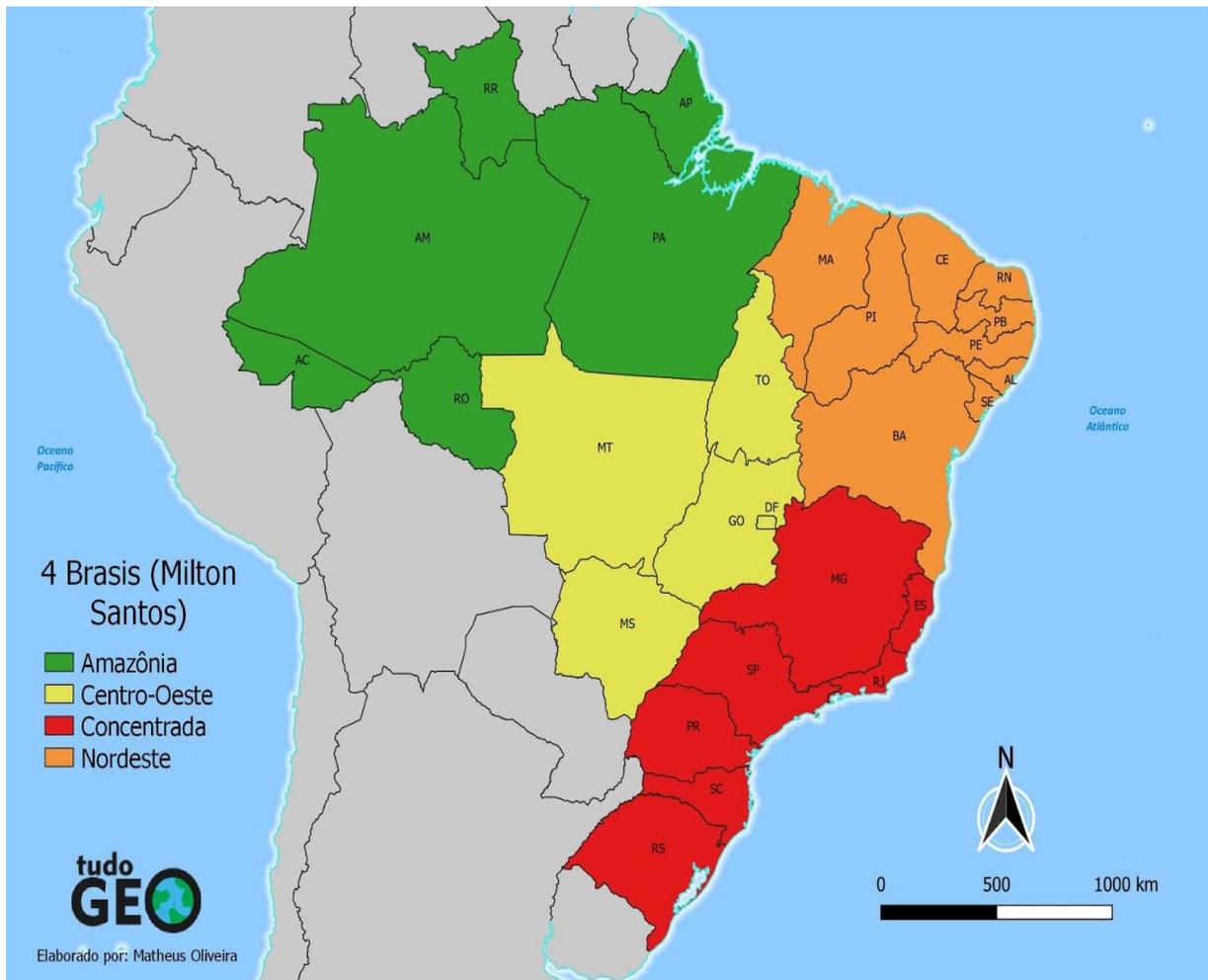


Figura 2 - Mapa dos quatro brasis retratados por Milton Santos e Maria Laura Silveira.
 Fonte: Matheus Oliveira, 2019.

No mapa acima (figura 2) observa-se a divisão regional partindo da inserção dos meios tecnológicos e científicos dentro do território brasileiro. A área Concentrada elenca os estados pertencentes ao sul (Paraná, Rio Grande do Sul) e ao sudeste (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo) do Brasil.

Segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira a área concentra as tecnologias, as técnicas, a ciência e a informação, em consequência disso será a região com maior concentração industrial, demográfica e econômica do Brasil. Três Pontas está dentro da área concentrada, o uso do território dentro do município possui uma influência global. A fluidez da produção cafeeira ao mercado global é uma das demonstrações que a globalização adentra sobre o território usado e retorna a um sistema mundial, sendo a dialética reflexo e condição.

Localização e alguns indicadores socioespaciais de Três Pontas e de seus municípios vizinhos

O município de Três Pontas possui superfície territorial aproximada de 689,794 km². Situa-se na Mesorregião Sul e Sudoeste do estado de Minas Gerais e na Microrregião de Varginha, ao Norte está o município de Santana da Vargem, ao Sul os municípios de Varginha, Paraguaçu e Elói Mendes, a Leste com os municípios de Nepomuceno e Carmo da Cachoeira, e a Oeste com o município de Campos Gerais, como é mostrado na Figura 3.

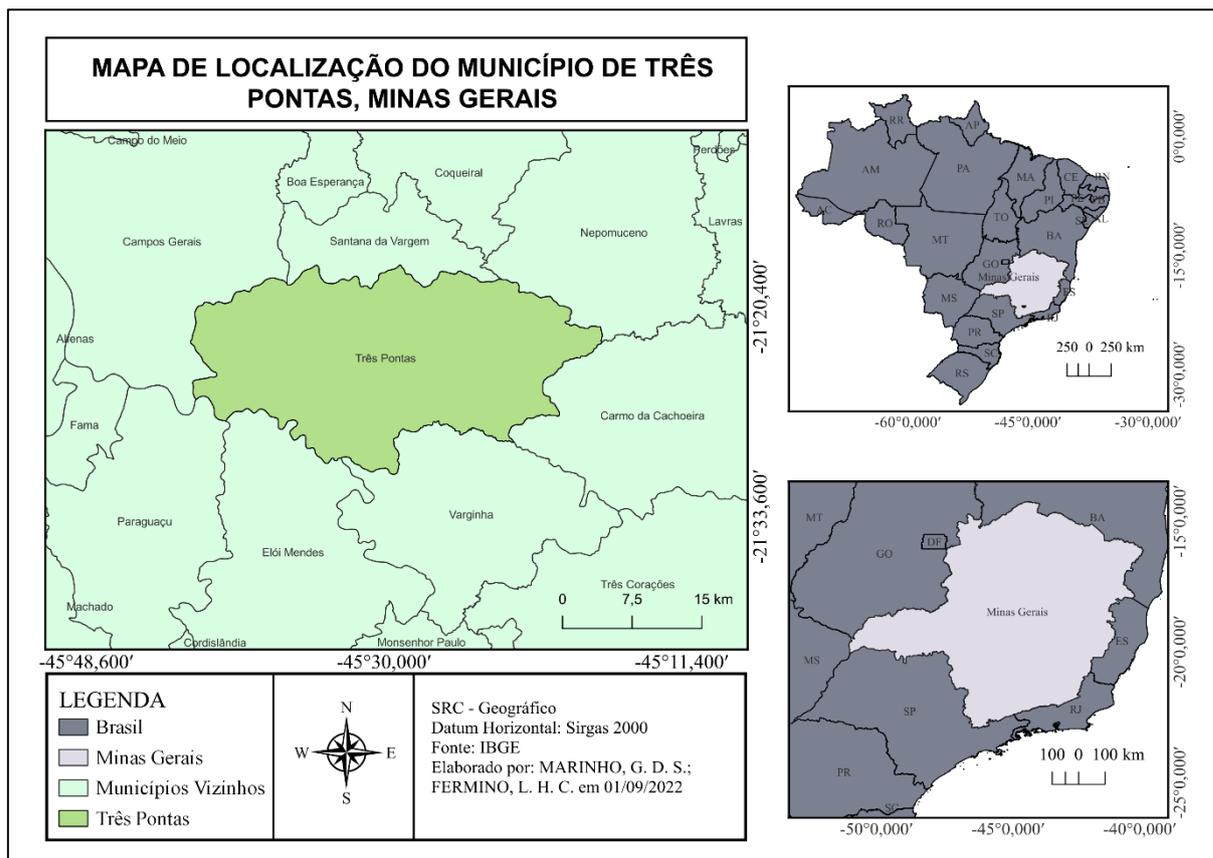


Figura 3 – Mapa de localização do Município de Três Pontas
Fonte: Autores, 2022.

O quadro 1 reúne alguns indicadores socioespaciais do Censo Demográfico de 2010, como forma de contribuir para uma breve análise regional. A qual mostra que Varginha é o município mais populoso, com maior densidade populacional, renda per capita, maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e de desigualdades sociais, bem como apresenta os menores índices de mortalidade infantil, analfabetismo. Essas características evidenciam uma grande influência de Varginha sob os demais, seguida por Três Pontas. Por isso este município também se insere na Região Geográfica Imediata Três Pontas-Boa Esperança.

Quadro 1 – Alguns indicadores socioespaciais do município de Três Pontas e dos municípios vizinhos.

Indicadores Socioespaciais	Campos Gerais	Carmo da Cachoeira	Elói Mendes	Nepomuceno	Paraguçu	Santana da Vargem	Três Pontas	Varginha
População Total em 2010	27.600	11.836	25.220	25.733	20.245	7.231	53.860	123.081
População Urbana em 2010	19.156	8.966	20.374	19.936	16.679	5.278	46.280	119.061
População Rural em 2010	8.444	2.870	4.846	5.797	3.566	1.953	7.580	4.020
Densidade demográfica em 2010 (Habitante/km²)	35,87	23,38	59,49	44,17	47,71	41,93	78,08	311,29
Renda per capita média em 2010	503,91	525,35	577,50	480,79	587,36	553,70	682,15	904,57
Mortalidade infantil até 1 ano de vida (por 1000) em 2010	16,50	18,50	14,90	16,40	13,90	13,90	13,90	12,21
Analfabetismo (15 anos ou mais por 1000) em 2010	11,42	9,95	11,35	11,23	7,25	9,01	8,74	4,65
Índice de Desenvolvimento Humano em 2010	0,682	0,655	0,685	0,667	0,715	0,698	0,731	0,778
Índice de Gini em 2010	0,44	0,45	0,46	0,44	0,41	0,40	0,50	0,51

Fonte: Censo Demográfico 2010, (IBGE, 2010).

Histórico da cafeicultura em Três Pontas-MG

A formação territorial do município de Três Pontas iniciou-se com ocupações quilombolas (“quilombo do cascalho” situado na serra de três pontas, e “quilombo quebrapê” situado na região do atual distrito do Quilombo nossa senhora do rosário) e com as concessões de sesmarias aos capitães que as aniquilaram essas ocupações entre 1740 e 1746 - fato descrito em Miranda (1980), Campos (2004) e Martins (2008). Naquela época a agropecuária era de subsistência e voltada para o mercado interno, os primeiros produtos foram arroz, feijão, milho, aves, suínos, e gado bovino. Com o tempo outros produtos também foram implementados, como o algodão, o fumo, a uva, o vinho, a cana de açúcar e o café, (CAMPOS, 2004).

A prefeitura municipal de Três Pontas constatou que a produção de café se iniciou no município em meados do século XIX, (TRÊS PONTAS, 2013). Amélio Garcia de Miranda, um historiador e pesquisador local, aponta que em 1845 já havia uma produção cafeeira, nas terras de Alferes Bento Ferreira de Brito, nas regiões do Morro Cavado, da

Instância do Mota e das Bandeirinhas, (MIRANDA, 1980). Já Paulo Costa Campos, outro um historiador e pesquisador local, verificou que o primeiro produtor a produzir café em larga escala foi Benjamim da Silva Campos, proprietário da Fazenda Mato do Cipó, por volta de 1884, (CAMPOS, 2004).

Em 1894, segundo Miranda (1980) e Campos (2004), foi construída a ferrovia “Companhia de Estradas de Ferro Federais Brasileiras Rede Sul-Mineira”, que ligava Cruzeiro a Tuiuti (hoje Juréia), o que favoreceu a expansão das atividades agropecuárias exportadoras no sul de minas. Em Três Pontas, essa ferrovia passava na área Oeste, margeando os rios Verde e Sapucaí, tendo uma estação de carregamento no atual distrito do Pontalete, que naquela época também havia um porto fluvial. Mas dado a longa distância entre essa localidade e o centro urbano, e o principal meio de transporte era o carro de boi, um ramal foi construído (iniciado em 1922 e terminado 1924) sob controle da “Companhia Viação Férrea Três-Pontana”, que edificou mais duas estações de carregamento, uma na cidade (FIGURA 4A) e outra na região da Espera, onde encontrava com a ferrovia principal. Ambas as ferrovias funcionaram até 1964, quando houve à inundação de várias partes das linhas pela Represa de Furnas, logo depois a antiga estação da cidade foi demolida e no local foi edificado o atual prédio da prefeitura municipal (FIGURA 4B).

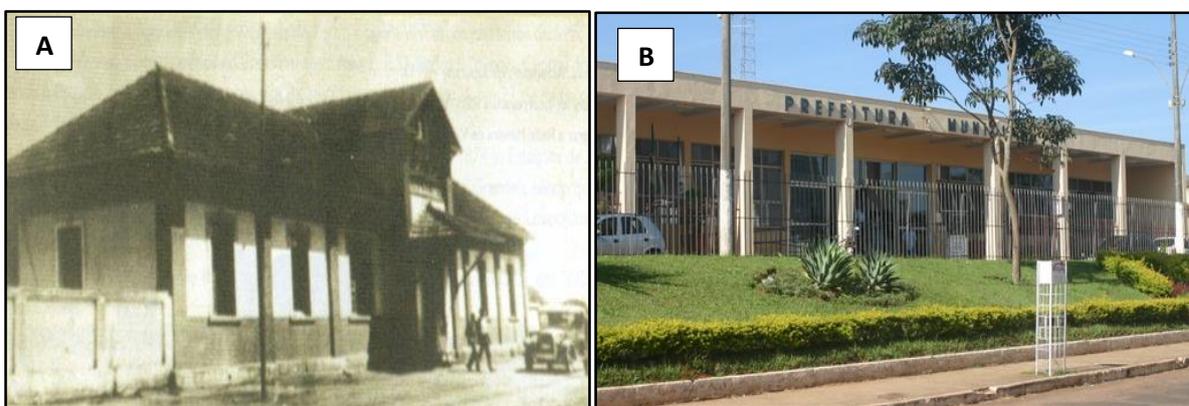


Figura 4 – A) Antiga Estação Ferroviária da cidade de Três Pontas. B) Atual Prefeitura Municipal.

Fonte: Prefeitura Municipal de Três Pontas (TRÊS PONTAS, 2013).

Para reestruturar a logística trespontana após a essa época, na década de 1970 foi construída a rodovia estadual MG-167 que liga, até os dias de hoje, Três Pontas a BR-491, em Varginha, e a BR-265, em Santana da Vargem, ambas rodovias federais se conectam à Rodovia Fernão Dias (BR-381). Esta é considerada, aqui, como a principal rota de escoamento da produção para o município de Três Pontas, e um dos principais eixos logísticos de circulação de pessoas, veículos, mercadorias, bens e serviços no sul de minas.

Atualmente a rede estradas vicinais não pavimentadas possuem cerca de 1000 km de extensão, as quais conectam a sede do município aos distritos e condomínios rurais, bairros rurais, e municípios vizinhos, bem como as estradas de terra dão o acesso as propriedades rurais e escoam a produção agrícola, (TRÊS PONTAS, 2013).

Entre 1989 a 2020, conforme os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), houve um crescimento considerável da produção de grãos de café, passando de 21.600 toneladas para 42.149 toneladas, um crescimento de 48,75%, o que deixou esse município em 3º lugar no ranking estadual de produção cafeeira (perdendo para o 1º lugar, o município de Patrocínio, que se localiza na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, e o 2º lugar, o município Campos Gerais, que é vizinho de Três Pontas) e em 4º lugar no ranking nacional cafeeiro em 2020. A figura 5 revela a dinâmica quantidade de toneladas de grãos de café e área destinada à colheita em hectares entre 1989 a 2020. Nela fica evidente o ciclo bianual de produção cafeeiro, onde um ano produz muito e no seguinte produz pouco, bem como nota-se que três anos de maior produção foram 2018, 2000 e 1993, e os três anos de menor produção foram 2007, 1995 e 2014. Além disso a mesma figura mostra que a área destinada a colheita do café reduziu nos últimos 30 anos, de 25.186 hectares para 18.650 hectares, uma redução de 25,95%. Diante disso e levando em conta e o aumento da quantidade de grãos produzidos, infere-se a ação do processo da mecanização da cafeicultura em Três Pontas nos últimos 30 anos, sendo necessários mais estudos aprofundados para uma constatação e quantificação acurada.

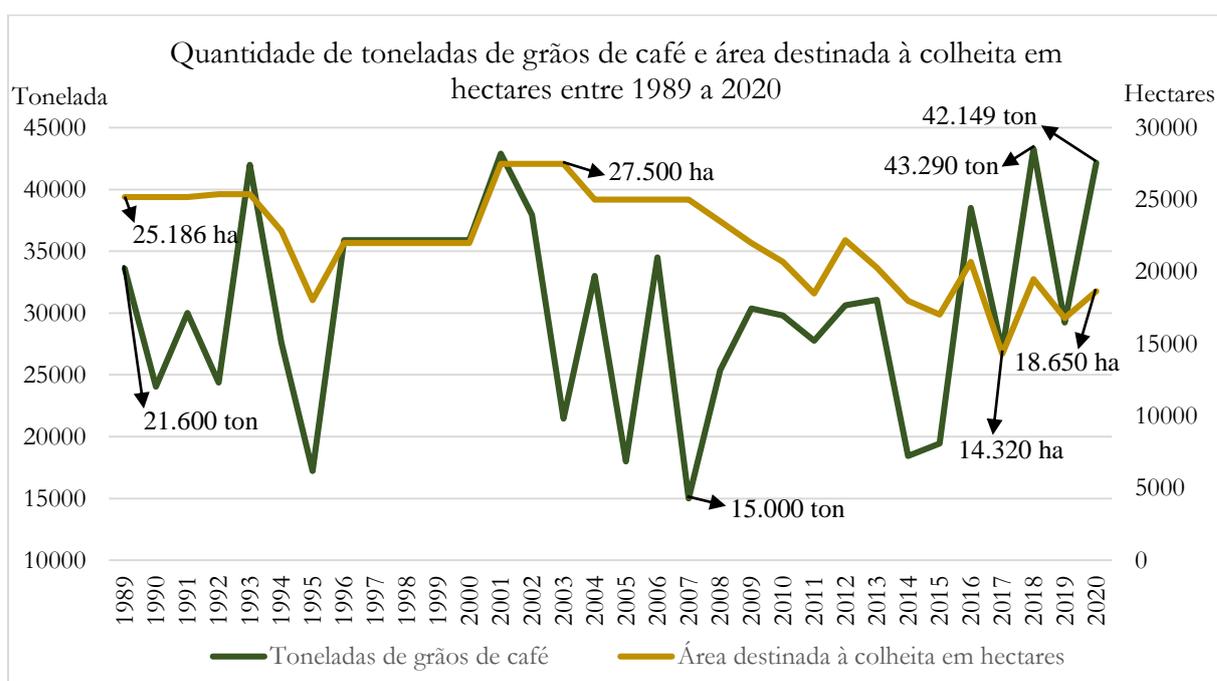


Figura 5 – Quantidade de toneladas de grãos de café e área destinada à colheita em hectares entre 1989 a 2020.

Fonte: Produção Agrícola Municipal, (IBGE, 2022).

“A questão agrária regional tem mostrado as implicações do modelo baseado no agronegócio, de uma diversidade produtiva e alimentar à uma monocultura destinada à exportação. ” (ALVES, 2021, p. 148). No que diz respeito as produções agrícolas no município de Três Pontas, o Mapeamento do uso e cobertura da terra do município de Três Pontas em 2020, figura 4 foi elaborado com base nos dados do projeto MapBiomas, para constatar outros usos do território além da cafeicultura. Nele constata-se a presença da cafeicultura (31,58%), Mosaico de Usos (24,59%), Pastagem (19,9%), Formação Florestal (12,35%), Soja (4,00%), Outras Lavouras Temporárias (2,51%), Área Urbanizada (1,69%), Corpo D`água (0,96%), Silvicultura (0,94%), Formação Campestre (0,77%), Formação Savânica (0,21%), Campo Alagado e Área Pantanosa (0,20%), Outras Áreas não Vegetadas (0,16%), Citrus (0,13%) e Outras Lavouras Perenes (0,02%).

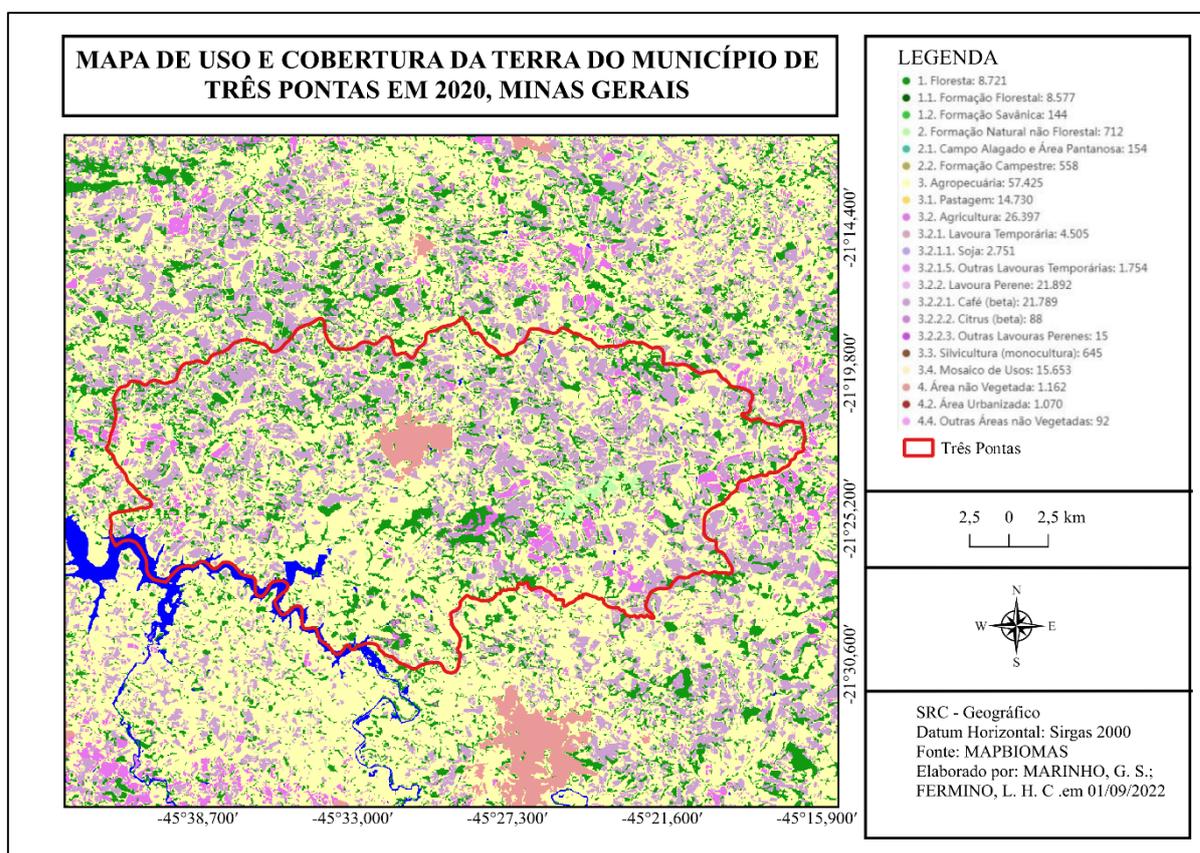


Figura 4 - Mapa de uso e cobertura da terra do município de Três Pontas em 2021.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Já quadro 2 revela, entre em 1989 e 2019, que a cafeicultura é a cultura que mais se destacou na paisagem, que houve uma redução da área plantada das culturas mais expressivas (café, cana-de-açúcar, milho e feijão), que a rizicultura desapareceu no município, e que novas culturas (aveia, batata-doce, maracujá, soja, tomate, trigo e uva) surgiram nos últimos 30 anos.

Bem como nota-se a redução da produção de alimentos que estão na dieta da população trespontana (arroz, feijão e mandioca) que são cultivados pela agricultura familiar, em prol do aumento da produção de grãos para exportação (café, milho e soja) ou para servir de matéria-prima para diversos produtos, que geralmente é produzido por propriedades que não estão ligadas a agricultura familiar, mas sim dirigidos por pessoas jurídicas e empresas. Esta situação se configura como commoditização do território, que

“[...] se caracteriza pela diminuição de variedades agrícolas associadas a uma expansão de grãos e cultivos, destinados a atender o mercado externo e agroindústrias nacionais. Essa commoditização do território tende a homogeneizar a paisagem rural, reduzindo a presença de pessoas, a diversidade de objetos e ações na morfologia socioespacial, da diversidade da agricultura familiar a monocultura da grande propriedade, e por fim, essa commoditização é amparada e subsidiada com recursos do Estado, em formas de políticas de crédito e financiamento.” (ALVES, 2021, p. 141).

Quadro 2 – Área plantada de culturas agrícolas no município de Três Pontas em 1989 e 2019.

Cultura Agrícola	Área Plantada em Hectares em 1989	Área Plantada em Hectares em 2019
Arroz	603	0
Aveia	0	600
Banana	24	25
Batata-doce	0	1
Café	25.186	16.859
Cana-de-açúcar	7.401	5
Feijão	2.300	390
Laranja	51	2
Mandioca	14	4
Maracujá	0	1
Milho	3.000	1.650
Soja	0	2.800
Tangerina	9	28
Tomate	0	1
Trigo	0	500
Uva	0	3
Total	38.588	22.010

Fonte: Produção Agrícola Municipal, (IBGE, 2022).

Para Alves (2021, p. 136) “a concentração de terras no Brasil é um problema estrutural, que advém de seu processo histórico-geográfico de ocupação territorial, marcado por sistemas que valorizaram a monocultura, latifúndio e mão-de-obra escrava.” No caso de Três Pontas, a figura 6 mostra a estrutura fundiária e o número desses estabelecimentos rurais e a presença ou não da agricultura familiar neles em 2017, conforme dados do último censo agropecuário.

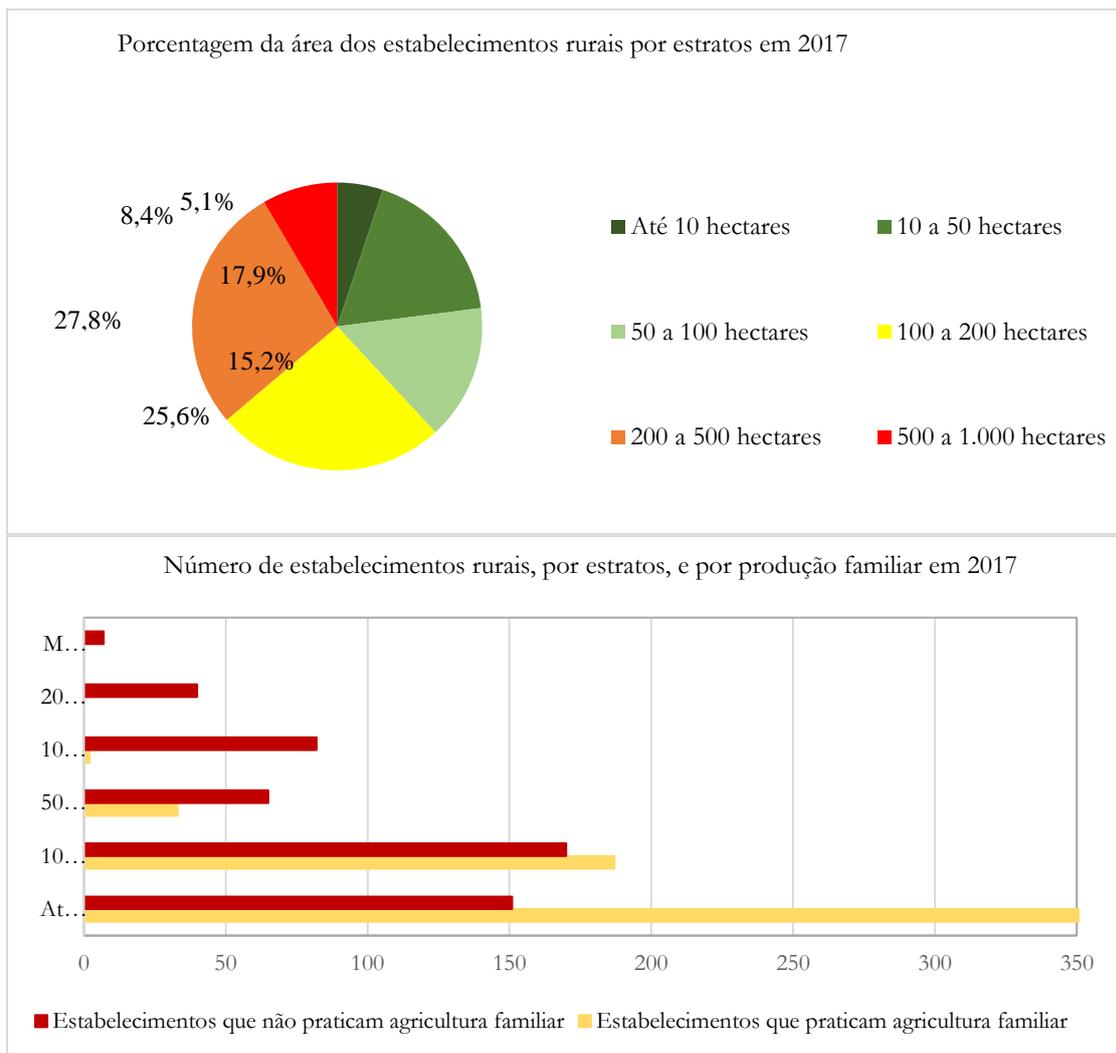


Figura 6 - Porcentagem da área e o número dos estabelecimentos rurais por estratos no município de Três Pontas-MG em 2017.

Fonte: Censo Agropecuário de 2017, (IBGE, 2017).

A mesma figura também confirma que em Três Pontas há uma concentração de terras pelos estabelecimentos rurais com área igual ou maior que 100 hectares, que corresponde a 61,8% do espaço rural trespontano e a 131 estabelecimentos rurais (12,02% de estabelecimentos rurais totais), sendo 2 desses praticam agricultura familiar e 129 não praticam. Já os pequenos estabelecimentos rurais correspondem a 38,2% do espaço rural trespontano e a 959 estabelecimentos rurais (87,98% de estabelecimentos rurais totais), sendo 573 desses praticam agricultura familiar e 389 não praticam. “Diante desse contexto de concentração de terras, a reforma agrária é um processo necessário para tentar corrigir essa disparidade fundiária, que tem implicações socioeconômicas e ambientais graves para o espaço rural brasileiro.” (ALVES, 2021, p. 139).

Sobre modo de vida e as percepções do cotidiano de algumas famílias de cafeicultores de Três Pontas, recomendamos a leitura de Oliveira (2003), agrônomo, ex-cafeicultor e poeta, que retrata o convívio social dessa cultura no município em sua obra.

Empresas, trabalhadores formais, e renda média formal

Em 2020, 1228 empresas com CNPJ foram contabilizadas pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) em 2020. As atividades que mais se destacam são comércio (que compõe 45,44% das empresas), serviços (33,23%), indústrias de transformação (15,23%), Construção Civil (4,64%), Agropecuária (1,06%), Serviços industriais de utilidade pública (0,16%) e Administração pública (0,16%). O quadro 3 apresenta essas informações e mostra a quantidade de estabelecimentos de natureza jurídica por setores econômicos do IBGE.

Quadro 3 - Quantidade e porcentagem de estabelecimentos de natureza jurídica por setores econômicos IBGE no município de Três Pontas em 2020.

Setores Econômicos do IBGE		Quantidade de estabelecimentos com CNPJ em 2020	Porcentagem de estabelecimentos com CNPJ em 2020
Primário	Agropecuária	13	1,06%
	Extrativo mineral	0	0%
Secundário	Indústria de transformação	187	15,23%
	Serviços industriais de utilidade pública	2	0,16%
	Construção Civil	57	4,64%
Terciário	Serviços	409	33,23%
	Comércio	558	45,44%
	Administração pública	2	0,16%
Total		1228	100%

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2022).

Dentre as 13 empresas do setor agropecuário, destacam-se aqui duas a Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas (COCATREL) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG). A primeira foi fundada em 1961, atualmente emprega cerca de 550 colaboradores e possui 7 mil cooperados em 10 municípios (Carmo da Cachoeira, Coqueiral, Guapé, Ilicínea, Nepomuceno, Santana da Vargem, Santo Antônio do Amparo, Três Corações, Três Pontas, e Varginha), trabalha com toda cadeia geral de valor do café (obtenção de insumos, pesquisa e desenvolvimento, produção, distribuição, comercialização do produto final e serviços de pós-venda), leite e derivados (COCATREL, 2022). Já a segunda

[...] foi fundada em 1950 e possui uma área de cerca de cem hectares. No local, localizada às margens da rodovia MG-167 entre Três Pontas e Santana da Vargem, são realizadas pesquisas relacionadas à cafeicultura (melhoramento genético,

nutrição e controle de pragas) e criação de gado de leite (nutrição, manejo reprodutivo, melhoramento genético). Nessa fazenda acontece um dos maiores eventos relacionados da cafeicultura do País, a Expocafé, onde são movimentados milhões de reais, e o evento cresce a cada ano. Na feira, que geralmente ocorre no mês de junho, são realizadas várias demonstrações das novidades da cafeicultura. O evento dura geralmente quatro dias e a entrada é franca. (TRÊS PONTAS, 2013).

Em 2020, 14.000 trabalhadores formais com vínculos ativos até dezembro foram contabilizados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) em Três Pontas em 2020. Os setores que mais ocuparam esses trabalhadores formais foram respectivamente indústrias de transformação (26,48%), comércio (24,17%), agropecuária (19,22%), serviços (17,41%), administração pública (9,89%), construção Civil (2,19%), serviços industriais de utilidade pública (0,64%) e não havendo ocupações no setor extrativo mineral. O quadro 4 apresenta essas informações e mostra a quantidade de trabalhadores formais por setores econômicos IBGE em Três Pontas em 2020.

Quadro 4 - Quantidade e porcentagem de trabalhadores formais por setores econômicos do IBGE ocupados no município de Três Pontas em 2020.

Setores econômicos do IBGE		Quantidade de trabalhadores formais em 2020	Porcentagem de trabalhadores formais em 2020
Primário	Agropecuária	2.691	19,22%
	Extrativo mineral	0	0%
Secundário	Indústria de transformação	3.708	26,48%
	Serviços industriais de utilidade pública	90	0,64%
	Construção Civil	306	2,19%
Terciário	Serviços	2.438	17,41%
	Comércio	3.384	24,17%
	Administração pública	1.384	9,89%
Total		14.001	100%

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2022).

Segundo a mesma fonte, em média cada trabalhador formal recebia 1657,01 reais em 2019, 26% a mais que o salário mínimo de 1.212 reais na época. Esse indicador é importante, pois impacta toda a economia interna, visto que é com essa renda que se gera o consumo interno, a prestação de serviços, o comércio, possibilita a compra de alimentos da agricultura familiar e os produtos industriais locais, regionais e internacionais.

A Vocação econômica do município de Três Pontas na escala local-global

O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma tudo o que foi produzido com valor agregado bruto de acordo com os setores da economia de um país, estado, ou município em um ano (IBGE, 2022). O quadro 5 mostra os valores anuais do PIB a preços correntes (isto

é, os valores dos produtos que foram negociados no ano sem calcular a ação da inflação neles) e as participações em porcentagem (%) dos setores econômicos no PIB a preços correntes do município de Três Pontas entre 2009 e 2019. Resumidamente, nota-se que os valores anuais do PIB estão em ascensão entre 2009 a 2016, estabilização entre 2016 a 2017 (infere-se isso como efeito da crise política brasileira dessa época), e descendência entre 2018 a 2019 (infere-se isso como efeito da crise financeira mundial dessa época), que o setor agropecuário, liderado pela cafeicultura, continua com uma participação considerável, porém um pouco mais baixa do que já foi, o setor industrial aumentando sua participação, o setor de serviços e comércio se mantendo como principal setor dinâmico, e o setor de administração pública com uma participação média que se mantém.

Quadro 5 - Valores do Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes e as participações em porcentagem (%) dos setores econômicos no PIB a preços correntes do município de Três Pontas entre 2009 e 2019.

Ano	Valores do PIB a preços correntes (Mil Reais)	Participação Agropecuária (%)	Participação Indústrias (%)	Participação Serviços (%)	Participação Administração Pública (%)
2009	495.781	16,62%	14,01%	45,71%	23,67%
2010	662.629	14,72%	11,73%	53,04%	20,52%
2011	803.414	21,81%	11,81%	47,48%	18,89%
2012	810.566	15,02%	12,17%	52,18%	20,63%
2013	860.338	8,76%	12,52%	56,59%	22,13%
2014	985.106	9,74%	14,49%	54,85%	20,91%
2015	1.041.895	8,53%	14,91%	54,7%	21,86%
2016	1.271.784	14,92%	13,17%	52,34%	19,57%
2017	1.254.687	9,77%	15,94%	52,66%	21,63%
2018	1.350.568	10,49%	15,14%	53,93%	20,43%
2019	1.261.792	5,11%	18,2%	54,18%	22,51%

Fonte: Fundação João Pinheiro (IRMS, 2022).

A balança comercial é a união das contas de importação e exportação de um bloco econômico, um país, um estado, ou município, sendo registradas a partir do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do importador e do exportador (COMEXSTAT, 2022). A figura 7 mostra a dinâmica da balança comercial do município de Três Pontas entre 2011 a 2021. Salienta-se que somente em 3 anos (2012, 2013, e 2014) a balança comercial fechou superavitária (com valores referentes a exportações maiores que o das importações), enquanto nos demais anos ela fechou deficitária (com valores referentes a importações maiores que o das exportações). Isso significa que, desde 2015, o município de Três Pontas tende a importar mais mercadorias de outros países do que a exportar mercadorias e serviços para outros países.

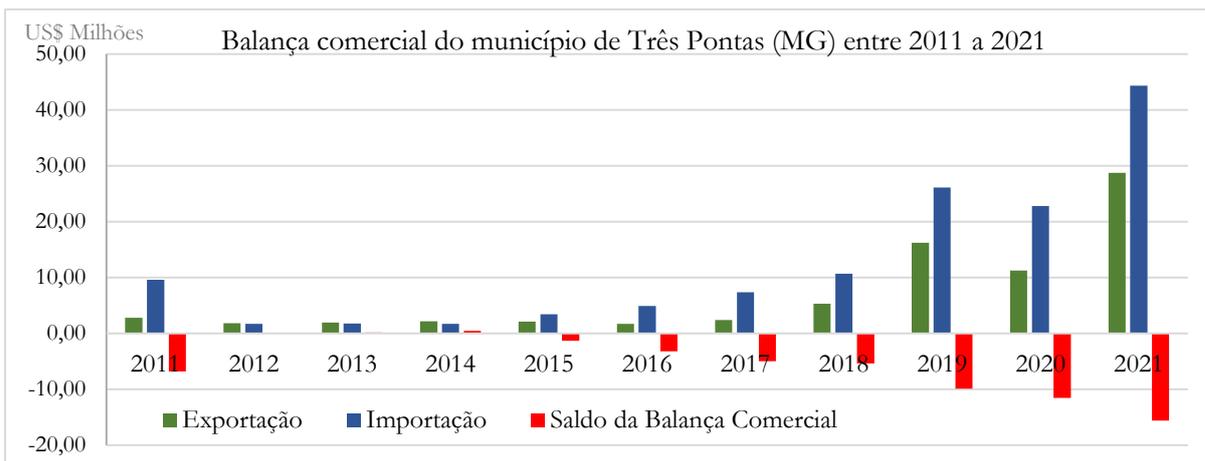


Figura 7: Balança comercial do município de Três Pontas (MG) entre 2011 a 2021.
Fonte: ComexStat (2022).

As exportações do município de Três Pontas em 2021 foram de 28,8 milhões de dólares, que representam 0,08% de todas as exportações do estado de Minas Gerais e que representam 0,01% de todas as exportações do Brasil, deixando esse município em 93º lugar no ranking estadual de exportações e em 740º lugar no ranking nacional de exportações (COMEXSTAT, 2022). A figura 8 mostra o destino das exportações do município de Três Pontas em 2021, onde se observa que os 7 maiores clientes a nível internacional desse município são respectivamente Estados Unidos, Colômbia, Itália, Grécia, Coreia do Sul, Reino Unido e Bélgica. Salienta-se que 4 desses estão na Europa, 2 na América, e 1 no continente asiático. Já o quadro 6 mostra os cinco principais produtos produzidos em Três Pontas e que foram exportados em 2021 e as suas respectivas participações na pauta exportadora, e que aponta uma participação expressiva do café (89,6%), seguido pelos produtos industriais (10,1%), e demais produtos (0,3%).

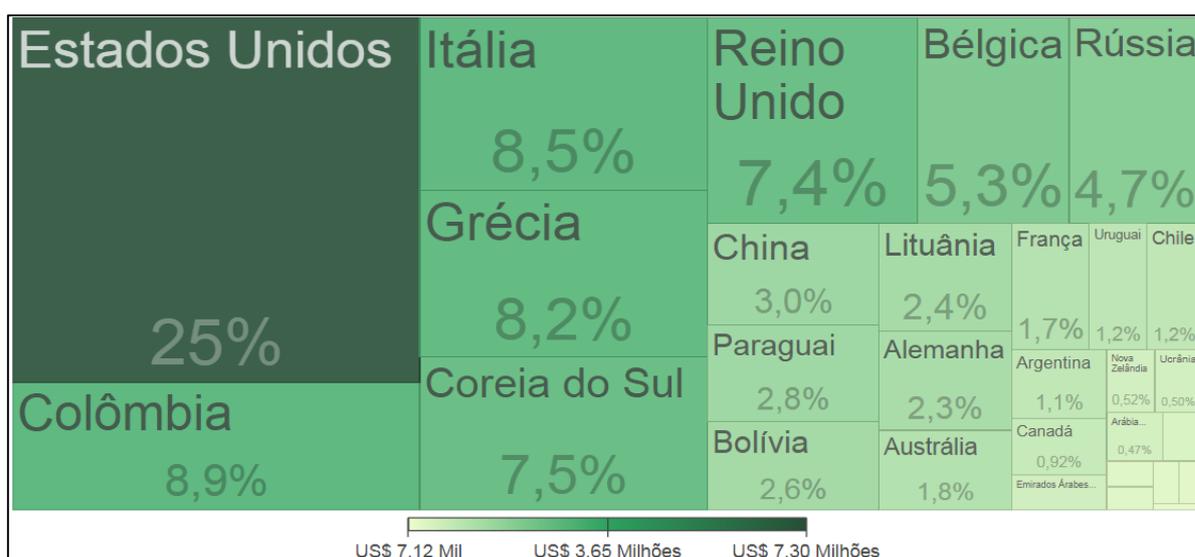


Figura 8 - Destino das exportações do município de Três Pontas em 2021.
Fonte: ComexStat (2022).

Quadro 6 - Os cinco principais produtos produzidos em Três Pontas e que foram exportados em 2021 e as suas respectivas participações na pauta exportadora.

Principais produtos produzidos em Três Pontas e exportados em 2021	Participação na pauta exportadora (%)
Café	89,6%
Produtos plásticos	4,1%
Camisetas de Malha	3,5%
Outros maquinários para papel	2,1%
Metais comuns e suas obras	0,77%
Demais produtos	0,3%

Fonte: ComexStat (2022).

No caso das importações, o município de Três Pontas em 2021 importou 44,4 milhões de dólares, que representam 0,3% de todas as importações do estado de Minas Gerais e que representam 0,02% de todas as importações do Brasil, deixando esse município em 42º lugar no ranking estadual de exportações e em 355º lugar no ranking nacional de exportações (COMEXSTAT, 2022). A figura 9 mostra a origem das importações para o município de Três Pontas em 2021, onde se observa que os 5 maiores mercados a nível internacional desse município são respectivamente Rússia, China, Marrocos, Argentina, e Estados Unidos. Já o quadro 7 mostra os principais produtos importados por Três Pontas em 2021 e as suas respectivas participações na pauta importadora, e que aponta uma necessidade expressiva de fertilizantes (74%) para a agricultura e de produtos químicos (17,4%) para a produção industrial.

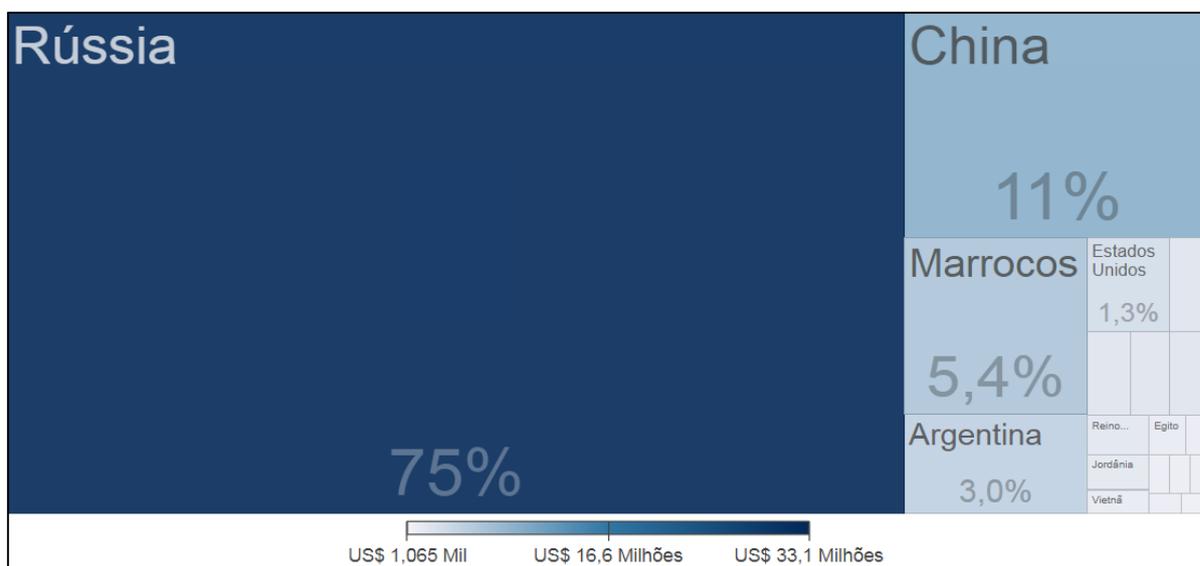


Figura 9 - Origem das importações para o município de Três Pontas em 2021.

Fonte: ComexStat (2022).

Quadro 7 - Principais produtos importados por Três Pontas em 2021 e as suas respectivas participações na pauta importadora.

Principais produtos importados por Três Pontas em 2021	Participação na pauta importadora (%)
Fertilizantes mistos minerais ou químicos de Nitrogênio, fósforo e potássio	46%
Fertilizantes potássicos	28%
Máquinas para o processamento de borracha ou plástico	11%
Poliamidas	4%
Bórax	2,4%
Demais Produtos	8,6%

Fonte: ComexStat (2022). Organizado pelos autores.

Conclusão

O presente estudo teve por objetivo contextualizar a cafeicultura do município sul mineiro de Três Pontas, evidenciando sua relação com espaço rural expressiva nas dimensões socioeconômicas, sua forma de inserção no mercado de trabalho no setor agropecuário, e a relação econômica nas escalas local e global.

Na cafeicultura trespontana, observou-se tendências de redução da área destinada à colheita, mecanização da agricultura, commoditização do território, concentração de terras, presença de uma cooperativa e de uma empresa de pesquisa cafeeira, PIB em crescimento, redução da participação da agricultura a favor da industrialização, exportações de café em grão cru para o mercado europeu, asiático e americano, e ao balanço comercial deficitária devido à grande importação de fertilizantes provenientes da Rússia e China. Para futuros estudos recomenda-se a aplicação de ferramentas estatísticas mais avançadas para análise dos dados, compreender a complexidade econômica dos produtos importados e exportados, a aprofundar na cadeia especial produtiva cafeeira e industrial e a relação entre os parceiros internacionais de Três Pontas, bem como urge estudos de mapeamento da dinâmica do uso e cobertura da terra em diferentes anos, e estudos sobre os trabalhadores informais a partir no novo Censo demográfico.

Por fim, salientamos que o intuito do estudo não é condenar a cafeicultura trespontana, mas levantar discussões e críticas a partir de dados que não são comumente vistos em pesquisas do campo da agronomia, nem mesmo da geografia. Além disso, por meio deste foi constatado que a cafeicultura é importante para o município de Três Pontas, mas ela não gira a economia sozinha.

Referências

ALVES, F. D. Da diversidade agrícola a commoditização do território: os efeitos do agronegócio na Região Imediata De Alfenas – Minas Gerais. **Boletim Alfenense de Geografia**, v. 1, n. 2, p. 129-150, 21 dez. 2021.

CAMPOS, P.C. **Dicionário histórico e geográfico de Três Pontas**. 1ª ed. Três Pontas: Paulo Costa Campos (edição própria do autor), 2004.

COCATREL - Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas. **Sobre a COCATREL 2022**. Disponível em: <https://www.cocatrel.com.br/sobre-a-cocatrel/> Acesso em: 20 de agosto de 2022.

COMEXSTAT. **Comex Vis**. 2022. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home> Acesso em: 20 de agosto de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico> Acesso em: 06 de julho de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas> Acesso em: 10 de julho de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017> Acesso em: 18 de julho de 2022.

IRMS – Índice Mineiro de Responsabilidade Social. **Consultas**: Três Pontas. 2022. Disponível em: <http://imrs.fjp.mg.gov.br/> Acesso em: 21 de julho de 2022.

MAPBIOMAS. **Coleção 7**. 2022. Disponível em: <https://mapbiomas.org/#> Acesso em: 03 de agosto de 2022.

MARTINS, T. J. **Quilombo campo grande**: História de minas que se devolve ao povo. Instituto histórico e Geográfico de Minas Gerais. 1ª ed. Contagem: Santa Clara, 2008.

MIRANDA, A.G. de. **A História de Três Pontas**. 1ª ed. Belo horizonte: Editora JC, 1980.

OLIVEIRA, L. C. de. **Na trilha do café** – Sul de Minas. 1ª ed. Varginha: Gráfica Varginha, 2003.

OLIVEIRA, M. **Os quatro brasis de Milton Santos**. 2019. Disponível em: <https://www.tudogeo.com.br/2019/04/02/os-quatro-brasis-de-milton-santos/> Acesso em: 18 de agosto de 2022.

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e Previdência. **Acesso ao sistema**. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php> Acesso em: 15 de agosto de 2022.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O BRASIL Território e sociedade no início do século XXI**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

SANTOS, M. Sociedade e espaço a formação social como teoria e como método. In: **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

TRÊS PONTAS, Prefeitura Municipal de. **Conheça Três Pontas:** terra da Música e Capital Mundial do Café. 2013. Disponível em: <https://www.trespontas.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/conheca-tres-pontas-terra-da-musica-e-capital--mundial-do-cafe/6497>. Acesso em: 03 julho de 2022.

Assistência técnica e uso de agrotóxicos: situação dos agricultores familiares produtores de café não cooperados do município de Muzambinho/MG

Fernanda de Araújo da Silva¹¹
Ana Rute do Vale¹²

Introdução

A cafeicultura no sul de Minas representa uma de suas principais características tradicionais, presente de forma importante no século XIX, no chamado ciclo do café e, de forma mais intensa a partir da década de 1970, coincidindo com a inserção da Revolução Verde na agricultura brasileira. Tal fato fez com que a agricultura familiar tivesse que adequar-se às novas formas modernas de produzir, utilizando maquinários e produtos químicos, sobretudo os agrotóxicos. Obviamente que com os produtores de café da região não foi diferente, uma vez que a agricultura familiar é predominante nesse tipo de cultivo, sobretudo no sistema de produção convencional, no qual busca-se o aumento da produção e da produtividade, por meio de produtos eficazes nos combates às pragas e doenças, ou seja, os agrotóxicos.

No entanto, é importante destacar que nem todos os agricultores conseguem se adaptar às novas tecnologias, sobretudo por questões financeiras, o que pode resultar no abandono da cultura ou na submissão aos grandes produtores.

No caso da cafeicultura da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, geralmente, a comercialização da produção é feita via cooperativas que, por exigir um padrão de qualidade, típico de uma *commodity*, como é o café, direciona o produtor para essa forma moderna de produzir, inclusive financiando a compra desses insumos em suas próprias lojas – cujo pagamento será descontado no dinheiro a ser pago pela venda do café – e fornecendo assistência técnica, inclusive sobre os agrotóxicos que são proibidos. Esse é o caso da COOXUPÉ (), que está localizada no município de Guaxupé

Há também cafeicultores que não são cooperado e, portanto, têm maior liberdade para vender, o que fazem por meio dos armazéns gerais. Todavia, esses não recebem nenhum tipo de assistência técnica, e tendem a buscar alternativas diversificadas, dentre elas as oferecidas pelos técnicos da EMATER-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão

¹¹ Graduada em Geografia Bacharelado na UNIFAL-MG. E-mail: fernanda.arj.sil@gmail.com

¹² Professora Doutora na UNIFAL-MG. E-mail: ana.vale@unifal-mg.edu.br

Rural do Estado de Minas Gerais) ou até mesmo utilizando seu próprio conhecimento, muitas vezes insuficiente a respeito do uso de agrotóxicos.

Nesse contexto, está o município de Muzambinho/MG no qual a cafeicultura foi introduzida em meados da década de 1840, por meio de pioneiros que incentivaram o seu cultivo. Considerando que o município apresenta uma quantidade considerável de agricultores familiares produtores de café não cooperados, esse trabalho buscou compreender a forma como eles utilizam agrotóxicos na sua produção e se buscam algum tipo de assistência técnica para auxiliá-los.

Para sua realização, além do embasamento teórico, foram realizados levantamento de dados secundários, junto à Prefeitura Municipal de Muzambinho, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Os dados primários foram obtido por meio de uma entrevista com um agrônomo de uma empresa de consultoria na cidade de Muzambinho, da realização de trabalho de campo e da aplicação de um questionário semiestruturado, junto a 10 agricultores familiares, produtores de café não cooperados, sendo todos do sexo masculino, em sua maioria de maneira remota (por meio de aplicativo ou ligação telefônica). Destaca-se que esses entrevistados residem em diferentes bairros rurais do município e a escolha dos mesmos foi derivada a acessibilidade e disponibilidade dos entrevistados em conceder a entrevista.

Destaca-se que a escrita esse capítulo baseou-se nos resultados do relatório final do projeto de Iniciação Científica, financiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), intitulado “O uso de agrotóxicos pelos cafeicultores não cooperados da agricultura familiar do município de Muzambinho-MG”, desenvolvido entre setembro de 2020 a agosto de 2021, ela primeira autora desse capítulo, sendo orientada pela segunda.

Isso posto, esse capítulo, além da introdução e das considerações finais, aborda no primeiro item a relação delicada entre a agricultura familiar e o uso de agrotóxicos, a partir do contexto histórico em que a agricultura está inserida, para compreender os aspectos negativos da modernização agrícola, via Revolução Verde e como esses agricultores são afetados, sobretudo aqueles que utilizam agrotóxicos, mesmo sem condições financeira e assistência adequada, como é o caso de boa parte dos cafeicultores do Sul de Minas. No segundo item, apresenta-se o a história do município de Muzambinho/MG, mostrando que é um dos pilares da cafeicultura regional e os resultados e análises das entrevistas realizadas com agricultores familiares produtores de café não cooperados do município, no que se refere ao perfil do grupo familiar, propriedade rural, produção agrícola e assistência técnica,

o motivo pelo qual optaram por não serem cooperados e, por fim, o nível de consciência dos cafeicultores quanto ao uso de agrotóxicos.

Agricultura familiar e agrotóxicos: uma relação delicada

Ao lembrar o modo de produção agrícola no Brasil nota-se diferentes medidas tomadas quanto à alteração na agricultura, pós Segunda Guerra Mundial. Essas mudanças desencadearam consequências no atual cenário agrário. A inclusão da Revolução Verde alterou toda a dinâmica do campo, tanto no método de produção ora nos aspectos sociais, culturais e políticos. Trata-se de um modelo baseado na alta produtividade, e constituiu para a modernização da agricultura através de inovações tecnológicas. Foram implantadas sementes modificadas geneticamente, máquinas e insumos agrícolas que se adaptam às novas fórmulas dessas sementes, neste contexto entram o uso dos agrotóxicos e fertilizantes químicos, que se tornou presente na vida da grande maioria dos produtores (ANDRADES e GANIMI, 2007).

Por meio do desenvolvimento rural agrícola e o processo de modernização do campo, a dinâmica de produção e comercialização da agricultura nacional é diretamente alterada. A modernização da agricultura interfere na quantidade de alimentos a serem comercializados, visto o crescimento do consumo de alimentos, conseqüentemente aumenta a produção e o consumo de insumos agrícolas a serem utilizados nos cultivos. A modernização dependia completamente da importação de substâncias para as novas tecnologias do campo, outrora também dependia da exportação para fazer funcionar a nova fase da agricultura (GAZIANO DA SILVA, 2003).

Dessa forma, a agricultura que antes produzira para auto sustento se tornou ela mesma, uma indústria, perdendo no processo produtivo as características artesanais e manuais passando a consumir a força de trabalho e insumos de outras indústrias, e produz matérias primas que são vendidas como produtos para outras indústrias, tornando assim a chamada dinâmica de tripé “indústria para agricultura-agroindústria”, associando-se a concentração e acumulação de capital industrial, formando os complexos industriais (CAIs) (GAZIANO DA SILVA, 1987).

Conforme Pelaez e Ganini (2007), o intuito dessas inserções de insumos agrícolas era a prevenção de pragas de doenças em plantações de grande escala, que, devido à grande quantidade, o produtor não consegue sozinho controlar supostos ataques. Neste contexto, entramos no uso desses insumos, e nota-se a falta de regulamentação do uso de agrotóxicos

conforme a chegada da Revolução Verde. Para os autores, os órgãos governamentais criam um padrão de quantidade permitida do uso desses, contudo, excedem o valor apropriado conforme os próprios agricultores acreditam necessário. O uso de insumos passa a ser utilizado das grandes e médias propriedades às pequenas propriedades, popularizando e normalizando o uso de agrotóxicos, tornando os agricultores brasileiros dependentes desse método de produção.

Nesse processo de modernização agrícola, a inserção da agricultura familiar se dará por meio de políticas públicas, incentivando a utilização de insumos agrícolas, por meio de financiamentos da produção. Na década de 1960 tivemos o Sistema Nacional de Crédito Rural e, mais recentemente, em 1996, com a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o programa auxilia através de créditos bancários, para que os agricultores aumentem suas lavouras de forma mais simplificada, basicamente foi o que levou os agricultores familiares a se adaptarem as novas tecnologias inseridas no campo. A estratégia também tivera a premissa de diminuir as desigualdades perante aos que já haviam se adaptado e a atender as necessidades que os agricultores familiares se encontravam. A potencialidade desse programa se dá ao transformar uma família agricultora em uma empresa familiar o que ocorre com a grande maioria dos agricultores familiares (CASTRO e PEREIRA, 2017).

No caso específico do uso dos agrotóxicos, que fizeram parte do pacote tecnológico da Revolução Verde, faz-se necessário, então, entender a forma como eles têm sido utilizados na agricultura brasileira, destacando a cafeicultura, no que se refere às principais pragas e doenças e os produtos aplicados para combatê-los e se esses usos são abusivos.

Na formação das lavouras de monoculturas, vastas áreas foram desmatadas, ocasionando proliferações de pragas e doenças nos cultivos, conforme Ross (2001, p. 226), esse “é o caso da lagarta da soja, o besouro--bicudo do algodão, o cancro--citríco dos laranjais, das diversas pragas dos cafezais, dos fungos que atacam o trigo e o milho [...]”. O referido autor explica, ainda, que isso ocorre devido à falta de habitat natural para esses insetos--praga, e se manifestam nas lavouras e, conseqüentemente, o uso de inseticidas, herbicidas nas lavouras crescem aceleradamente. Ainda que com a aplicação desses insumos, com o tempo as pragas vão criando resistência aos agrotóxicos e a criação de moléculas mais fortes e danosas aumenta a fim de combatê-las. Contudo, a saúde humana e recursos naturais não são colocados em pauta de forma significativa.

O que ocorre é que “o veneno afeta a fauna, pássaros e os peixes desaparecem, rapidamente, das áreas de monocultura, favorecendo a proliferação de pragas, lagartas, mosquitos e insetos em geral” (ROSA, 1998).

O uso de agrotóxicos no café no Brasil representa 3% em relação ao consumo total no país. Entretanto, os agrotóxicos considerados mais prejudiciais à saúde são popularmente utilizados na cultura, dentre eles o Glifosato para o café. Ressalta--se que eram permitidos até o ano de 2017, 121 tipos de agrotóxicos para o café, tendo o estado de Minas Gerais o maior consumidor. Afirma-se que no âmbito da agricultura familiar na produção cafeeira, retrata o uso inseguro e demasiado de agrotóxicos, também a falta de segurança no manuseio e descarte de embalagens (BOMBARDI, 2017).

Desta forma, a efetividade do paradigma do “uso seguro” de agrotóxicos, desenvolvido pelas indústrias químicas, recai sobre a (in) capacidade do Estado brasileiro em fiscalizar e controlar as práticas de trabalho em todos os estabelecimentos rurais, assim como em garantir o treinamento de cada trabalhador rural que manipule essas substâncias (ABREU, 2014 p. 33).

Conforme a figura 1 houve aumento no número de registro de agrotóxicos no Brasil ganha maior força a partir de 2016, quando a presidenta Dilma Rousseff sofreu impeachment e foi substituída pelo seu vice, Michel Temer, que tinha uma visão política mais favorável à liberação desses produtos, da mesma forma o governo de Jair Bolsonaro que o sucedeu em 2019. Com pandemia da Covid-19, em 2020 foram liberados mais 118 tipos de agrotóxicos e apenas no primeiro semestre de 2021, mais 230 tipos (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2021). Observa--se que a listagem de insumos no país cresce aceleradamente sem nenhum tipo de controle sobre os malefícios desses agrotóxicos, a liberação desses, visa somente a alta produção e lucratividade que as culturas podem oferecer em um curto prazo.

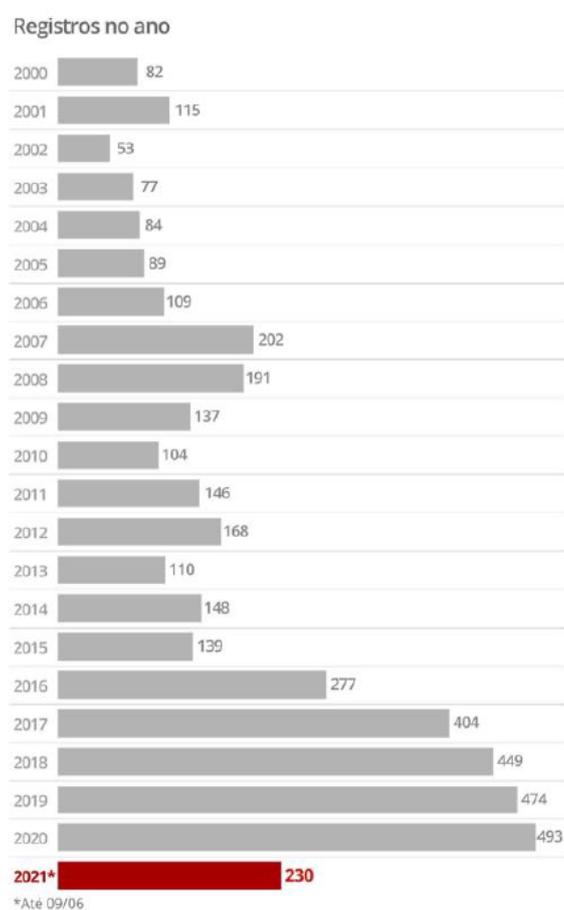


Figura 1- Registro de agrotóxicos no Brasil (2000--2021).
 Fonte: Ministério da Agricultura. Adaptado do portal de notícias G1(09/06/2021).

Segundo Bombardi (2017), o Brasil, se comparado com a União Europeia, é o país que mais permite uso de insumos agrícolas. Dentre esses liberados, grande parcela é usada diariamente por produtores, sem nenhum tipo de auxílio técnico, o que acarreta consequências danosas aos produtores e consumidores do alimento. Toda via a assistência técnica fornecida aos pequenos agricultores não supri a todos, tampouco conseguem garantir segurança no manuseio os insumos considerados danosos a saúde humana. No mapa elaborado pela referida é bastante visível que no Sul de Minas existe uma grande concentração de municípios usuários de agrotóxicos, sendo que os que mais se destacam são: Itamogi, Bom Jesus da Penha, Cabo Verde, Ilcínea e Santana da Vargem (figura 2). Coincidentemente são grandes produtores de café. Nesse sentido, o alto índice de consumo de agrotóxicos é bastante relevante e preocupante na região, considerando sobre tudo seu manuseio pelos membros da agricultura familiar e trabalhadores rurais.

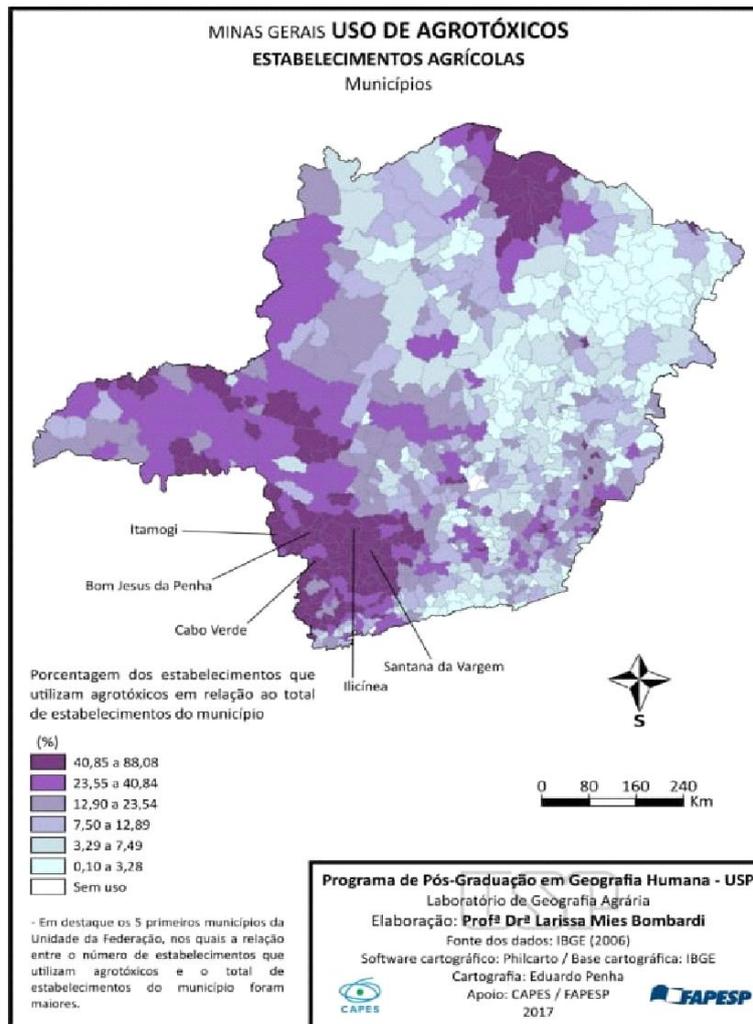


Figura 2 - Uso de Agrotóxicos nos estabelecimentos agrícolas dos municípios do Estado de Minas Gerais.
Fonte: Bombardi (2017, p. 96).

Vale ressaltar que os agrotóxicos utilizados nas lavouras de café visam combater as pragas Bicho Mineiro, Broca, Cigarras “Quesada gigas”, Ácaros “*Oligonychus ilicis*” e as doenças Ferrugem, Cercóspora, Mancha de Phoma e Mancha Aureolada (*Pseudomonas seriingae*) (PEREIRA, 2020).

A mesorregião Sul/Sudoeste de Minas é considerada a maior produtora de café do país, fator que influencia diretamente na dinâmica econômica da região. Nota-se uma vulnerabilidade da agricultura familiar em relação ao uso de agrotóxicos, o agricultor familiar está mais exposto aos riscos causados com o uso desses insumos, devido à falta de métodos e meios adequados a serem passados aos mesmos na hora da aplicação (MELO, 2021).

A produção de café na região é marca registrada da economia, por meio da mundialização da agricultura e inserção do agronegócio. A influência da COOXUPÉ (Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé) é um item indispensável no que se

trata da importância para o agronegócio regional, tornando a região da cooperativa uma das maiores produtoras de café no país. A atuação da exportadora e incentivos estatais fazem aumentar a produção de café a cada ano, e conseqüentemente o uso demasiado de agrotóxicos nas lavouras (MELO, 2021). Ressalta-se que essa cooperativa, localizada em Guaxupé, município vizinho a Muzambinho, tem forte participação na comercialização de café desse, ou seja, muito cafeicultores muzambinhenses são cooperados dela.

A cafeicultura no município de Muzambinho: perfil dos agricultores familiares não cooperados

O município de Muzambinho possui uma área total de 414 km² (figura 3), altitude média de 887 metros e população total estimada, em 2021, de 20.545 pessoas. (IBGE, 2021). De acordo com o último Censo Demográfico de 2010, quando esse número estimava em 20.430 pessoas, a população urbana era de 15.731 pessoas (77%), enquanto que a rural era de 4.701 pessoas (33%) e a densidade demográfica de 49,84 hab./km² (IBGE, 2010), o que demonstra seu elevado grau de urbanização e intenso processo de êxodo rural.

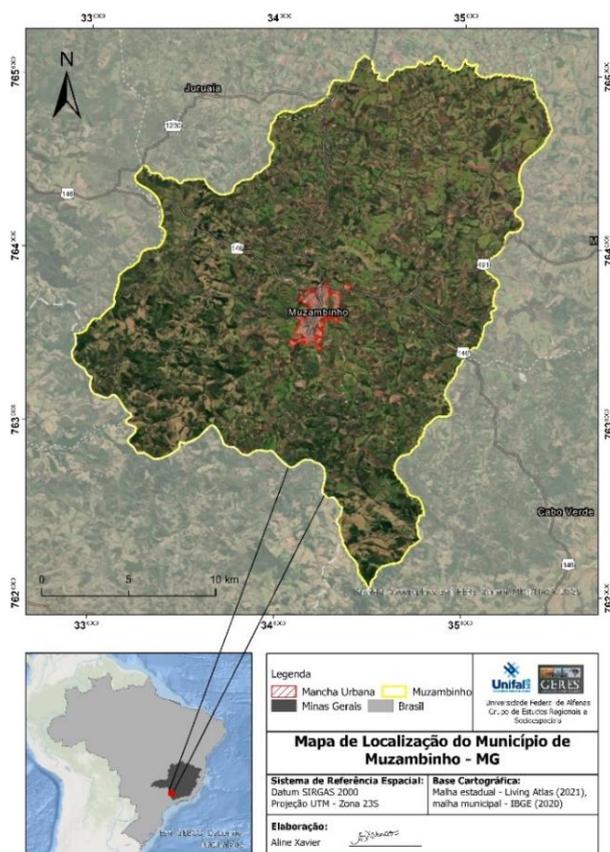


Figura 3 – Mapa de localização geográfica do município de Muzambinho/MG.

Fonte: Living Atlas (2021) e IBGE (2020). Elaborado por Aline Xavier (2021).

Conforme já mencionado, o município de Muzambinho é considerado grande produtor de café na região Sul de Minas. Devido ao efeito histórico que o café tem sob a região, e pela grande importância no mercado, os produtores locais estão nesta produção há bastante tempo, visto que vem sendo passado pelas gerações, é tradição o cultivo de café no município (BARBIERI, 2011).

De acordo com o Censo agropecuário de 2017, a maior parte da área plantada no município era ocupada pelas agrícolas permanentes (9.266 hectares), dentre as quais a principal era o café, com 8.888 hectares (96%), sendo que incluem também abacate, banana, café, jabuticaba, laranja, manga, maracujá e uva. Com bem menos representatividade estão as culturas agrícolas temporárias (1.166 hectares), que incluía: abóbora, cana de açúcar, cana de açúcar forrageira, fava, feijão, mandioca, milho, milho forrageiro e sorgo (tabela 1).

Tabela 1- Distribuição territorial de culturas agrícolas no município de Muzambinho/MG.

Culturas Agrícolas	Área em hectares
Permanentes	9.266
Temporárias	1.166

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário, 2017). Elaborado por Fernanda de Araújo da Silva (2021).

A figura 3, ao mostrar o mapa de uso do solo do município de 2016, ilustra melhor essa ocupação majoritária do café.

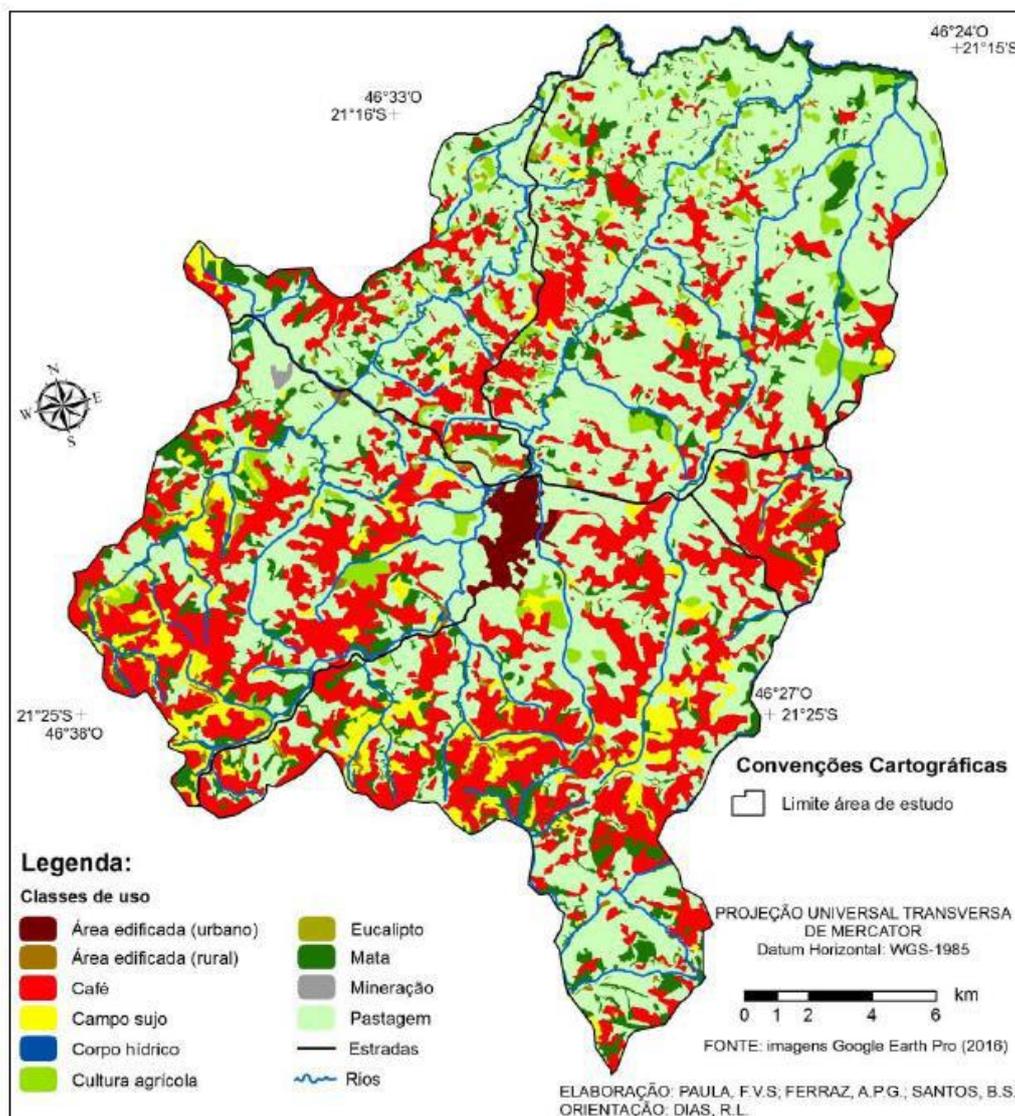


Figura 3 - Mapa de uso do solo do município de Muzambinho-MG.

Fonte: PAULA et al (2017, s. p.).

Convém destacar que a construção da ferrovia Mogiana foi um dos fatores que mais contribuíram para o aumento no fluxo de café na região. O município de Muzambinho foi considerado um dos maiores arrecadadores da produção cafeeira no país por meio da ferrovia. A Mogiana transportava o café de Muzambinho a Guaxupé/MG, que partilhava por diversos municípios até o porto de Santos/SP (PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO, 1998).

Barbieri (2011) explica que as condições morfológicas do município são fatores limitantes para o uso intensivo de maquinários nas lavouras, fazendo com que as colheitas locais sejam de maneira geral não mecanizadas, principalmente no que tange a agricultura familiar.

Da mesma forma como ocorre na maior parte dos municípios do Sul de Minas, em Muzambinho, a cafeicultura também se caracteriza pela forte presença da agricultura familiar, sendo que muitos não são cooperados e, por terem mais dificuldade de ter acesso a algum tipo de assistência técnica, se arriscam mais no uso não seguro de agrotóxicos. Isso porque existe uma tendência de levar a não levarem a sério os métodos propostos pelas agências de Saúde e meio ambiente, se expondo diretamente aos produtos. Sendo assim, não seguem as recomendações sobre o local adequado de armazenamento, roupas apropriadas para o manuseio, quantidade correta a ser aplicada, descarte de embalagens e o consumo de culturas cultivadas a base de agrotóxicos. O manuseio incorreto desses produtos sujeita o agricultor a doenças respiratórias e hepáticas, câncer, danos ao meio ambiente de sua área de cultivo e prejudica futuras plantações (ABREU, 2014).

Dessa forma, considerando que nas cooperativas os cafeicultores recebem esse suporte técnico, os não cooperados buscam assistência de forma eventual ou quando não conseguem conter algo inesperado, como uma doença ou praga que esteja trazendo prejuízo ao seu cafezal. Nesse caso, contam apenas com empresas privadas – geralmente vendedora desses produtos ou com os profissionais da EMATER-MG. O fato de arcar com os custos das prestações de serviço é algo que, segundo os entrevistados, dificulta a procura por assistência, e questionam a demora no atendimento prestados pela EMATER. No entanto, há que se ressaltar que essa instituição vem passando por grandes dificuldades financeiras e de falta de profissionais, uma vez que não há muitos investimentos públicos, quando se trata de um órgão que atua junto à agricultura familiar nesse país

De maneira geral, os agricultores familiares do município de Muzambinho adotam o sistema de produção de café convencional. A questão que busca ser compreendida é maneira como esses agricultores trabalham em suas lavouras, visto que uso de agrotóxicos no café no município é tradicionalmente passado por gerações.

Por meio das entrevistas foi possível constatar que os agricultores, todos do sexo masculino e com idades entre 24 e 62 anos. Com relação ao nível de escolarização, do total de 10 entrevistados, 3 concluíram o ensino fundamental I e 1 o fundamental II; 3 o ensino médio completo e 1 o incompleto; e 1 o superior completo e 1 o superior incompleto. Destaca-se que esses últimos são os mais jovens do grupo, respectivamente, com 26 e 25 anos, sendo que o primeiro estava cursando e outro concluiu o curso de Cafeicultura no IFSUL DE MINAS - Campus Muzambinho. As propriedades rurais dos entrevistados estão localizadas nos bairros rurais São Domingos (5), Grama (4) e São Matheus (1), sendo que o

tamanho médio delas é de aproximadamente 4,0 hectares, com exceção de uma que possui 16 hectares.

Nesse sentido, são homens os responsáveis pela administração da propriedade familiar, visto que são os trabalhadores diretos das lavouras, fator bastante notório nas propriedades visitadas. Na questão de gênero, o papel das mulheres nas propriedades rurais de Muzambinho está relacionado a tarefas domésticas e educação dos filhos também das culturas ao redor, nada de serviço considerado muito “pesado” ou “braçal”. Os filhos desses agricultores, em sua maioria, trabalham na propriedade “tocando” a roça com o pai, seja no café ou na criação de gado. Isso revela a existência de uma divisão de gênero (e por idade) do trabalho na agricultura familiar no município, que segundo Nobre (1998, p. 2),

[...] parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, a pecuária, enfim tudo o que se associa ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, tudo o que é feito para uso e consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família pelo nascimento e cuidado dos herdeiros). Nos estudos brasileiros sobre campesinato essa divisão se expressou na oposição entre casa e roçado.

Nas famílias entrevistadas, todos seus membros residem na propriedade. Os filhos seguem os passos dos pais e trabalham nas lavouras, e as filhas quando se casam, os maridos trabalham com o pai, ou com o pai da esposa. Geralmente, isso ocorre porque, na agricultura familiar, até completarem 5 anos de idade, a criação de ambos os sexos é praticamente igual. A partir daí as meninas seguem a mãe, se voltando para o aprendizado dos afazeres domésticos, os meninos, por sua vez, seguem o pai e aprendem os trabalhos no roçado (NOBRE, 1998).

Segundo um dos entrevistados, em sua propriedade rural, o café divide espaço com o gado, sobretudo, para a produção de leite, sendo que a fabricação de queijo, geralmente, é feita pelas mulheres. Ele explicou a importância dessa atividade: “A produção de queijo fica por conta minha esposa, como uma forma de ter o dinheiro dela sem precisar trabalhar fora, todo o trabalho e o lucro fica na responsabilidade dela” (ENTREVISTADO 1).

A maioria dos entrevistados disse acreditar que a assistência técnica mencionada atinge somente aqueles que possuem condição financeira melhor. Em vários relatos, ouviu-se a afirmação de que não se costuma contratar alguém para prestar esse tipo de serviço, se não houver necessidade. A explicação deles foi a de que pelo fato de trabalharem com a cafeicultura há tanto tempo, já sabem exatamente como proceder nas práticas agrícolas.

Os entrevistados relataram que a assistência técnica além de não abranger todos agricultores, não apresenta boa relação custo benefício, já que não cabe no bolso dos agricultores familiares. Em sua maioria, disseram que utilizam determinados insumos agrícolas, quando acreditam ser necessário. “É inviável para a gente contratar um agrônomo. É caro e a gente consegue tocar o café sozinho. No final é a mesma coisa, nosso café dá bebida boa¹³ todo ano. O pessoal que tem suporte é quem produz bastante” (ENTREVISTADO 2).

O impasse nesse tipo de produção sem assistência técnica é que, pela falta de conhecimento dos tipos de agrotóxicos usados, e pelo malefício a saúde, o risco de contaminação é ainda maior nesses casos, conforme já mencionado anteriormente.

No entanto, houve um dos entrevistados que disse receber algum tipo de assistência, justamente aquele que possui a maior propriedade, argumentando que a busca por essa prestação de serviço visa evitar possíveis danos à lavoura, o que não conseguiria, sem um conhecimento técnico sobre os tipos de insumos a serem utilizados. Nesse caso, a assistência técnica mencionada é particular. “Eu prefiro pagar porque o atendimento é mais rápido e confio mais. Todo ano faço análises do solo e das folhas do café e até hoje não tive nenhum problema. Vendo para os armazéns da cidade” (ENTREVISTADO 3).

Com relação ao uso de insumos modernos no município, segundo os entrevistados, esse fato facilitou muito o cultivo do café, bem como contribuiu para o aumento da produtividade, o que, conseqüentemente, também contribuindo para que agricultores familiares se tornem dependentes do uso de agrotóxicos.

Os agricultores relataram que já encontraram doenças e pragas em seu café e que as mesmas são eliminadas mediante a aplicação de agrotóxicos. Dentre as principais, destacam-se cigarras (29%), broca e nematoides (ambos com 14%). Ressalta-se que, no caso dos agricultores que responderam outros (43%) estavam se referindo ao fato de encontrarem formigas e fungos, considerado por eles como de fácil solução de controle (gráfico 1). Contaram também que, além do combate às pragas e doenças, os agrotóxicos também servem para limpar o “mato” indesejado no café.

¹³ Essa classificação se refere a qualidade do café em bebida. Em relação ao gosto, paladar, sabor, aroma, e o cheiro do café após passar pela torra. (Blog Villa Café, 2021) Disponível em: <https://villacafe.com.br/blog/voce-sabe-o-que-e-uma-bebida-dura-e-uma-mole>

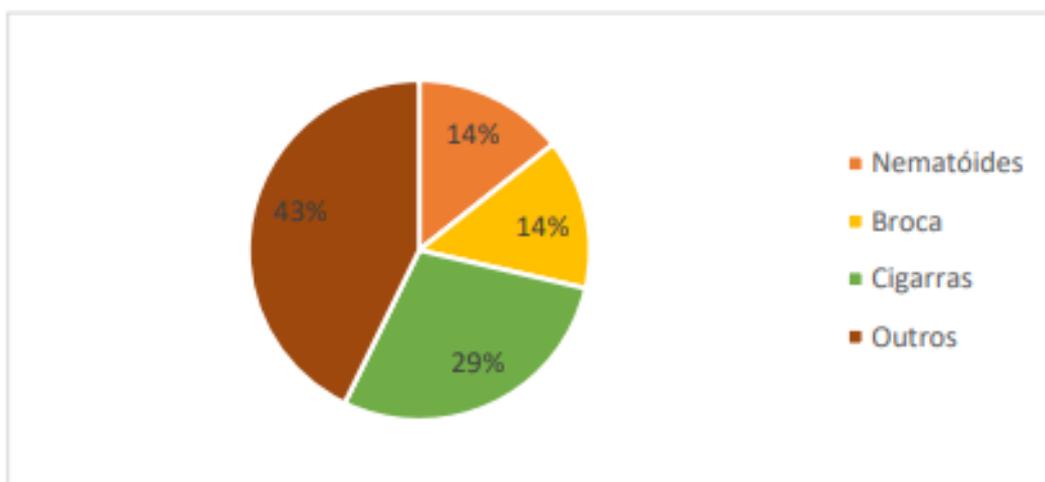


Gráfico 1- Doenças e pragas encontradas nos cafezais dos agricultores familiares entrevistados no município de Muzambinho/MG.

Fonte: Trabalho de campo (Junho de 2021).

As doenças e pragas são comuns em determinadas épocas do ano, mas os entrevistados disseram acreditar que se a terra for bem tratada antes delas aparecerem, a chance de proliferação é menor. Eles informaram que o café precisa de manejos culturais o ano inteiro: verificar e eliminar pragas e doenças, roçar o café, cuidar da florada (período chuvoso), realizar a colheita e pós-colheita e que, para cada tipo de praga ou doença, aplicam os produtos recomendados pelo vendedor. Em geral, mencionam que para fungos 14% 14% 29% 43% Nematóides Broca Cigarras Outros costumam utilizar fungicidas como Verdadero (Syngenta) e Opera (BASF). Para controle de pragas são utilizados inseticidas como Voliam Targo (Syngenta) e para controle das ervas daninhas usam o herbicida Roundup (Monsanto).

Outro fator a ser mencionado é que os agricultores sem assistência compram os insumos em lojas de produtos agropecuários, onde os vendedores recomendam o tipo de agrotóxico para determinadas doenças. Ocorre também casos nos quais eles não recorrem ao aconselhamento nem mesmo dos vendedores, uma vez que dizem já saberem os produtos que necessitam e como aplicá-los, mesmo sem lerem as recomendações de uso na bula desses produtos. Em alguns lugares o vendedor que recomenda o produto, informa a quantidade indicada para a doença retratada pelo cafeicultor. Entretanto, resta saber se esses vendedores indicam a quantidade proposta pela Anvisa e se é mesmo necessário o uso do insumo que está indicando.

Os agricultores relataram que o uso de agrotóxicos é feito de forma bastante insegura, visto que muitos não utilizam os equipamentos de segurança recomendados. Em algumas falas pôde ser observado que eles ignoram os danos que podem ser causados por meio do contato direto do corpo com os produtos. Apenas aqueles que já tiveram alguma reação do

organismo pós-aplicação, é que se conscientizam em relação a proteção, tendo consciência de que são altamente tóxicos. Todavia, alguns continuam não se protegendo ao manuseá-los.

Quando questionados sobre o fato de não serem cooperados, os agricultores entrevistados apontaram como um dos empecilhos a questão burocrática, no que se refere às exigências para se tornarem associados, em específico a Cooxupé. “A cooperativa não traz vantagem para gente que é pequeno. Se a gente é cooperado, tem que mandar café pra lá todo ano, e eles pagam o que quer. Vender por fora a gente consegue acompanhar preço do mercado e ganha mais na saca” (ENTREVISTADO 4).

Argumentam que a cooperativa paga menos que o valor do mercado e às vezes fecham contrato com os cafeicultores imediatamente após a colheita, por isso preferem esperar um tempo maior para vender a produção e, quem sabe, garantir um preço melhor pela saca de café coisa que acreditam não ser possível como cooperado. Na visão de alguns deles, a assistência técnica que a cooperativa presta não é tão eficaz, como nesse depoimento: “Conheço quem já foi cooperado e a cooperativa mal ia na propriedade, durante uns 5 anos. É capaz de ter ido um agrônomo lá umas 2 vezes” (ENTREVISTADO 4).

Outra questão é que para ser cooperado é necessária uma certa quantidade de produção anual. Neste sentido, o agricultor deve produzir o quando é exigido pela cooperativa, caso contrário não há possibilidade de se tornar cooperado. Há uma determinada quantia de sacas que o produtor deve entregar à cooperativa, o que no caso da agricultura familiar, nem sempre é possível, sobretudo porque as políticas voltadas a esse segmento está cada vez recebendo menos recursos.

Em suma, para os agricultores entrevistados, os serviços prestados pela cooperativa regional não são vantajosos, visto que eles visam muito o custo benefício da venda das sacas, a quantidade exigida é maior e a cooperativa paga menos.

A cafeicultura convencional é tradicional no município e região, conforme repetido várias vezes ao longo desse trabalho. Poucos são os cafeicultores que conhecem outro sistema de produção de café, como orgânica ou sustentável. Do total dos entrevistados, apenas um mencionou a hipótese de produzir café sem o uso de insumos químicos. No entanto, segundo esse cafeicultor, não há incentivos nem meios economicamente viáveis para realizar essa mudança.

Quando me falam de produzir sem agrotóxicos é interessante, mas para isso todos devem produzir. Devia ter mais incentivo e ser mais barato. Não posso começar a produzir orgânico, se meu vizinho não produz, eu precisaria de suporte e por aqui não tem. É muito difícil, pessoal não liga muito pra esse tipo de produção (ENTREVISTADO 5).

Vale ressaltar que a opinião desse agricultor pode ser tão correta, uma vez que existe sim, na região, uma cooperativa que se dedica à comercialização de café orgânico, nos mercados nacional e internacional e que engloba agricultores familiares como cooperados. Trata-se de COOPFAM (Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região Ltda), sediada no município de Poço Fundo, fundada, atuando desde 2003.

Ela foi criada por agricultores que se viam em dificuldades de se inserir no novo método de produção moderna, visto que situação enfrentada pelo produtor era de difícil acesso (VALE et al, 2019). A cooperativa busca benefícios para todos, procurando desenvolver a qualidade de produção bem como o produto para assim melhorar a vida das famílias agricultoras. Tem como princípio mudar a mentalidade dos agricultores através métodos sustentáveis de produzir o café (COOPFAM, 2021).

Demais agricultores ao serem questionados sobre a possibilidade da não utilização de agrotóxicos na sua produção, relataram que acreditam não ser possível controlar as pragas e doenças sem o uso desses produtos. Alguns mencionaram que já “ouviram” sistema de produção orgânico, mas acreditam que só funcionam em pequenas quantidades, como no caso da horticultura. O impasse de não acreditarem em uma produção orgânica no café, talvez esteja ligada ao desconhecimento por parte deles e o incentivo maior vem da COOXUPÉ, que trabalha com agricultura convencional.

Quando questionados sobre a forma como aplicam os agrotóxicos nos cafezais, pouco mais da metade dos agricultores responderam aplicam insumos manualmente (57%) e apenas quando encontram alguma doença no café. E os demais quando usam de forma mecânica, são através de pulverizadores (43%) (gráfico 2). Isso também revela a baixa mecanização desses agricultores devidos também à sua baixa renda familiar, que dificulta a aquisição de maquinários.

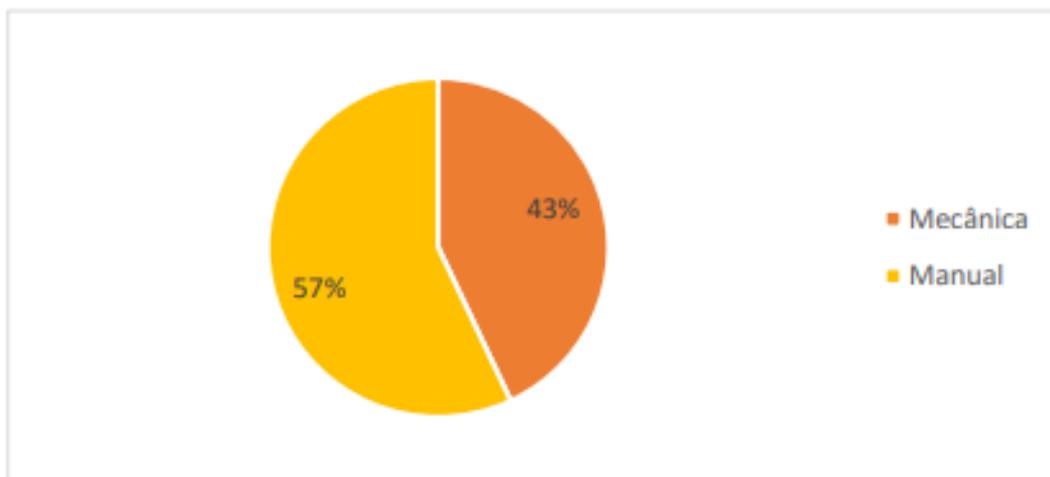


Gráfico 02 - Formas utilizadas na aplicação de agrotóxicos pelos agricultores familiares entrevistados no município de Muzambinho/MG.

Fonte: Trabalho de campo (Junho de 2021).

Conforme já citado, o uso de agrotóxicos nas lavouras é altamente tóxico se ocorrer contato direto com o corpo humano durante sua aplicação na lavoura. Por conta disso, indústrias fabricantes desses insumos fornecem manuais de utilização, além de rótulos e bula que explicam maneiras de tornar o uso “seguro”. A utilização de EPI (Equipamento de Proteção Individual), na aplicação de agrotóxicos é extremamente importante ao trabalhador, devendo ser composto por botas, calças, luvas, boné, avental, máscara viseira, para não ocorrer contato direto com a pele. Os fabricantes recomendam determinadas dosagens para cada tipo de produto, por isso, se for adicionado quantidades elevadas do indicado, pode sofrer com riscos de intoxicação provocadas pelo excesso de insumo aplicado. Outro fator é que os agricultores devem realizar o descarte dos objetos utilizados, conforme as orientações, pois o contato e a reutilização dos utensílios geram contaminação (ABREU, 2014)

A questão a ser discutida é se as aplicações são realizadas de forma segura ou conforme recomendadas pelo fabricante, uma vez que a maioria dos produtores responderam que utilizam apenas uma parte do EPI (57%), vindo em seguida daqueles que disseram utilizar corretamente (28%) e, em menor número aqueles não utilizam (14%) (gráfico 3). Se essas respostas forem realmente verdadeiras, até que a situação pode ser não tão ruim assim.

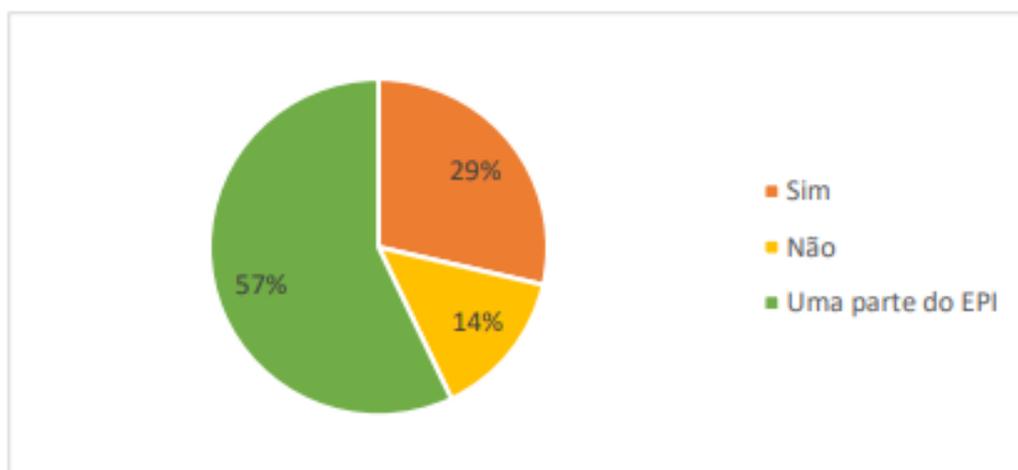


Gráfico 3- Utilização de Equipamento de Proteção Individual pelos agricultores entrevistados no município de Muzambinho/MG.

Fonte: Trabalho de campo (Junho de 2021).

A não utilização do EPI quando em contato físico com os insumos acarretam sérios riscos à saúde, causando efeitos colaterais imediatos, inclusive relatado por um dos entrevistados. “Uma vez meu pai passou muito mal, teve vômito e náuseas, e quando chegamos no hospital o médico falou que era por conta do Roundup, que ele tinha jogado (no cafezal). A gente fica com medo. Agora a gente se cuida mais” (ENTREVISTADO 6).

Os agricultores relatam também sobre o descarte de embalagens, segundo eles não possui destino certo. Alguns entrevistados contam que queimam os resíduos para não correr o risco de alguém da família se contaminar. Outros descartam no local em que fizeram a compra do mesmo. E há aqueles que reutilizam as embalagens, seja na lavoura de café ou em atividades da propriedade. Compreende-se que os agricultores que não descartam de maneira correta (devolver no local de compra), não demonstram ter total consciência do risco de contaminação que esses insumos possuem.

Na verdade, eles compreendem superficialmente o risco que o uso contínuo de agrotóxicos traz à sua saúde e de sua família. Entretanto, a viabilidade econômica é uma questão bastante levantada por eles. Não conseguem enxergar outra alternativa a 29% 14% 57% Sim Não Uma parte do EPI não ser a produção de café no sistema convencional

Considerações Finais

Compreende-se que a cafeicultura do município de Muzambinho, assim como em toda mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, integra o contexto do agronegócio, caracterizado

pela agricultura moderna. Os agricultores familiares passam a fazer uso de insumos agrícolas, propostos pela agricultura moderna, que se tornam mais práticos e acessíveis, por meio de políticas públicas de financiamento agrícola, que facilitam o acesso ao uso de agrotóxicos. A maioria dos agricultores adotam o sistema convencional de café e a tendência é que os cafeicultores permaneçam e aumentem o uso desses produtos em suas lavouras, mesmo sem compreender os efeitos maléficos para o meio ambiente e, sobretudo, para a saúde de sua família, que geralmente trabalha na aplicação dos produtos ou até mesmo lavando as roupas dos que aplicam, no caso, as mulheres.

Os agricultores familiares entrevistados nessa pesquisa confirmaram que o uso incorreto de agrotóxicos existe e que nem sempre compreendem o risco que esses produtos causam e, maior ainda, se usado de maneira incorreta. O fato de não serem cooperados e não receberem assistência técnica adequada, confirma a tese de que o uso não é conforme o recomendado. Isso faz com que o café produzido obtenha uma incerteza de qualidade em questão da quantidade de agrotóxicos aplicados.

O risco também está para os consumidores deste café, pois é imperceptível saber se o que se consome está dentro dos padrões exigidos pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Outra questão é que na venda desses cafés é que quando é efetuada via armazéns gerais, esses não conseguem analisar de forma concreta a quantidade de agrotóxicos utilizadas. Geralmente, o local conta com profissionais que analisam os grãos e precificam as sacas, conforme sua qualidade, mas não conseguem verificar se houve um exagero na quantidade de agrotóxicos, nem mesmo se esse está na lista dos proibidos pela citada agência.

Ficou claro na pesquisa que os agricultores carecem de informações sobre outros sistemas de produção, sua única visão para a produção cafeeira é o sistema convencional, além da crença de ser impossível produzir sem agrotóxico. Foram poucos os que se abriram para conhecer novas possibilidades, e ainda assim relatam muita dificuldade na possibilidade da produção orgânica

Infelizmente, os agricultores acabam seguindo conforme o costume, pelo medo e pela insegurança de optar por novos métodos, além da questão da praticidade e da “garantia” de maior produtividade, sem pragas e doenças. A assistência técnica contratada por eles de maneira esporádicas, deveriam ser mais incentivadas para controle no uso de agrotóxicos. Nesse sentido, são necessários maiores investimentos em órgãos públicos que prestam assistência técnica gratuita aos agricultores familiares, sobretudo a EMATER, que se encontra praticamente sucateada, com poucos recursos. Assim, ela poderia cumprir melhor

seu papel, os orientando, tanto com relação ao uso correto dos agrotóxicos em seus cafezais, quando na possibilidade de uma produção que possa se desenvolver sem esses produtos, de forma sustentável, seja orgânica ou agroecológica, como existem diversas experiências no país e na região.

E por fim, o que se espera é que ocorram maiores fiscalizações e incentivos para controle desses agrotóxicos, que praticamente são vendidos de maneira informal, a fim de analisar melhor os riscos dos produtores e consumidores. Aos consumidores da bebida saber a procedência do seu café, visto que nem mesmo agricultores familiares estão isentos de insumos, e até mesmo sendo usados em maiores quantidades.

Referências

ABREU, P. H. B. **O agricultor familiar e o uso (in)seguro de agrotóxicos no município de Lavras, MG.** 2014. 205f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, 2014. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/312706/1/Abreu_PedroHenriqueBarbosa_M.pdf. Acesso em: 01 set. 2021.

ANDRADES, T. O; GANIMI, R. N. Revolução verde e apropriação capitalista, **CES Revista**, Juiz de Fora, v.21, 2007, p. 43-56. Disponível em: https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

BARBIERI, Mauro. Aspectos técnicos, sociais e econômicos dos cafeicultores do município de Muzambinho. CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISAS CAFEEIRAS, 37, 2011, Poços de Caldas. **Anais...** Brasília, DF: Embrapa Café, 2011. (1 CD-ROM), 1 p. Disponível em: http://www.sbicafe.ufv.br/bitstream/handle/123456789/6228/321_37-CBPC-2011.pdf?sequence=3&isAllowed=y> Acesso em: 29 ago. 2021.

BOMBARDI, L. M. **Atlas e Agrotóxicos, Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia.** São Paulo: FFLCH - USP, 2017. Disponível em: <https://ecotoxbrasil.org.br/comunicacao-cientifica/8/atlas-geografico-do-uso-deagrototoxicos-no-brasil-e-conexoes-com-a-uniao-europeia/>. Acesso em: 01 set. 2021.

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER.** Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8114/1/td_2343.PDF. Acesso em: 15 jul. 2022.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia & agricultura familiar.** 2ª Ed. Porto Alegre Ed. UFRGS, 2003

GRAZIANO DA SILVA, J. **Perspectivas da Agricultura Alternativa.** Cad. Dif. Tecnol., Brasília, mai./ago., 1987.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico> Acesso em: 10 de mar. 2021.

MELO, R. V. **Territorialização dos agrotóxicos na agricultura familiar no município de Guaranésia-MG**. 168 f. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Alfenas. Alfenas/MG, 2021. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/ppgeo/wp-content/uploads/sites/79/2021/06/Dissertacao_Renata-Vieira-de-Melo_final2.pdf. Acesso em: 26 set. 2022.

NOBRE, M. Relações de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, Miriam; SILIPRANDI, Emma; QUINTELA, S.; MENASCHE, R. (Org.). **Gênero e Agricultura Familiar**. São Paulo: SOF, 1998. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/11/f1207relaes-de-genero-e-agricultura-familiar---miriam-nobre.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2021

PAULA, F. V. S.; SANTOS, B. S.; FERRAZ, A. P. G.; DIAS R. L. Mapeamento do uso da terra do município de Muzambinho-MG por meio de geotecnologias. JORNADA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO IFSULDEMINAS, 9, E SIMPÓSIO DA PÓS-GRADUAÇÃO, 6, 2017, Machado-MG. **Anais...** Disponível em: <https://jornada.ifsuldeminas.edu.br/index.php/jcmch4/jcmch4/paper/viewFile/3035/2196>. Acesso em: 30 set. 2021.

PELAEZ, V; SILVA, L. R. ; GUIMARÃES, T. A.; Dal Ri; TEODOROVICZ, T. A (des) coordenação de políticas para a indústria de agrotóxicos no Brasil. **Revista Brasileira de Inovação**. Campinas -SP, v. 14, p. 153–178, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8649104>. Acesso em: 27 set. 2022.

PEREIRA, F. L. **Manejo Integrado de Pragas, Doenças, e Plantas Invasoras no cafeeiro**. Apostila Curso FIC Cafeicultor. Muzambinho-MG: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Muzambinho, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO. **Escola Municipal do Moçambo**: Antiga Estação Ferroviária da Cia Mogyana de Estradas de Ferro. Muzambinho, 1998.

ROSA, A. V. **Agricultura e Meio Ambiente**. São Paulo: Atual, 1998.

ROSS, Jurandir L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

Assentamentos rurais e pequenas cidades em Minas Gerais: elementos para se pensar a Reforma Agrária Popular

Estevan Coca¹⁴
Rodrigo de Paulo Souza e Silva¹⁵
Diogo Vieira Camilo¹⁶

Introdução

Discutir a reforma agrária atual requer de nós acadêmicos, dos movimentos socioterritoriais e dos governos considerar que a sociedade cada vez mais se caracteriza pela predominância quantitativa da população urbana (UNITED NATIONS - DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, 2019). Longe disso remeter a um completo processo de dominação do campo pela cidade (GILLEN; BUNNELL; RIGG, 2022; WITTMAN, 2009b), tal fato coloca a necessidade de se ponderar como possíveis alianças entre estes dois espaços podem contribuir com a efetivação de uma reforma agrária que atenda a objetivos amplos como a garantia de alimentos saudáveis para rurais e cidadãos, a permanência dos jovens e das mulheres no campo e a produção sustentável – especialmente a agroecológica – como estratégia de combate aos efeitos perniciosos das mudanças climáticas.

No Brasil, entre 1979 e 2019, foram assentadas 1.095.883 famílias em 9.529 assentamentos rurais, ocupando 82.496.027 hectares (REDE DATALUTA, 2022). Contudo, nos últimos anos, especialmente após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2015, o número de assentamentos rurais criados tem diminuído, sendo que os poucos casos de novos assentamentos se localizam em antigas áreas de conflito, em áreas já ocupadas e que precisam ser regularizadas (quilombolas, por exemplo) ou áreas distantes da fronteira agrícola (COCA; SOYER; BARBOSA JR, 2022). Assim, uma das questões que são levantadas sobre o presente contexto da reforma agrária brasileira refere-se ao papel que esse significativo número de famílias que já foram assentadas pode exercer na transição para uma alimentação mais saudável da população, assim como no

¹⁴ Professor Adjunto da Unifal-MG. E-mail: estevan.coca@unifal-mg.edu.br.

¹⁵ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unifal-MG: rodrigo.silva@sou.unifal-mg.edu.br.

¹⁶ Graduando em Geografia da Unifal-MG: diogo.camilo@sou.unifal-mg.edu.br.

desenvolvimento de uma produção sustentável. Evidentemente, isso vem ao encontro de demandas que não são específicas do campo ou da cidade, mas da sociedade como um todo.

Devido a isso, alguns dos movimentos socioterritoriais que foram responsáveis por pressionar o Estado para a implementação de assentamentos rurais nas últimas décadas têm buscado fortalecer estratégias de ampliação do sentido da reforma agrária. Destaca-se o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que tem indicado a Reforma Agrária Popular (RAP) (MST, 2021). Tal proposição visa debater não apenas o acesso à terra, como também o papel que as famílias que já acessaram a terra devem exercer na promoção da justiça social e ambiental. Trata-se de uma proposta que visa mudar estruturalmente as políticas alimentares por e a partir do acesso à terra.

Com esse artigo, fazemos uma discussão sobre a relação campo-cidade no contexto atual com base nos assentamentos rurais de Minas Gerais, Brasil, e do quantitativo populacional dos municípios onde eles estão localizados. Demonstramos como a maior parte dos municípios que possuem assentamentos rurais em Minas Gerais também possuem cidades com até 25 mil habitantes, ou seja, em suas sedes constam pequenas cidades¹⁷. As pequenas cidades revelam importantes elementos da compreensão sobre a dinâmica social e espacial (CORRÊA, 2011), na medida em que concentram um conjunto de articulações escalares que fazem parte do processo de globalização (SPÓSITO, 2010).

Trazemos uma leitura espacial sobre os assentamentos rurais de Minas Gerais e da quantidade de habitantes dos municípios onde eles estão localizados como forma de ponderar sobre os desafios para a efetivação da RAP. Com isso, buscamos somar esforços às discussões sobre a ruralidade (GILLEN; BUNNELL; RIGG, 2022), a agroecologia (ROSSET; ALTIERI, 2017) e a soberania alimentar (CALVÁRIO; DESMARAIS; AZKARRAGA, 2020) num contexto de aumento percentual da população urbana, contudo, de manutenção do rural como categoria explicativa do mundo contemporâneo (GURURANI, 2020).

¹⁷ Mesmo reconhecendo que definições quantitativas não dão conta de explicar a totalidade dos processos de produção do espaço que caracteriza as pequenas cidades, neste texto seguimos Corrêa (1999), as classificando como aquelas que possuem até 50 mil habitantes.

Campo e cidade nas discussões sobre a questão agrária atual

Por mais que nos últimos anos seja subvalorizada pelos acadêmicos, a discussão sobre o campo e a cidade possui longa tradição nos estudos sociais (CORRÊA, 2011). Num primeiro momento o debate se deu com ênfase na dicotomia entre esses dois espaços (e.g., SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1930), todavia, mais recentemente têm emergido discussões que enfatizam a complexidade das relações entre eles. Se por um lado, parte da literatura aponta para um processo de dominação do campo pela cidade (e.g., BRENNER, 2013, 2018; SOBARZO, 2009; SPÓSITO, 2010), por outro, significativo número de autores também tem destacado que o rural não só continua a existir, como faz parte das contradições do presente e da busca pela superação de alguns dos principais limites estruturais do mundo atual (e.g., CALVÁRIO; DESMARAIS; AZKARRAGA, 2020; CZIBERE; KOVÁCH, 2022; GILLEN; BUNNELL; RIGG, 2022; GURURANI, 2020).

Sem querer esgotar esse amplo debate que tem sido feito sobre os conceitos de rural e urbano na atualidade, nossa abordagem vai no sentido de situar como esses dois espaços se relacionam com a “questão agrária atual”. “A questão agrária tradicional”, com base num contexto pós-Primeira Revolução Industrial ou de transição entre os séculos XIX e XX, previa que o avanço da agricultura capitalista levaria ao desaparecimento das unidades de produção familiares (e.g., KAUTSKY, 1988; LENIN, 1964). Essa narrativa fazia menção à substituição do feudalismo pelo capitalismo, destacando o potencial disruptivo deste segundo, o que poderia ser constatado nas modificações estruturais (eliminação ou transformação) das unidades de produção familiares. Contudo, estamos em pleno século XXI e as unidades de produção familiares continuam a existir, seja através da disputa para entrar (FERNANDES, 2000); da resistência para permanecer na terra (MARQUES, 2021) ou até mesmo pelos processos de “recampesinização”, ou seja, pessoas que retornam ao campo por se estagnarem pelo modo de vida ofertado pelas cidades (GADELHA, 2022; VAN DER PLOEG, 2012).

Por essa abrangência, a ‘questão agrária atual’ vai além da abordagem baseada na posse da terra e no trabalho, haja vista que também enfatiza a diversidade de sujeitos que se relacionam com o campo no presente (BORRAS JR, 2020; DEERE, 2003), assim como a relação sociedade x natureza, ou a dimensão ecológica das mudanças agrárias (SAGE, 2011; WITTMAN, 2009a). Pela ‘questão agrária atual’ abordamos não apenas os efeitos destrutivos do avanço do capitalismo no campo, como também as diversas formas de resistência da produção familiar, o que evidentemente, envolve a relação com os espaços urbanos. Assim,

é da resiliência que a produção familiar tem manifestado que parte a necessidade de uma abordagem ampla sobre o campo e a cidade na contemporaneidade. Essa resistência nos mostra que considerar a totalização das relações urbanas e o conseqüentemente desaparecimento do campo como unidade explicativa é uma forma de não se constatar ou até mesmo camuflar conflitos que fazem parte da produção do real no mundo todo. Por isso, os Estudos Agrários Críticos, ao enfatizarem a emergência de uma “questão agrária atual”, vão além das versões tradicionais de modernização da sociedade trazidas, dentre outros, pelo próprio marxismo, na medida em que descartam a possibilidade de um único destino para a produção familiar.

Evidentemente, os camponeses ou produtores de base familiar do século XXI não são os mesmos sujeitos históricos que foram abordados pelos teóricos da “questão agrária clássica” na transição do século XIX para o século XX. Os camponeses da atualidade se relacionam com diferentes mercados, são plurais e estão em constante movimentação (VERGÉS, 2011). Mais do que isso, a questão agrária permanece no centro das transformações urbanas (GURURANI, 2020). Isso reforça a importância de se produzir análises que rompam com ou vão além da compreensão limitante de uma urbanização estendida (GHOSH; MEER, 2021; KEIL, 2018) ou de uma urbanização planetária (BRENNER, 2018). Estudos agrários e urbanos devem se unir na tentativa de se compreender um mundo que é produzido por uma confluência entre diferentes tempos e processos e que mais do que apagar ou homogeneizar, reforça e até mesmo reinventa os sentidos do campo e da cidade.

Na “questão agrária atual”, o lugar do campesinato é ressignificado”, dentre outros, pelo questionamento sobre o que e como se alimentar (McMICHAEL, 2015). Esse é um dos motivos, por exemplo, para que a bandeira da soberania alimentar seja defendida tanto por coletivos camponeses, a exemplo do próprio MST e da Via Campesina (FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY, 2007; MST, 2021; VIA CAMPESINA, 1996), como pelos chamados “*urban food movements*” (movimentos alimentares urbanos) (ALKON; MARES, 2012; DIXON; RICHARDS, 2016; SCHIAVONI, 2009). Assim, o alimento exemplifica que na “questão agrária atual”, mais do que caminharem para polos opostos ou para situações de dominação completa de um pelo outro, campo e cidade buscam se articular na construção de ações que visam subverter ao regime alimentar corporativo (McMICHAEL, 2015).

Esta assertiva é importante na medida em que se constata que a divisão da sociedade em espaços que produzem comida e espaços que a consomem é um dos determinantes da

deterioração das relações sociedade x natureza, acentuando a falha metabólica do capitalismo (WITTMAN, 2009a). Por exemplo, o aumento da distância entre a produção e o consumo de comida exige maior dispêndio de energia, especialmente de combustíveis fósseis, contribuindo com a ampliação do efeito estufa (GARCÍA-SEMPERE et al., 2018).

Tais fatos indicam que, se por um lado, as políticas de reforma agrária continuam sendo necessidades prementes para a desconcentração fundiária e a justiça social e ambiental na América Latina (GUERENA; BURGOS, 2016), por outro lado, faz-se importante ir além das experiências clássicas de reforma agrária, haja vista que no século XXI a relação campo x cidade traz novos desafios para as sociedades ao mesmo tempo em que reformulam desafios que já existiam. Os modelos clássicos de reforma agrária se configuraram como experiências massivas de desapropriação de terras como parte do processo de industrialização (STÉDILE, 2020). Por isso, foram construídas pelo Estado Burguês com a finalidade de garantir mercado consumidor para os produtos industrializados. Na atualidade, a reforma agrária deve ter um sentido mais abrangente, pois o processo de “modernização” implementado pelo capitalismo desde a Primeira Revolução Industrial tem sido danoso em termos sociais e ambientais. Por isso, na próxima seção problematizamos a proposta de RAP que tem sido apresentada pelo MST como parte de uma leitura ampliada sobre o papel do campo e da cidade no contexto atual. Isso nos ajudará a discutir os determinantes populacionais dos municípios e suas respectivas cidades no estado de Minas Gerais.

A RAP e a aliança campo-cidade: soberania alimentar e agroecologia

A RAP é um exemplo de como o MST, o principal movimento socioterritorial brasileiro (CARTER, 2015; FERNANDES, 2000; WITTMAN, 2009b), tem visto a emergência de uma “questão agrária atual” e, vinculado a isso, problematizado o papel do campo e da cidade na busca pela construção de uma sociedade com formas superiores de socialização, mesmo que isso não signifique neste momento, uma transição ao socialismo (MST, 2014). Surgido em 1984 como uma referência na organização de camponeses e camponesas que demandavam por entrar na terra (FERNANDES, 2000), atualmente este movimento socioterritorial tem discutido não apenas os fatores estruturais posse da terra, como também o papel que o campo deve exercer na construção de uma nova sociedade no século XXI.

No Programa Agrário do MST (2014, p. 32) consta a definição da RAP:

a) Precisamos defender agora um novo projeto de reforma agrária, que seja popular. Não basta ser uma reforma agrária clássica, que apenas dívida a propriedade da terra e integre os camponeses como fornecedores de matérias-primas e alimentos para sociedade urbano-industrial. b) Frente ao poderio do agronegócio, é necessário construir alianças entre todos os movimentos camponeses, com a classe trabalhadora urbana e com outros setores sociais interessados em mudanças estruturais, de caráter popular. c) A luta pela reforma agrária se insere agora na luta contra o modelo do capital. É um estágio da nossa luta, com desafios mais elevados e complexos, diferente do período do desenvolvimento industrial (1930-80), quando os assentamentos da reforma agrária em áreas improdutivas, para a produção de alimentos, somavam-se com a agricultura patronal voltada, prioritariamente, para a agroexportação. d) Os enfrentamentos com o capital, e seu modelo de agricultura, partem das disputas das terras e do território. Mas, se ampliam para as disputas sobre o controle das sementes, da agroindústria, da tecnologia, dos bens da natureza, da biodiversidade, das águas e das florestas.

De tal modo, constata-se que a RAP possui como intenção ir além do modelo de reforma agrária clássico, pois entende que este limitava-se a situar o campesinato como provedor de alimentos para uma sociedade que se industrializava e que precisa de comida disponível a um preço acessível à população para o barateamento da mão de obra. A conjuntura atual é diferente e exige que o campo exerça um papel que vá além da oferta de alimentos ou de matérias-primas, também contribuindo com a construção de ações mitigadoras ou até mesmo capazes de superar a crise ecológica gerada pelo capitalismo. Fica evidente também que a RAP estabelece a construção de uma aliança entre a classe trabalhadora do campo e da cidade como forma de se contrapor ao agronegócio.

Com a RAP o MST busca deixar mais evidente que ele não é apenas um beneficiário de políticas de compensação social, mas parte fundamental da busca pelo desenvolvimento da sociedade brasileira (CARTER, 2015). Pela RAP, esse movimento socioterritorial estabelece sua postura de “resistência ativa” num contexto em que a extrema direita assume diversos níveis de governança no Brasil. Um dos meios de desenvolver essa “resistência ativa” é o fomento das experiências agroecológicas já desenvolvidas pelo próprio movimento.

A Agroecologia é um dos pilares centrais da construção da Reforma Agrária Popular, exatamente porque se refere ao modo de produzir que desenha a função social da terra em uma forma de relação metabólica do ser humano com a natureza e não contra ela. É a continuidade da luta e da construção do próprio Movimento. E a favor da humanidade. Por isso é desafio enorme territorializar os processos produtivos agroecológicos. É preciso que esse “sopro de vida” chegue a cada vez mais comunidades, que elas se apropriem do acúmulo prático e científico da Agroecologia e tomem a decisão de iniciar processos de transição, entrelaçando formas de produzir, de lutar, de viver (CALDART, 2019, p. 3).

Assim, faz parte da RAP não apenas transição agroecológica como a massificação/territorialização da agroecologia. A agroecologia visa estabelecer o diálogo entre os saberes tradicionais e os conhecimentos científicos, trazendo o potencial endógeno

do campesinato na construção de um processo de alimentação que preze pela sustentabilidade social e ambiental. Ao contrário de outras experiências de alimentação saudável, como o caso dos orgânicos, que são caras e de difícil acesso por parte da classe trabalhadora, a agroecologia visa ser ampla e acessível. Isso ficou evidente no contexto da pandemia da COVID-19, quando o MST propôs o Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular como forma de luta contra a fome e o aumento do desemprego no Brasil, evidenciados pelas medidas necessárias para a mitigação da crise fitossanitária, como é o caso do fechamento de comércio e do distanciamento social (BRASIL DE FATO, 2020). Como resultado disso, em escala nacional, entre março de 2020 e março de 2021, o MST doou 1.760 toneladas de alimentos *in natura*; 98 mil marmitas; 9,5 mil cestas de alimentos da reforma agrária; cerca de 8 mil pães; 22 mil litros de leite; 2,5 mil cestas básicas fruto de arrecadação; 487 kits de alimentos e produtos de higiene e centenas de cafés da manhã solidários em todo o país (MACHADO; JORGE; FERNANDES, 2022).

Com isso, reforça-se a compreensão de que a RAP parte da premissa de que a superação do agronegócio só ocorrerá com ações que vão além da racionalidade neoliberal. Para isso, é necessário avançar na construção da soberania alimentar por meio de experiências de solidariedade entre as classes trabalhadora do campo e da cidade (CALVÁRIO; DESMARAIS; AZKARRAGA, 2020).

Em suma, a RAP requer que campo e cidade sejam pensados de modo conjunto na construção de uma nova sociedade. Por isso, conhecer as relações com o entorno regional e entender como são construídas as escalas de atuação de grupos e instituições são parte do caminho que deve ser percorrido pelos assentamentos rurais já criados na busca por contribuir com a efetivação desse novo modelo de reforma agrária. A fim de contribuir com essa discussão, na próxima seção problematizamos a relação entre os assentamentos rurais de Minas Gerais e a estrutura urbana dessa unidade federativa.

Assentamentos rurais e distribuição populacional: uma abordagem geográfica

Pela Geografia busca-se, dentre outros, entender como a população ocupa determinado território, estudando a partir dos recenseamentos, os componentes demográficos que formam aquela população como, por exemplo, as taxas de natalidade, mortalidade e migração. É por meio destas análises que podem ser traçadas estratégias para a gestão territorial não só pelo Estado, como também por empresas e coletivos (movimentos

socioterritoriais, por exemplo). Afinal, pela caracterização populacional, as tomadas de ações são previamente facilitadas, e a análise de conjuntura enriquecida. Ou seja, a Geografia efetiva-se como “ferramenta humanitária”, essencial para o entendimento da totalidade humana neste processo complexo em que se encontram as relações humanas. Neste sentido, propomos uma interpretação da dinâmica populacional dos municípios com assentamentos rurais em Minas Gerais por e a partir da Geografia como forma de subsidiar a discussão sobre os desafios para a implementação da RAP.

Um breve resgate histórico é necessário para compreender a estrutura atual do estado de Minas Gerais frente a questão populacional. A origem do povoamento interiorano no estado de Minas Gerais se deve a expansão da mineração e de atividades agropastoris nos primeiros anos do século XVIII, no Brasil colônia. O centro de condensação está localizado numa faixa que se estende de norte a sul, da bacia do rio Grande às proximidades das nascentes do Jequitonha (PRADO JR, 2011). Por isso, quando olhamos para Minas Gerais no presente, visualizamos maiores adensamentos populacionais em áreas que antes existiam atividades mineradoras, e que ainda replicam tal atividade.

Em torno desse núcleo consistente formado pela atividade mineradora, vão se originando outros núcleos de povoamentos, subsidiários da mineração e que não eram favoráveis nem à agricultura e nem a pecuária. Contudo, estimulados pelo mercado de proximidade, fazendas foram se instalando nas margens dos cursos médios do Rio São Francisco, alcançando territórios antes não explorados, e que continuamente, sofriam aportes da agricultura (PRADO JR, 2011). Para o mesmo autor (2011, p. 58):

A população da capitania, que em fins do século XVIII era orçada em 500mil habitantes, ficou distribuída da seguinte forma: uma faixa central, estendida de Lavras ao Tejuco, compreendendo a parte mais antiga, mais povoada, e apesar da decadência da mineração, ainda mais importante capitania; articulada com quatro regiões distintas, distribuídas em torno dela, e todas menos povoadas. São na ordem de importância as seguintes: ao sul a comarca do Rio das Mortes, zona, sobretudo pecuária, também agrícola, e onde a pequena mineração que se praticara no passado quase desaparecera de todo. A nordeste, as Minas Novas, antiga região mineradora decadente que evoluíra já quase inteiramente para a agricultura, em especial o algodão. A oeste, a comarca de Paracatu, também zona de mineração decadente que se tentava refazer com a pecuária. Para o norte, finalmente, o sertão do Rio São Francisco, zona de fazendas do tipo sertanejo, escassamente povoada e mais ou menos vegetativa no ingrato meio físico que é o seu.

Nesse sentido, percebemos que a distribuição populacional no estado de Minas Gerais se dá através de componentes ligados às atividades econômicas destes mesmos locais, que se alteraram com o tempo e se materializam no presente como resultado da complexidade existente pela ocupação do interior do território brasileiro. A abordagem que

precisa ser realizada sobre a temática é de como a população se caracteriza e influencia a produção do espaço junto às culturas, pressões econômicas, dissimulações sociais, e contradições históricas que envolvem também as relações territoriais estabelecidas pelos povos, ou seja, uma forma de entender a totalidade humana sobre o espaço geográfico.

Nesse sentido, buscamos tratar da intersecção de dados que mostram a população absoluta (IBGE, 2010) que se encontra nos municípios que contenham pelo menos um assentamento rural, seja ele organizado pelo MST ou por outro movimento socioterritorial (REDE DATALUTA, 2022). A partir dos dados estatísticos de recenseamento, norteia-se a melhor forma de instigar estudos a respeito das motivações que caracterizam a população ou agrupamento populacional analisado.

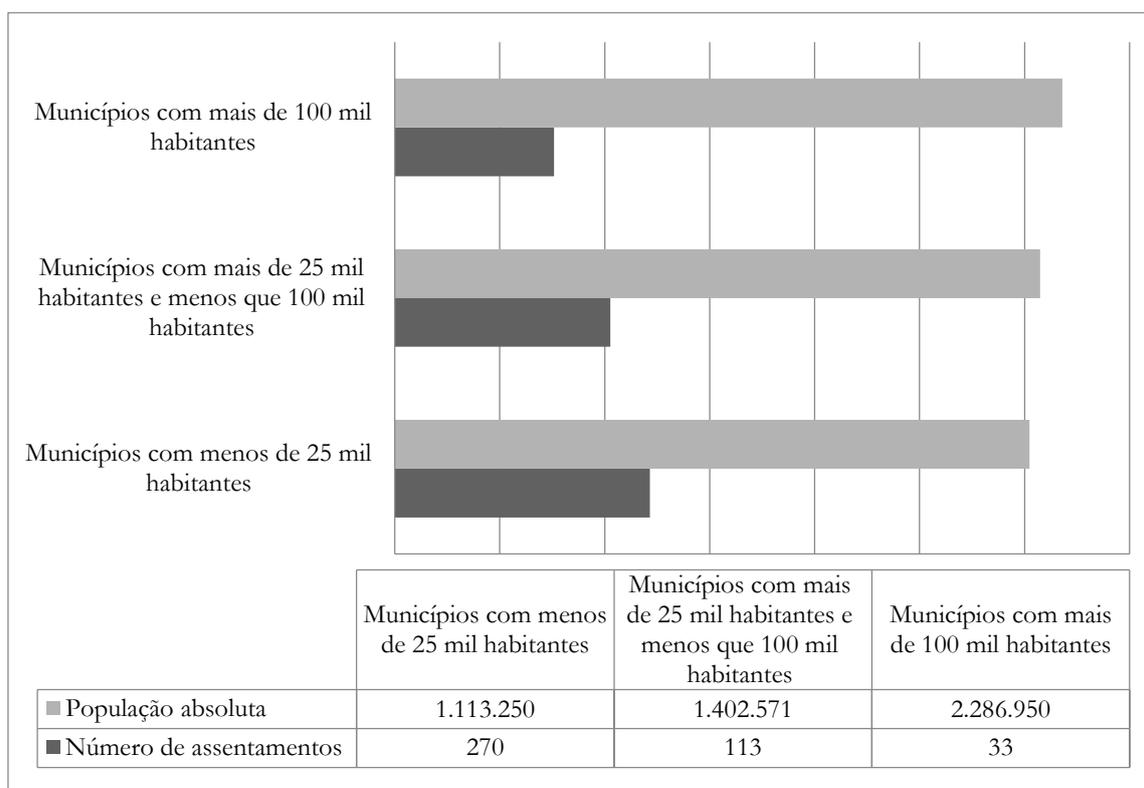


Gráfico 01: Distribuição de população absoluta (IBGE, 2010) por faixas de população e número de assentamentos rurais (DATALUTA, 2022)

Fonte: Organizado pelos autores, 2022.

Destaca-se a partir do Gráfico 01 que o estado de Minas Gerais possui 416 assentamentos rurais, sendo 270 em municípios com menos de 25 mil habitantes, 113 em municípios entre 25 mil a 100 mil habitantes, e 33 em municípios com mais de 100 mil habitantes. Totalizam-se 138 municípios com assentamentos rurais, de modo que a

população absoluta, segundo dados do IBGE (2010), ultrapassa a casa de 4 milhões de habitantes nestes municípios.

Na figura 01, denota-se essa espacialidade, e consegue-se problematizar questões pertinentes às potencialidades de análise existentes no caso. Destacam-se os municípios de Araguari, Teófilo Otoni, Patos de Minas, Governador Valadares, Uberaba, Uberlândia, Montes Claros e Betim, configurando centralidades regionais que legitimam sua influência nos municípios de entorno por conta do aglomerado populacional existente nessas localidades. Agora, sobre a distribuição populacional no entorno destes municípios centrais, pode-se destacar que em sua grande maioria, ela será influenciada positivamente sobre o modelo rural sustentável que é promovido pelos assentamentos, visto que grande parte não ultrapassa o valor de 50 mil habitantes, não impactando somente a soberania e segurança alimentar, mas incentivando o desenvolvimento de uma economia local mais efetiva (COCA, 2013).

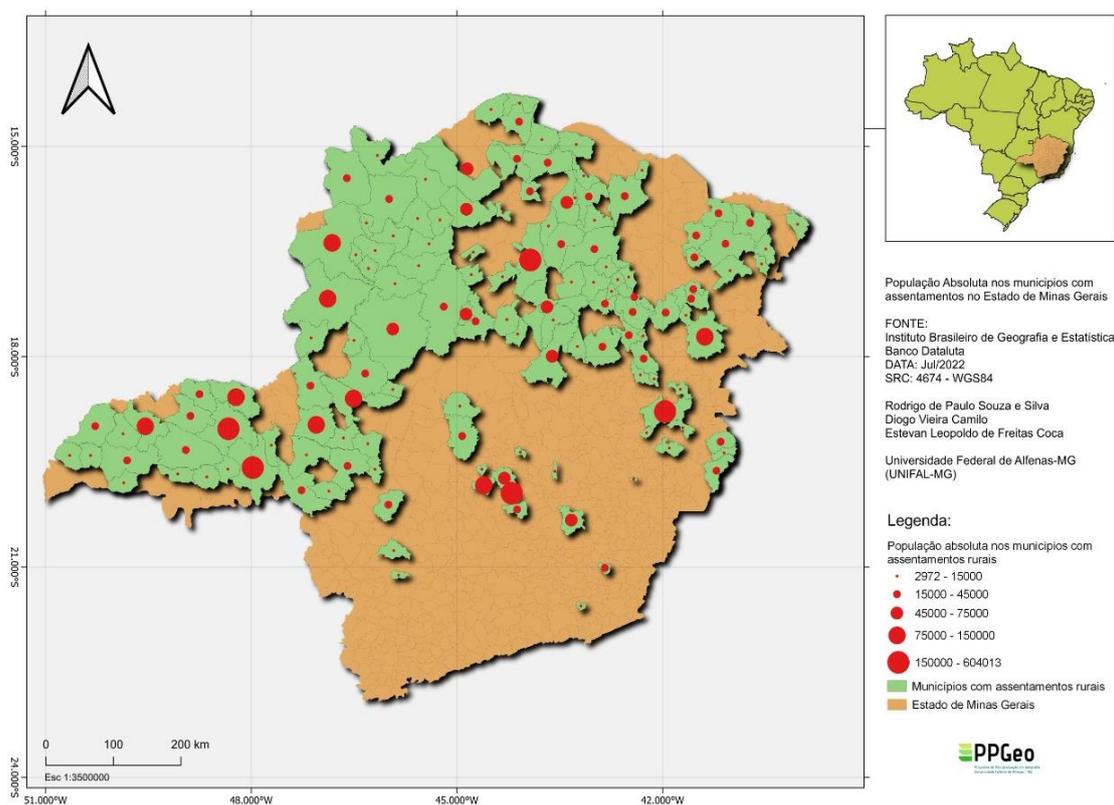


Figura 01: Mapa de população absoluta nos municípios com assentamentos rurais no Estado de Minas Gerais no ano de 2022.
Fonte: Organizado pelos autores, 2022.

De tal modo, se a RAP visa estimular alianças entre o campo e a cidade a partir da produção agroecológica desenvolvida em assentamentos rurais implantados especialmente

em outros contextos políticos, um fato fundamental a se ter em consideração é que no estado de Minas Gerais, 64,90% dos assentamentos criados estão localizados em municípios com até 25 mil habitantes. Isso faz emergir o seguinte questionamento: qual o papel das pequenas cidades na construção da RAP?

Refletindo sobre as pequenas cidades na Reforma Agrária Popular

Visando implementar a RAP, o MST tem investido em ações para estabelecer e/ou fortalecer conexões entre o campo e a cidade. A RAP “[...] traz em sua dimensão não apenas a necessidade de terra para quem nela trabalha, categoria central na década de 1980 e 1990, mas a necessidade de produzir alimentos saudáveis a toda população, adquirindo o caráter popular da reforma agrária” (MST, 2021, não paginado). Como exemplo, lojas de produtos da reforma agrária denominadas como “Armazéns do Campo” têm sido criadas em grandes cidades brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Belo Horizonte.

Contudo, como foi especificado no tópico anterior, em Minas Gerais, a maioria dos assentamentos rurais está localizada em municípios com até 25 mil habitantes. Nesses municípios vivem 1.113.250 pessoas, o que representa 5,68% da população de Minas Gerais. Assim, faz-se importante destacar não apenas como esses municípios podem contribuir com a implementação da RAP como também o inverso, ou seja, como a RAP pode ajuda-los a superar alguns dos seus principais problemas.

Para que isso ocorra, é oportuno considerar que as cidades pequenas de Minas Gerais e os seus respectivos assentamentos rurais não estão separados no tempo e no espaço dos processos mais amplos. Elas são parte do da constituição da rede urbana brasileira e consequentemente do próprio processo de mundialização da economia.

[...] as pequenas cidades não estão isoladas e fixadas na rede urbana brasileira, ou seja, elas compõem na rede; estão inseridas, articuladas e conectadas às dinâmicas urbanas, inclusive em esfera global, pois fazem parte do modo de produção capitalista e fazem parte – e são influenciadas por – do fenômeno da globalização, sofrendo as consequências e a perversidade desses processos. Assim, a maior parcela da população dessas pequenas cidades tem suas vidas condicionadas às decisões do capital (FERNANDES, 2018, p. 14).

Assim, as cidades pequenas também são parte do processo de acumulação capitalista, seja como propositoras ou receptoras de ações que contribuem com o processo estrutural de reprodução do capital. Ainda sobre isso, Sposito (2010, p. 52) assegura que:

[...] relações entre cidades de uma rede urbana, ainda que pequenas, podem se estabelecer com cidades de outras redes urbanas e de outros portos, sem que haja a intermediação daquelas que, segundo a constituição hierárquica anterior, estão em posição superior à das cidades pequenas ou médias.

De tal modo, as cidades pequenas também são resultado e resultante da mundialização da economia e por isso, reproduzem alguns dos principais problemas que impedem a justiça social e ambiental. Isso quer dizer que se a proposta de RAP pretende ser um vetor para a superação de limites estruturais do modo de produção capitalista, ela não pode deixar de levar em consideração a relação de proximidade e complementaridade que boa parte dos assentamentos rurais criados em Minas Gerais possui com as cidades de porte pequeno.

Diversas pesquisas têm destacado a capacidade dos assentamentos rurais produzirem externalidades positivas nas áreas em que são implementados (e.g., COCA, 2011; LEITE et al., 2004; SILVA; FERNANDES; VALENCIANO, 2006). Essas externalidades envolvem fatores como a diversificação política e cultural, o fomento do comércio local, a relação de respeito com a natureza e evidentemente, a oferta de alimentos saudáveis para a população do campo e da cidade. Tais fatos reforçam a compreensão de que, muito além de se colocarem como políticas exclusivamente de assistência social, os assentamentos rurais são parte fundamental do desenvolvimento regional (FERNANDES, 2008). No caso de pequenas cidades a criação de assentamentos rurais tem o potencial de fazer com que essas externalidades sejam ainda mais significativas.

Portanto, o que se coloca é em pequenas cidades, a RAP deve caminhar no sentido de buscar contribuir com a superação de problemas causados pelo capitalismo mundializado e que atingem diversas escalas, a exemplo da fome, dos desertos alimentares, do consumo de ultraprocessados e da obesidade. Dito de outro modo, se a RAP é um processo que está sendo implementado, é estratégico aos seus propositores considerar a relação de troca e complementação com as pequenas cidades para a otimização dos resultados que ela visa alcançar.

Considerações finais

A reforma agrária nunca foi uma política adotada apenas para o campo. Como Questão Agrária e Questão Urbana se relacionam de modo dialético, historicamente ou em

sua versão “clássica”, a reforma agrária tem sido adotada como uma política que visa o barateamento da mão-de-obra da classe trabalhadora por meio da oferta de alimentos a preços módicos. Com isso, desapropriações de terras são efetivadas para que pequenos agricultores tenham acesso à terra e produzam alimentos que contribuirão com a dieta dos trabalhadores urbanos. Ao mesmo tempo, os agricultores “beneficiários” da reforma agrária podem se constituir como um aumento do mercado interno. Dito de outro modo, a “reforma agrária clássica” tem sido pensada por e para o capitalismo, visando amenizar limites estruturais que esse modo de produção gera no campo e na cidade.

No século XXI, o capitalismo se apresenta sob a roupagem da financeirização e da mercantilização dos bens comuns, o que faz com que a reforma agrária também seja diferente. Se por um lado o acesso à terra ainda é importante, até mesmo pelo fato de que o Brasil continua sendo um país com problemas estruturais na sua distribuição fundiária, por outro lado a contribuição das famílias beneficiárias da reforma agrária para a transição agroecológica ganha cada vez mais importância. Por isso, a RAP tem sido adotada como uma possibilidade de se avançar na construção de uma aliança entre o campo e a cidade por meio da alimentação saudável.

Neste trabalho destacamos que no caso de Minas Gerais a RAP tem sido desencadeada principalmente em municípios de pequeno porte no que se refere ao seu contingente populacional. Isso reforça a importância de debatermos o papel das pequenas cidades na implementação da RAP. Assim, destacamos que a RAP pode tanto ser benéfica para essas pequenas cidades, ofertando respostas para alguns dos seus principais problemas, como também pode ser beneficiária de ações de consumo sustentável por parte da população que vive nesses centros urbanos.

Referências

ALKON, A. H.; MARES, T. M. Food sovereignty in US food movements: Radical visions and neoliberal constraints. **Agriculture and Human Values**, v. 29, n. 3, p. 347–359, 2012.

BORRAS JR, S. M. Agrarian social movements: The absurdly difficult but not impossible agenda of defeating right-wing populism and exploring a socialist future. **Journal of Agrarian Change**, v. 20, n. 1, p. 3–36, 2020.

BRASIL DE FATO. **Ponto a ponto: conheça o plano de Reforma Agrária Popular defendido pelo MST**. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/15/ponto-a-ponto-conheca-o-plano-de-reforma-agraria-popular-defendido-pelo-mst>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRENNER, N. Theses on urbanization. **Public Culture**, v. 25, n. 1, p. 85–114, 2013.

BRENNER, N. Debating planetary urbanization: For an engaged pluralism. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 36, n. 3, p. 570–590, 2018.

CALDART, R. S. **Agroecologia nas Escolas de Educação Básica: fortalecendo a resistência ativa!** VIII Encontro Estadual de Educadoras e Educadores de Assentamentos de Reforma Agrária do MST RS. **Anais...** Em: REFORMA AGRÁRIA POPULAR, AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO. Santa Rita: 31/10 2019.

CALVÁRIO, R.; DESMARAIS, A. A.; AZKARRAGA, J. Solidarities from below in the making of emancipatory rural politics: insights from food sovereignty struggles in the Basque Country. **Sociologia Ruralis**, v. 60, n. 4, p. 857–879, 2020.

CARTER, M. **Challenging social inequality: The landless rural workers movement and agrarian reform in Brazil**. Durham: Duke University Press, 2015.

COCA, E. Territorialidades camponesas nos tipos de assentamentos rurais do Território Cantuquiriguaçu, Estado de Paraná, Brasil. **GeoGraphos: Revista Digital para Estudantes de Geografia y Ciencias Sociales**, v. 4, n. 48, p. 378–403, 2013.

COCA, E. **Um estudo da diversidade e atualidade da Reforma Agrária: análise dos tipos de assentamentos do território Cantuquiriguaçu-Estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2011.

COCA, E.; SOYER, G.; BARBOSA JR, R. Matopiba's Disputed Agricultural Frontier: Between Commodity Crops and Agrarian Reform. **IDS Bulletin**, 2022 (no prelo).

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território, Rio de Janeiro**, v. 4, n. 6, p. 41–53, 1999.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 15, n. 3, p. 5–12, 2011.

CZIBERE, I.; KOVÁCH, I. State Populism in Rural Hungary. **Rural Sociology**, v. 87, p. 733–757, 2022.

DEERE, C. D. Women's land rights and rural social movements in the Brazilian agrarian reform. **Journal of Agrarian Change**, v. 3, n. 1- 2, p. 257–288, 2003.

DIXON, J.; RICHARDS, C. On food security and alternative food networks: understanding and performing food security in the context of urban bias. **Agriculture and Human Values**, v. 33, n. 1, p. 191–202, 2016.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. Em: BUAINAIN, A. M. et al (orgs.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008. p. 173–224.

- FERNANDES, P. H. C. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Georaguaiá**, v. 8, n. 1, p. 13–31, 2018.
- FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY. **Nyéleni Declaration**. 2007.
- GADELHA, R. R. **recampesinização e ressignificação do campesinato: histórias de vida no Movimento das Mulheres Camponesas do Paraná (MMC/PR)**. Chapecó: UFFS, 2022.
- GARCÍA-SEMPERE, A. et al. Urban transition toward food sovereignty. **Globalizations**, v. 15, n. 3, p. 390–406, 2018.
- GHOSH, S.; MEER, A. Extended urbanisation and the agrarian question: Convergences, divergences and openings. **Urban Studies**, v. 58, n. 6, p. 1097–1119, 2021.
- GILLEN, J.; BUNNELL, T.; RIGG, J. Geographies of ruralization. **Dialogues in Human Geography**, p. 20438206221075816, 2022.
- GUEREÑA, A.; BURGOS, S. O. **Desterrados: Tierra, poder y desigualdad en América Latina**. London: Oxfam, 2016.
- GURURANI, S. Cities in a world of villages: Agrarian urbanism and the making of India's urbanizing frontiers. **Urban Geography**, v. 41, n. 7, p. 971–989, 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- KAUTSKY, K. **The Agrarian Question**. London: Zwan Publications, 1988.
- KEIL, R. Extended urbanization, “disjunct fragments” and global suburbanisms. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 36, n. 3, p. 494–511, 2018.
- LEITE, S. P. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Unesp, 2004.
- LENIN, V. I. **The development of capitalism in Russia**. Moscow: Progress Pub, 1964.
- MACHADO, A. DOS S.; JORGE, A. A.; FERNANDES, B. M. Pandemia, ações de solidariedade do MST e a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 17, n. 47, p. 155–178, 2022.
- MARQUES, M. I. M. Identidade étnica, território e saberes: disputas no campo e na academia. In: MIZUSAKI, M. Y. ; ROMA, C. M.; VIEIRA, A. B. (orgs.). **Questão Agrária e práxis social no século XX. Impasses, desafios e perspectivas**. Curitiba: CRV, 2021.
- MCMICHAEL, P. A comment on Henry Bernstein's way with peasants, and food sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 1, p. 193–204, 2015.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST). **Programa Agrária do MST. Lutas, construir Reforma Agrária Popular!** 2014.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST). **O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST?** , 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do->

PARTE II
DINÂMICAS DO URBANO NAS
CIDADES PEQUENAS



Espaço urbano de São João da Mata – MG.

Foto tirada em outubro de 2022.

A expansão urbana e industrial do Município de Extrema-MG

A partir da duplicação da Rodovia Fernão Dias

Mariana Lima Nascimento¹⁸
Evânio dos Santos Branquinho¹⁹

Introdução

O município de Extrema, localizado no sul de Minas Gerais, vem sofrendo significativas transformações urbanas, econômicas e culturais nos últimos 50 anos, principalmente devido a sua privilegiada localização, na divisa com o Estado de São Paulo e às margens da Rodovia Fernão Dias, induzindo um considerável crescimento econômico, mas deixando inúmeros questionamentos sobre sua condição urbana. O presente trabalho visa compreender tais modificações, contemplando uma abordagem dentro das concepções da Geografia Urbana.

O município de Extrema está situado na Mesorregião do Sul/Sudeste de Minas e na Microrregião de Pouso Alegre, fazendo divisa com os municípios de Toledo – MG, Itapeva – MG, Camanducaia – MG, Joanópolis – SP, Vargem – SP e Pedra Bela – SP (Figura 1).

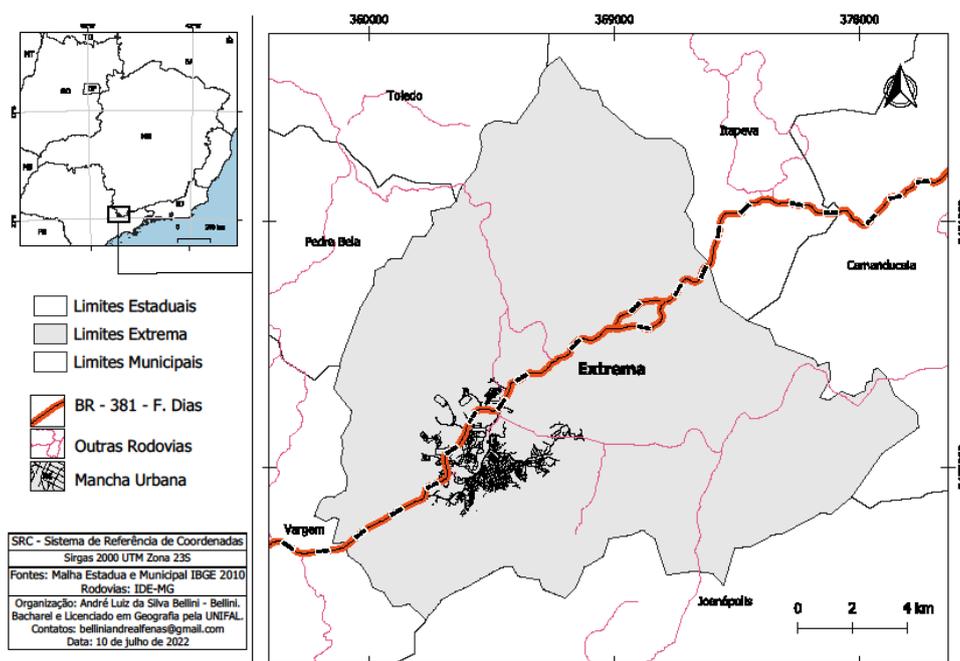


Figura 1 – Localização do Município de Extrema-MG
Fonte: Malha Estadual e Municipal IBGE 2010; Rodovias: IDE-MG.

¹⁸ Licenciatura em Geografia Universidade Federal de Alfenas-MG, 2018; professora e coordenadora da Escola do Legislativo em Extrema-MG.

¹⁹ Professor do Curso de Geografia Universidade Federal de Alfenas-MG.

A população total de Extrema é de 28.599 habitantes em 2010, com estimativa de 37.649 habitantes em 2021, os quais cerca de 91% encontram-se na zona urbana. O município ocupa uma área de 244,5 km², tendo uma densidade demográfica de 116,93 hab./km² (IBGE, 2022).

Sua localização às margens da Rodovia Fernão Dias (BR 381), na divisa com o Estado de São Paulo, proporcionou um crescimento expressivo de empresas nos últimos anos, ocasionando um aumento na geração de empregos na cidade. Em função do processo de desconcentração das regiões metropolitanas, o município de Extrema obteve vantagens, devido à sua localização, a partir da duplicação da rodovia, demonstrando altos índices de crescimento econômico. Essas mudanças foram acompanhadas por um quadro de “guerra fiscal”, a partir do qual municípios e Estados competem pela atração de investimentos.

Extrema ocupa o 17º lugar em relação ao Produto Interno Bruto per capita do país e o 3º maior PIB do Estado de Minas Gerais, isso mostra sua importância dentro do quadro econômico do estado e também do país (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017).

Com o avanço das oportunidades de emprego na cidade, houve um significativo aumento da migração. As transformações no município são inerentes principalmente à expansão do capital produtivo, esses processos fazem com que a dinâmica urbana mude intensamente.

O objetivo geral do trabalho é compreender as transformações sofridas na cidade de Extrema a partir da duplicação da Rodovia Fernão Dias, identificando os processos de urbanização relacionados com o aumento das empresas situadas no local e também as implicações mais recentes a partir dessas instalações.

Os objetivos específicos são: analisar a evolução urbana de Extrema desde o final do século XIX, quando se acelera o seu crescimento; compreender a localização, articulação e hierarquia da cidade na rede urbana, em destaque a do Sul de Minas; analisar as consequências socioeconômicas mais recentes do crescimento urbano acelerado, em especial, o aumento das desigualdades, a partir dos principais agentes produtores do espaço.

De um modo geral, todas as mudanças que envolvem a cidade estão afetando diretamente a população, não desvinculadas de interesses econômicos e políticos

Essas modificações no meio urbano levaram a um maior investimento na infraestrutura da cidade e serviços públicos, também houve investimentos na parte ambiental, especialmente em ações para conservação da água. Com esses melhoramentos, a cidade

acabou tendo um aumento no número de habitantes e turistas, porém, isso acarretou uma elevação das desigualdades socioeconômicas e nos índices de violência.

O presente estudo desenvolve-se através dos seguintes procedimentos metodológicos: 1) Pesquisa e revisão bibliográfica de livros, artigos e teses, principalmente sobre Geografia Urbana, Geografia de Redes, sobre Extrema, a Rodovia Fernão Dias e a rede urbana no sul de Minas, presentes na biblioteca da Unifal-MG e sites eletrônicos; 2) Coletas de dados: Dados da Prefeitura Municipal de Extrema-MG, documentos disponibilizados sobre o processo de crescimento do município; 3) Aplicação de entrevistas semi-estruturadas com os principais agentes envolvidos na produção do espaço urbano de Extrema; 3) Análise e interpretação dos dados coletados; 4) Análise cartográfica como utilização de mapas e imagens da cidade de Extrema-MG.

Apontamentos sobre cidades pequenas e rede urbana

Inicialmente, devemos analisar os interesses colocados por grupos econômicos e políticos, mostrando as dinâmicas recorrentes em um espaço urbano. Sendo assim, uma cidade não se define apenas pelas suas construções ou circulações em geral, está muito além desses aspectos, envolve cultura, diversidade e uma junção de inúmeras ações produzidas ou criadas por atores sociais acumuladas ao longo do tempo (SPOSITO, 2006).

Sobre as pequenas cidades, Corrêa (1999, 2011) afirma que estas dificilmente ultrapassam 20 ou 30 mil habitantes e em geral são aquelas com menos de 50 mil habitantes. Ainda como afirma o autor, precisamos entender a condição das cidades de forma relativa e transitória.

Nas últimas décadas, Extrema vem se especializando na função industrial e crescendo intensamente. Contudo, ainda possui características de uma cidade de pequeno porte, como em sua ocupação, que se deu ao redor de uma praça central, em torno de uma igreja principal, estabelecendo-se uma rua comercial próxima a essa centralidade (religiosa), a qual pode-se notar que ainda são presentes fortes tradições culturais. Esses atributos são manifestados até hoje, a cidade está crescendo, mas mantém muitos dos seus aspectos originais.

Além do aspecto demográfico, a cidade pequena pode ser definida de outras maneiras, devido às demais características socioeconômicas, já que possui particularidades do meio rural, sendo assim podemos dizer que a atividade agrícola está presente no cotidiano urbano. Corrêa considera que:

A pequena cidade pode ser melhor definida em termos do grau de centralidade do que em termos de tamanho demográfico. Ela se caracteriza por ser um centro local, isto é, um centro que exerce centralidade em relação ao seu território municipal, sua hinterlândia, onde vive uma população dispersa dedicada sobretudo às atividades agrárias (CORRÊA, 2011, p.6-7).

As cidades pequenas, em grande parte, são caracterizadas por atrair poucos investimentos e escassas oportunidades de empregos, reduzindo-se a modestos comércios locais, serviços públicos e produções agrícolas. Porém, essas condições, também podem fazer com que as cidades pequenas se destaquem. Esses locais são conhecidos por ter um custo de vida mais baixo e, conseqüentemente, uma mão de obra mais barata e na maioria das vezes pouco qualificada.

Portanto, uma cidade pequena caracteriza-se normalmente como um centro local. Todavia, segundo Corrêa (2011, p.7), as pequenas cidades não são exclusivamente lugares centrais, dispendo de outras funções como a industrial. Assim verificamos um processo de mudança da rede urbana, onde as pequenas cidades, principalmente as do Sul de Minas, transformam-se e passam a ser vistas como possibilidade de crescimento econômico, devido à sua localização entre importantes metrópoles da região Sudeste, são apontadas como locais favoráveis para instalações de indústrias, que segundo Corrêa:

São, em muitos casos, atividades industriais criadas no bojo da expansão do capital produtivo por meio de filiais localizadas não apenas em grandes e médios centros urbanos, mas também em pequenos núcleos em razão de fatores locacionais positivos, entre eles a existência de uma boa infra-estrutura e de uma força de trabalho “politicamente correta” (CORRÊA, 1999, p. 267).

O Sul de Minas Gerais foi uma das regiões que mais obteve destaque em relação à desconcentração industrial ocorrida na Região Metropolitana de São Paulo, devido à pequena distância e ao fácil acesso. Essas condições incentivaram o desenvolvimento industrial nas cidades do interior mineiro, isso acabou provocando uma “guerra fiscal” entre esses municípios, que ocorre por meio de algumas vantagens oferecidas pelos governantes. Essa dinâmica implicou em mudanças funcionais das cidades da região, assim como alterações na rede urbana. Algumas dessas pequenas cidades se especializaram para atender a essa nova fase de industrialização desconcentrada. Nesse aspecto, Corrêa afirma que:

Há inúmeros exemplos de pequenas cidades que se especializaram produtivamente, reinscrindo-se de modo singular na rede urbana globalizada por intermédio de atividades que lhes fornecem identidade funcional, afirmando em outra escala, o seu caráter de lugar central (CORRÊA, 1999, p. 51).

Devido a essas transformações nas pequenas cidades, com o afluxo de investimentos, estas acabaram aumentando as suas funções centrais, cujas espacialidades são articuladas e

modificadas no contexto de globalização, isso acaba transformando as esferas econômicas, sociais, culturais e deixando as características tradicionais em segundo plano. Corrêa aponta que:

A globalização, que se manifesta de diferentes modos em razão de suas demandas e de suas contradições, e por intermédio de diversos agentes, e não exclusivamente das grandes corporações, cria novos núcleos urbanos em áreas que passam a integrar o espaço globalizado (CORRÊA, 1999, p. 48).

O processo de industrialização indica que as pequenas cidades estão passando por uma forte transformação econômica no quadro de uma maior divisão territorial o trabalho e, com isso, uma maior articulação na rede urbana, com as cidades competindo mais e também se complementando. Esse processo alcança a escala mundial, e segundo Damiani:

O processo geral de urbanização é um fenômeno múltiplo, diferenciado e multidimensional, de caráter mundial. E essa mundialidade atravessa inclusive as pequenas cidades. Os centros se multiplicam e os antigos centros se defendem reproduzindo de modos diferentes sua centralidade: diz-se de São Paulo se tornando uma centralidade financeira e de serviços, no momento em que a indústria se desconcentra (DAMIANI, 2006, p.145).

Este é o caso de Extrema onde ocorrem modificações que são importantes para sua expansão, mantendo traços de uma cidade pequena, todavia adquirindo algumas características de uma cidade de porte médio.



Figura 2 - Vista da cidade de Extrema – MG
Fonte: Prefeitura Municipal de Extrema, 2018.

Com a reestruturação da rede urbana a partir da segunda metade do século XIX, as cidades médias assumem papéis mais definidos, como afirma Sposito (2007, p.237), essas funções são desenvolvidas pela situação geográfica que cada cidade ocupa ou pela função

político-administrativo que exercem. Assim, cidades classificadas como médias, realizam atividades de grande importância, principalmente para as metrópoles que as ligam, mas também exercem influências diretas nas cidades menores que se localizam ao seu redor, tanto na parte social, como na parte econômica, pois há fluxos de pessoas que se dirigem até a cidade média para acessar alguns tipos de serviços, que não são encontrados dentro dos pequenos centros.

A formação dessas redes urbanas consolidou relações entre cidades de todos os portes, criando complementariedades econômicas e sociais, sendo assim, o avanço desses municípios industriais é fundamental para intensificar o crescimento econômico das capitais que estão próximas a essas cidades. Consolidando tais funções, esses polos industriais são caracterizados por Sposito (2007, p. 248) como cidades médias, os quais são beneficiados pela situação geográfica, sobressaindo comparativamente em função da proximidade e acessibilidade com as cidades de maior importância econômica.

As circulações de mercadorias precisam ser encaminhadas de forma rápida e isso depende da infraestrutura oferecida pelas cidades médias, como rodovias que interligam esses lugares e que facilitam o transporte, essas funções que geralmente as cidades médias possuem, são importantes para uma maior dinâmica da rede urbana.

No sul de Minas, a cidade média de Pouso Alegre, em função de seu maior nível de desenvolvimento urbano e industrial acaba polarizando os demais municípios da região. De acordo com o IBGE (2022), o município de Pouso Alegre, com uma população total estimada para 2021 em 154.293 habitantes, é classificado como capital regional (Figura 3).

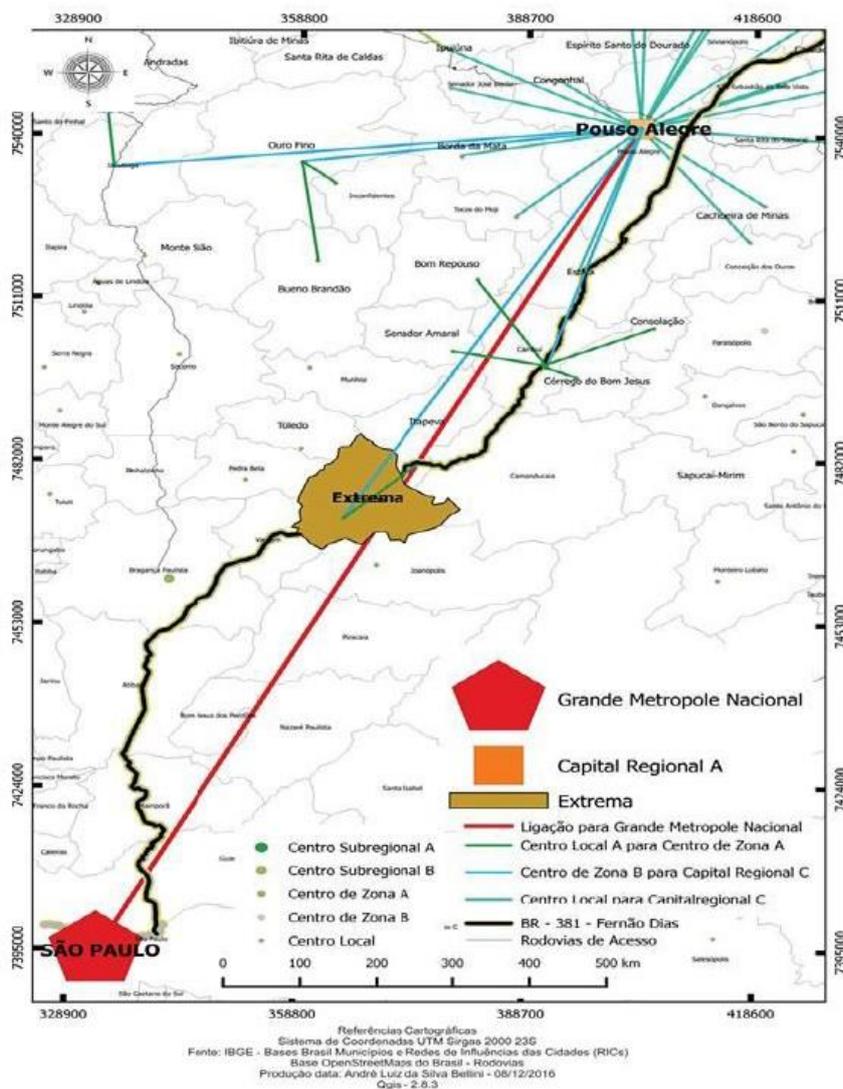


Figura 3 – O município de Extrema e a articulação regional.

As cidades médias são associadas às regiões que comandam articulando as pequenas cidades, sendo intermediadoras destas com as grandes cidades, com isso aqueles que se deslocam à procura de bens e serviços, são atraídos pelas cidades médias, uma vez que são mais especializadas e oferecem geralmente aquilo que não é encontrado nas pequenas cidades.

Breve histórico do município de Extrema-MG

A partir da segunda metade do século XIX, como em toda a região do Sul de Minas Gerais, a atividade agrícola expandiu de forma acelerada, devido principalmente ao cultivo do café, que se tornou um dos mais importantes produtos econômicos da região, além do

café, havia plantações de milho, algodão e também criação de gado e suínos (RIBEIRO, 2008).

Com a evolução econômica, populacional e urbana que ocorreu no período, o Distrito de Santa Rita de Extrema tornou-se município no ano de 1901. Porém, só em 1915 que a denominação do município mudou para apenas Extrema.

Nesse período, o município recebeu inúmeros imigrantes, principalmente os italianos que contribuíram com o desenvolvimento do local. Desde 1832, ano de construção da capela da cidade, até 1920, a população de Extrema cresceu de forma acelerada, neste último ano o número de habitantes chegava a 8.400 pessoas, anteriormente havia apenas algumas famílias de fazendeiros.

Com a melhoria nas plantações, os agricultores precisavam exportar os seus produtos e como não havia uma linha ferroviária, estes eram obrigados a se dirigirem para a cidade vizinha de Vargem, onde se localizava a ferrovia mais próxima.

Para Villaça (1998), as ferrovias foram construídas para atender a uma demanda de transporte regional, logo era comum as pessoas se deslocarem para outros centros para realizar suas atividades mercantis.

Como os extremenses tinham que se deslocar para exportar, em 1928 foi aprovada a construção de uma rodovia que ligasse Extrema aos municípios de Vargem e Bragança Paulista. A nova estrada foi uma das maiores obras do município e a que mais precisou de investimento.

Com um crescimento acelerado da cidade de Extrema, a população que se instalava ao redor começou a ser atraída principalmente pelo turismo. Porém, para Ribeiro (2008), Extrema não estava preparada para receber novos moradores em tão pouco tempo, não havia hotéis qualificados e nem restaurantes para acolher os visitantes, apenas as pequenas vendinhas.

Extrema passava a depender mais da população flutuante, que chegara na cidade apenas para visitar e escolheram comprar um terreno na zona rural para passar os finais de semana e feriados, com isso surge a questão dos loteamentos urbanos, uma vez que os moradores da zona rural começaram a mudar para a área urbana, achando mais vantajoso vender suas fazendas e sítios para aqueles que gostariam de desfrutar da natureza apenas algumas vezes na semana.

Esse deslocamento da população trouxe uma nova economia e também uma nova demanda para a cidade, pois eram necessários melhoramentos urbanos tanto para os turistas como para a população que já vivia por ali.

A partir de 1968, algumas comemorações foram se tornando tradicionais na região, entre elas estavam a Festa do Milho – Exposição Agrícola, que premiava os melhores produtores da região, a Festa de Santa Rita, que homenageia a padroeira da cidade e atrai pessoas de toda a região, e a Festa de São Cristóvão que tinha como objetivo homenagear os motoristas e viajantes que passavam na Rodovia Fernão Dias, que cortava a cidade. Essas comemorações religiosas são tradicionais em muitas cidades do interior e possuem uma enorme importância econômica para a região, pois atraem muitos turistas.

Segundo Ribeiro (2008), o ano de 1968 foi marcado por transformações importantes em Extrema, dentre essas as instalações de indústrias, essas atividades poderiam ajudar com o problema da estagnação de empregos que a cidade enfrentava, porém da mesma forma rápida que as empresas chegavam na cidade, elas a deixavam, foi quando os governantes da cidade se depararam com a chamada “guerra fiscal”, a partir da qual precisariam se destacar em meio às cidades concorrentes no Sul de Minas.

Extrema tinha uma vantagem comparativa, de sua localização estratégica, relativamente próxima da metrópole paulista e às margens de uma rodovia importante, o que facilitava a comunicação entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, também contava com o apoio do estado mineiro que acenava com incentivos fiscais para atrair as empresas.

Nesse contexto, a primeira empresa a se instalar na cidade foi a fundição de Nicolau Cesarino, em 1973, que foi desapropriado da cidade de São Paulo pelas obras do Metrô, com isso ele buscava uma nova instalação próxima à capital, porém que ficasse no interior, assim se instalando no município de Extrema.

A empresa localizava-se ao lado da Rodovia, mas com o decorrer dos anos e o crescimento urbano, a estrada precisou ser transferida para fora do perímetro urbano e hoje a indústria situa-se na avenida mais importante da cidade, cuja denominação passou à Avenida Nicolau Cesarino, em homenagem ao empresário (Figura 4).



Figura 4 - Construção da Fundação e a Rodovia Fernão Dias em sua antiga localização

Fonte: Foto disponibilizada por José Oliveira.

Para Villaça (1998), a mudança de função da rodovia é comum quando a cidade está se expandindo, e acaba tomada pelo tráfego intra-urbano:

À medida que a cidade cresce, ela se apropria e absorve os trechos urbanos das vias regionais, como nos casos das rodovias antigas que, com o tempo, se transformaram em vias urbanas. É a mudança de função da via (que passa ter tráfego intra-urbano), e não sua localização (dentro ou fora da cidade), que transforma uma via regional em urbana (VILLAÇA, 1998, p. 82).

Portanto, o local da rodovia mudou de função, tornando-se uma avenida, e a rodovia foi deslocada para fora do perímetro urbano. Essa nova organização territorial também contribuiu à industrialização e o número de grandes empresas aumentou, trazendo empregos e novos moradores, em busca de melhores condições de vida.

Esse novo arranjo espacial ocasionou impactos na cidade, como Extrema estava recebendo muitos novos moradores devido ao crescente número de instalações industriais, a especulação imobiliária também cresceu, porém agora voltada para uma população trabalhadora, que vinha de outras cidades atrás de melhores condições de vida.

A população urbana aumentou de forma expressiva e a população rural foi diminuindo, a Tabela 1 mostra os números dessa evolução, nos anos de 1970 a população residia predominantemente em sítios, constituindo mais que o dobro da população urbana, já no ano de 1991, a população urbana supera a de moradores da zona rural, e essa ascensão

continua fazendo com que a proporção da população rural diminua, isso ocorreu fundamentalmente em função do avanço econômico e industrial na cidade (Quadro 1).

Quadro 1 - Evolução da população urbana e rural do município de Extrema – MG.

Anos	Urbana	Rural	Total
1970	2.427	6.483	8.910
1980	4.938	5.843	10.781
1991	9.088	5.226	14.314
2000	12.902	6.317	19.219
2010	26.023	2.576	28.599

Fonte: IBGE, SIDRA, 2018.

Logo foi possível notar a evolução urbana de Extrema, as casas começaram a se afastar do centro e os bairros periféricos foram crescendo e se modificando, os comércios e serviços gerais foram se instalando em diversos locais e isso ajudou a atrair mais habitantes (Figura 5). Junto com esse crescimento urbano vieram os problemas da crescente desigualdade social, chegaram pessoas de todos os níveis econômicos, o que demandou uma maior atenção do poder público, especialmente à população de menor renda.

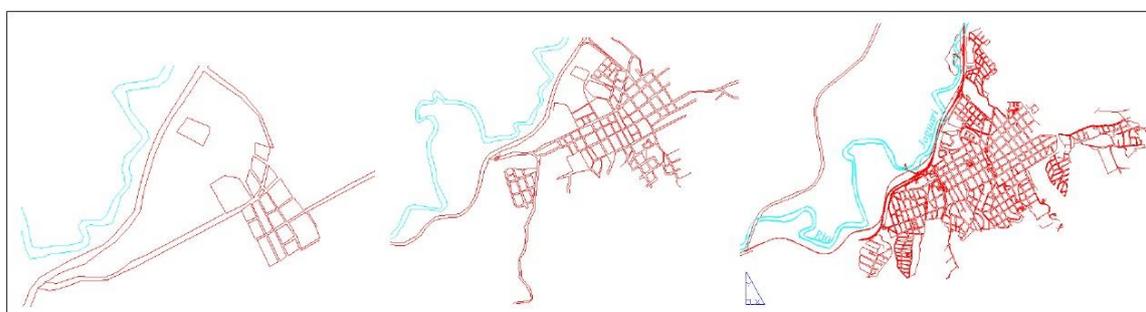


Figura 5 – Expansão da área urbana de Extrema: 1950, 1978 e 2003

Fonte: Fonseca, 2009.

A falta de moradias para as pessoas mais pobres foi uma das grandes dificuldades da prefeitura, em razão do preço do aluguel muitas vezes não ser acessível. Nesse aspecto, foram criadas políticas públicas para construir moradias populares, através de financiamento. Foi preciso construir mais escolas públicas e mais centros de saúde. Com o aumento das desigualdades, também aumentaram os índices de criminalidade, principalmente nos bairros mais pobres.

Conforme é relatado por Ribeiro (2008), a melhoria na área de segurança foi a mais exigida pela a população, pois sendo uma cidade pequena não eram comuns os elevados índices de criminalidade. Com essas transformações verifica-se que a cidade de Extrema está passando por um crescimento que exige mais intervenções dos poderes públicos em seus diferentes níveis.

A implantação da Rodovia Fernão Dias - BR 381

A Rodovia Fernão Dias (BR - 381) começou a ser construída na década de 1950, quando as ferrovias não estavam mais atendendo às exigências dos mercados na região Sul de Minas Gerais. Isso fez com que houvesse um maior investimento nas rodovias nesse período, acelerando as obras em toda a região. No governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) há uma maior abertura do país à entrada de empresas internacionais, com esse novo direcionamento, as rodovias assumiram um papel mais importante para o desenvolvimento econômico. A Rodovia Fernão Dias foi implantada visando à melhoria na integração dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, consistindo num meio de transporte mais rápido e flexível. Segundo Villaça (1998), o transporte rodoviário possui certas vantagens em relação ao ferroviário:

O transporte rodoviário contudo é mais flexível, pois, em qualquer ponto ao longo da via, o potencial pode concretizar-se, ou melhor, pode concretizar-se a acessibilidade ao centro da cidade, sem transbordo, inclusive através de um simples ponto de parada que um ônibus interurbano faça na área rural próximo à periferia urbana. [...] Assim, a simples presença da via já significa, imediata e automaticamente, melhoria de acesso. Em virtude dessa facilidade para concretizar o acesso, o automóvel e as rodovias provocam um tipo de expansão urbana distinto do da ferrovia, que é mais rarefeito e menos nuclear. (VILLAÇA, 1998, p.82)

A conexão com o estado de São Paulo era fundamental, pois a metrópole paulista ocupava uma posição de polo de serviços e industrial, desta forma era muito importante que houvesse uma maior facilidade de deslocamento dos produtos.

Com a expansão das rodovias no país, junto com o crescimento industrial, houve um aumento nas vendas de veículos, o que acabou colocando as rodovias como principal meio de transporte. A Fernão Dias foi uma dessas importantes estradas que ajudaram na integração econômica do país, tornando-se essencial para a articulação norte e sul do território.

Em relação à malha rodoviária, o estado de Minas Gerais possui a maior malha do país, considerando as vias federais, estaduais e municipais:

Minas Gerais tem a maior malha rodoviária do Brasil, equivalente a cerca de 16% do somatório de rodovias estaduais, federais e municipais de toda a malha viária existente no país. No estado, são 272.062,90 km de rodovias. Deste total, 9.205 km são de rodovias federais, 22.286 km de rodovias estaduais pavimentadas, e 240.571,90 km de rodovias municipais, na maioria não pavimentadas. Quanto às características das estradas, a malha federal é quase toda pavimentada, 576,60 km não são pavimentados. A estadual se divide em 22.286 km pavimentados e 4.925,75 km não pavimentados e 316,4 km com obras de pavimentação em andamento. A maioria das rodovias municipais não é pavimentada (MINAS GERAIS, 2022).

Sobre a BR 381, a rodovia recebe o nome do bandeirante Fernão Dias Paes Lemes, que foi um dos exploradores dos territórios de São Paulo e Minas Gerais pelo trajeto que hoje está a BR, em busca de minerais preciosos. Segundo Fonseca (2009), a obra da rodovia foi concluída em 1961, articulando São Paulo e Belo Horizonte, e percorre uma extensão de 563,2 quilômetros. Ao longo desse caminho é possível encontrar cidades do estado de São Paulo, como Guarulhos, Mairiporã, Atibaia, Bragança Paulista e Vargem, no estado de Minas Gerais temos as cidades de Extrema, seguida por Itapeva, Camanducaia, Cambuí, Estiva, Pouso Alegre, Careaçú, Carmo da Cachoeira, Santo Antônio do Amparo, Carmópolis de Minas, Igarapé, Betim, Contagem e Belo Horizonte (Figura 2).

Mesmo com a implantação da rodovia, ela não possuía condições favoráveis, ademais, com o passar dos anos acabou saturada, devido ao crescente tráfego, especialmente a partir dos anos 1990, não atendendo às normas de segurança, o que causou inúmeros acidentes, sendo considerada uma das rodovias mais perigosas do Brasil. Por esses fatores, foi requerido nesse período que a BR fosse duplicada, para melhorar o fluxo e conseqüentemente valorizar o percurso.

Além de ser uma rodovia de extrema importância para a fluidez da rede, ela se tornou uma das melhores opções para os motoristas, uma vez que os pedágios possuem preços mais reduzidos, com isso ganhou a preferência daqueles que fazem o caminho entre Minas Gerais e São Paulo.

Com a sua construção na década de cinquenta, Extrema passou a ter uma maior comunicação com os municípios vizinhos, principalmente com o Pouso Alegre que, por ser um centro de maior desenvolvimento, exerce uma maior influência, tornando-se um polo regional, a qual Extrema é submetido. Contudo, o município extremense também possui sua área de influência, pessoas dos municípios de Toledo-MG, Itapeva-MG, Munhoz-MG e Vargem-SP, saem de suas cidades para exercer atividades diversas, como estudos, lazer, compras, entretenimento e mesmo para trabalhar. Logo, Extrema também possui um papel importante dentro da economia das cidades vizinhas, como essas cidades também colaboram

para o crescimento extremense. Para Andrade (2014), em relação à rede urbana do Sul de Minas:

Na rede urbana do Sul de Minas também se fazem presentes as cidades em situações intermediárias quanto a população, a produção econômica, e a posição na hierarquia urbana. Com contingentes demográficos que são inferiores a 50 mil habitantes, este grupo de cidades também possui considerável heterogeneidade, coexistindo centros urbanos com importante função industrial [...] (ANDRADE, 2014, p. 175).

Com a duplicação da Rodovia Fernão Dias, o município de Extrema alcançou números demográficos surpreendentes, mostrando que a evolução da cidade dependia muito dessa melhoria rodoviária.



Gráfico 1 – Evolução populacional do município de Extrema – MG.

Fonte: IBGE, 2022.

O gráfico 1 demonstra que seu crescimento acelerou em meados dos anos 2000, logo após a duplicação da rodovia Fernão Dias, revelando a importância que a obra trouxe para o desenvolvimento do município. Todo esse crescimento se deu através da chegada das empresas, que ofereciam oportunidades de empregos, como a população local não era muito numerosa, houve uma política de atração de novos moradores para suprir a mão de obra nessas indústrias.

É possível inferir as vantagens de Extrema em relação a uma melhor eficiência da rede urbana, com a duplicação da rodovia, quando intensificou a industrialização seu PIB cresceu, alcançando quase 2 bilhões de reais, ocupando o quarto lugar dentre as cidades do Sul de Minas, em 2009 somou cerca de 1.390 bilhões de reais, havendo um crescimento de

mais de meio bilhão de reais, em apenas um ano. O gráfico a seguir apresenta os números de crescimento do PIB na última década no município, mostrando que ele triplicou em dez anos (Gráfico 2) (IBGE, 2018).

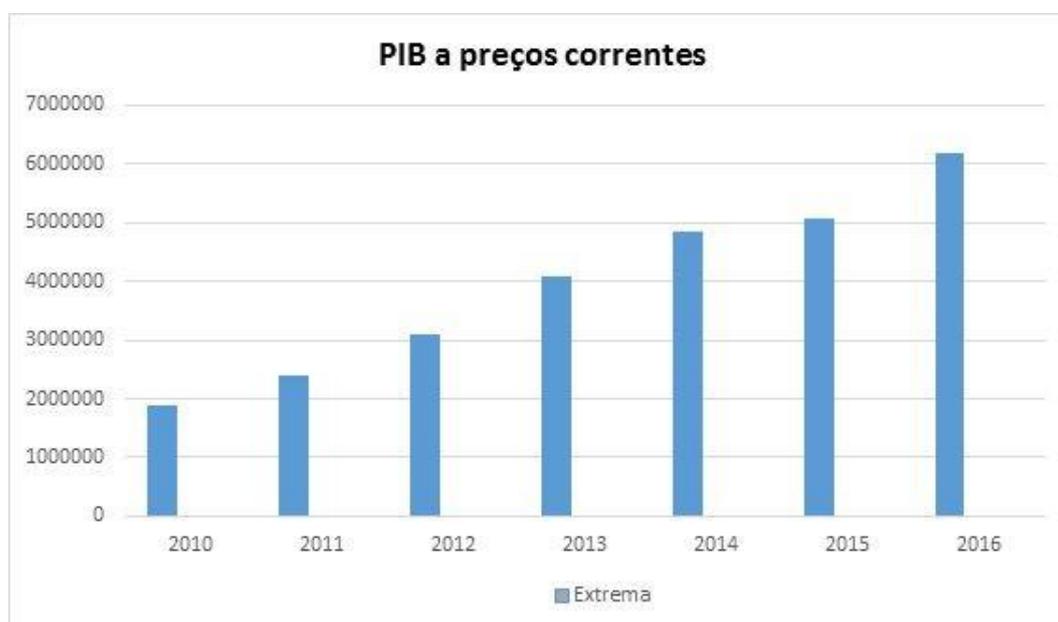


Gráfico 2 – PIB a preços correntes do município de Extrema

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018.

Segundo a Fundação João Pinheiro, em 2015 a cidade de Extrema ocupou o terceiro maior PIB *per capita* do Estado de Minas Gerais, devido ao alto desenvolvimento econômico obtido durante os últimos anos, as maiores propulsoras desse levantamento foram as indústrias localizadas no município e também a prestação de serviços que essas empresas trazem consigo (Quadro 2).

Quadro 2 - Posição estadual do município de Extrema – MG, em relação ao PIB per capita e população em 2015

Município	PIB per capita (R\$)	Posição (MG)	População
Araporã	200.226	1	6.657
São Gonçalo do Rio Abaixo	169.568	2	10.588
Extrema	153.745	3	33.082
Confins	121.530	4	6.478
Jeceaba	114.764	5	5.294

Fontes: Fundação João Pinheiro, 2017.

O historiador e atual vereador Danilo de Moraes, afirmou que a duplicação da Rodovia Fernão Dias foi fundamental para que houvesse o crescimento da cidade.

Se a gente conversa com qualquer pessoa que tem mais de 40, 50 anos, assim, é muito nítido para ela a quantidade de acidentes de trânsito que a partir de um determinado horário tinha, então o fluxo de veículos lá era muito menor, a

possibilidade de você escoar, então assim Extrema, hoje, tem uma quantidade imensa e esse é o principal vetor hoje, as empresas constroem galpões aqui para servir como apoio logístico, porque você tira nota, enfim, a partir da empresa, do corpo da empresa, do setor da empresa daqui e você manda para outros locais, então embora Extrema produza muito, tem muitas empresas que utilizam como um elemento logístico, então assim, sem uma rodovia não tem como você escoar nada

Na vista aérea da cidade de Extrema na Figura 2 aparecem os dois traçados da Rodovia Fernão Dias, à direita o antigo traçado incorporado à malha urbana, e à esquerda, o novo traçado já duplicado, atraindo novas expansões.

Nesse sentido, vemos que a duplicação da rodovia teve sua relevância no processo de crescimento e industrialização da cidade, contudo não se pode deixar de considerar diversos outros fatores que acompanharam essa transformação, sobretudo o político, que estimulou a expansão por meio da atração de empresas.

A política de desenvolvimento do município de Extrema

Como salienta Corrêa (1999), as elites locais podem exercer um papel decisivo em estimular o crescimento das cidades pequenas aproveitando oportunidades no mercado com base em alguma especialização produtiva, induzida de fora ou criada internamente:

São, em muitos casos, atividades industriais criadas no bojo da expansão do capital produtivo por meio de filiais localizadas não apenas em grandes e médios centros urbanos, mas também em pequenos núcleos em razão de fatores locacionais positivos, entre eles a existência de uma boa infra-estrutura e de uma força de trabalho "politicamente correta". As especializações produtivas podem também ser criações das elites locais que necessitam encontrar outras atividades que lhes permitam manter-se como tais. Podem ainda ser o resultado da ação de grupos sociais emergentes que dispõem de um potencial de habilidades técnicas apreendidas a partir de práticas em outras atividades (CORRÊA, 1999, p. 50).

Um dos principais atores políticos responsáveis pelas mudanças nas últimas décadas em Extrema foi o médico Luiz Carlos Bergamin. Natural da cidade de Londrina no Paraná, chegou com sua família em Extrema em 1981, com o propósito de comprar parte do Hospital Maternidade São Lucas.

No ano de 1987, Luiz Bergamin filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e em 1988 é eleito prefeito da cidade de Extrema. Ele ficou no governo durante 28 anos, nesse período revezou a administração com Sebastião Antônio Camargo Rossi, um de seus sócios no hospital.

O médico teve uma grande influência nessa fase, visto que o distrito industrial da cidade se concretizou em seu mandato. O antigo prefeito conquistou popularidade, com o

aumento do número de empregos, melhorias da educação, da saúde e infraestrutura da cidade. Isso só pôde acontecer devido ao investimento que a administração conseguiu com o governo do estado de Minas Gerais.

Em entrevista com o ex-prefeito Luiz Bergamin, foi perguntado se houve alguma estratégia política de sua administração para que ocorresse um rápido crescimento econômico do município. Segundo este, a duplicação da rodovia foi um dos grandes impulsos que levou a cidade ter esse desenvolvimento, porém cita outros fatores, especialmente a questão fiscal, que contribuíram com esse processo.

[...] quando eu comecei a administrar, era uma cidade de 10 mil habitantes que não tinha praticamente oportunidade para ninguém [...] E também não tinha dinheiro em parte de arrecadação municipal, era uma cidade praticamente esquecida em Minas Gerais, [...] quando nós começamos a administrar Extrema, o que nós enxergamos, eu e o Dr. Sebastião, que Extrema tinha uma localização estratégica maravilhosa, que tava a 100 km de São Paulo. [...] sempre existiu na parte tributária uma guerra fiscal no Brasil. [...] então toda vez que você exporta, você recolhe só 12%, se você vender dentro do estado é 18% que você tem que recolher de imposto, quando você exporta, você tá aqui em Minas e você exporta para São Paulo, você recolhe só 12, se deixa de pagar 6%, esse 6% no seu produto, [...] você está exportando para São Paulo, mas você tem um raio de 150 km, que tem 35 milhões de pessoas para consumir, então se uma empresa é colocada em Minas, você exportaria por 12, como se fosse dentro de São Paulo e você gastaria pouco frete, pouco transporte, então você teria muito mais condições de você baratear seu produto para chegar no seu consumidor. [...] E foi dessa maneira que nós conseguimos enxergar isso, vendo Extrema em um posicionamento estratégico maravilhoso, e que nós começamos a trabalhar na industrialização de Extrema, porque além da industrialização, [...] daria oportunidade de emprego a todos os extremenses e não só os extremenses como toda a redondeza [...]. E não só isso, aumentaria através do ICMS a arrecadação municipal [...], toda vez que recolhe o VAF, valor adicionado fiscal, que é o ICMS, um 'bum' de toda cidade no estado, você tem aí sua porcentagem e em cima dessa porcentagem [...]. Todo o ICMS recolhido no estado, 39% fica para a parte federal 39% desse imposto fica para o estadual e 22% para o município [...]. Praticamente quanto mais empresas você tiver, mais ICMS você vai recolher, o estado [...] vai passar os 22% para o município, é desta maneira que nós saímos de uma arrecadação pífia, era muito ruim, cedendo para uma arrecadação hoje de praticamente 300 milhões de reais por ano, [...], toda vez que você vai administrar, [...], o dinheiro não é tudo, você tem que ter um time administrativo, mas você tem que ter o dinheiro, então do modo que nós estávamos lá em 88, como eu peguei a prefeitura, uma prefeitura sem condições nenhuma da parte monetária, devendo para todo mundo [...] nós fomos melhorando essa arrecadação e logicamente a partir do momento que nós começamos a ter dinheiro, nós começamos a embasar toda a nossa cidade de infraestrutura necessária para dar qualidade de vida para o nosso povo, [...]. (BERGAMIN, 68 anos, entrevista concedida no dia 14 de novembro de 2018)

Dessa forma, vemos que a administração de Luiz Bergamin foi voltada para o crescimento industrial da cidade, pois considerando a localização favorável, essa seria a melhor alternativa para acelerar o desenvolvimento, tanto econômico, como social.

Para o historiador e vereador Danilo de Moraes, os governantes de Extrema tiveram um ponto de vista estratégico para induzir o crescimento da cidade.

[...] Então assim, a perspectiva que eu tenho, eu acho que Extrema teve alguns benefícios, por vários motivos, primeiro a questão geográfica, Extrema está em um ponto que é o extremo sul do estado, divisa com São Paulo, que é o centro do desenvolvimento do país [...]. A partir, sobretudo, do final da década de 80 e começo da década de 90, ocorreram várias mudanças aqui no nosso país, primeiro foi a questão da Constituição, (...), todos os municípios do país tiveram status de ente federativo e isso fez com que o município passasse a receber diretamente recursos, então isso fez com que a administração dos municípios tivesse um grande ganho, isso ajudou na administração. Foi exatamente no mesmo momento que o prefeito foi eleito, o Dr. Luiz, que teve uma história longa de praticamente 30 anos na política da cidade, e ele manteve uma política e ele começou a dar início com um tipo de política de desenvolvimento econômico que ainda está de pé, até hoje. Ele não trouxe as primeiras indústrias para cá, foram os prefeitos anteriores, ele não trouxe as primeira empresas, mas a ideia de fomentar as empresas pra cá, foi uma coisa que a administração do Bergamin colocou como meta, então ele foi fomentando isso por intermédio de doações diárias, de terrenos de incentivos e isso ocorreu também no momento que o Estado de Minas começou a oferecer mais garantias, então assim, a guerra fiscal ficou instalada no país, e aí Minas para fomentar a industrialização oferece um ICMS menor, então as empresas têm interesse de vim pra cá, porque você paga menos impostos, então elas vem pra cá por isso, e aí Extrema está no eixo que é fundamental, porque ela tá em um eixo São Paulo e BH, Campinas, região de Taubaté, com um centro tecnológico, então Extrema é ótima em termo de localização e é fácil você escoar algo que vem pra cá, então acho que a administração, o prefeito percebeu isso daí e aproveitou isso em benefício da cidade, em termos de indústria, então acho que teve esse olhar. (MORAIS, 30 anos, entrevista concedida no dia 13 de novembro de 2018)

Assim, conseguimos entender que as políticas implementadas no município tiveram um caráter estratégico focado no crescimento industrial, sendo visto como o principal meio de arrecadar impostos e estimular o crescimento econômico.

Um ponto a ser levantado seria o motivo das cidades vizinhas não terem acompanhado essa evolução, pois a localização de outros centros é bem parecida com a do município de Extrema, segundo o antigo prefeito:

[...] vou te dar um exemplo muito claro, a cidade que comandou a nossa cidade desde do início de 1900 foi Camanducaia, é a cidade mais velha aqui na nossa região e ela comandou todas as cidades aqui em volta, só que ela ficou do mesmo tamanhozinho, Pouso Alegre se fosse tudo igual, Pouso Alegre seria em Camanducaia e não a 100 quilômetros. (BERGAMIN, 68 anos, entrevista concedida no dia 14 de novembro de 2018)

Com isso ele justifica que as cidades ao redor não tiveram o mesmo investimento que Extrema, pois não tiveram a mesma visão política de crescimento e que não houve uma estratégia para que atingissem uma rápida evolução como aconteceu na cidade de Extrema.

Essas ações demonstram como o fator político, com destaque para as ações das elites locais, pode induzir o crescimento de uma cidade a partir de determinadas oportunidades no mercado e a inserir de forma mais competitiva na rede urbana globalizada, embora não desprovidas de impactos, especialmente a aumento das desigualdades socioespaciais não só entre as cidades mas também em seu espaço intra-urbano, conforme discutiremos a seguir.

As consequências de uma rápida expansão urbana

Sposito (2007) considera que a reestruturação produtiva que as cidades vêm passando mais recentemente tem como uma de suas principais consequências o aumento das disparidades socioespaciais:

Além disso, a alteração das lógicas de estruturação das cidades tem promovido a ampliação das desigualdades socioespaciais. Têm sido reforçadas dinâmicas de segregação herdadas de períodos anteriores e se iniciado, em alguns casos, processos de estruturação que apontam para a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial [...]. (SPOSITO, 2007, p. 244).

Um exemplo relacionado a esse problema é a especulação imobiliária, que aproveitou o crescimento da cidade para obter rendas elevadas, supervalorizando os terrenos e segregando ainda mais a população de menor poder aquisitivo. Para Villaça (1998), a “moderna incorporação imobiliária” tem com o objetivo de usar o capital para transformar qualquer espaço em mercadoria.

Quanto à forma urbana, a mais notável transformação que vem sendo produzida pela moderna incorporação imobiliária se refere ao porte dos empreendimentos, mais do que à forma da casa. Com a concentração de capital nos setores imobiliário e financeiro, grandes massas de capital tornam-se disponíveis e isso exige empreendimentos de porte cada vez maiores e mais complexos. Em sua tendência de tudo transformar em mercadoria, o capitalismo tudo tem feito para transformar o ‘ponto’ em mercadoria. Esta, aliás, é a força central que move o capital imobiliário: a busca sem fim - o objetivo nunca será alcançado - de ‘produzir o ponto’ (VILLAÇA, 1998, p.185).

Logo, percebemos que o mercado imobiliário está em constante movimento, projetando uma visão futura e até mesmo modificando as funcionalidades de um lugar para garantir elevados lucros. Na visão de muitos corretores de imóveis em Extrema, a especulação imobiliária não existe, o corretor Marcelo Yoshio que está no ramo há 23 anos e é proprietário da Imobiliária Fugi, acredita que: “[...] não é uma especulação, mas posso dizer que é um investimento” (YOSHIO, 50 anos, entrevista concedida no dia 13 de novembro de 2018).

O corretor Eduardo Alan Cardoso Passos, que trabalha há cinco anos como corretor e é proprietário da Imobiliária Eduardo A. C. Passos, também afirma: “[...] não vejo como especulação, vejo que muitos investidores têm investido pesado no município” (PASSOS, 45 anos, entrevista concedida no dia 14 de novembro de 2018).

Já o corretor Bruno Shindi Kurihara, que está no ramo há 5 anos, mas que também é funcionário da Imobiliária Fuji, tem uma outra visão sobre a especulação.

[...] vejo que sim. A especulação imobiliária pode causar falta de produto no mercado futuro do município, no atual mercado imobiliário de Extrema, acho difícil acontecer, pois como o município vem crescendo muito, a oferta de imóveis é muito grande. Mas em um futuro distante, a especulação pode se tornar um problema para o município, pois serão estes detentores de imóveis que irão ditar o valor de mercado. (SHINDI, 23 anos, entrevista concedida no dia 13 de novembro de 2018)

Para ele existe sim uma supervalorização dos terrenos, contudo isso é algo que não acontece atualmente no município de Extrema, mas é uma situação que um dia a cidade poderá enfrentar. Logicamente, que quando se fala desse assunto para um profissional da área, a resposta que temos é que a especulação imobiliária é um processo que não existe ou que não afeta aquele local onde ele atua. Então quando se tem uma supervalorização dos imóveis, é visto como uma valorização do seu trabalho, contudo esse pensamento se torna algo individualista, já que no caso de Extrema, onde muitas pessoas que procuram se instalar, são da classe trabalhadora, chegando com o objetivo de se empregar principalmente nas empresas.

No ponto de vista do ex-prefeito Luiz Bergamin, a questão imobiliária é algo que acompanhou o desenvolvimento do município. A partir da fala do antigo prefeito, vemos que ele entende que há especulação imobiliária na cidade, contudo o poder público precisa agir para esse artifício não se tornar algo que atinja diretamente a população mais pobre:

[...] quando você tem um aumento da população, o que você tem que tomar muito cuidado, quando você faz essa imigração em massa e dando oportunidade, você tem que tá muito bem alicerçado no quesito habitacional, pra não criar as favelas e foi o que nós fizemos né?! Nesse período que eu e o Sebastião, nesses 28 anos que nós administramos, o que nós não descuidamos nunca, foi na parte habitacional, então nós temos aí praticamente umas 2000 casas populares, que nós fizemos em trabalho ou com a Caixa ou sozinho mesmo e 3000 cestas de materiais de construção pro nosso povo, para melhorar a casa. (...). Por outro lado aquela população que é mais abastada o que ela fez? Ela começou a desenvolver um monte de loteamento (...), que hoje os corretores estão conseguindo vender, essa população veio junto com as empresas, os executivos, o cara que ganha em melhores condições e hoje compra um lote pra fazer sua casa aqui, nós temos hoje, a parte que mais se desenvolveu foram as imobiliárias, hoje nós temos umas 35 imobiliárias, isso mostra as condições de oportunidade que existiram de fazer esse negócio aqui hoje e não só isso, junto com a venda do lote vem o aumento de número de casas de materiais de construção, vem trabalho de pedreiro que você não acha, ajudante você não acha, você não acha nada hoje, Extrema realmente ela tá em um ponto fora da curva no nosso país (BERGAMIN, 68 anos, entrevista concedida no dia 14 de novembro de 2018)

Desse modo, o antigo prefeito consegue enxergar a desigualdade e também quais são os locais onde residem cada classe econômica, contudo, para ele a construção das casas populares oferece uma melhor condição de vida para a população mais pobre, o que ajuda a diminuir a segregação.

Para Villaça (1998, p. 143), “[...] o que determina, em uma região, a segregação de uma classe é a concentração significativa dessa classe mais do que em qualquer outra região [...]”, isso aponta que quando se constrói casas populares em uma local distante e destinado apenas para isso, a segregação só tende a crescer, isso acaba acontecendo nos loteamentos destinados à classe com renda mais alta, afirmando que “ a segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo a segregação de outros.” (VILLAÇA, 1998, p. 148).

Para os corretores entrevistados a desigualdade social é algo que atinge todos os lugares e, mesmo não acreditando na especulação imobiliária, conseguem visualizar essa diferença de classe dentro do município causada pela expansão imobiliária, a visão do corretor Bruno Shindi sobre a desigualdade social é:

[...] acho que cada vez mais aumenta a desigualdade social, pois como os imóveis constantemente sofrem a valorização, cada vez mais o poder de compra da população diminui. A inflação que os imóveis sofrem em Extrema, é muito superior ao aumento de salário da maioria. (SHINDI, 23 anos, entrevista concedida no dia 13 de novembro de 2018)

Já para o corretor Eduardo Passos enxerga a desigualdade social na cidade, afirmando que: “[...] a desigualdade existe, porém a cidade oferece muita oportunidade, vai da pessoa se esforçar, se profissionalizar e buscar seu espaço.” (PASSOS, 45 anos, entrevista concedida no dia 14 de novembro de 2018)

A partir dessas declarações, entendemos que há uma certa dificuldade de observar que as oportunidades não são iguais para todos e isso que traz o aumento da desigualdade em qualquer lugar, em Extrema não é diferente, há sim oportunidades de emprego, mas até que ponto esse emprego é suficiente ou valorizado? Os mais pobres sofrem exatamente com isso, os empregos oferecidos para essa classe nem sempre são aqueles que satisfazem suas necessidades, o custo de vida na cidade não é baixo, mesmo tendo o auxílio social, tanto municipal como federal, não é o suficiente e isso mostra como está aumentando a diferença de classes.

Para Carlos da Silva Couto que mora na casa popular, sua visão é:

[...] moro em Extrema já faz uns 15 anos, consegui essa casinha não faz muito tempo, vim pra trabalhar na empresa. O meu salário não é muita coisa, mas como não preciso pagar o aluguel consigo me virar, minha esposa também trabalha, como faxineira, então acaba ajudando. [...] escola nunca faltou, saúde também não, dá onde eu vim não tinha uma saúde boa como tem aqui, [...] precisa melhorar um pouco, porque ainda a gente tem que esperar, mas em todos os bairros tem um postinho que atende a gente, demora um pouco mais a gente sempre consegue passar com o médico. A cidade é boa, dá pra viver bem, lá no nordeste não era

assim, eu nem conseguia arrumar emprego (COUTO, 39 anos, morador do bairro Tenentes I, entrevista concedida no dia 23 de dezembro de 2018).

As empresas localizadas em Extrema trouxeram muitos empregos e oportunidades, sendo assim, muitas pessoas que se mudaram para lá, foram em busca de trabalho, contudo o município sofre com a desigualdade social que se acentuou com o crescimento econômico. Já para Antônio Dirceu Marcato, de 63 anos, morador do condomínio Recanto das Águas, Extrema lhe chamou a atenção por outro motivo, aposentado procurava um lugar tranquilo para morar e acabou conhecendo a cidade através de um amigo.

[...] moro em Extrema há três anos, antes eu morava em Santo André [...] há 30 anos atrás um amigo me trouxe pra conhecer a cidade, [...] a natureza daqui me encantou, [...] aí pensei: quando eu me aposentar vou vim pra cá, [...] a cidade era feia, a Fernão Dias era horrível, mas o clima me encantou, a beleza da natureza me deixou encantado. [...] depois de um tempo por coincidência uma tia minha veio morar pra cá, [...] quando me aposentei, pensei: vou fazer o que agora? Vou pra onde? Ficar em Santo André não dava, onde eu morava virou uma avenida, tava perigoso [...] Ai lembrei de Extrema e comecei a pesquisar, o que tinha melhorado, as indústrias que tinham vindo pra cá, falei com a minha tia [...] saí de lá com a mentalidade, vou ver se encontro um condomínio pra morar, tem mais segurança [...] ai que eu descobri o condomínio Recanto das Águas, [...], fui atrás de um condomínio por causa da segurança, em Santo André eu já fui assaltado, não queria mais isso (MARCATO, 63 anos, morador do condomínio Recanto das Águas, entrevista concedida no dia 27 de dezembro de 2018).

As pessoas que residem nos condomínios horizontais fechados geralmente procuram um lugar mais seguro, ou a sua sensação, para M.C. uma moradora (não quis ser identificada) de 65 anos, do condomínio Recanto das Águas, o residencial oferece uma segurança e uma tranquilidade que na sua visão não se pode ser encontrado fora dali.

[...] aqui no condomínio eu encontro tranquilidade e segurança. Eu sei que a cidade é segura, mas prefiro não arriscar, aqui eu posso ficar tranquila, meus netos podem brincar na rua, fora daqui não consigo isso, [...] faz tempo que estou aqui em Extrema e quando me aposentei decidi mudar pro condomínio [...]. Extrema tem muito o que melhorar, tem coisa que precisa se feita, como a questão da segurança, é boa, mas tem que melhorar, pra ninguém precisar se mudar pra um condomínio, eu morava no centro da cidade, agora não consigo mais, então acho que precisa ser mais segura a cidade. (M.C., 64 anos, moradora do condomínio Recanto das Águas, entrevista concedida no dia 27 de dezembro de 2018).

Os condomínios horizontais fechados constituem novos produtos lançados pelo mercado imobiliário e, nesse sentido, novas formas de consumo do espaço, em que são preconizados mais espaços verdes, áreas de lazer e maior segurança. Porém, essas novas formas residenciais de alto padrão apontam para a fragmentação do espaço urbano, pois são áreas exclusivas, de alto valor, que impossibilitam o acesso da população de menor renda, a qual é obrigada a buscar locais mais distantes, carentes de infraestrutura e serviços.

A moradora Vilma Pereira, recém chegada do norte de Minas, afirma que em Extrema tem muitas oportunidades, porém algumas coisas precisam melhorar.

[...] moro aqui há pouco tempo, vim pra trabalhar na empresa, da onde eu vim não tinha quase nada de oportunidade, sou do norte de Minas. [...] Aqui eu consegui emprego e meus filhos conseguiram ir pra escola, isso é o mais importante. [...] Acho que Extrema é um bom lugar pra morar e trabalhar. [...]. Moro de aluguel, não é barato, acho que precisa melhorar nisso, ajudar mais os pobres, porque quem mora a pouco tempo, não consegue casa muito rápido, demora, então tem que pagar aluguel, não é fácil, mas tem muita coisa aqui que é boa, só precisa melhorar nisso. [...] Acredito que daqui um tempo tudo vai tá bom, pra todos. (PEREIRA, 47 anos, moradora do bairro Bela Vista, entrevista concedida no dia 23 de dezembro de 2018)

Sendo assim, é possível notar que cada um tem um posicionamento diferente em relação ao crescimento do município, o antigo prefeito tem um pensamento mais voltado ao território, com aumento dos loteamentos e o avanço da economia, já o vereador Danilo tem um olhar mais o social, voltado para a educação, base principal para que o restante consiga se desenvolver. Os corretores pensam na área turística, pois fará com que mais pessoas conheçam o local, constituindo-se potenciais compradores, e apontam também para uma maior diversificação da economia do município.

A todo momento estão chegando novas empresas, oferecendo mais trabalho e novas oportunidades, sendo assim o caminho do município ainda é muito longo, precisa melhorar em muitas condições e enfrentar inúmeros problemas, como a desigualdade social que é bem presente, contudo, pode-se dizer que Extrema está evoluindo cada vez mais sua economia, porém não se pode deixar de lado o desenvolvimento social, que muitas vezes é visto de forma estratégica por aqueles que estão no poder.

Considerações finais

Após o desenvolvimento da pesquisa, podemos concluir que o município de Extrema está intensificando o processo de urbanização, a partir do qual uma nova organização territorial está em andamento, juntamente com o crescimento populacional.

Considerando que o seu processo de crescimento, apontando a transição de uma cidade pequena para uma de porte médio, porém algumas características ainda estão estagnadas, caracterizando mais ainda esse processo irregular que o município está sofrendo. Com toda essa dinâmica colocada pelo processo de urbanização, a especulação imobiliária está aumentando, assim deixando os terrenos mais valorizados, logo, o número de

loteamentos vem crescendo de forma impressionante, assim aumentando ainda mais a população residente na cidade, mas de um modo igualmente desigual.

Parte dessa mudança vem com os interesses comerciais dos proprietários de terra, e também das empresas que visam se instalar na cidade, já que o capital empresarial vem sendo o maior aliado deste processo de crescimento, mostrando ainda mais que o município está sendo um meio para a função de desconcentração. Como resultado, ampliam-se as desigualdades sociais e econômicas, mesmo a cidade proporcionando uma melhora na qualidade de vida da população. A duplicação da Rodovia Fernão Dias é um dos principais fatores que contribuíram para que houvesse esse rápido crescimento, favorecendo a classe de menor renda, mas também as classes média e alta, oferecendo oportunidades diferentes em relação a uma qualidade de vida melhor.

Extrema conseguiu se inserir na rede urbana de forma competitiva, em função da especialização produtiva, da atração de empresas, mas é preciso também diversificar a economia, pois diante da guerra fiscal, essas empresas podem sair para outros lugares que se tornam mais vantajosos, com isso a dependência de apenas um setor econômico, são necessárias novas funcionalidades, para se renovar.

Contudo a cidade de Extrema está se organizando e se adaptando com as transformações econômicas, sociais e políticas, com isso busca superar as contradições que esse processo mais recente de urbanização acentuou, visando diminuir a desigualdade e a segregação social, mostrando mesmo com inúmeras dificuldades, que precisam ser superadas.

A cidade expressa a diferença entre crescimento e desenvolvimento; nota-se que Extrema sendo uma cidade pequena que está crescendo de forma rápida, começa a apresentar problemas de cidades maiores, como especulação, déficit habitacional, maiores desigualdades socioeconômicas, com isso precisa ter mais atenção em relação a esses problemas, para que eles não aumentem e afetem ainda mais os moradores desse local.

Referências

ANDRADE, Alexandre Carvalho de. **Pouso Alegre (MG):** expansão urbana e as dinâmicas socioespaciais em uma cidade média. Tese de Doutorado em Geografia - Unesp, Rio Claro - SP, 2014, 300 p.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, p. 05-12, 2011.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n.6, p.43-53, jan/jun. 1999.

DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, Amalia Inés Geraides et all. **América Latina: cidade, campo e turismo**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

FONSECA, Carlos Eduardo. O crescimento e a expansão urbana e industrial no município de Extrema, Minas Gerais, a partir da duplicação da Rodovia Fernão Dias, BR 381. São Paulo: PUC, 2009. 119 p. v. 1.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**: Extrema/MG. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/>. Acesso em: 16 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Produto Interno Bruto dos Municípios: Tabelas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-p-roduto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=9089&t=resultados> Acesso em 26 de nov. 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática -SIDRA**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/>. Acesso em: 21 jun. 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Produto Interno Bruto dos Municípios de Minas Gerais: 2015**. Diretoria de Estatística e Informações. Belo Horizonte: FJP, 2017.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Rodovias**. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pagina/rodovias#:~:text=Minas%20Gerais%20tem%20a%20maior,272.062%2C90%20km%20de%20rodovias>. Acesso em 16 jul. 2022.

RIBEIRO, André. **Uma janela para a serra**: a história de Extrema: portal de Minas. Extrema: Compace, 2008. 478 p. v. 1.

SPOSITO, Eliseo Savério. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades Médias**: Reestruturação das cidades médias e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). **Cidades Médias**: Espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 233-253.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

A cidade pequena e sua relação com a cidade Média: o caso da cidade pequena de Paraguaçu - MG no contexto da globalização

André de Paula Silva²⁰
Sandra de Castro de Azevedo²¹

Introdução

Durante muito tempo no mundo acadêmico as cidades pequenas e médias não eram consideradas importantes objetos de estudos da ciência geográfica, pois o foco dos estudos eram preferencialmente as cidades grandes e as metrópoles, fato que contribuiu para o processo de desvalorização das cidades médias e principalmente das cidades pequenas que eram estereotipadas de uma única forma, um lugar calmo, pacato e atrasado.

Abordar cidades médias e pequenas na atualidade é uma tarefa de grande relevância. A dimensão que tais aglomerações urbanas têm tomado no cenário atual, principalmente mediado pelo processo de globalização econômica, vem se acentuando constantemente. Conforme Damiani (2010), as políticas neoliberais a partir da década de 1980, influenciadas por tal processo de globalização, surgiram com o intuito de desconcentrar as políticas urbanas para menores aglomerações.

Assim, o principal objetivo do presente estudo é evidenciar a importância das cidades médias e pequenas no contexto da globalização e suas respectivas funções nessa conjuntura, tendo como base a cidade pequena de Paraguaçu – MG e a cidade média de Alfenas – MG, ambas localizadas na região sul/sudoeste do estado de Minas Gerais. Para tanto, foi realizada análise bibliográfica sobre a temática e coleta de dados secundários do IBGE para balizar de forma adequada esta pesquisa e cumprir seus objetivos.

Na era globalizada em que vivemos fica cada vez mais complexo pensar que as relações espaciais possam ser isoladas. Diante deste contexto este texto parte de uma breve compreensão do processo de globalização e sua influência nas dinâmicas das cidades pequenas e médias, posteriormente é realizado um recorte espacial com objetivo de aprofundar a discussão sobre as cidades pequenas e médias de Minas Gerais, para embasar a

²⁰ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas - MG e Professor da Educação Básica no Estado de Minas Gerais. E-mail: andre.paula@sou.unifal-mg.edu.br

²¹ Professora Doutora na Universidade Federal de Alfenas – MG. E-mail: Sandra.azevedo@unifal-mg.edu.br

análise que segue da cidade pequena de Paraguaçu e da cidade Média de Alfenas, finalizando com uma análise da dinâmica que envolve as duas cidades.

Esse texto que é resultado de uma pesquisa de mestrado contribui para ampliar o entendimento e as discussões sobre a diversidade das cidades médias e pequenas.

Cidades pequenas e médias na perspectiva da globalização

Após o capitalismo financeiro e a evolução das comunicações, pode se dizer que de uma forma ou de outra os elos financeiros internacionais fizeram com que a hierarquia e até mesmo a rede urbana fossem repensadas, configurando uma nova dinâmica.

O período atual da globalização define possibilidades de contatos múltiplos entre cidades de todas as dimensões e define uma simultaneidade de comunicação ou uma rede intrincada de relacionamentos, rompendo as estritas hierarquias e, portanto, deve determinar a reconsideração das hierarquias como tradicionalmente propostas: há elos financeiros de agentes financeiros internacionais em toda e qualquer cidade. O planejamento nacional foi substituído por planejamentos estratégicos, envolvendo redes de cidades; cidades estas de mais de um tamanho, num elo direto, sem intermediações assentadas nas hierarquias. Milton Santos em *O espaço dividido* fala da explosão das mesmas, com a globalização (DAMIANI, 2006, p. 136).

Partindo deste princípio, a autora ainda explana sobre a descentralização oriunda do processo de globalização em que tanto cidades pequenas como médias tomam maior atenção nas políticas públicas em relação às grandes cidades. Segundo a mesma, essa descentralização vem a partir dos anos de 1980 para corresponder às demandas das políticas neoliberais, em que estas demandas além de se preocuparem com as políticas econômicas, educacionais, entre outras, passaram também a influenciar as políticas urbanas.

A considerar a reorientação das políticas do Banco Mundial, que passam a utilizar, nos anos de 1980, a estratégia da gestão urbana descentralizada, “privilegiando o local, mais que o nacional, e as pequenas cidades em relação às grandes cidades”, paradoxalmente equivale a um “enquadramento cada vez mais pesado dos aparelhos institucionais de gestão da cidade”, em todas as escalas territoriais (Osmont, 1995: 147). Trata-se de um tratamento da cidade como entidade social e política, comportando “o desenvolvimento municipal, apoiando-se na gestão urbana local” (Osmont, 1995: 8). (DAMIANI, 2006, p. 141).

A partir do momento em que a gestão das cidades também foi incorporada a esse processo global, mais do que nunca fica evidente a participação das cidades pequenas e médias no cenário global, em que suas estruturas e políticas de desenvolvimento passam a responder a conjuntura macroeconômica nacional e conseqüentemente global.

Ou seja, pelas demandas e interesses neoliberais globais, tem-se nas políticas urbanas uma estruturação na escala local, mostrando a importância destas cidades nessa conjuntura.

Os projetos de desenvolvimento municipal remetem a políticas neoliberais, que definem desengajamento dos Estados, uma mutação do modelo tecnocrático centralizado, mas também equivalem à desconcentração dos poderes técnicos, até mesmo descentralização política, administrativa e orçamentária. Constituem-se as “hierarquias administradas”, definindo, sobretudo, os termos da “governança” local, da organização que permitirá produzir uma cidade cujo funcionamento será conforme ao que se espera num conjunto macroeconômico nacional reestruturado” (Osmont, 1995: 281), e que envolve conceber projetos urbanos, cuja base é o tratamento da cidade como empresa-cidade. Dos 571 municípios no Estado de São Paulo, do final dos anos 1970, passa-se, nos anos 90, a 645 municípios paulistas. Situação que coincide com o avanço da agroindústria para a exportação e a desconcentração industrial, de modo geral, portanto, com a ampliação e intensificação dos processos de capitalização em todo o estado (DAMIANI, 2006, p. 141).

Sposito (2010), designando a inserção das cidades pequenas e médias na atual conjuntura da globalização como induzido e o desenvolvimento do modo de produção capitalista como indutor, mostra a importância tanto de cidades pequenas como médias no contexto atual. Nesse sentido, as cidades médias e pequenas se configuram como induzido não apenas por si próprias, mas também pelas suas dinâmicas espaciais e pelos seus papéis nas redes urbanas, sendo, então, a base para o indutor, ou seja, o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Entretanto, é importante lembrar que esse processo não se dá de forma única, pois cada território tem suas singularidades e ressignificações.

A partir desse recorte analítico, tomamos as cidades médias e pequenas como o induzido e o desenvolvimento do modo de produção capitalista como indutor, mas não apenas isso, porque a redefinição dos papéis dessas cidades (na escala dos sistemas urbanos) e de suas dinâmicas de reestruturação espacial (escala das cidades e dos aglomerados urbanos) são a base, a partir da qual o movimento se torna possível e o vetor se realiza, ainda que não de forma homogênea e, tampouco, com a mesma intensidade em todos os territórios (SPOSITO, 2010, p. 61).

Dentro desta discussão da não homogeneização das cidades pequenas e médias, Moreira Júnior ao analisar a região metropolitana de Campinas afirma que,

O que mostra que, além das cidades médias, as cidades pequenas também tomam devida importância, tanto nas áreas metropolitanas como não metropolitanas, se inserindo em contextos diferentes, como expõe, Moreira Júnior (2014), sobre as cidades pequenas da Região Metropolitana de Campinas. De uma maneira geral, explorar mesmo que sucintamente, o perfil das regiões metropolitanas do país serve para confirmar um fato: a cidade pequena é uma experiência urbana presente em todas as porções do território nacional, seja em áreas metropolitanas ou não. São diversas e repletas de especificidades. Algumas são tipicamente rurais ou agrícolas; outras são industriais; outras históricas; outras turísticas; algumas podem ser consideradas “mortas” (LOBATO, 1995) ou “imaginárias” (VEIGA, 2002); outras possuem características múltiplas. Mas, todas são pequenas e, assim, têm permanecido, apesar de muitas serem esquecidas, seja pelos teóricos que pensam o espaço, seja pelos políticos e suas políticas. Ou, simplesmente, porque elas não têm expressão política. Se estão, em maior número, em áreas não metropolitanas, também não deixam de marcar presença nas regiões metropolitanas do país. Esta amplitude de cenários deixa explícito que o caso de cidades pequenas na região de Campinas não é uma exceção (MOREIRA JÚNIOR, 2014, p. 83).

Como é possível notar até mesmo na Região Sul/Sudoeste de Minas Gerais, em que Andrade (2018), tratando sobre a região de influência da cidade média de Pouso Alegre, evidencia sua importância na rede urbana da Região Sul/Sudoeste de Minas e também, ao explicar sobre as cidades médias desta região, as quais somam um total de sete, ainda mostra a cidade de Alfenas – MG, uma das cidades onde a presente pesquisa irá se debruçar, incluída neste conjunto.

Dentre as cidades médias do Sul de Minas, Pouso Alegre foi a que apresentou maior evolução na hierarquia urbana regional, no período entre a primeira classificação das regiões de influências das cidades (1966) até a mais recente (2007). Na primeira classificação, Pouso Alegre era considerada como um “Centro Sub-Regional A”, na de 2007 foi definida como “Capital Regional C”, mesma posição de Varginha, sendo estas as duas de maior centralidade na região (IBGE: Região de Influência das Cidades, 2007). Historicamente a rede urbana do Sul de Minas é estruturada em cidades médias, tais como Alfenas, Itajubá, Lavras, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Varginha, sendo estas as de maior importância econômica, as mais populosas, e de maior hierarquia na rede urbana regional (ANDRADE, 2014). (ANDRADE, 2018, p. 130).

Com isso, o autor ainda afirma da maior centralidade exercida pelas cidades de Varginha e Pouso Alegre, mostrando uma maior importância destas cidades na hierarquia urbana da região. Ainda tratando de Pouso Alegre, Andrade (2018) deixa claro que, assim como outras cidades médias, Pouso Alegre exerce tipicamente este papel. Isso se dá pelo fato de que ao mesmo tempo que a cidade exerce influência nas cidades da rede urbana que polariza, também é influenciada por grandes centros urbanos como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, ou seja, Pouso Alegre acaba exercendo um papel de articulação, propriamente dita, entre os grandes e pequenos centros urbanos e entre pequenos centros urbanos até suas redondezas, chegando então até as escalas locais.

A influência da capital regional varia de intensidade sobre cada município de sua hinterlândia, e isto é nítido se verificado a partir dos eixos. Todavia, é importante levar em conta que as cidades polarizadas por Pouso Alegre desenvolvem distintas relações com outras das cercanias e também com espaços externos a região, que são viabilizadas pelos sistemas de comunicações e transportes, e pelas lógicas das redes econômicas e sociais (SPOSITO, 2008). Para exemplificar esta situação, um morador do município de Gonçalves, que precise adquirir um produto industrializado não encontrado no comércio local, para usar em sua hospedaria, possivelmente irá recorrer ao comércio de Paraisópolis, ou mesmo de Itajubá e Pouso Alegre, cidades em maior posição hierárquica na rede urbana regional. Mas a divulgação de seu estabelecimento certamente visará não apenas os habitantes da região circunvizinha, e sim os mais diversos públicos, sem importar necessariamente com a procedência dos clientes. Nos setores industrial, comercial e financeiro esta situação pode envolver, inclusive, agentes externos ao próprio território nacional, como são os casos das multinacionais que possuem negócios na região (ANDRADE, 2018, p. 135).

Deixando claro, dessa maneira, que o global e o local possuem uma estreita relação dialética permeada de disputas e conflitos, conflitos estes que apesar de serem pensados em escala global, é na escala local que acabam se materializando, se articulando com os aspectos sociais, políticos, econômicos, culturas e educacionais, e as cidades médias executam um papel importante neste processo, atuando como mediadoras.

Isto posto, para entender melhor como as cidades médias e pequenas aqui trabalhadas se articulam entre as escalas global e local, torna-se fundamental conhecer suas dinâmicas econômicas, sociais e espaciais, o que será feito nos itens adiante.

Cidades Médias e Pequenas em Minas Gerais

Conforme o IBGE (2010), no estado de Minas Gerais, os municípios com até 500 mil habitantes somam um total de 849, ou seja, um percentual de 99,53% no total geral do número de municípios do estado e um percentual populacional de 79% da população total, como evidencia a tabela 1.

Tabela 1 - Percentual de participação da população das cidades de Minas Gerais no total geral da população em 2010.

Cidades	Participação no total geral da população em %
< 20.000	26,25
20.001 a 50.000	16,84
50.001 a 100.000	13,48
100.001 a 500.000	22,50
Mais de 500.000	20,92
Total	100

Fonte: Censo demográfico 2010, IBGE. Organizado pelo autor.

Como é possível notar, esmiuçando os dados da tabela acima, as aglomerações urbanas menores que 20 mil habitantes correspondem a mais de um quarto da população do estado. Se a soma contemplar as cidades até 100 mil habitantes, essa participação será ainda de mais de 50% da população, o que torna evidente a sua importância no estado, não só das cidades médias, mas também das pequenas cidades, tornando-se uma peculiaridade notável de Minas Gerais.

Em seu estudo para elaboração de uma tipologia para níveis hierárquicos das cidades em Minas Gerais, Amorim Filho, Rigotti e Campos (2007) elaboraram uma tipologia que seguiu historicamente atualizações e modificações desde os anos 1980. Esta tipologia por eles elaborada divide as principais cidades do estado consideradas médias ou com potencial de tornar a ser uma, em níveis hierárquicos, as quais somam o total de 131. Estes níveis, como salientam os autores, levam em conta 39 variáveis, as quais englobam três principais indicadores, que são a demografia, atividades econômicas e comunicação e transportes.

Os níveis hierárquicos elaborados pelos autores enquadram estas cidades mineiras em quatro níveis. O nível 1 denomina as cidades como Grandes Centros Regionais, como, por exemplo, Juiz de Fora. As cidades deste patamar possuem grande contingente populacional, centros econômicos estáveis e centralizam diversos espaços regionais e por vezes podem ser consideradas como um nível de transição entre uma cidade média e uma cidade grande.

O nível 2 desta hierarquia é chamado de Cidades Médias de Nível Superior. Neste nível, as cidades apresentam um desenvolvimento ligado à indústria, comércio e serviços. Ademais, como lembram os autores, estas cidades fortalecem suas relações em nível regional e estreitam seus laços com centros além dos seus domínios. Como exemplos, temos: Poços de Caldas, Pouso Alegre e Varginha, todas situadas no Sul de Minas.

No nível 3 encontra-se as Cidades Média Propriamente Ditas. Estas cidades são consideradas intermediárias tanto a nível demográfico, hierárquico e de suas funções econômicas, exercendo o papel de intermediação entre os centros maiores e os centros menores de sua rede urbana. Como exemplos, temos Alfenas, uma das cidades abordadas neste trabalho. Já o nível 4 tem-se o que os autores chamam de Centros Emergentes. Estas cidades se encontram em uma transição entre cidades pequenas e cidades médias propriamente ditas, com uma dinâmica demográfica que não ultrapassa 50 mil habitantes, com uma economia em estruturação e forte ligação com o mundo rural. Neste caso, tem-se o exemplo da cidade de Paraguaçu, também onde se executa esta pesquisa e que será mais bem explorada logo adiante. Este estudo, como salientam os autores, busca uma tipologia para estas cidades que não se encontram em regiões metropolitanas.

Entretanto, como já evidenciado anteriormente, assim como existem as cidades de porte médio, há ainda as cidades pequenas e médias que fazem parte de outro contexto urbano, pertencendo às regiões metropolitanas de Minas Gerais, possuem contextos espaciais, socioculturais e econômicos totalmente metropolitanos, como salienta Amorim Filho, Rigotti e Campos (2007).

Assim, desde o começo das pesquisas, optou-se, por razões teóricas, por não se incluir na pesquisa Belo Horizonte e toda sua região metropolitana. Já se sabia naquela época que, mesmo englobando algumas cidades de porte médio, a atmosfera da RMBH (como de qualquer região metropolitana) modifica o ambiente em que as cidades médias desenvolvem em plenitude as funções e as relações que, teoricamente, se esperam de tais cidades. Em suma, as características mais típicas das cidades médias são modificadas ou mascaradas naquelas cidades, por estarem inseridas em um organismo urbano de dimensão e complexidade bem maiores (AMORIM FILHO; ROGOTTI; CAMPOS, 2007, p. 8).

Sendo assim, tem-se duas regiões metropolitanas em Minas Gerais, sendo uma a Região metropolitana de Belo Horizonte, composta por 50 municípios (IBGE, 2018), sendo eles: Baldim, Barão de Cocais, Belo Horizonte, Belo Vale, Betim, Bom Jesus Do Amparo, Bonfim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Fortuna de Minas, Funilândia, Ibirité, Igarapé, Inhauna, Itaguara, Itatiaiuçu, Itaúna, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Moeda, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Pará de Minas, Prudente de Moraes, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Bárbara, Santa Luzia, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, São José da Varginha, Sarzedo, Sete Lagoas, Taquaraçu de Minas e Vespasiano, somando uma população de 5.414.701 habitantes, bem como na região Metropolitana do Vale do Aço, composta por 28 municípios (IBGE, 2018), sendo eles: Açucena, Antônio Dias, Belo Oriente, Bom Jesus do Galho, Braúnas, Bugre, Caratinga, Coronel Fabriciano, Córrego Novo, Dionísio, Dom Cavati, Entre Folhas, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Jaguaruçu, Joanésia, Marliéria, Mesquita, Naque, Periquito, Pingo D'Água, Santana do Paraíso, São João do Oriente, São José do Goiabal, Sobrália, Timóteo e Vargem Alegre, somando uma população de 615.297 habitantes.

Dessa forma, com base também nos levantamentos de Moreira Júnior (2014), percebe-se uma peculiaridade destas regiões metropolitanas em que, na Região Metropolitana de Belo Horizonte das 50 cidades que a compõe, 33 possuem menos de 50 mil habitantes, da mesma forma que na Região metropolitana do Vale do Aço, a qual de suas 28 cidades, 23 apresentam menos que 50 mil habitantes, evidenciando a importância destes contextos urbanos nas regiões metropolitanas mineiras. (MOREIRA JÚNIOR, 2014, p. 83).

Assim, compreendendo um pouco das dinâmicas e tipologias das cidades médias e pequenas de Minas Gerais, é possível adentrar nas cidades em estudo e poder conhecer um pouco mais suas dinâmicas, suas estruturas e seu território, como segue adiante.

Cidade Pequena de Paraguaçu

Paraguaçu é um município localizado na Região Sul/Sudoeste de Minas Gerais e pertencente à microrregião de Alfenas. Conforme o IBGE, 2010, sua população é de 20.245 habitantes e a projeção para 2020 é de 21.605, com uma extensão territorial de 424,296 km². Tratando-se de uma cidade pequena, seu destaque vai principalmente para o setor de serviços agropecuários, com destaque principalmente na produção de café e também industrial, sendo um polo importante no setor de indústrias de confecção de ternos, as quais conforme o IBGE (2020) somam 45 estabelecimentos em um total de 110 estabelecimentos industriais. Atualmente, a cidade possui 11 escolas, sendo 4 escolas municipais de Ensino Fundamental, 3 estaduais sendo uma de Ensino Médio e 3 privadas de Ensino Fundamental²².

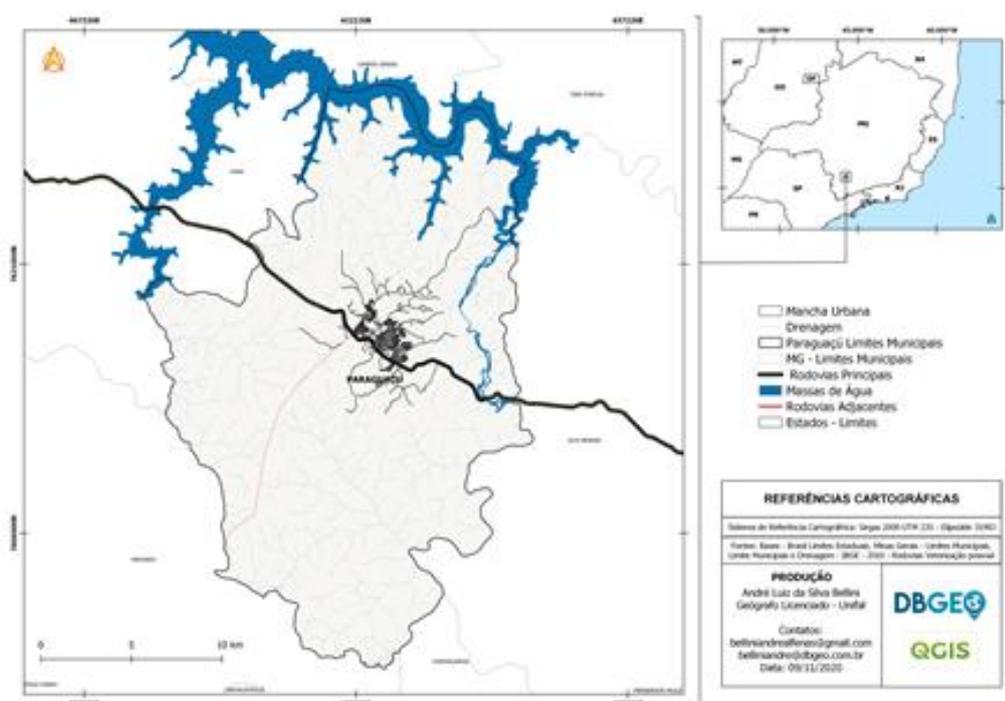


Figura 1 – Mapa de Localização Município de Paraguaçu-MG.

Elaboração: BELLINI, André Luiz da Silva, 2020

No que se refere a economia, a cidade de Paraguaçu apresenta um PIB per capita de R\$ 22.067,09 (IBGE, 2010), sendo a 4^o da microrregião e a 175^o do estado. Como se trata de uma cidade pequena, a economia de Paraguaçu se divide principalmente entre Agropecuária, Indústria, Serviços e Administração Pública. Fato peculiar da cidade, como apontam Alves e Esteves (2020), é que a partir de 2010 a cidade de Paraguaçu passa a ter no

²² Fonte: Inepdata, Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?dashboard>

setor industrial maior participação em sua economia do que o setor agropecuário, o que destoa da região sul mineira, visto que esta tem sua economia baseada na produção cafeeira, fato que pode ser comprovado na Tabela 2.

Tabela 2: Participação dos setores da economia na geração de empregos e no PIB de Paraguaçu.

Setor	Número de empregos gerados em número absoluto	Participação no PIB Municipal em número absoluto (x1000)	Participação no PIB Municipal em %
Agropecuária	640	67.248,08	15,60%
Indústria	1.685	90.957,67	21,10%
Serviços	869	184.424,75	42,80%
Administração Pública	70	88.745,92	20,60%
Total	2.395	431.376,41	100%

Fonte: RAIS/TEM, 2018, IBGE, 2020 e IRMS (Índice Mineiro de Responsabilidade Social) 2018. Organizado pelo autor.

No que tange a sua centralidade, esta é exercida somente entre seus domínios, visto que é pertencente a microrregião de Alfenas e por ela é polarizada, recorrendo principalmente ao setor de serviços. Assim, a cidade pode se configurar como o que Corrêa, 2011, classificando as cidades pequenas, chamaria de lugares centrais ou centros de zona, visto que possui áreas ligadas à industrialização do campo, com áreas agrícolas modernizadas com a confluência do agrário moderno com o urbano. Entretanto, nos últimos anos, a cidade vem se destacando principalmente no setor industrial de confecção de ternos, o que vem dando destaque à cidade, inclusive com a realização de eventos regionais sobre este ramo de comércio. Assim, a cidade pode estar em um patamar que Corrêa (2011) chama de centros especializados.

b) os centros especializados constituem núcleos de povoamento que desenvolvem atividades específicas, as quais conferem-lhes uma identidade singular (centro têxtil, de confecções, celulose e papel, de mineração, de peregrinação, etc.). As outras atividades econômicas que desempenham são mais dependentes da atividade específica e da população a ela diretamente vinculada do que as atividades e população de sua reduzida hinterlândia (CORRÊA, 2011, p. 11).

Neste grau de centralidade, como afirma fresca (2010), podem se apresentar pequenas cidades com níveis de centralidades até expressivos em escalas maiores no que se

refere a alguns produtos, como pode ser o caso da cidade de Paraguaçu, com o setor de confecções e produção de ternos, especificamente, que, como já visto, geram empregos, renda e impostos. Dessa maneira, a cidade pode ser considerada, como corrobora o estudo de Amorim Filho, Rigotti e Campos (2006), que destaca a cidade de Paraguaçu como sendo parte de um grupo de centros urbanos emergentes.

Centros Urbanos Emergentes – Este nível hierárquico é formado por cidades que se encontram na **faixa transicional entre as pequenas cidades e as cidades médias propriamente ditas**. Em termos demográficos, normalmente os centros emergentes não chegam a 50.000 habitantes na sede municipal. A economia desses municípios em geral se encontra em fase de estruturação, podendo, portanto, apresentar desequilíbrios Inter setoriais. Em muitos desses centros emergentes, observam-se importantes ligações com o mundo rural que os envolve (AMORIM FILHO; RIGOTTI; CAMPOS, 2007, p. 10).

O que também pode ser comprovado pelo estudo de Alves e Esteves (2020), ao tratarem das relações de trabalho da referida cidade, ainda abordam a importância do setor Têxtil não somente no ramo industrial, mas também no comércio e em outros tipos de serviços relacionados ao setor na cidade.

Nas indústrias têxteis de Paraguaçu-MG treze produzem roupas sociais (ternos). Entretanto, se somarmos os empregos gerados no comércio e outros serviços que estão ligados à venda de ternos, a participação será mais elevada. Por esses motivos, Paraguaçu é considerada a “Capital Nacional do Terno” e desde 2017 realiza anualmente a Feira do Terno de Paraguaçu-MG, para atrair compradores e gerar mais negócios na cidade, esse evento ainda conta com auxílio financeiro do governo municipal (ALVES e ESTEVES, 2020, p. 205).

Fato importante a se ressaltar é como estas confecções atuam no município. As mesmas tratam-se de Façções, como lembram Alves e Esteves (2020), esse sistema consiste em trabalhar produzindo para uma outra indústria. Em geral, produzem para grandes indústrias e ao mesmo tempo são autônomos e com contrato, em que seu modo de produção se configura em seguir os moldes e cortes pré-estabelecidos pela empresa, para assim seguirem para a costura e acabamento, com destino final para empresa contratante. Desse modo, apesar de ser uma cidade pequena, observa-se que Paraguaçu, principalmente pela dinâmica de suas indústrias de confecções, insere-se e se articula com outras escalas nacionais e globais do modo de produção capitalista, mostrando sua importância no seguimento e na microrregião.

A Cidade Média de Alfenas

Alfenas é um município localizado na Região Sul/Sudoeste de Minas Gerais, com uma população de 73.774 habitantes e uma extensão territorial de 850,446 km² (IBGE, 2010) e com uma estimativa de 80.494 habitantes para o ano de 2020. A cidade se destaca

principalmente nos setores de saúde e educação, fato que explica a importância do setor de serviços para a cidade.

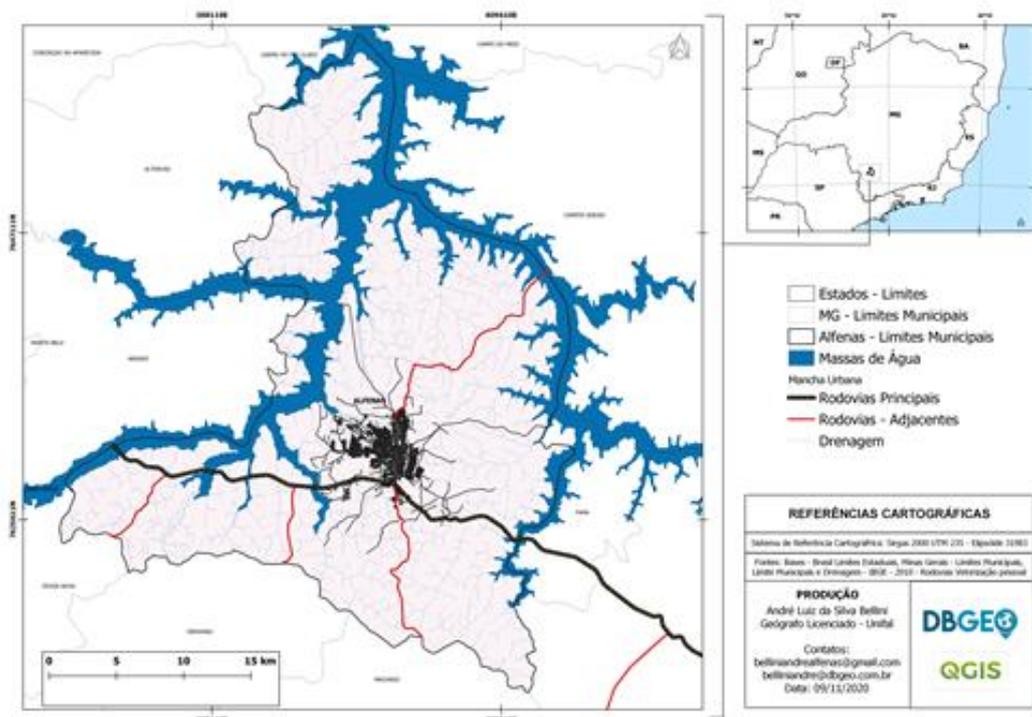


Figura 2 – Mapa de Localização do município de Alfenas-MG.
Elaboração: BELLINI, André Luiz da Silva, 2020.

No que concerne à economia, Alfenas apresenta um PIB per capita de 32.762,64 (IBGE, 2010), caracterizando-se como o maior de sua microrregião e o 97º no estado de Minas Gerais. Ademais, conforme o estudo “Região de Influência das Cidades” do IBGE, 2018, Alfenas se configura como um Centro Sub-regional A, fazendo parte de um conjunto de 96 cidades, que em sua maioria se localizam nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, as quais possuem em médias 120 mil habitantes (IBGE, 2020).

Tabela 3 – Participação dos setores da economia na geração de emprego no PIB de Alfenas.

Setor	Número de empregos gerados em número absoluto	Participação no PIB Municipal em número absoluto (x1000)	Participação no PIP Municipal em %
Agropecuária	1.887	149.772,43	6,60%
Indústria	2.120	373.442,64	16,50%
Serviços	8.392	1.405.181,08	62%
Administração Pública	314	339.476,87	15%
Total	12.713	2.267.873,01	100%

Fonte: RAIS/TEM, 2018, IBGE, 2020 e IRMS (Índice Mineiro de Responsabilidade Social) 2018. Organizado pelo autor.

Como é possível notar, o setor de serviços predomina na cidade de Alfenas. Tanto no que se refere a geração de empregos como na participação do PIB do município, chegando a mais de 60%. Isso comprova a importância da cidade e a centralidade que exerce pelos serviços que dispõe para o município e sua região de influência. Vale destacar também que o setor agropecuário, o qual se caracteriza como forte na região, visto que, como designam Alves e Esteves (2020), o Sul de Minas é marcado pela cafeicultura e pelas atividades ligadas à agropecuária, os dados da tabela indicam que esse setor, no município de Alfenas, apresenta posição inferior tanto da indústria como da administração pública, o que mostra a perda deste segmento e evidencia a grande relevância do setor de serviços e o ganho de espaço do setor industrial.

Nesse sentido, Alfenas se caracteriza no que Corrêa (2011) designa como Lugar central. Essas cidades são as chamadas Capitais Regionais, em que há uma concentração na oferta de serviços, como no caso de Alfenas, visto que a cidade é a sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde (CISLAGOS), o qual foi criado através da parceria entre os municípios da região com o interesse na promoção e assistência à área da saúde, atendendo 35 municípios (Alfenas, Alpinópolis, Alterosa, Arcerburgo, Areado, Bandeira do Sul, Boa Esperança, Botelhos, Cabo Verde, Campestre, Campo do Meio, Campos Gerais, Carmo do Rio Claro, Carvalhópolis, Conceição da Aparecida, Coqueiral, Divisa Nova, Elói Mendes, Fama, Guapé, Guaranésia, Guaxupé, Ilicínea, Juruáia, Machado, Monte Belo, Muzambinho, Nepomuceno, Nova Resende, Paraguaçu, Poço Fundo, Santana da Vargem, São José da Barra, São Pedro da União e Serrania), totalizando 680.000 habitantes e uma média de

100.000 atendimentos por ano²³. Ficando nítida a sua importância, que atinge inclusive cidades que não pertencem a microrregião que Alfenas polariza, de acordo com os dados do IBGE.

Além disso, sedia outros grandes centros hospitalares como o Centro de Oncologia da Santa Casa de Alfenas, que desde 2009 atende 26 municípios pertencentes a regional de saúde de Alfenas²⁴.

Com relação ao setor educacional, a cidade se destaca no ensino universitário, com a presença de uma instituição federal como a UNIFAL–MG e a instituição particular como a Universidade José do Rosário Vellano – Unifenas. Em consequência disso, outros fluxos são gerados, como de alunos e professores que diariamente se deslocam por meio de vans, ônibus ou de seus veículos particulares para Alfenas. Além disso, possui 33 escolas, sendo 9 municipais, 11 estaduais e 13 privadas, sendo que as escolas privadas atraem alunos de cidades pequenas próximas a Alfenas. Há ainda a demanda que surge para outros serviços de áreas específicas, como lojas de materiais odontológicos ou papelarias para plotagem e impressão de materiais, assim como no setor imobiliário, pelo aluguel de casas e apartamento, fortalecendo a especulação imobiliária. O fluxo de pessoas que usam os serviços de saúde e dos estudantes das universidades e escolas particulares geram uma forte movimentação em restaurantes e lanchonetes.

No que concerne ao comércio, a cidade exerce uma importante centralidade em sua microrregião. Alfenas apresenta, entre outros, estabelecimentos comerciais que, geralmente, não se instalam em cidades menores como as de sua microrregião a exemplo de Mart Minas, Lojas Cem, Casas Bahia, Magazine Luíza e Lojas Americanas. Há também diversos depósitos de bebidas que também atraem um fluxo cotidiano de pessoas. Estes estabelecimentos são de grande importância para a cidade, visto que se configuram como um importante elemento do cotidiano da cidade e dos habitantes das cidades vizinhas que se deslocam para Alfenas para realizar suas compras das mais diversas variedades. Esse fluxo pode ser considerado como cotidiano, entretanto, se acentua principalmente nos finais de semana como nas sextas-feiras e nos sábados.

Existem também muitas festas que são realizadas pelos estudantes ou com objetivos de atender os estudantes, como o Carnalfenas, Federal Fantasy e Velório do Carneiro, essas festas tomaram dimensões de grande visibilidade, sendo algumas vezes abordadas em

²³ CISLAGOS, disponível em: <http://www.cislagos.com.br/cislagos/sgs00000/index.php>

²⁴ Santa Casa de Alfenas, disponível em: <https://www.santacasaalfenas.com.br/centrodeoncologia>

matérias televisivas²⁵ e portais de notícias²⁶. Há de se ressaltar, sobretudo, que Alfenas não se caracteriza apenas por estes eventos maiores e pontuais, mas também cotidianamente por festas universitárias menores que ocorrem quase que diariamente e pelos diversos bares e conveniências que atraem principalmente o público jovem. Importante salientar que devido a pandemia da Covid-19 houve uma grande mudança no fluxo para a cidade de Alfenas, visto que este momento exige medidas necessárias de isolamento social, barreiras sanitárias e restrições que proíbem aglomerações. Mas em 2022 as festas voltaram a acontecer e os fluxos de pessoas em busca delas se normalizou.

Com efeito, seja pelos numerosos centros comerciais de diversos seguimentos que atraem pessoas de diversas cidades menores da região, seja pelos serviços oferecidos em saúde, como mencionado anteriormente, assim como em educação, a cidade de Alfenas acaba exercendo seu papel de mediadora.

a) Lugar central, caracterizado por poderosa concentração de oferta dos bens e serviços para uma hinterlândia regional. Neste caso, trata-se do que se convencionalmente denomina de capital regional, foco do comércio varejista e de serviços diversificados, dotado de amplo alcance espacial máximo (range). Na hierarquia urbana situa-se entre a metrópole regional, que está subordinada, pois a ela recorre para procurar bens e serviços superiores, ou dela advêm os capitais que controlam algumas de suas atividades terciárias, e numerosos centros menores, a quem subordina por meio de suas funções centrais. Possui uma elite comercial. (CORRÊA, 2006, p. 31).

Desse modo, vale ressaltar a importância da cidade de Alfenas em sua hinterlândia, entrando também na classificação de Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982) e Amorim Filho, Rigotti e Campos (2006), em que a designam como uma cidade média propriamente dita. Isto porque Alfenas exerce a centralidade em sua microrregião, ao mesmo tempo que é centralizada pelas metrópoles mais próximas, como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, exercendo, então, essa função de mediação com as pequenas cidades, como Paraguaçu, Fama, Areado e etc.

Em suas relações externas, as cidades incluídas no grupo das médias (propriamente ditas) são caracterizadas por certos aspectos bem peculiares. De um lado, tendo em vista seu nível atual de desenvolvimento econômico, sua posição geográfica sempre nos eixos ou entroncamentos principais das vias de comunicação, essas cidades mantem relações importantes com centros urbanos maiores, em particular como Belo Horizonte, para a maioria delas, ou São Paulo (sobretudo para as do Sul de Minas e do Triângulo mineiro), Rio de Janeiro e Juiz de Fora (para aquelas da Zona da Mata) e, mesmo, Brasília (para as do Alto Parnaíba, e, também, Triângulo Mineiro). De outro lado, essas cidades médias

²⁵ TV Alfenas: <https://www.youtube.com/watch?v=DnSkuPthZe4>

²⁶ G1 notícias: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2013/03/velorio-do-carneiro-atrai-estudantes-de-varias-cidades-alfenas-mg.html>

continuam a manter relações intensas, constantes e diretas com as cidades menores e com o espaço microrregional a elas ligado. É essa função de ligação entre o espaço rural e as pequenas cidades microrregionais, de uma parte, e os centros urbanos mais importantes, de outra, que constitui a própria essência dessa noção de cidade média, tão bem identificada nesse grupo de cidades que ora se analisa (AMORIM FILHO; BUENO; ABREU, 1982, p. 43).

Fator importante que merece destaque ainda para Alfenas é que, atualmente, a cidade vem ganhando até uma certa importância até mesmo no cenário nacional. No que tange ao seguimento universitário, conforme as pesquisas contidas em “Região de Influência das cidades”, realizadas pela IBGE em 2018, Alfenas é a 8ª cidade do país que mais atrai estudantes para o ensino superior, ficando à frente de diversas cidades, inclusive bem maiores. O que evidencia a sua centralidade e posição superior em sua rede urbana, ficando claro, dessa forma, sua configuração como uma importante cidade média da Região Sul/Sudoeste de Minas Gerais.

Alfenas e Paraguaçu: articulação entre cidade média e pequena

Assim sendo, fica evidente que a cidade de Paraguaçu se configura como uma cidade pequena da microrregião de Alfenas e com um bom potencial para se expandir, principalmente no setor industrial de confecção de ternos. Abaixo segue também um mapa de localização de Paraguaçu e Alfenas, com o intuito de evidenciar a posição das mesmas na microrregião e sua proximidade.

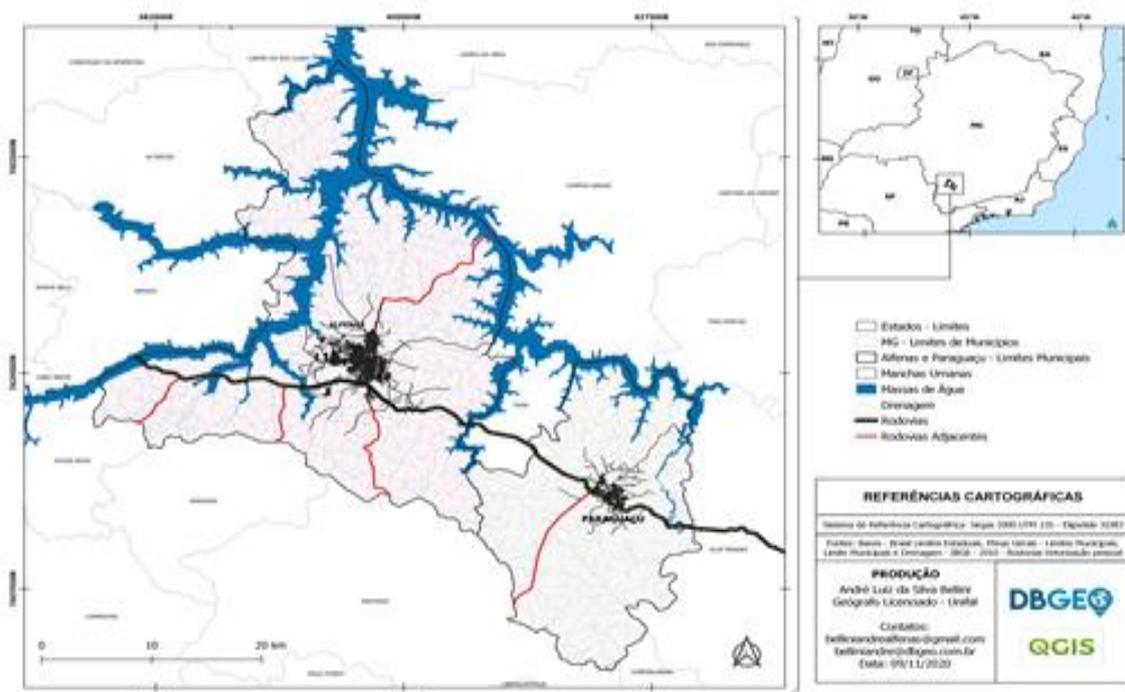


Figura 3 – Mapa de Localização dos municípios de Alfenas e Paraguaçu em Minas Gerais.
Elaboração: BELLINI, André Luiz da Silva, 2020

Conforme o mapa, fica evidente a proximidade entre as duas cidades, uma distância pequena de cerca de 30 quilômetros. Desta forma, a relação de dependência de Paraguaçu em relação à Alfenas se torna muito grande, principalmente no que se refere aos serviços oferecidos por Alfenas, tanto na área da saúde, pelos serviços já citados anteriormente, como na educação, pelos polos educacionais que nela se encontram. Ou seja, as duas cidades mantêm uma forte relação e um fluxo diário entre si, até mesmo no setor financeiro, visto que alguns estabelecimentos bancários, como o Banco do Brasil, não possuem filial em Paraguaçu, fazendo com que muitos clientes se locomovam até Alfenas para serem atendidos quando necessário.

Por conseguinte, é possível notar que pela sua posição e centralidade exercida em sua microrregião, como os serviços oferecidos abrangendo várias cidades, inclusive as não pertencentes à sua microrregião, pela importância do setor industrial na economia e geração de empregos e pelo grande fluxo de serviços oferecidos, a cidade de Alfenas se configura com uma dinâmica mais próxima ao capital hegemônico. Já a cidade de Paraguaçu, polarizada por Alfenas, apresenta-se com uma dinâmica de caráter mais local, entretanto, pela polarização industrial que este setor exerce em seu município e por suas relações com o mercado externo, está ligada ao mercado nacional e global. O fato das atividades agropecuárias não terem uma representatividade maior na geração de empregos e na economia desses municípios, não significa que o rural está em decadência, como lembram Silva e Bernadelli (2019).

A segunda perspectiva para entender as cidades pequenas é a análise do espaço por meio da interpretação de seus conteúdos. Em outras palavras, tratamos da interpretação de dois conceitos caros à Geografia e às Ciências Humanas: rural e urbano, ambos vistos no plano de suas relações. Nesse sentido, admite-se que não houve uma homogeneização de conteúdos e das formas espaciais historicamente pensadas e concebidas para a compreensão da sociedade e dos diferentes modos de vida que compõem o mosaico cultural, sociológico e antropológico da realidade. Por isso, não há o “fim do rural”, mas uma nova interpretação das atividades econômicas que o constituem a partir da tecnificação e da industrialização (SILVA E BERNADELLI, 2019, p. 166).

Assim, não há o fim do rural, mas uma ressignificação de suas atividades através da tecnificação e da industrialização das atividades presentes nessas cidades. Trata-se de uma característica marcante do atual modo de produção capitalista, o que evidencia a imbricação entre a modernização e os aspectos sociais e econômicos na produção do espaço, sendo necessário pensar menos em uma “sobreposição” da cidade em relação ao campo e mais nos arranjos e nas novas formas da relação entre a cidade e o campo.

Considerações Finais

Tanto a cidade de Alfenas como a cidade de Paraguaçu apresentam uma relação muito próxima do espaço rural e urbano, fato que não limite suas atividades as agrícolas, como foi demonstrado no texto, pois a atividade de serviços em Alfenas e a Industrial em Paraguaçu também se destacam, talvez o recorte para compreender melhor essas relações seja o de município e as pesquisas em cidades médias e pequenas têm seguido esse caminho.

Compreender a relação dialética entre as dinâmicas internas e externas das cidades de Paraguaçu e Alfenas, contribui no avanço da análise da rede urbana e das cidades médias e pequenas para além de sua caracterização, mostrando que as particularidades de cada cidade não diminuem ou enaltecem sua importância dentro de uma rede urbana, pois todas estão inseridas em uma divisão territorial do trabalho e sua função é essencial para que o sistema funcione.

Referências

ALVES, Flamarion Dutra; ESTEVES, Thiago Verissimo. RELAÇÕES DE TRABALHO E PRECARIZAÇÃO NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE PARAGUAÇU-MG: O CASO DA PRODUÇÃO DE TERNOS. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho. Presidente Prudente**, v. 21, n. 2, p. 199-227, 2020.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; BUENO, Maria Elizabeth Taitson; ABREU, João Figueiredo. Cidades de porte médio e o programa de ações sócio-educativo-culturais para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais. **Boletim de Geografia Teórica, Rio Claro**, v. 12, n. 23/24, p. 33-46, 1982.

AMORIM FILHO, O. B., Rigotti, J. I. R., & Campos, J. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, 13, 2007.

ANDRADE, Alexandre Carvalho de. A CIDADE MÉDIA E SUA REDE URBANA: AS INTER-RELAÇÕES ENTRE POUSO ALEGRE (MG) E OS MUNICÍPIOS DE SUA ÁREA DE INFLUÊNCIA. **Acta Geográfica**, v. 11, n. 27, p. 126-148, 2018.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: **Expressão popular**, v. 20, n. 3, p. 23-33, 2007.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, v. 30, n. 3, 5-12, 2011.

DA SILVA, Paulo Fernando Jurado; DA HORA BERNARDELLI, Mara Lucia Falconi. Formação socioespacial e cidades pequenas: um segmento da rede urbana na porção meridional de Mato Grosso do Sul. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 23, n. 1, p. 163-181, 2019.

DAMIANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. **América Latina: cidade, campo e turismo**, v. 15, n. 8 135-147, 2006.

FRESCA, T. M. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de Geografia. **Geografia (Londrina)**, V. 10, n. 1, p. 27-34, 2001.

FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator-revista de Geografia da UFC**, v. 9, n. 20, p. 75-81, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - SIDRA. **Censos demográficos**, 1980, 1991, 2000 e 2010.

IBGE. **REGIC 2018**. Rio de Janeiro: FIBGE. 2020.

MOREIRA JÚNIOR, Orlando. **As cidades pequenas na região metropolitana de Campinas-SP: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re) produção do espaço**. 2014. 311 f. Tese - (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2014.

SPÓSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, v. 35, n. 1, p. 51-62, 2010.

As dinâmicas econômicas e socioespaciais em cidades pequenas: o caso de Guaranésia (MG)

Renata Vieira de Melo²⁷
Eduardo de Araujo da Silva²⁸

Introdução

Observa-se uma ampla quantidade de estudos acerca das cidades médias e das metrópoles, haja vista, tais núcleos urbanos possuem diversas complexidades socioespaciais, o que instiga um elevado número de pesquisadores a focarem estudos nessas dimensões do fenômeno urbano. No que se referem aos estudos das cidades pequenas, esses estão se multiplicando crescentemente, principalmente nos últimos anos. Evidencia-se a difusão de trabalhos acadêmicos sobre as cidades pequenas, o que revela o interesse e o esforço intelectual de pesquisadores para compreender o fenômeno urbano em sua totalidade.

No Brasil, dentre os esforços empreendidos no estudo das cidades pequenas, há: Santos (1979), que iniciou o debate das “cidades locais” para o entendimento das cidades pequenas; Sposito (1982), que analisou a temática a partir das migrações; Fresca (1990), que investigou as conexões e funções das cidades pequenas; Endlich (2006), que estudou as pequenas cidades a partir do papel e significados dessas; Wanderley (2001), que analisou as relações urbano-rural em cidades pequenas; Bernardelli (2004), que analisou a produção de moradia pelas cidades pequenas; Soares (2008), que ampliou a discussão dos planos diretores para as cidades pequenas; Roma (2008), que investigou a segregação socioespacial em cidades pequenas; Sposito e Jurado da Silva (2013), que buscaram conceituar as cidades pequenas; Andrade e Alves (2021) propõem uma profícua classificação para as pequenas cidades tendo como recorte empírico a região do Sul de Minas, dentre muitos outros estudos.

Face ao exposto, o presente capítulo tem como objetivo trazer discussões teóricas e resultados empíricos que favoreçam o estudo das cidades pequenas, sobretudo, acerca das dinâmicas econômicas desses núcleos urbanos. Para isso, apoia-se em diversos trabalhos acadêmicos que abordam o tema das cidades pequenas. Nosso recorte empírico é o

²⁷ Doutoranda em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: renata.vieirademelo78@gmail.com

²⁸ Doutorando em Geografia na Universidade Estadual Paulista, Câmpus Presidente Prudente (FCT/UNESP). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: eduardosilva.geografia@gmail.com

município de Guaranésia, localizado na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, no Estado de Minas Gerais.

No que se refere à metodologia, para a realização deste capítulo, foram consideradas abordagens teóricas e procedimentos metodológicos de pesquisas em Geografia, com foco no tema “cidades pequenas”. Para tanto, houve a revisão bibliográfica em livros, artigos, dissertações e teses. Para compreender o município de Guaranésia e suas dinâmicas econômicas, houve o levantamento de dados secundários em órgãos institucionais. Para o levantamento histórico-geográfico, houve coleta de dados e informações em documentos oficiais e trabalhos acadêmicos. Foram realizados trabalhos de campo. *In loco*, durante essas atividades foram registradas fotografias e descrições.

Os estudos urbanos sobre as cidades pequenas

Para atingir a compreensão do fenômeno urbano em sua totalidade, faz-se necessário ampliar os estudos sobre as cidades pequenas. Concordamos com Endlich (2006), ao afirmar que não contemplar as pequenas cidades seria ignorar parte do conhecimento acerca do limiar de cidade. De acordo com a autora:

O conceito de pequenas cidades é daqueles de difícil elaboração. As localidades assim denominadas oferecem elementos para se discutir não só o conceito de pequenas cidades como o próprio conceito de cidade, pois nelas são avaliados os qualificativos que devem compor o limiar entre a cidade e a não cidade. As pequenas cidades são localidades em que tais requisitos se apresentam ainda com patamares mínimos. (ENDLICH, 2006, p. 85).

Tendo isso em vista, julga-se fundamental avançar nas discussões teóricas e empíricas acerca das cidades pequenas, no entanto, reconhecem-se as dificuldades na conceituação, em função da própria caracterização do que é rural e do que é urbano, assim como a complexidade decorrente das definições de cidade. Vale ressaltar que o estudo aprofundado acerca do conceito de cidade pequena, já foi proposto e avançado por Sposito e Jurado da Silva (2013).

Questionamentos recorrentes nos estudos das cidades pequenas se dão por variados motivos, por exemplo, a (in)validade no uso de parâmetros, que, às vezes, tornam-se insuficientes para conceituação desses espaços urbanos, já que não elucidam a realidade da dinâmica das cidades em sua totalidade. Para exemplificar, o uso do tamanho demográfico como único parâmetro para definir e/ou classificar as cidades pequenas, homogeneizando-as, e correndo a um reducionismo conceitual. Ademais, as cidades pequenas são distintas

entre si, uma vez que cada realidade urbana apresenta suas singularidades, podendo ser relacionado ao porte demográfico e territorial, às dinâmicas econômicas, à estrutura intraurbana, à inserção na rede urbana regional e no sistema urbano nacional, dentre outros fatores. (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013).

No que tange à categorização das cidades como pequenas, médias ou grandes, de fato, o critério demográfico é amplamente utilizado, e para fins de amostragem esse parâmetro se apresenta importante. Para o caso das cidades pequenas brasileiras, Corrêa (1999), Fresca (2001), Sposito e Jurado da Silva (2013) entendem que um número máximo de 50 mil habitantes no município pode ser adequado para a amostragem. Contudo, como destacado pelos autores, devem ser relevadas as particularidades e a situação geográfica de cada localidade, já que nem todos os municípios com até 50 mil habitantes possuem cidades pequenas em seus territórios.

Isso que dizer que utilizar o porte demográfico como parâmetro único seria insuficiente para a conceituação de cidades (sejam as pequenas, médias ou grandes), pois se corre o risco de uma interpretação superficial a partir de um reducionismo.

O perigo da generalização conceitual foi colocado por Milton Santos (1979) ao entender que o fenômeno urbano é um fenômeno qualitativo, que apresenta determinados aspectos morfológicos e funcionais. Portanto, entende-se que o uso do critério demográfico ajuda a esclarecer o estudo das cidades, desde que esteja associado a mais variáveis, inclusive as qualitativas. Conforme o autor, “[...] um marco numérico é sempre artificial; os marcos reais são os funcionais; isto porque só a partir de um certo estágio de desenvolvimento e dinamismo é que a cidade se define” (SANTOS, 1979, p. 15).

No que toca aos aspectos qualitativos, as cidades pequenas são evidentemente marcadas pelas relações rural-urbano e campo-cidade; observa-se que há uma ampla variedade de casos de formações socioespaciais de cidades pequenas, ou seja, particularidades no que se refere à gênese de cada espaço urbano; nas cidades pequenas devem existir um mínimo de funções urbanas para atender às demandas principais da população do município em que estão localizadas; e, geralmente, observa-se atividades econômicas que acarretam interações espaciais das cidades pequenas em múltiplas escalas. Tais aspectos devem ser levados em conta quando se estuda uma determinada cidade pequena.

No extenso território brasileiro, vê-se um amplo sistema urbano composto por múltiplas redes, que, em menor ou maior grau, estão estruturadas hierarquicamente,

principalmente nos termos econômicos e político-administrativos. Entretanto, há de se considerar que, no contexto da globalização e da reestruturação produtiva, as cidades pequenas também começam a apresentar interações espaciais que extrapolam as redes urbanas – relações transversais (SPOSITO, 2007) –, assim como os mesmos processos espaciais evidenciados nas cidades médias e grandes, embora em menores proporções.

Catelan (2013) aponta para o complexo quadro de interações espaciais interescalares das/nas cidades e nas redes urbanas. Para o autor, são nas redes urbanas que as interações espaciais ganham sentido e forma, e também são nelas que ocorrem as articulações entre o local e o global. Em suas palavras:

No âmbito da rede urbana, as funções e os papéis das cidades são definidos num vaivém de lógicas, interesses e dinâmicas intrínsecas à reprodução do capital, cujo movimento advém do processo de articulação das escalas. Geram interações espaciais interescalares que explodem na estrutura hierárquica da rede, aparecendo pontos no espaço que mostram maior complexidade que se pensados sob seus níveis hierárquicos. São escalas, principalmente a regional, que não somente sobrevivem, mas se transformam em essência diante de movimentos como o avanço de agentes econômicos globais. É a rede se complexificando, os tempos se sobrepondo, os espaços se (re)significando e as interações espaciais se densificando (CATELAN, 2013, p. 67).

As cidades pequenas, por meio das interações espaciais, se inserem na economia global. Cabe salientar que isso ocorre por causa da atuação dos agentes econômicos em múltiplas escalas. Assim, “Chegamos às redes de cidades como núcleos emergentes no sistema internacional, o que subverte uma hierarquia convencionada entre cidades pequenas e médias, a partir dos interesses econômicos globais” (DAMIANI, 2006, p. 140).

Face ao exposto, para tratar a temática das cidades pequenas na contemporaneidade, faz-se necessário abordar as novas dinâmicas econômicas e socioespaciais desses espaços, que estão cada vez mais integrados aos sistemas urbanos das escalas nacional e global, uma vez que esses núcleos estão mais dinamizados por múltiplos circuitos.

O conjunto de objetos e ações a imbricados à informação tem um papel decisivo nessas transformações, pois propiciam maiores relações entre do local com o global (SANTOS, 2006 [1996]). Com isso, surgem novas possibilidades de integração e organização entre as cidades de diferentes dimensões; as redes urbanas se intensificam; e os centros urbanos de menores portes demográficos e territoriais, as cidades pequenas, e menores papéis e funções – as denominadas “cidades locais” (SANTOS, 1979) –, tornam-se

decisivamente relevantes para o funcionamento dos modos de produção e para reprodução ampliada do capital em escala global.

As alterações cíclicas do capitalismo vão moldando as cidades e remodelando arranjos espaciais diversos, assim como, o movimento da sociedade estabelece relações diferenciadas que induzem as transformações espaciais. Isso que dizer que a caracterização de uma cidade pequena deve estar associada à sua inserção em uma determinada área, região e rede urbana, sendo fundamental analisar as relações internas (escala do intraurbano), assim como as interações externas estabelecidas com outras cidades (escala do interurbano), que (re)definem sua posição no espaço regional e na rede urbana (CORRÊA, 1994).

Fresca (1990, 2001) e Corrêa (1999) consideram fundamental a análise do contexto histórico que cada localidade está inserida, dessa forma, é possível identificar os papéis e funções das cidades pequenas, bem como as relações existentes no interior dessas na(s) rede(s) urbana(s) regional(is). Assim se torna possível a análise que abarca a produção do(s) espaço(s) e as relações sociais estabelecidas no processo histórico.

O estudo por meio dos movimentos temporais demonstra ainda mais a complexidade do fenômeno urbano quando se associa às interferências de processos como a globalização e seus efeitos nas diversas escalas historicamente. Isso, pois, a globalização tende marcar as desigualdades inerentes ao capital e transformar o espaço urbano, criando uma série de arranjos (econômicos, sociais, políticos e culturais) que contribuem para a redefinição dos papéis e funções desempenhados pelas cidades (SANTOS, 2006 [1996]). Tendo isso em vista, Santos (2006 [1996]) afirma que as “cidades locais” têm sentido transformações expressivas em suas dinâmicas econômicas ao longo do tempo.

Santos (1979, p. 71, grifo do autor), tratando da cidade local, entende que essa “[...] é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, com verdadeira especialização do espaço”, e, dessa maneira, “[...] poderíamos então definir a cidade local como uma aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas. De toda uma população, função esta que implica em uma vida de relações” (p. 71).

Apesar das cidades pequenas serem repletas de singularidades, há características que podem ser consideradas comuns, em função da inserção dessas na economia e cultura global, a partir do processo de globalização/mundialização (SANTOS, 2006 [1996]). No que tange ao processo de globalização, Corrêa (1999) afirma que:

A globalização causa vigoroso impacto sobre as esferas econômica, social, política e cultural, mas também, e simultaneamente, sobre a organização espacial que tanto reflete como condiciona aquelas esferas. Em outras palavras, a globalização causa impacto, ainda que desigualmente sobre as formas, funções e agentes sociais alterando-os em maior ou menor grau e, no limite substituindo-os totalmente. Trata-se de uma reestruturação espacial que se manifesta no plano mais geral, na recriação das diferenças entre regiões e centros urbanos, assim como nas articulações entre ambos e entre os centros (CORRÊA, 1999, p. 44).

Conforme Endlich (2006), a divisão do trabalho, a capacidade de consumo e a economia de mercado são fatores indispensáveis na análise das pequenas cidades, já que é necessário reconhecer que essas localidades sofrem influência e são resultado da divisão territorial e social do trabalho provocada pelas contradições engendradas pelo capital, que amplia as diferenças e desigualdades socioespaciais.

Face ao exposto, levando em conta o referencial teórico levantado por nós, consideramos fundamental analisar as cidades pequenas a partir dos seguintes critérios: porte demográfico (número de habitantes) e territorial (tamanho em área do território urbano); funcional, sendo as atividades desempenhadas nas escalas do intraurbano e interurbano (por exemplo, qual a importância dessas cidades para a população local e para a economia em diversas escalas); contexto político, econômico, social e cultural; e relação urbano-rural e campo-cidade.

Consideramos fundamental o aprofundamento da discussão temática das cidades pequenas, como essas estão inseridas, articuladas e conectadas às dinâmicas econômicas de diversas escalas, compondo o modo de produção capitalista e sofrendo transformações em sua estrutura social e espacial.

O campo e a cidade: espaços separados ou espaços complementares?

A reestruturação produtiva do campo e a industrialização-urbanização causaram múltiplas transformações no espaço rural-urbano, tornando os debates das relações campo-cidade ainda mais expressivos nos estudos geográficos. As mutações provocadas por esses processos resultaram em novas dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais, havendo, dessa maneira, a emergência de novas perspectivas teórico-interpretativas e metodológicas.

Por muito tempo, os espaços urbano e rural foram concebidos como separados, dotados de papéis e funções distintos. De modo geral, o espaço urbano (a cidade) era concebido como o suporte e meios das atividades comerciais, de serviços e para a indústria,

enquanto ao espaço rural (o campo) era vislumbrado como o suporte das atividades agropecuárias. Todavia, essa visão dicotômica foi sendo superada, uma vez que entraram em voga novas perspectivas analíticas que indicam ora continuidade, ora sobreposição, assim como a dialética entre rural-urbano e campo-cidade, possibilitando novas análises.

Haja vista, a dicotomia urbano-rural tem sido “substituída pelos novos relacionamentos entre o urbano e o rural, retratando as interdependências funcionais e espaciais e a necessidade de promover uma maior integração e complementaridade territorial” (MARQUES, 2003, p. 507).

Observa-se que os pares dialéticos rural-urbano e campo-cidade são melhores compreendidos se analisados a partir das relações estabelecidas interna e externamente entre si, como também é torna-se necessário a análise dos aspectos relacionados aos avanços científicos, tecnológicos e informacionais, que são disseminados de forma desigual dentro da dinâmica espacial capitalista, configurando espaços mais complexos (SANTOS, 2006 [1996]).

Revelando os aspectos que influenciam e configuram os espaços, Santos (2006 [1996]) aponta para o potencial das inovações humanas na apropriação e transformação dos lugares. Segundo o referido autor:

Os últimos séculos marcam, para a atividade agrícola com a humanização e a mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se recentemente, à constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional, característico não apenas da vida urbana, mas também do mundo rural, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres (SANTOS, 2006 [1996], p. 88).

Sendo assim, concordamos com Santos (2006 [1996]), ao revelar que as condições atuais do meio técnico-científico-informacional auxiliaram na aproximação entre o campo e a cidade e entre rural e urbano. As relações estabelecidas entre essas ambas as esferas causaram uma maior diversidade socioespacial em termos de organização socioeconômica, das relações sociais e, sobretudo, dos agentes e sujeitos que os compõem, dificultando ainda mais distinções.

Conforme Schneider (2006), o processo de modernização tecnológica, a expansão de atividades não-agrícolas, assim como a expansão das cidades sobre o campo, são elementos que causaram transformações dos espaços rurais. Dessa forma, surgiram novas perspectivas de análise, que visam o surgimento das novas ruralidades e funcionalidades do campo.

As novas ruralidades são compostas por atividades desenvolvidas no campo sem vinculação direta com o setor agropecuário, sendo: o turismo rural (chácaras de lazer,

pesqueiros, hotéis fazenda), moradias secundárias para as classes médias e altas, ocupações ligadas à prestação de serviços (como jardineiro, caseiros) (SCHNEIDER; VERARDI FILHO, 2000), dentre outras, que destacam as múltiplas funções e potencialidades desses espaços. De acordo com Carneiro (1997):

Não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração do mundo urbano-industrial no que era tradicionalmente definido como ‘rural’, mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos ‘naturais’, por exemplo) e das práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do chamado mundo rural (CARNEIRO, 1997, p. 158, grifo do autor).

Vale ressaltar que existem perspectivas de análise vinculadas às particularidades dos espaços rurais, associando atividades próprias dessas localidades. Parte-se do princípio de que cada lugar participa dos processos econômicos e sociais de uma determinada maneira, sendo assim, ruralidades são criadas de acordo com a configuração espacial particular de cada espaço, pois há “particularidades que podem ser constatadas por meio das atividades econômicas, das formas de ocupação do espaço, da paisagem, dos atores, das relações de trabalho e das representações sociais” (MOTA; SCHMITZ, 2002, p. 393).

Em sua, entende-se a notada relevância de reconhecer que nas relações campo-cidade e rural-urbano. Observa-se a ocorrência de mutações no espaço geográfico promovem a complementaridade e simultaneamente. Contudo não se negam as particularidades de cada localidade, os papéis, as funções, as características do campo e da cidade.

A mesorregião Sul/Sudoeste de Minas e o município de Guaranésia: características e dinâmicas econômicas

O Brasil está dividido em mais de 5,5 mil municípios. Esse amplo quadro se apresenta heterogêneo. Isso quer dizer que, para desvelar o espaço geográfico nacional, torna-se necessário analisar as características regionais e as articulações existentes na rede urbana, frente aos arranjos espaciais e suas mudanças ao longo do tempo, conforme mencionamos nos tópicos anteriores. O nosso recorte empírico, o município Guaranésia, compõe a mesorregião Sul/Sudoeste de Minas (também denominada como Sul de Minas), no Estado de Minas Gerais. Dessa forma, iremos analisar tanto o município quanto a mesorregião.

Na segunda metade do século XIX, a produção cafeeira se expandiu em diversas localidades sul-mineiras, e, na contemporaneidade, a região do Sul de Minas é reconhecida como a maior produtora de café do país (CASTILHO, 2008). O desenvolvimento dessa

atividade advém de características físico-territoriais da região, como: relevo topográfico e clima propícios para o desenvolvimento da cafeicultura; a localização/situação geográfica, já que a região é fronteira dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o que propicia maior fluxo de escoamento dos produtos por meio dos fixos (os modais de transporte), que são as linhas férreas e as redes de transporte rodoviário interestadual (FREDERICO, 2014).

Observam-se centros de negociação especializados e uma rede logística composta por diversos modais de transporte que compõem o circuito espacial produtivo sul-mineiro. Na região se encontram armazéns para estocar elevados volumes de café, e corretoras, exportadoras, cooperativas para negociar o mesmo. Por sua vez, as transportadoras efetuam o escoamento do grão (FREDERICO, 2014). Tais objetos geográficos compostos de elevadas densidades técnicas e normativas, caracterizam-se como estruturas capazes de agilizar o armazenamento, circulação e distribuição dos produtos.

Nesse contexto histórico e geográfico, a cafeicultura se destaca como principal atividade agrícola na mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas. Cerca de 25% (670.734 toneladas) do volume nacional de café (arábica) é produzido na região (IBGE, 2017a). Ademais, a produção cafeeira é importante tanto para o setor agrícola, quanto para os setores industrial, comercial e de serviços, já que para atender as demandas da cafeicultura, indústrias e serviços especializados estão localizados no Sul de Minas.

A produção cafeeira também molda as dinâmicas socioespaciais no Sul de Minas, já que para atender as demandas de mão de obra dessa atividade, as relações rural-urbano e campo-cidade são fortalecidas. Evidencia-se que os residentes dos pequenos núcleos urbanos suprem as demandas de mão de obra nas fazendas produtoras de café, como é o caso do município de Guaranésia.

O município de Guaranésia-MG (Figura 1) tem uma população estimada em 19 mil habitantes (IBGE, 2021). Conforme Melo (2021), cerca de 1,8 mil pessoas habitam o campo, trabalhando no cultivo de produtos como café, soja, milho, cana-de-açúcar, legumes, frutas e verduras.

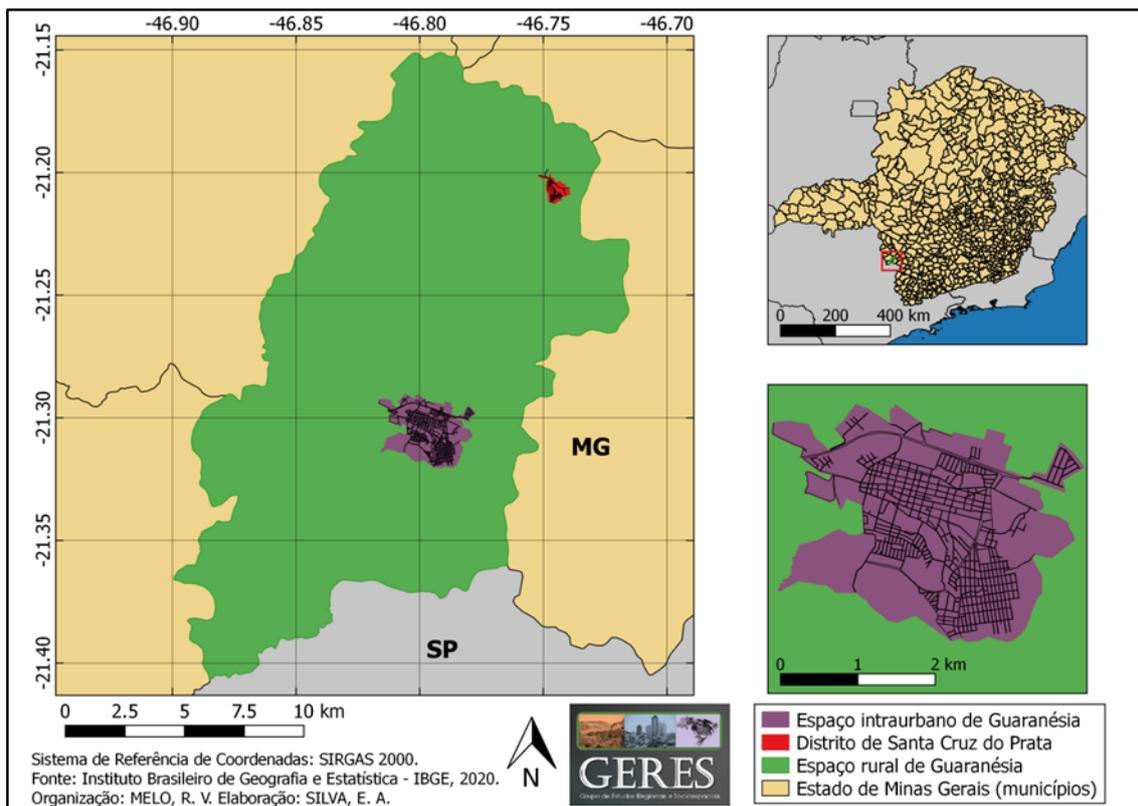


Figura 1 – Mapa de localização do município de Guaraniésia-MG.

Fonte: IBGE (2020). Organização e Elaboração: autores.

Guaraniésia está inserido na Região Geográfica Imediata de Guaxupé-MG (Figura 2). Guaxupé é cidade-polo para nove municípios de sua região imediata, estando hierarquicamente subordinada à Varginha-MG, que é a cidade média de maior influência na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas. Por sua vez, Varginha é cidade-polo para 82 municípios de sua região geográfica intermediária (IBGE, 2017b).

Vale ressaltar que, em 2020, cerca de 44% dos municípios da Região Geográfica Intermediária de Varginha possuíam menos de 10 mil habitantes, e 55% continham entre 10 e 50 mil habitantes. O restante apresentava acima de 50 mil habitantes. Os dois maiores municípios em porte demográfico eram Varginha e Passos, com 136 mil e 115 mil habitantes respectivamente (FJP, 2020). Portanto, pode-se inferir que a grande maioria dos municípios da Região Geográfica Intermediária de Varginha possui porte demográfico pequeno.

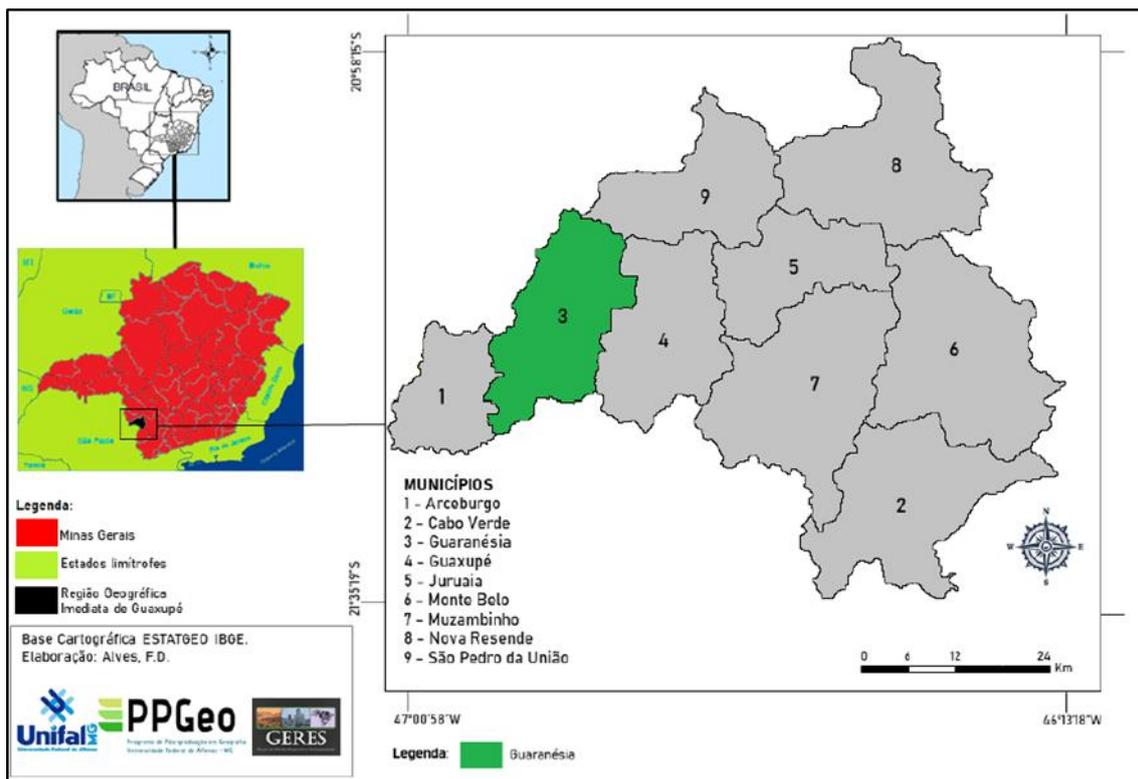


Figura 2 – Mapa da Região Geográfica Imediata de Guaxupé-MG.

Fonte: IBGE (2014). Elaboração: Flamarion Dutra Alves (2021).

No que tange à produção agrícola de Guaranésia, o município possui 563 estabelecimentos agropecuários que ocupam uma área de 5.3 mil hectares, desse total, 293 estabelecimentos produzem o café (Figura 3), o que corresponde a uma área de total de 4.8 mil hectares, com produção de 5.6 mil toneladas do produto. Cabe salientar que o agronegócio cafeeiro atinge amplamente o espaço agrário local, que é, em grande parte, composto por agricultores familiares. Cerca de 96% desses produtores participam das dinâmicas do agronegócio, conforme demonstrado por Melo (2021).



Figura 3 – Lavouras de café em Guaranésia, 2021.

Fonte: Arquivo pessoal de Renata Vieira de Melo. Fotos registradas em trabalho de campo.

O café produzido localmente é exportado para diversos países, principalmente por meio de cooperativas, como a Cooxupé – a maior cooperativa de café do mundo – que atua em toda a região. A Cooxupé tem sua sede localizada em Guaxupé-MG, município limítrofe que está hierarquicamente superior ao município de Guaranésia, influenciando nas ações econômicas desse último. Atualmente, a Cooxupé apresenta mais de 14 mil cooperados, sendo 95% destes produtores que vivem da agricultura familiar (MELO, 2021).

Ademais, as interações espaciais na mesorregião, entre as cidades locais e cidades intermediárias facilitam as negociações e escoamento do café. Isso ocorre por meio de escritórios, transportadoras e portos secos (localizados em grande parte nas capitais regionais do Sul/Sudoeste de Minas), pela compra de maquinários e insumos para produção (localizados em grande parte nas cidades médias).

O café é uma *commodity* negociada em bolsas de valores, com produção padronizada e voltada às demandas externas. Devido à isso, as denominadas relações transversais (SPOSITO, 2007), ou interações espaciais interescalares (CATELAN, 2013), são promovidas na região do Sul de Minas.

Observa-se que as cidades pequenas sul-mineiras, como o caso de Guaranésia, participam da economia nas escalas nacional e global por meio do agronegócio cafeeiro, tendo como apoio a gestão e os serviços dispostos nas cidades médias e nas capitais regionais da região, como Varginha-MG, Pouso Alegre-MG e Poços de Caldas-MG.

Pode-se inferir que há um conjunto de agentes envolvidos no processo de especialização produtiva, sendo os gestores responsáveis pela configuração territorial e dinamização econômica, que adequa a economia regional ao capital financeiro internacional. A produção local e regional, nesse contexto, torna-se muito mais complexa em termos organizacionais, em importância econômica e financeira no território, ao mesmo modo em que também crescem a vulnerabilidade e a instabilidade territorial (SANTOS, 1979). Em razão disso, os agentes econômicos locais e regionais encontraram em Minas Gerais as condições propícias para sua territorialização. Contudo, cabe salientar que a economia da região pode se encontrar dependente e subordinada aos interesses do capital internacional, pois “uma região especializada em tal cultivo é, desta forma, extremamente vulnerável à ações e interesses exógenos” (PEREIRA, 2014, p. 239).

Além do setor agropecuário, a economia de Guaranésia é composta pelos setores atrelados à indústria de transformação, comércio e serviços especializados, que produzem grande parcela do Produto Interno Bruto (PIB) do município. Do total do PIB do município (476,9 milhões de reais), 229,2 milhões corresponde às atividades de comércio e serviços (48%), 172,3 milhões às atividades industriais (36%) e somente 14,4 milhões (3%) corresponde às atividades agropecuárias (IBGE, 2019).

No setor industrial, estão presentes indústrias de capital estrangeiro, como uma fábrica de origem italiana, que produz acessórios para máquinas agrícolas (cabines, toldos, plataformas, chassi e braços) e acessórios para movimentação de solo. O comércio e serviços correspondem, em grande parte, às atividades que atendem o setor agropecuário local e regional.

O cultivo de cana-de-açúcar em Guaranésia

Atualmente, a produção de cana-de-açúcar ocupa uma área equivalente a 1.050 hectares, e produz cerca de 78.7 mil toneladas do produto (IBGE, 2020). Devido aos programas governamentais Proálcool, Proterra, Polonordeste, Sudam, Sudene, dentre outros, que incentivaram a produção canavieira para a produção de álcool, a expansão da área de cultivo da cana-de-açúcar e o crescimento de destilarias se tornou evidente em boa parte do território nacional.

Em termos de área plantada, o estado de São Paulo é o maior produtor do cultivo ocupando o primeiro lugar com 4,5 milhões de hectares, em segundo o estado de Goiás com 971,6 mil hectares, Minas Gerais é o terceiro com 854,2 mil hectares e Mato Grosso do Sul é o quarto com 637,2 mil hectares. A produção de canavieira nos quatro estados na safra de 2020/2021 foi de 354,3 milhões de toneladas em São Paulo, 74,1 milhões de toneladas em Goiás, 70,5 em Minas Gerais e 48,9 milhões de toneladas em Mato Grosso do Sul (CONAB, 2021).

A produção canavieira em território mineiro não apresentava relevância até o início na década de 70 do século XX, devido à importância dada em outras atividades econômicas do estado, vinculadas aos produtos minerais, à pecuária de corte e de leite e à produção de café e de grãos. Contudo, o estado foi crescentemente beneficiado pelas subvenções do Proálcool, que estimulou a expansão dos canaviais (RODRIGUES; ROSS, 2020), transformando as bases espaciais historicamente organizadas pelos agentes hegemônicos

ligados à cafeicultura. Desde então, o setor sucroalcooleiro compartilha espaço com a produção cafeeira, moldando as dinâmicas econômicas e socioespaciais no estado.

Referente à produção canavieira em Guaranésia, essa foi iniciada na década de 1970, e foi impulsionada em 1983, quando houve a instalação da Destilaria Alvorada do Bebedouro em razão da difusão do programa governamental Proálcool. O empreendimento custou o equivalente a R\$1.239.000,00 no período, sendo financiado pela extinta Caixa Econômica de Minas Gerais (FRANCO, 2018).

O empreendimento agroindustrial (Figura 4) ocupou uma área de 5 alqueires de terra, e sua produção canavieira contava com mais 5 mil alqueires (FRANCO, 2018). Durante anos, o grupo empresarial Alvorada do Bebedouro obteve seu ápice econômico com as instalações, porém suas ações foram vendidas, tendo seu nome alterado para Alvorada do Bebedouro Açúcar e Álcool. Após as negociações de transferência, a empresa entrou em um período de declínio financeiro, e, em meados dos anos 2000, e seu nome começou a ser associado a recorrentes polêmicas advindas de elevadas dívidas com fornecedores, empregados, prestadores de serviços, entre outros.



Figura 4 – Instalações da destilaria, desativada e abandonada, 2021.

Fonte: Arquivo pessoal de Renata Vieira de Melo. Fotos registradas em trabalho de campo.

Antes do declínio, a territorialização da produção canavieira havia abarcado propriedades no sistema de arrendamento, empregado centenas de habitantes locais, atraído imigrantes para a prática do corte de cana, contratado serviços tecnológicos e maquinários agrícolas para suprir as demandas de produção. No entanto, em 2015, quando o grupo empresarial responsável decretara falência, os envolvidos foram lesados financeiramente. Segundo o sindicado dos produtores rurais de Guaranésia (FRANCO, 2018), só no município, cerca de 230 produtores arrendam terras para a destilaria. Além de produtores de Guaranésia, proprietários de outros seis municípios da região também arrendavam terras para a empresa.

Tabela 1 – Quantidade Produzida (em toneladas) de cana-de-açúcar e café, em Guaranésia-MG.

Produto x Anos						
Produto	1980	1990	2000	2010	2014	2017
Café	2.430	4.709	3.388	8.237	6.516	4.675
Cana	15.730	288.000	105.600	209.100	246.820	9.000

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017a).

Observa-se na tabela 1 que a produção de cana-de-açúcar no município já havia expressividade anos 80, obtendo seu auge próximo do declínio da atividade, em 2015. É possível correlacionar esse período com a expansão e posterior retração da área plantada, como demonstra a Tabela 2:

Tabela 2 – Área plantada (em hectares) de cana-de-açúcar e café, em Guaranésia-MG.

Área x Anos					
Produto	1990	2000	2010	2014	2017
Café	5.236	4.400	4.160	3.503	3.435
Cana	3.600	1.600	2.550	3.010	180

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017a).

A tabela 2 mostra que houve a diminuição da área plantada do café enquanto se elevou a área plantada de cana-de-açúcar ao longo das décadas, e que, durante o auge da plantação canavieira sobre o domínio da Destilaria Alvorada do Bebedouro, as áreas plantadas da cana-de-açúcar e as de café atingiram patamares aproximados. Pode-se inferir que boa parte dos produtores locais optou por arrendar suas terras para a Destilaria, já que custos da produção cafeeira são consideravelmente elevados.

Considerações finais

Apesar de Guaranésia apresentar população e território urbano de pequeno porte, menores papéis e funções na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, o município encontra-se inserido em dinâmicas econômicas das escalas nacional e global, já que suas atividades econômicas principais são dos setores secundário e terciário, que atendem, em grande parte, às atividades agropecuárias da localidade e região; assim como os cultivos de produtos agrícolas, sendo o café para a exportação, e a cana-de-açúcar para atender o setor sucroalcooleiro, apesar do declínio dessa atividade nos últimos anos.

Em sua, podemos dizer que Guaranésia se enquadra como uma das “cidades do agronegócio” (ELIAS; PEQUENO, 2005), pois sua função principal evidentemente se associa às demandas produtivas dos setores da agricultura moderna, e que nela se realiza a materialização das condições gerais de reprodução ampliada do capital do agronegócio.

Na mesma linha, tendo como base a classificação proposta por Andrade e Alves (2021), podemos considerar que Guaranésia se enquadre como uma pequena cidade de atividades “rurais da Agricultura Comercial e Agronegócio” (p. 80). Isso porque no Sul de Minas há predominância das práticas agropecuárias voltadas às agroindústrias da região. A classificação proposta por esses autores favorecem um melhor entendimento das particularidades encontradas nas cidades pequenas localizadas no Sul de Minas.

Referências

ANDRADE, Alexandre Carvalho de; ALVES, Flamarion Dutra. A Geografia das pequenas cidades no Sul de Minas Gerais: uma proposta classificatória. In: MANFIO, Vanessa; BENADUCE, Gilda Maria Cabral. (Orgs.). **A geografia das pequenas cidades: estudos teóricos e práticos** – Rio de Janeiro: Libroe, 2021. 286 p. ISBN 978-65-991247-7-8 Disponível em: <doi.org/10.35417/978-65-991247-7-8>. Acesso em 10 jun. 2022.

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da H. **Pequenas cidades na região de Catanduva - SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004. 350 f.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. As estradas de ferro do sul de Minas. **Revista de História Econômica e Economia Regional**. Juiz de Fora, v.7, n.12, 2012.

CASTILHO, Ricardo. Região competitiva e logística: expressões geográficas da produção e da circulação no período atual. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2008, Santa Cruz do Sul RS. **Anais do IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul, RS: Unisc, v. 1, 2008.

CATELAN, Márcio José. **Heterarquia Urbana: Interações espaciais interescolares e cidades médias**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013. v. 1. p. 291.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da Safra Brasileira- Cana-de-Açúcar**. 2021. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safra/cana>. Acesso em: 25 dez. 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. In: **Os caminhos da reflexão da cidade e do urbano**. São Paulo: Edusp, 1994, p. 323-359.

_____. Globalização e Reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, v. 6, n. 6, p. 43-53, jan. jun., 1999.

DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, Amália Inés Geraiges de.; ARROYO, Mónica.; SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**, p. 135-147, 2006.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Espaço urbano no Brasil agrícola moderno e desigualdades socioespaciais. **Terra Livre**, v. 2, n. 25, p. 13-33, 2005.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no Noroeste do Paraná**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, Presidente Prudente, 2006. 505 f.

FRANCO, David. **Museu Histórico de Guaranésia**: Hemeroteca Digital da Imprensa de Guaranésia-MG. 2018. Disponível em: <https://guaranesiamemorias.wordpress.com/destilaria-alvorada-do-bebedouro/>. Acesso em: 01 jan. 2020.

FREDERICO, Samuel. Circuito espacial produtivo do café e o jogo de escalas. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 37-48, jan./abr. 2014.

FRESCA, Tânia Maria. **A dinâmica funcional da rede urbana do oeste paulista**. Estudo de casos: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSC, Florianópolis, 2990. 282 f.

FRESCA, Tânia Maria. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino da Geografia. **Revista Geografia**, Londrina: UEL, vol. 10, n. 01, 2001. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo700677-em-defesa-dos-estudos-das-cidades-pequenas-ensino-de-geografia. Acesso em: 6 mai. 2021.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Aspectos Demográficos da Região Geográfica Intermediária de Varginha**. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/01.09_Inf_CEP_Demografia_07_2020-1.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. 2017a. Disponível em: <http://www.sidra.gov.br> Acesso em: 2 jan. 2022.

_____. **Divisão do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 8 set. 2021

_____. **Produção Agrícola Municipal**. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao->

agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=destaques>. Acesso em: 25 jul. 2021

_____. **Estimativas da População**. 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e->>. Acesso em: 8 dez. 2021.

MARQUES, Teresa Sá. Dinâmicas territoriais e as relações urbano-rurais. **Revista da Faculdade de Letras - Geografia**, 1 Série, Vol. XIX, Porto, p. 507-521, 2003.

MELO, Renata Vieira de. **Territorialização dos agrotóxicos na agricultura familiar no município de Guaranésia-MG**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2021. 168 f.

MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heriberth. Pertinência da categoria rural para análise social. **Ciências Agrotecnicas**, v. 26, nº 2, 392-399, 2002.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. “Globalização, especialização territorial e divisão do trabalho: Patrocínio e o café do cerrado mineiro”. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía** 23 (2): 239-254, 2014.

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental**. Uberlândia : EDUFU, 2020. 272 p.

ROMA, Cláudia Marques. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. 137 f.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. [1996]. São Paulo: Edusp, 2006. 2. ed. 259p.

SCHNEIDER, Sérgio. Políticas públicas, pluriatividade e desenvolvimento rural no Brasil. CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA RURAL/ALASRU, 7. **Anais...** Quito, Ecuador, p. 01-19, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio.; VERARDI FILHO, Marco Antônio. As atividades rurais não-agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá (Colombia), v. 1, nº 44, p. 11-44, 2000.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Planos diretores em municípios de pequeno porte: reflexões a partir de experiências multidisciplinares. **Formação**, Presidente Prudente, v. 2, n. 15, p. 13-24, 2008.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Migração e permanência das pessoas nas cidades pequenas: os casos de Pirapozinho e Álvares Machado na Alta Sorocabana**. 1982. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 1982. 238 f.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades Pequenas:** perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, 148 p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão popular, v. 1, p. 233-253, 2007.

A centralidade de pequenas cidades: uma discussão a partir da Região Imediata de Três Corações-MG

Lucas Manoel²⁹

Introdução

A busca pelo tema centralidade³⁰ costuma retornar trabalhos feitos preferencialmente no nível dos médios e grandes centros urbanos do que no nível das pequenas cidades, mesmo sendo essas em maior quantidade na rede urbana. A razão para terem seu poder de atração menos investigado pode ter relação com o fato de seus raios de atuação serem muito restritos quando comparados com as interações espaciais alcançadas pelos médios e grandes centros, que, geralmente, geram mais provocações e demandas dentro das produções acadêmicas e científicas. Diante dessa situação, este capítulo apresenta como é a centralidade de pequenas cidades localizadas no Sul do estado de Minas Gerais com o objetivo de chamar atenção para a importância dos centros locais e centros de zona para a população local e circunvizinha. Objetiva-se apresentar, ainda, um conjunto de aspectos típicos da pequena cidade: sua média populacional, os tipos ideais, a morfologia-funcional, a sua indissociabilidade com o mundo agrário e a curta distância entre elas.

Para atingir os objetivos propostos foram utilizados 5 municípios³¹ da Região Imediata de Três Corações (Mapa 1) (espaço regional delimitado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na Divisão Regional do Brasil de 2017) – é importante informar que sua cidade polo (a que dá nome à área) foi excetuada da análise por exceder o limite populacional para pequenas cidades sugerido por este capítulo, que é o de até 60 mil³² habitantes para cenários como o Sul de Minas Gerais. A pesquisa bibliográfica pautou-se na busca pela dimensão da centralidade das pequenas cidades em 5 publicações das Regiões de Influência das Cidades (REGIC) e também nas perspectivas de alguns autores sobre a morfologia-funcional e outros assuntos pertinentes ao tema. Além disso foram realizadas

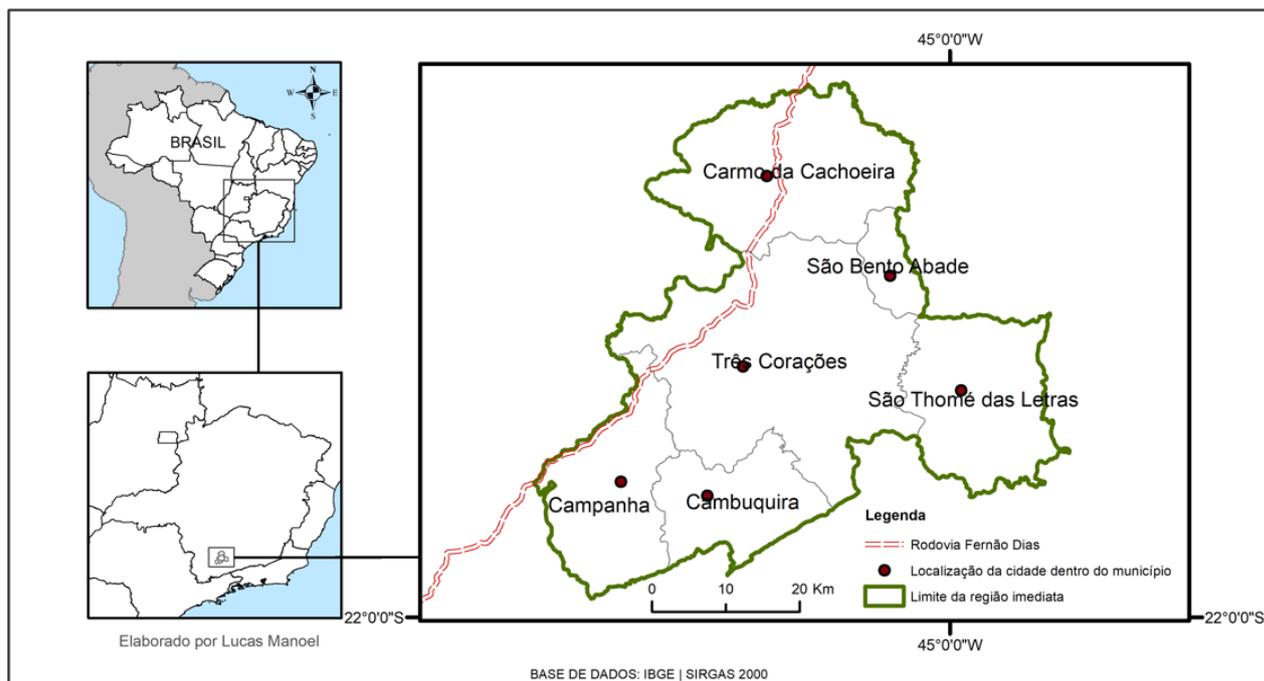
²⁹Mestre em geografia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: lucasgrutam@hotmail.com

³⁰Ver “Teoria dos Lugares Centrais”, de Bradford e Kent (1987).

³¹Campanha (*16.855), Cambuquira (*12.810), Carmo da Cachoeira (*12.193), São Bento Abade (*5.411), São Tomé das Letras (*7.151) e Três Corações (*80.561). *Estimativas populacionais para 2021.

³²A partir desse quantitativo as cidades tendem a ocupar posição hierárquica superior aos centros locais e centros de zona, a qual podemos classificar e chamar de transição sentido ao patamar de cidade média. Essa é a situação de Três Corações, que, em IBGE (2020, p. 20), aparece como “centro sub-regional B” (categoria cuja média populacional no Sudeste do país é de 85 mil habitantes).

observações diretas e direcionadas em campo para estabelecer relações entre o teórico e a realidade das cidades investigadas.



Mapa 1 - Região Imediata de Três Corações – MG.

Fonte: elaborado pelo autor, 2022

O capítulo está estruturado da seguinte maneira: após esta introdução, retirados de 5 publicações REGIC – obras que apresentam a estrutura da hierarquia urbana brasileira desde 1972 e configuram como um indispensável arcabouço teórico acerca dessa temática – estão apontamentos sobre centralidade e que podem servir para a conceituação da pequena cidade, depois, serão apresentados outros apontamentos teóricos antes de serem expostas as análises e as considerações finais.

Pequenas cidades nas publicações REGIC

As publicações das Regiões de Influência das Cidades (REGIC) possuem o objetivo de contribuir “para as políticas de desenvolvimento local, regional e nacional” (IBGE, 1972, p. 8) a partir da análise da hierarquia urbana. Além disso, têm importância por permitirem “a realização de estudos comparativos da rede urbana [...] em momentos diversos de sua série histórica” (IBGE, 1987, p. 9) promovendo a observação de um panorama de “referência do sistema urbano [...] para fins de gestão do território, planejamento regional e/ou municipal, estudos da urbanização e racionalização de decisões quanto à localização de diferentes tipos

de atividades econômicas ou de infraestrutura social” (IBGE, 2000, p. 5), que são estudadas levando em conta o alcance dos relacionamentos de cada cidade. Em outras palavras, o poder de atração de cada uma, a sua centralidade. A seguir serão expostos os níveis de centralidade das pequenas cidades brasileiras à luz dessas publicações.

A primeira edição das Regiões de Influência das Cidades, publicado na década de 70 do século passado, dividiu as cidades brasileiras hierarquicamente em quatro níveis, partindo das metrópoles até chegar nos espaços menos expressivos do ponto de vista da complexidade e especialização. As cidades presentes no último patamar, conforme determina o documento, fornecem algumas comodidades essenciais “a um número reduzido de pequenas localidades próximas, geralmente serviços bancários, ensino médio, serviço hospitalar [essencial], além da concentração de produção agrícola dentro da área de atuação de um centro hierárquico superior” (IBGE, 1972, p. 14). A descrição apresentada, apontada para o centro local (nível 4 da hierarquia urbana), pode ser enquadrada como sendo a das pequenas cidades daquela época, cuja dinâmica era voltada especialmente para o próprio município.

Já na publicação posterior, divulgada em fins da década de 1980, as cidades presentes no limite inferior da hierarquia urbana passaram a ser vistas como “centros de zona”, termo utilizado por IBGE (1987, p. 24) para representar os centros com participação somente “em relação às funções de mais baixo nível hierárquico”. Combinando a descrição apresentada no parágrafo anterior com o apresentado neste, podemos colocar como uma possível definição para a pequena cidade, sobretudo as das décadas de 1970 e 1980, a noção de que eram centros de baixo nível que ofereciam à população, mormente a local, somente as comodidades mais essenciais à sua manutenção, tal como acontece hoje em dia em territórios que, em razão da pouca especialização e desenvolvimento e da distância que estão de médios e grandes centros urbanos, ainda encontram-se com interações espaciais bastante limitadas.

Na sequência, publicação do ano 2000 (referente a 1993), as pequenas cidades foram divididas considerando suas especificidades, isto é, embora pertencentes a um mesmo grupo (sempre o último ou os últimos da hierarquia urbana), considerou-se algumas variações entre elas que permitiram separá-las como “predominantemente centros de zona ou centro local” (com grau de centralidade de “médio para baixo”), as que estavam “tendendo a ser centro de zona ou centro local” (com grau “fraco”) e os “municípios subordinados” (que apresentaram um grau “muito fraco”) (IBGE, 2000, p. 25). Aqui já é possível estabelecer uma aproximação com a realidade das pequenas cidades do século XXI, haja vista que a localização, o contexto histórico e as variações econômicas permitem afirmar que algumas tendem a se desenvolver em ritmos diferentes das outras.

Com o objetivo de atualizar o quadro de referência da rede urbana, publicou-se em 2008 uma nova edição do projeto REGIC, trabalho que dividiu as cidades brasileiras em 5 níveis, onde, com base no reduzido quantitativo populacional, é possível manter as pequenas como aquelas presentes nos 2 últimos patamares. Sobre o penúltimo, os centros de zona – com “atuação restrita à sua área imediata, [exercendo] funções de gestão elementares” –, em virtude de suas variações e contexto foi subdividido em: centros de zona A (com mediana de 45.000 habitantes) e centros de zona B (com mediana de 23.000 habitantes). Já sobre o último patamar, nomeado de centro local, o projeto coloca que cuja centralidade e também atuação essas áreas “não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, [apresentando quantitativo] inferior a 10 mil habitantes” (IBGE, 2008, p. 11 e 13). Embora o IBGE não trate objetivamente esses níveis como grupos formados por pequenas cidades, seguimos classificando-as dessa forma.

Mantendo os nomes e as divisões expostas no parágrafo anterior, o projeto REGIC publicou no ano de 2020 a sua atualização mais recente revelando os principais aspectos da hierarquia urbana brasileira para o ano de 2018. Nessa nova edição as pequenas cidades, que estão diretamente ligadas ao patamar inferior da rede urbana e por isso a nossa ligação entre elas e os centros de zona e centros locais, foram apresentadas da seguinte forma pelo IBGE:

Centros de Zona. As Cidades classificadas no quarto nível da hierarquia urbana caracterizam-se por menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número inferior de Cidades vizinhas em virtude da atração direta da população por comércio e serviços baseada nas relações de proximidade. [...] Centros Locais. O último nível hierárquico define-se pelas Cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras Cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra Cidade. Simultaneamente, os Centros Locais apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, geralmente tendo outros centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividades cotidianas de compras e serviços de sua população, bem como acesso a atividades do poder público e dinâmica empresarial. (IBGE, 2020, p. 13).

A atualização permitiu apresentar uma média populacional de até 60 mil para o caso do centro de zona A e média de até 35 mil na situação do centro de zona B. Já para os centros locais a média ficou até 20 mil habitantes – os valores podem sofrer alterações dependendo da região. Colocado isso, o que se pôde perceber a partir das leituras das obras REGIC foi que as pequenas cidades, com média entre 15 mil e 60 mil habitantes, podem ser vistas como sendo centros de zona (cuja polarização atinge basicamente os municípios vizinhos) e aquelas com média entre 7,5 mil e 20 mil habitantes, vistas como sendo centros locais (cuja influência é restrita ao próprio município). Todas disponibilizam as comodidades, produtos e serviços

mais essenciais do cotidiano, ou seja, fornecem somente àquilo que é imediato à demanda da população local ou circunvizinha.

É importante dizer que, embora práticos, os resultados levantados nessas obras não dão conta de apresentar com certeza até onde pode ir o alcance da centralidade das pequenas cidades, haja vista que com a globalização muitas passaram a participar de interações espaciais cada vez mais complexas e multiescalares, principalmente se observadas à luz da perspectiva hierarquia-heterarquia, ideia que será explicada a seguir.

Sobre as limitações dos estudos REGIC, podemos nos apropriar de uma visão feita por Catelan (2013) e que pode dar conta de explicar, também (mas com as devidas ressalvas), as novas centralidades que podem atingir as pequenas cidades. Para o autor, as cidades médias “são caracterizadas na rede urbana [...] atual, pelo par hierarquia-heterarquia, tendo em vista que as interações espaciais interescalares ampliam sua onipresença regional, quanto maior [a] sua interação com outras escalas” (CATELAN, 2013, p. 38). Diante disso, ele chama atenção e nos convida a aproximar da questão “hierarquia-heterarquia” para pensarmos o cenário que surge “das funções e dos papéis das cidades médias na rede urbana, e da própria rede urbana, abarcando os estudos comparativos das muitas tipologias de cidades, [através do] movimento da sociedade e do capital [...], em suas articulações complexas e multivetoriais” (CATELAN, 2013, p. 275 – Grifo Nosso).

O excerto apresentado ajuda a explicar o fato de pequenas cidades participarem, por exemplo, do complexo mercado de vendas *online*, onde o fornecedor e/ou comprador pode localizar-se em pequenos centros urbanos espalhados pelo Brasil atraindo novas formas de centralidade para suas localidades. Há de lembrar também da participação dos centros locais e centros de zona em interações espaciais construídas sob o pano de fundo do turismo e/ou de outras variáveis como o setor agrícola e o processo de desconcentração de capital ocorrido nas principais metrópoles do país, que, embora priorize as cidades médias para a realocação de indústrias, também atinge cidades localizadas na base da hierarquia urbana. Exposto isso, seguem outras perspectivas sobre pequena cidade.

Pequenas cidades segundo alguns autores

Saindo da perspectiva proposta pelo Estado – feita através dos estudos promovidos pelo IBGE – para a bibliográfica, Corrêa (2011) diz que “a pequena cidade pode ser melhor definida em termos do grau de centralidade do que em termos de tamanho demográfico”. Embora o autor considere isso como primordial para caracteriza-las na rede urbana brasileira,

afirma que a “centralidade e tamanho demográfico estão intimamente relacionados [haja vista o fato que] as pequenas cidades, centros locais que temos em mente, dificilmente ultrapassam 20.000-30.000 habitantes”. Em suma, “ela se caracteriza por ser um centro local, isto é, um centro que exerce centralidade em relação ao seu território municipal, sua hinterlândia, onde vive uma população dispersa [especialmente no território] dedicada sobretudo às atividades agrárias” (CORRÊA, 2011, p. 6-7). Em outras palavras, serve e tem capacidade de abastecer de produtos e serviços somente os limites do próprio município. O autor também relaciona as pequenas cidades aos centros de zona, porém, sem dar detalhes, apenas menciona que são menos frequentes na rede urbana. Para concluir, ele evidencia a existência de 5 “tipos ideais: os lugares centrais, os centros especializados, reservatórios de força-de-trabalho, centros que vivem de recursos externos e subúrbios-dormitório” (CORRÊA, 2011, p. 10).

A respeito das características intraurbanas, Amorin Filho e Sena Filho (2007) dizem que a pequena cidade, que para os autores trata-se do “nível mais elementar da hierarquização urbana”, manifesta um território com um “zoneamento morfológico-funcional relativamente simples, com suas paisagens igualmente elementares” (AMORIM FILHO e SENA FILHO, 2007, p. 59). A elementaridade pode ser compreendida, em outras palavras, a partir da visão que a estrutura hierárquica da rede urbana precisa de uma base e é nessa base que estarão as cidades em maior quantidade³³. Para mais, seguem outros detalhes:

Trata-se, na realidade, de um zoneamento em gestação, em fase inicial de estruturação. Por isso, os espaços intraurbanos, que podem ser identificados pelo pesquisador, não se individualizam com clareza, mesclando-se em grande parte. Inclusive, uma das unidades zonais – a *zona periurbana* – praticamente não existe nos espaços que envolvem a periferia das pequenas cidades, na medida que, desta última para os espaços rurais a passagem se dá praticamente sem transição, isto é, de maneira abrupta. (AMORIM FILHO e SENA FILHO, 2007, p. 59).

O Quadro 1, feito por Amorin Filho e Sena Filho (2007), traz algumas características da pequena cidade. A partir das informações apresentadas e de sua utilização na realidade é possível observar quais localidades se enquadrariam no patamar de pequena cidade e se é possível estabelecer, como sugerem os autores, as informações como sendo um padrão capaz de ser reconhecido em campo. Portanto, temos até aqui quatro perspectivas que devem ser consideradas para a conceituação da pequena cidade: sua média populacional, a dimensão de sua centralidade (se é restrita ao próprio município ou se abrange os municípios limítrofes), os tipos ideais e a morfologia-funcional (aspectos da estrutura intraurbana).

³³De acordo com dados do Censo 2010, dos 5.565 municípios, 4.957 apresentavam até 50 mil habitantes, o que corresponde a 89,07% do total, comprovando a superioridade quantitativa das pequenas cidades na rede urbana. Atualmente a quantidade de municípios no Brasil subiu para 5.570.

Quadro 1 - Zoneamento morfológico-funcional e níveis da hierarquia urbana: pequenas cidades

Níveis da hierarquia urbana	Zona Central	Zona pericentral	Zona periférica	Zona periurbana
1. Pequena cidade	- Praça e rua principal; poucos equipamentos terciários (administrativos, comerciais, religiosos); forte presença de função residencial; pequena diferenciação morfológica e paisagística.	- Pouca diferenciação em relação ao centro; confundindo-se, igualmente com a periferia .	- A não ser por algumas “vilas” que acompanhavam estradas, pouco se distingue da zona pericentral; transição brusca para a zona rural .	- Praticamente não existe, enquanto zona de transição urbano-rural, já que não ocorre, na prática, tal transição.

Fonte: extraído de Amorin Filho e Sena Filho (2007, p. 60)

Apresentado o quadro de Amorin Filho e Sena Filho (2007), é possível complementar suas informações trazendo a visão de que a pequena cidade também guarda uma relação bem próxima com características típicas do campo. Sobre essa relação, temos a ótica de Lefebvre (2001, p. 50-51), onde consta que “a separação da cidade e do campo pode e deve se superar”. E isso só acontecerá a partir da consciência de que há, atualmente, a existência de um espaço híbrido decorrente da junção dos dois, o que chamamos de espaço rururbano, que na prática seria a materialidade da transição do modo de vida agrário para modo de vida urbano em um mesmo local, visível a todo momento, seja na maneira de se comunicar, no tipo de atividades desempenhadas, na calmaria do cotidiano, etc. Ou seja, um *continuum* entre o campo e cidade conforme conceituam Alves e Vale (2013), que chamam a nossa atenção para a presença do rural na cidade a partir da agricultura urbana. Essa é, portanto, mais uma nuance que se deve buscar perceber diante das pequenas cidades, em outras palavras, sua indissociabilidade com o mundo agrário, em especial, em regiões distantes dos médios e grandes centros urbanos e que, por isso, acabam promovendo uma maior preservação de seus costumes.

Outro aditivo importante à questão das pequenas cidades e que ajuda na observação de suas características fundamentais é a situação de, usualmente, se encontrarem a uma curta distância umas das outras. A respeito disso, Corrêa (1999) assinala que “as pequenas cidades, numerosas que são, geram, via de regra, expressiva densidade de centros que se situam a uma pequena distância média entre si, ainda que esta possa variar de acordo com a densidade demográfica da região em que se localizam”. O autor coloca ainda que a alta ocorrência de pequenos centros surge “de uma necessária economia de mercado”, que, por mais incipiente que seja, promove trocas “fundamentadas em uma mínima divisão territorial do trabalho”

com base em “elevadas densidades demográficas associadas a uma estrutura agrária calcada no pequeno estabelecimento rural ou em plantations caracterizadas pelo trabalho intensivo”. (CORRÊA, 1999). Isso ajuda a explicar o fato de ter diferenciações visíveis entre as pequenas cidades, isto é, quanto mais numerosas na rede urbana, mais particulares são seus lugares.

Uma outra justificativa para a pouca distância existente entre elas pode ser encontrada em Deffontaines (1944), dentre as diversas circunstâncias trazidas pelo autor para explicar o surgimento das cidades do Brasil – sendo elas as oriundas de pouso, da navegação, das vias férreas, das estações e das bocas de sertão –, as originadas de pouso (de pernoite) são as que, pelo nosso entendimento, são as que mais se sobressaíram em Minas Gerais, isso porque os viajantes caixeiros, que também eram responsáveis pelas interações espaciais e comerciais do interior do estado com o cotidiano do exterior, sobretudo o do século XVII e XVIII, tinham uma notável importância. Essa ideia pode ser observada nas palavras do autor quando expõe o seguinte: que “muitas vezes [...] atravessavam regiões completamente vazias, onde nenhuma colonização tinha começado, e, antes das fazendas, os pousos sobre as estradas constituíram os primeiros centros de povoamento” (DEFFONTAINES, 1944, p. 145). Assim, podemos somar esses apontamentos, isto é, proximidade física e a questão rururbana, aos já elencados para a caracterização do nosso objeto de pesquisa.

Para finalizar, à luz das considerações expostas nestas duas últimas seções, podemos apresentar como sendo um conjunto de observações necessárias a identificação das pequenas cidades os seguintes parâmetros: i) quantitativo populacional (até 60 mil habitantes), ii) a sua centralidade (se centro local ou centro de zona), iii) os tipos ideais (foram citados 5), iv) a sua morfologia-funcional (isto é, as suas características intraurbanas), v) a ruralidade e vi) a curta distância entre elas (para regiões como a do Sul de Minas). Exposto isso, a próxima seção irá aplicar esses parâmetros na Região Imediata de Três Corações para verificar se Campanha, Cambuquira, Carmo da Cachoeira, São Thomé das Letras e São Bento Abade possuem um padrão que possa confirmar a presença de todas elas no nível mais elementar da hierarquia urbana.

As pequenas cidades da Região Imediata de Três Corações

Considerando a premissa que cidades presentes em um mesmo patamar hierárquico e contexto regional tendem a apresentar um mesmo nível de centralidade – pelo menos que no diz respeito às ofertas de produtos e de serviços mais básicos do cotidiano –, analisou-se todas as pequenas cidades da Região Imediata de Três Corações para averiguar essa hipótese.

Lembrando que o objetivo, nesse ponto do trabalho, é o alcance da centralidade e não o que é ofertado, haja vista que os principais produtos e serviços fornecidos para a população local e circunvizinha já foram apresentados na seção “Pequenas cidades nas publicações REGIC”.

O resultado poderá servir de base para futuras investigações acerca desse tema no contexto do Sul de Minas Gerais no sentido de contribuir para uma observação pragmática desse tipo de cidade. Os apontamentos partem do panorama apresentado no Gráfico 1 – feito a partir das REGIC de 1972 até 2020 – seguido de informações complementares sobre a morfologia-funcional e outros aspectos.

Gráfico 1. Situação das pequenas cidades da Região Imediata de Três Corações nas REGIC

REGIC (1972)												
Cidade	Município	4º Nível		3º Nível		2º Nível		1º Nível				
		4 B	4A	3B	3A	2B	2A					
*São T. das Letras												
São Bento Abade												
Carmo da Cachoeira												
Campanha												
Cambuquira												
REGIC (1987)												
Cidade	Município subordinado	Centro de Zona	Centro sub-regional	Capital regional	Centro sub-metropolitano	Metrópole regional						
São T. das Letras												
São Bento Abade												
Carmo da Cachoeira												
Campanha												
Cambuquira												
REGIC (1993)												
Cidade	Muito Fraco	Fraco	Médio para fraco	Médio	Forte para médio	Forte	Muito Forte	Máximo				
São T. das Letras												
São Bento Abade												
*Carmo da Cachoeira												
Campanha												
Cambuquira												
REGIC (2007)												
Cidade	Centro Local	Centro de zona		Centro sub-regional			Capital Regional			Metrópole		
		B	A	C	B	A	C	B	A	Metrópole	Metrópole Nacional	Grande Metrópole Nacional
São T. das Letras												
São Bento Abade												
Carmo da Cachoeira												
Campanha												
Cambuquira												
REGIC (2018)												
Cidade	Centro Local	Centro de zona		Centro sub-regional			Capital Regional			Metrópole		
		B	A	C	B	A	C	B	A	Metrópole	Metrópole Nacional	Grande Metrópole Nacional
São T. das Letras												
São Bento Abade												
Carmo da Cachoeira												
Campanha												
Cambuquira												

*Classificação não encontrada. Fonte: elaborado pelo autor com base em IBGE (1972 [p. 82]; 1987 [p. 92 e 93]; 1993 [p. 106]; 2007 [p. 60 e 63] e 2020 [Base de dados REGIC 2018 - Base tabular])

Com base no panorama apresentado é possível dividir o período retratado em duas partes, a primeira com lacunas de informações e presença de diferentes níveis de centralidade (trata-se das três primeiras edições REGIC) e a segunda onde todas as cidades aparecem com igualdade (cenário apresentado para 2007 e 2018). É importante esclarecer que, na primeira edição, as apuradas não apareceram classificadas por nível (apenas apareceram como sendo “municípios”), condição que evidencia, para àquela época, uma situação onde aparecem com grau de centralidade abaixo do estabelecido para compor o estágio mais baixo da hierarquia urbana brasileira. A seguir, a Figura 1 mostra um recorte da morfologia-funcional das cidades com a intenção de encontrar similaridades entre elas, semelhanças que foram comparadas a partir da proposta de Amorin Filho e Sena Filho (2007) e também com base em observações diretas realizadas em campo, onde pôde-se levantar importantes constatações.

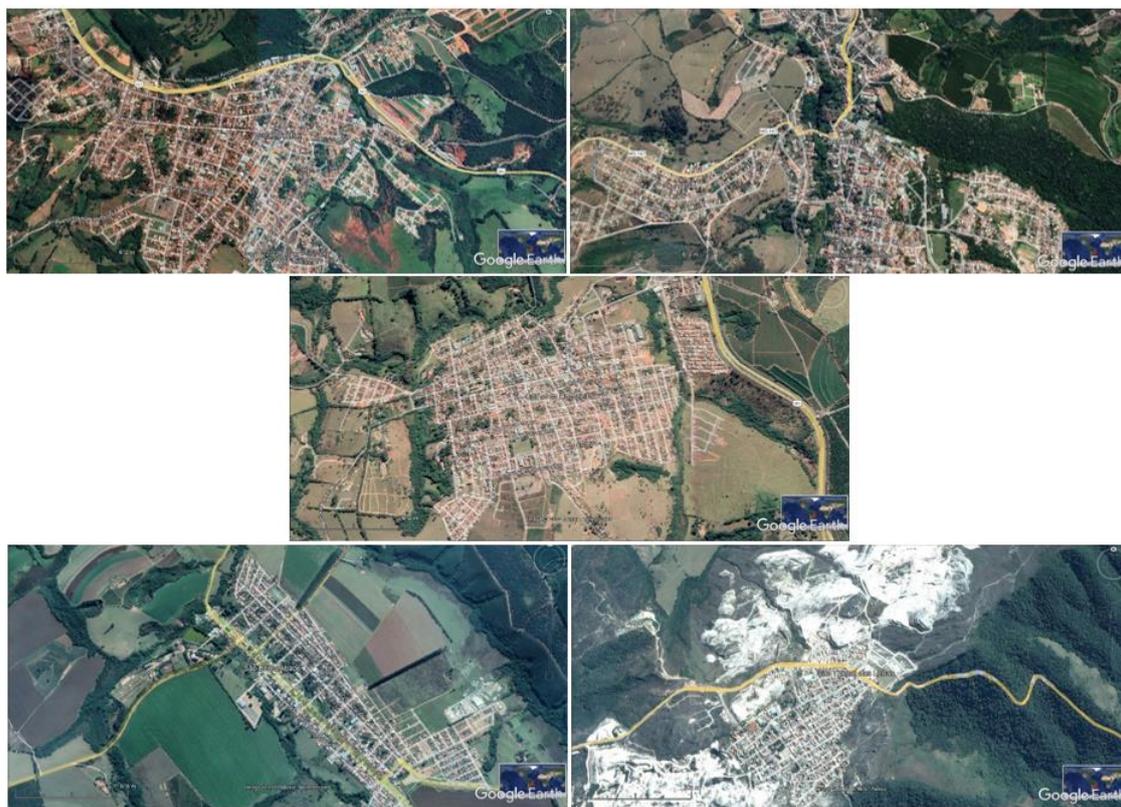


Figura 1 - Panorâmica das pequenas cidades da Região Imediata de Três Corações

Fonte: Google Earth, 2022 (Organização do autor). Todas as imagens foram capturadas na plataforma considerando uma altura da superfície que variou de 612m a 620m de altura. A exposição das imagens está na seguinte ordem: Campanha, Cambuquira, Carmo da Cachoeira, São Bento Abade, São Thomé das Letras (cuja mancha branca é resultado da mineração no local).

Considerando as imagens expostas e as visitas técnicas direcionadas feitas em campo, foi possível tecer algumas importantes considerações a respeito da morfologia-funcional das pequenas cidades analisadas, a começar pelo fato de apresentarem, conforme já era esperado, especificidades em razão de fatores de ordem elementar, como o relevo local, e da facilidade

de acessibilidade, como a proximidade com a principal via de escoamento da região (a Fernão Dias³⁴), soma-se a essas também àquelas que decorrem do contexto histórico e econômico de cada localidade, a exemplo das áreas que são mais inclinadas para a prática da agropecuária e/ou para a do turismo, dentre outros, condições que influenciam diretamente na produção do espaço local.

A quantidade de habitantes está diretamente ligada à dimensão da mancha urbana de cada localidade e conseqüentemente às divisões do espaço intraurbano, ou seja, quanto maior é a população, maior é a ocupação horizontal do solo em razão de haver, nesse grupo, pouca verticalidade predial para uso residencial e/ou comercial – isso foi percebido ao comparar os 5 panoramas, dos quais dois se destacaram: a mancha urbana de Campanha é mais espreada do que a de São Thomé das Letras.

A respeito do zoneamento morfológico-funcional das cidades – o centro, pericentro, periferia e periurbano – constatou-se que as características intraurbanas seguem basicamente os mesmos padrões dispostos por Amorin Filho e Sena Filho (2007). No entanto, é relevante registrar que no caso da “transição brusca para a zona rural”, em São Bento Abade e em São Thomé das Letras isso é mais presente do que em localidades como Campanha e Carmo da Cachoeira. A justificativa está, também, no baixo quantitativo populacional apresentado que dificulta a formação de uma zona de transição bem definida.

Já sobre a questão da ruralidade presente em zonas urbanas, em todos os cenários examinados foi possível perceber *in loco* – diante às características paisagísticas observadas e a percepção do cotidiano – que podem ser consideradas, em maior ou em menor grau, como espaços rururbanos, em outras palavras, exemplos materiais e imateriais da indissociabilidade do urbano com o mundo agrário. Vale colocar que São Thomé das Letras, em razão do fluxo de turistas, tende a fugir dessa realidade sobretudo nos finais de semana e dias de feriados.

Considerando agora os tipos de pequenas cidades apresentados por Corrêa (2011), é possível expor que os espaços investigados constituem, preferencialmente, lugares centrais e centros especializados. Sobre o primeiro, o autor diz que a distribuição de bens e de serviços para o setor rural “é a principal atividade [...]. Insumos, equipamentos e assistência técnica, de grande demanda por parte do mundo agrário, são oferecidos por empresas locais, [...]”. Bens e serviços para a população agrícola e do próprio lugar central são também oferecidos” (CORRÊA, 2011, p. 11). Sobre o segundo, diz que “constituem núcleos de povoamento que desenvolvem atividades específicas, as quais conferem-lhes uma identidade singular (centro

³⁴Ver novamente Mapa 1.

têxtil, [...] de mineração, de peregrinação, etc.). As outras atividades [...] são mais dependentes da atividade específica e da população [...] (CORRÊA, 2011, p. 11). É preciso mencionar que não foram identificados na Região Imediata de Três Corações, à priori, presença de “centros que vivem de recursos externos”.

Considerações finais

Com base nos apontamentos retirados dos estudos REGIC, nas perspectivas teóricas apresentadas e na experiência obtida em campo, é possível expor como sendo um importante conjunto³⁵ de elementos característicos da pequena cidade, o seguinte: dependendo da região, a pequena cidade pode apresentar até 60 mil habitantes; sua centralidade é baixa podendo ser exercida dentro do próprio município (centros locais) ou municípios vizinhos (como centros de zona); possui particularidades que permitem categoriza-las por tipo; sua estrutura interna possui morfologia-funcional elementar com zoneamento apresentando pouca diferenciação paisagística; apresenta fortes laços com a ruralidade e também curta distância entre elas. Nas localidades que compartilham um mesmo contexto regional, em razão da proximidade física, a hipótese de que cidades presentes em um mesmo patamar hierárquico tendem a apresentar um mesmo nível de centralidade foi vista como verdadeira se considerarmos as duas últimas REGIC e as cidades investigadas. Para encerrar, os resultados desta pesquisa, somados aos resultados expostos nos demais capítulos do livro, contribuem, à sua maneira, para uma visão do tema “pequenas cidades” no Sul de Minas e Campos das Vertentes.

Referências

- ALVES, Flamarion Dutra; VALE, Ana Rute do. **A relação campo-cidade e suas leituras no espaço**. ACTA Geográfica, Boa Vista, Edição Especial. Geografia Agrária, 2013
- BRADFORD, M.G. e KENT, W. A. **Teoria dos Lugares Centrais**: o modelo de Christaller. in: Geografia Humana: teorias e suas aplicações, p. 17-45. Ed.: Gradiva, 1987
- CATELAN, Márcio José. **Heterarquia urbana: interações espaciais interescalares e cidades médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013
- DEFFONTAINES, Pierre. **Como se constituiu no Brasil a rede de cidades II**. p.141-148. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro. v.2, n.14, 1944
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas**. Rio de Janeiro, 1972

³⁵Considera-se importante trabalhar esse conjunto de características de forma combinada.

_____. **Regiões de Influência das Cidades.** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: [Coordenação de Roberto Lobato de Azevedo Corrêa]. Rio de Janeiro, 1987

_____. **Regiões de influência das cidades: 1993.** Departamento de Geografia. Rio de Janeiro, 2000

_____. **Regiões de influência das cidades: 2007.** Diretoria de Geociências | Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro, 2008

_____. **Regiões de influência das cidades: 2018.** Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro, 2020

CORRÊA, Roberto Lobato. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, 30, 2011, pp. 05 -12

_____. **Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades.** Revista Território, ano IV, n.6, p.43-53, 1999

FILHO, Oswaldo Bueno Amorim; FILHO, Nelson de Sena. **A Morfologia das Cidades Médias.** Goiânia: Ed. Vieira, 2007

LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital.** Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 2º ed.

Paisagens e lugares no município de Passa Quatro-MG: um estudo geográfico-fenomenológico

Felipe da Silva Vieira³⁶
Flamarion Dutra Alves³⁷

Introdução

Este trabalho apresenta resultados referentes à monografia intitulada “Paisagens e Lugares Topofílicos na Serra da Mantiqueira: um estudo geográfico-fenomenológico no município de Passa Quatro-MG”, construída para a conclusão do curso de Geografia bacharelado pelo autor em 2019. Deste modo, trata-se de uma pesquisa qualitativa que objetivou compreender a percepção da população passaquatrense perante as paisagens e lugares do município (Figura 1).

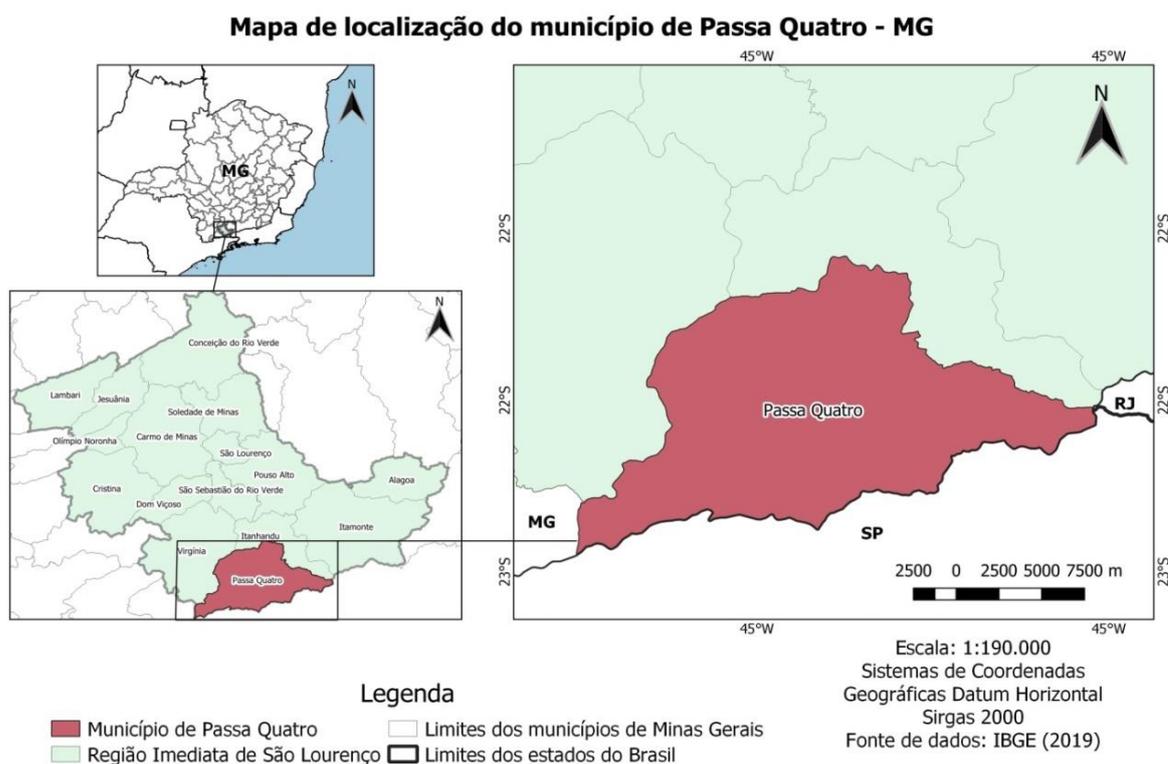


Figura 1 - Mapa de localização do município de Passa Quatro-MG.

Fonte: O autor.

³⁶ Doutorando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), bolsista FAPERJ. E-mail: felipe.vieira@sou.unifal-mg.edu.br.

³⁷ Professor Associado II no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: flamarion.dutra@unifal-mg.edu.br.

Considerando as dinâmicas socioespaciais ali existentes e suas relações com outros municípios, Passa Quatro pode ser entendida como pequena cidade (CORRÊA, 2011). De acordo com o IBGE (2021), estima-se que a população do município soma 16.439 habitantes, destes, segundo último censo realizado em 2010, 76,92% residem no espaço urbano, enquanto 23,08% no espaço rural (IBGE, 2010). Sua economia liga-se em grande parte ao setor de serviços, sendo 53,42% do PIB. As atividades industriais e agropecuárias somam 16,75% e 13,82% respectivamente, enquanto 16,01% estão relacionados à administração pública (IBGE, 2019).

O município está inserido na Serra da Mantiqueira, faz divisa com os estados de São Paulo e Rio de Janeiro e possui em sua paisagem marcas naturais e culturais expressivas. Destaca-se o complexo montanhoso conhecido como Serra Fina, com montanhas que se aproximam dos três mil metros de altitude, bem como nascentes e cursos de água que são de considerável importância para a região. Em relação à paisagem cultural, percebe-se a existência de artistas e eventos ligados à música, artes plásticas, fotografia e artesanato. Além disso, têm-se a presença de construções antigas e históricas, relacionadas ao patrimônio histórico e cultural preservado, que representam a história e identidade do município (VIEIRA, 2019).

Diante destes aspectos, surgem as seguintes questões: De que forma acontece a relação dos moradores de Passa Quatro com as paisagens e lugares? Estas paisagens e lugares influenciam a atração e perpetuação dos moradores no município? Quais as medidas adotadas pelo poder público em relação às marcas das paisagens e à manutenção dos lugares, festividades e costumes? Estas problematizações guiaram a realização da pesquisa.

Isto posto, o presente capítulo estrutura-se a partir da seguinte divisão: primeiramente buscar-se-á explicar a metodologia adotada para a construção deste estudo, evidenciando o método utilizado e os procedimentos seguidos em cada etapa. Em um segundo momento, apresenta-se a discussão teórica a partir de revisão bibliográfica sobre os conceitos de paisagem e lugar relacionados à geografia cultural e humanística, vertente seguida neste trabalho. Por último, evidenciam-se os resultados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa, assim como as considerações finais.

Procedimentos metodológicos

Como caminho para a realização deste estudo adotou-se o método fenomenológico, utilizando-o através dos recursos geográficos. Segundo Holanda (2006, p. 370-371) “a pesquisa ‘empírico-fenomenológica’ envolve um retorno à experiência para obter descrições compreensivas que darão a base para uma análise estrutural reflexiva criando um retrato da essência da experiência”. Deste modo, para atingir o objetivo proposto e conseqüentemente obter uma melhor compreensão do objeto de estudo, utilizou-se de técnicas que remetem à busca pela experiência primeira, privilegiando, portanto, as características da pesquisa qualitativa.

A pesquisa aconteceu em três etapas. Em um primeiro momento realizou-se a revisão bibliográfica, que foi feita em função da investigação de autores que trabalham a geografia humanística e cultural. Buscou-se aprofundar conceitos e temas aqui trabalhados, como: paisagem, cultura, fenomenologia e lugar. Foram estudados autores clássicos da geografia cultural, bem como autores que construíram e incentivaram esta vertente da Geografia no Brasil. Considera-se esta etapa de grande importância para a pesquisa, uma vez que através dela obteve-se propriedade para a continuidade do trabalho.

Logo após, realizou-se a construção e aplicação das entrevistas com a população residente no município em questão. Buscou-se, através do referencial bibliográfico trabalhado, construir entrevistas que envolvessem o objetivo proposto. De acordo com Chizzotti (2008), as pesquisas qualitativas não possuem um padrão único, justamente por pensar a realidade como fluente e ao mesmo tempo contraditória. Nesse sentido, optou-se por elaborar uma pesquisa qualitativa com roteiro semiestruturado, que serviu de guia no momento da aplicação das entrevistas, objetivando a abertura e o diálogo com os participantes.

Com o roteiro concluído, ocorreram, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2019, os trabalhos de campo para a aplicação das entrevistas, sendo feitos em uma sequência de cinco dias. Nos quatro primeiros dias foram aplicadas 20 entrevistas, enquanto no último dia aplicou-se 6, totalizando 26 participantes. Importa-se ressaltar que uma destas entrevistas foi realizada com o então secretário de turismo, cultura e desenvolvimento econômico de Passa Quatro, visando trazer esclarecimentos sobre como está sendo tratada a organização cultural do município e sua infraestrutura por parte do poder público.

Optou-se por realizar as entrevistas com moradores que nasceram em Passa Quatro e com moradores que vieram de outras localidades. Foram entrevistados moradores de diferentes idades, rendas e ocupações. A maioria das entrevistas foram feitas a partir da abordagem pelas ruas da cidade, alguns outros entrevistados - quando não podiam ceder um tempo para a entrevista na rua - marcaram um horário em suas próprias residências, possibilitando a construção do diálogo e, conseqüentemente, da pesquisa.

Deste modo, a partir das entrevistas guiadas pelo roteiro semiestruturado, tornou-se possível analisar as distintas percepções existentes sobre as paisagens e os lugares, bem como entender um pouco mais sobre as condições de vida do município. Além disso, o próprio movimento dos trabalhos de campo possibilitou a constante observação e vivência da paisagem de Passa Quatro.

Por fim, na terceira etapa realizou-se o levantamento final do material obtido nas etapas anteriores. A partir do material construído pela revisão bibliográfica, bem como da análise do conteúdo e discurso das entrevistas aplicadas, tornou-se possível realizar a redação final deste texto.

O conceito de paisagem na geografia cultural humanística

De acordo com Salgueiro (2001), os geógrafos aceitaram durante muito tempo a paisagem como sendo a porção do espaço que pudesse ser abrangida com o olhar, tratando como paisagem o que era identificável nesse espaço. Ao realizarmos uma análise bibliográfica de publicações recentes sobre as definições do conceito de paisagem, é possível verificar uma transição do modo que o conceito é tratado. A paisagem transita do que é apenas visível para o fenômeno, onde o modo de ver e viver do sujeito torna-se importante.

Dentro da geografia humanística, o conceito de paisagem é reincorporado trazendo reflexões acerca do subjetivo. Deste modo, a paisagem é vista através das experiências do sujeito, ou seja, é construída por intermédio da relação de sentido e percepção que o sujeito incorpora ao espaço - sua significância.

A paisagem, contudo, não é apenas forma material resultante da ação humana transformando a natureza. É também forma simbólica impregnada de valores. Além de sua gênese, estrutura e organização, focos correntes dos geógrafos, é necessário para a sua compreensão que se apreendam os seus significados, pois são estes que lhe dão sentido (CORREA, 2011, p. 10-11).

O conceito está diretamente relacionado com os significados atribuídos pelos sujeitos ao espaço. Portanto, torna-se necessário analisar estas diferentes formas de significado, que por sua vez relacionam-se com a cultura. Como aponta Cosgrove (2012), a cultura tende a possuir certa polissemia, bem como o próprio conceito de paisagem, pois, até mesmo no cotidiano é utilizada de maneiras diferentes.

A cultura é entendida tanto como o trabalho, a interação direta dos seres humanos com a natureza na produção (agricultura, policultura, viticultura, silvicultura etc.), quanto a consciência, o conjunto de ideias, valores, crenças e a ordem moral. Paisagem e cultura carregam em si, portanto, uma oposição constante entre “materialidade” e “imaterialidade”. (NAME, 2010, p. 165).

Cosgrove (2012, p. 225), diz que “a cultura não é algo que funciona através dos seres humanos; pelo contrário, tem de ser constantemente reproduzida por eles em suas ações, muitas das quais são ações reflexivas, rotineiras da vida cotidiana”. Ao mesmo tempo, ressalta que o estudo da cultura está diretamente ligado ao estudo do poder, a experiência de mundo de certo grupo dominante será imposta como verdadeira e válida para todas as pessoas (COSGROVE, 2012). Deste modo, cria-se uma generalização de como se deve viver, que é controlada por quem possui mais poder. “O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isso é mais bem concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum” (COSGROVE, 2012, p. 226-227).

Segundo Luchiari (2001), a geografia cultural vê a paisagem como expressão material do significado que a sociedade oferece ao meio, relacionando-se com a cultura. A geografia cultural humanística supera a paisagem que se refere ao que é apenas observável, trazendo novas contribuições e afirmações para o saber geográfico. Rosendahl (2012, p. 49) ressalta que “o geógrafo, ao descrever a paisagem, exerce suas observações na busca de decodificar seus elementos simbólicos e continuamente tirando conclusões e estabelecendo relações com os materiais visíveis na paisagem”. De acordo com Schier (2003, p. 81), “a paisagem é a realização e materialização de ideias dentro de determinados sistemas de significação. Assim, ela é humanizada não apenas pela ação humana, mas igualmente pelo pensar”.

O ser humano representa e transforma paisagens de acordo com suas necessidades e também a partir de suas experiências e vivências. Essa ação carrega valores históricos e simbólicos, que podem atuar e estabelecer o sentido de como uma comunidade ou lugar se transforma e se mantém ao longo do tempo. Para Cosgrove (2012, p. 228), “todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e da transformação do meio ambiente pelo homem”. O homem se apropria e transforma o meio

ambiente de acordo com suas necessidades, sejam elas materiais ou simbólicas. O estudo da paisagem reflete a ação humana, criando, portanto, uma relação dialética entre o que é observável e material e o que é sentido e simbólico.

Paisagem é um conceito unicamente valioso para uma geografia efetivamente humana. Ao contrário do conceito de *lugar*, lembra-nos sobre a nossa posição no esquema da natureza. Ao contrário de *meio ambiente* ou *espaço*, lembra-nos que apenas por meio da consciência e da razão humanas esse esquema é conhecido por nós, e somente através da técnica podemos participar dela como seres humanos. Ao mesmo tempo, paisagem lembra-nos que a geografia está em toda parte, que é uma fonte constante de beleza e feiura, de acertos e erros, de alegria e sofrimento, tanto quanto é de ganho e perda. (COSGROVE, 2012, p. 224).

Importa-se ressaltar que, ao se estudar a paisagem no viés humanístico e cultural, entende-se que o meio físico não determina a ação humana. A natureza estimula os sentidos para a criação de símbolos, produção e reprodução cultural, por sua vez a paisagem torna-se para determinado espaço a representação dos valores sociais, históricos e culturais, refletindo as experiências dos sujeitos e sua ligação com determinado lugar. Nesse sentido, considera-se aqui de igual importância o entendimento do conceito de lugar.

O conceito de lugar na geografia cultural humanística

Durante muito tempo o conceito espacial de lugar foi utilizado por geógrafos como forma de expressar a localização de certo espaço, possuindo valor secundário perante outros conceitos espaciais, como o território, a paisagem e o próprio espaço. Todavia, atualmente o conceito de lugar tem valor fundamental nos estudos geográficos (HOLZER, 2003).

Segundo Marandola Júnior (2012), a ciência geográfica despendeu pouca atenção ao conceito de lugar no decorrer da história de seu pensamento. O ganho de relevância deste conceito está atrelado ao processo de construção de linhas teóricas que buscavam dar ênfase às noções humanistas com auxílio das filosofias do espírito, assim como ao processo de mundialização, que acabou efetivando a oposição entre global-local e mundo-lugar, tendo em vista a dominação do segundo pelo primeiro. Neste trabalho, lugar será abordado a partir do viés da geografia humanista, ou seja, o lugar que se constitui “a partir das vivências cotidianas como um centro de significados, como um intervalo, onde experimentamos intensamente o que pode ser denominado de geograficidade, como proposto por Dardel³⁸” (HOLZER, 2012, p. 282).

³⁸ A obra *L'Homme et la Terre – Nature dela Réalité Géographique*, de Eric Dardel, teve importante influência para a geografia fenomenológica.

De acordo com Holzer (2003), a discussão sobre a contribuição que o conceito de lugar, ligado à fenomenologia, poderia trazer para a Geografia se iniciou na década de 20, do século XX. O autor destaca os trabalhos de Carl Sauer e Eric Dardel como fundamentais para a existência dos aportes teóricos sobre lugar e fenomenologia dos dias de hoje. Estes autores foram essenciais para a transição da geografia cultural com moldes positivistas para uma geografia cultural associada à fenomenologia, que passou a analisar os acontecimentos a partir da noção de espaço vivido. Para esta transformação a geógrafa Anne Buttimer e o geógrafo Yi-Fu Tuan foram fundamentais.

Tuan (1983, p. 14), diz que “lugar é uma classe especial de objeto. É uma concreção de valor, embora não seja uma coisa valiosa, que possa ser facilmente manipulada ou levada de um lado para o outro; é um objeto no qual se pode morar”. Para Oliveira (2014), não importa se o lugar é construído ou natural, a ligação e o conseqüente significado atribuído acontecem quando este é percebido de maneira mais íntima ou profunda. Tuan (1983), classifica lugares íntimos como transitórios e pessoais, eles podem ficar na memória e quando são lembrados evocam uma intensa satisfação. Sentir um lugar leva um bom tempo, acontece através de experiências, através de dias ou anos. A experiência relaciona-se com a possibilidade de aprender com a própria vivência, através da percepção ela fica guardada no mais profundo do nosso ser (TUAN, 1983).

Aquilo que as pessoas recebem do mundo que as circunda, o que as pessoas experimentam, é devido a um espaço específico e à marca de cada época, o indivíduo não pode ter experiências pessoais, conhecer e se apropriar de novos ambientes, a não ser no local em que ele possui um cotidiano, com isso, ele se enraíza e pode construir um sentimento de identidade (CLAVAL, 1999). Deste modo, lugar está diretamente relacionado com identidade. Haesbaert (1999), argumenta que a identidade não é única, mas diversa. A definição de identidade se dá por intermédio de outras identidades e suas características demonstram-se através das condições espaço-temporais em que um grupo se localiza.

Em trabalho onde realiza reflexões acerca do lugar, Relph (2014) aborda o conceito a partir da ideia de reunião. Sendo assim, o conceito possui características próprias, bem como abertura, justamente por conta da reunião. Para o autor “lugar ‘reúne’ ou aglutina qualidades, experiências e significados em nossa experiência imediata, e o nome se refere a lugar de uma reunião específica e única. Qualquer parte sem nome que não reúna não é um lugar” (RELPH, 2014, p. 22). Uma cidade, assim como um bairro ou uma rua deste bairro,

reúnem vivências, atividades ou significados criados pelos sujeitos, a partir do contato imediato e também constante.

É possível perceber que o conceito de lugar, dentro da geografia humanista, associa-se mais à qualidade da experiência. Por sua vez, a experiência é refletida no subjetivo do ser humano, ou seja, através do que é sentido e percebido, seja pelo tato, olfato, audição ou visão. Lugar relaciona-se com as particularidades, com o que cada indivíduo sente.

De acordo com Relph (2014), lugar não é apenas o que nos liga às raízes, não é apenas diferenciações e o ato de apreciar fatores geográficos. Lugar possui como característica elementos existenciais, bem como econômicos e sociais, já que lugar “é onde cada um de nós se relaciona com o mundo e onde o mundo se relaciona conosco” (RELPH, 2014, p. 31). Portanto, ao mesmo em tempo que o sujeito vive e constrói um lugar, gerando sentimentos, atividades e significados, este mesmo lugar irá receber do mundo no qual se insere.

Um olhar para as paisagens e lugares passaquatroenses: percepção e experiência dos moradores

A aplicação das entrevistas e a posterior análise de seus conteúdos e discursos possibilitaram a construção de um entendimento sobre as diferentes percepções dos participantes. O trabalho de campo foi essencial para atingir este ponto da pesquisa, considerando as trocas de informações e conhecimentos que este nos possibilita, assim como a própria vivência do pesquisador no espaço e suas próprias observações diante dos lugares e paisagens.

De acordo com Buttimer (1985, p. 185), “a fenomenologia desafia cada indivíduo a examinar sua própria experiência, a tornar-se sujeito mais do que objeto de pesquisa e, então, procurar por denominadores comuns na experiência dos outros”. Nesse sentido, considerou-se importante qualquer informação coletada pela aplicação das entrevistas, bem como as experiências em comum que surgiram entre aqueles que participaram e construíram a pesquisa.

As entrevistas foram aplicadas com um total de 10 moradores que não nasceram, mas migraram para o município e ali moram atualmente. Entre estes entrevistados, um total de 8, quando questionados sobre o porquê de terem realizado a mudança, afirmaram que foi com a intenção de fugir do alto índice de criminalidade, pois consideram Passa Quatro um município seguro para viver. Além disso, ressaltaram o fato de que o município não é tão

poluído e possui como atrativos aspectos naturais preservados, que acabam por influenciar na qualidade de vida do local.

Dentre os entrevistados que não são nativos de Passa Quatro, 7 são provenientes de grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro. Deste modo, considera-se que tal fato tem relação com a questão turística do município, uma vez que o público que o turismo atinge vem - em sua grande maioria - dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, como evidenciou o então secretário de turismo, cultura e desenvolvimento econômico de Passa Quatro:

Quando eu entrei aqui há um ano e meio atrás, a gente veio fazendo meio que um levantamento assim por cima e a gente fez uma parceria com a Universidade Rural do Rio e eles vieram traçar pra gente mais ou menos quem frequenta hoje Passa Quatro, né. A grande maioria é realmente o turismo da melhor idade, devido aos dois grandes hotéis e depois você tem um período de alta temporada do turista que vem em busca das montanhas. A ideia hoje com a questão da gastronomia, da questão cultural do município é trabalhar cada vez mais a economia criativa do município dentro do que tange a economia criativa da parte cultural principalmente, fortalecendo a economia criativa local e a gente tem meio que vislumbrado trazer pra Passa Quatro o público que consome cultura, né. Principalmente do eixo Rio-São Paulo, que está mais próximo aqui da gente e o Vale do Paraíba Paulista que é um forte polo emissor de turistas, né. Então a ideia é fortalecer cada vez mais a economia criativa local, então todas as ações que vêm sendo feitas a gente tem focado o fortalecimento da questão musical, valorizando os músicos locais, os produtores caseiros, os artesãos, né... Os próprios restaurantes, os produtores rurais e aí vai. Pra que a gente tenha uma cadeia produtiva forte aqui, pra poder receber bem e ter uma identidade local.

Deste modo, destaca-se a fala da entrevistada 10, que veio da cidade de São Paulo, tem 78 anos, mora em Passa Quatro há 16 anos e é aposentada. Ao ser questionada sobre o motivo de sua mudança para o município, respondeu: “depois que meu marido se aposentou a gente queria ir para um lugar mais sossegado do que o lugar onde a gente morava, então nós resolvemos vir pra cá, né.” (Entrevistada 10). Sobre a diferença entre as paisagens, ela diz: “aqui é o campo e lá é o urbano. A movimentação é muito grande de trânsito, estrada, comércio, tudo é mais agitado. E aqui não, aqui é mais sossegado e eu gosto do lugar. É mais tranquilo.” (Entrevistada, 10).

No mesmo sentido, têm-se os casos dos entrevistados 11 e 15. O primeiro também é nativo de São Paulo, tem 23 anos, mora em Passa Quatro há 20 anos e trabalha como barbeiro. O entrevistado afirma que sua família decidiu mudar por conta do índice de criminalidade e da poluição. Sobre a diferença entre a paisagem paulistana e a paisagem mineira de Passa Quatro o entrevistado afirma:

A diferença? Todas! Uma cidade você olha pro lado só tem prédio, poluição, você não consegue enxergar nem o céu direito. Aqui olha, olha pra cima, dá uma olhada... Lá em São Paulo vê se você consegue enxergar uma nuvem limpinha

igual essa daqui, olha... Vê se você consegue achar o tanto de árvore como a gente tem aqui, montanha... É raro, não vou falar que não tem porque tem sim! Tem lugar lá em São Paulo que a gente consegue achar árvore, mas a maioria das vezes você não vai achar isso aí, você vai ver só prédio, né... Essas coisas. (Entrevistado, 11).

Já o entrevistado 15 nasceu no Rio de Janeiro, tem 68 anos, mora em Passa Quatro há 8 anos e é aposentado. Ao comparar Passa Quatro com seu lugar de origem, diz: “isso aqui é um céu. Aqui, por exemplo, a gente pode ficar conversando, tem o celular aqui. A gente batendo um papo. E lá no Rio passa o pessoal com ‘cabo de vassoura’: perdeu, perdeu. E aí estraga nosso dia, né”. Sobre a paisagem passaquatrense ele afirma: “Se eu pudesse andar aqui andava todas as montanhas que tem à nossa volta aqui, entendeu? Acho muito bonito, o ar puro daqui é bom demais. Então tudo isso aqui pra mim é bom” (Entrevistado 15). É visível que em todos os casos destacados a fuga da criminalidade e a busca por um lugar seguro e sem poluição é pertinente. A partir destes relatos, pode-se perceber que para estes entrevistados, comparada aos grandes centros metropolitanos, Passa Quatro consegue atender tais necessidades.

Torna-se importante ressaltar também a condição socioeconômica dos moradores provenientes de outras cidades. A maioria das pessoas que foram entrevistadas são aposentados ou membros de família de aposentados, que já possuem certa estabilidade financeira. Deste modo, estabelecer um cotidiano e se manter em outra cidade é certamente mais fácil. No que se refere ao cotidiano, observou-se que o contato com a paisagem é fator importante para os moradores que não são nativos. Muitos disseram que se sentem bem ao realizar observações e em manter um cotidiano tranquilo.

O entrevistado 12 tem 30 anos, mora em Passa Quatro há 1 ano e meio, trabalha como auxiliar administrativo e é nativo de Silveiras, um município do interior de São Paulo. Ao ser questionado sobre sua relação com a paisagem passaquatrense, ressalta:

Passa Quatro tem uma das belezas mais incríveis, eu já fui pra bastante lugares e Passa Quatro tem uma coisa bucólica, uma coisa mais intimista. Que as pessoas... Você olha e as pessoas se conhecem e isso é incrível, uma cidade pequena que todo mundo se conhece, tem a magia disso e tem o lado oposto também, mas as paisagens de Passa Quatro assim, pra mim são encantadoras. Eu acho que foi um dos pontos pra eu poder vir pra cá, porque o lugar é acolhedor, lindo. (Entrevistado 12).

Através deste relato é possível perceber que as marcas da paisagem foram fatores influentes para a mudança e permanência do entrevistado no município. Outro ponto importante da fala é o destaque para o lugar, definido como acolhedor. Nesse sentido, foi possível ver neste e nos outros entrevistados uma busca por segurança e tranquilidade, fato que está atrelado ao conceito de lugar. De acordo com Oliveira (2017, p. 90) o espaço se

transforma em lugar com a “experiência contínua e cotidiana, tanto em nível do indivíduo quanto do grupo. Por isso, o lar, a casa, constitui o centro mais profundo da existência, do viver; é o significado essencial do ser humano”. Estabelecer um convívio e experiências no espaço torna-se, portanto, a consumação do lugar. O lugar se transforma para o indivíduo através da relação entre o espaço e suas sensações, sendo elas boas ou ruins.

Importa-se ressaltar que, durante as entrevistas com os moradores que não são nativos, não só as marcas naturais foram destacadas como importantes e influentes, os entrevistados também ressaltaram as marcas culturais da paisagem urbana, como: restaurantes, praças e prédios antigos. Além disso, constatou-se que a paisagem de alguns bairros do espaço urbano - que ainda preservam algumas características rurais - influencia a presença de alguns destes moradores. Deste modo, pôde-se perceber que a paisagem do município, seus aspectos materiais e imateriais, é atrativa para os moradores advindos de outras localidades.

Quanto aos moradores que nasceram e moram em Passa Quatro, foram entrevistados um total de 16. Nestes entrevistados, pôde-se observar maior participação no que diz respeito à perpetuação e transformação da paisagem do município ao longo do tempo. Como nas entrevistas foram questionadas as idades, as respostas variaram, sendo visível que os moradores antigos, que já vivem e experienciam os lugares há mais tempo, possuem conhecimento sobre a trajetória do município e, deste modo, contribuíram com mais informações.

De modo geral, os moradores antigos destacaram mudanças culturais e naturais na paisagem, reforçando que em outros tempos existiam mais festividades, como as festas juninas escolares e eventos musicais. Além disso, ressaltaram que o município era mais preservado no que se refere à questão ambiental. A entrevistada 2, de 59 anos, dona de casa, salientou:

Ah, da época de quando eu era criança pra agora mudou muito. Tinha muito mais árvores e mudou muita coisa. E eu acho que houve assim, uma certa decadência mesmo, era bem mais arborizado, mais jardinado, tinha muito mais jardinagem na cidade. Você olhava para os morros ao redor era tudo cheio, araucária mesmo, tinha muito mais araucária do que tem hoje, né. E a água, o rio, a gente descia no rio de boia, imagina hoje. Hoje é um filete de água... (Entrevistada 2).

Neste e nos relatos seguintes é possível entender o processo de transformação da paisagem de Passa Quatro ao longo do tempo. Diferentemente dos moradores que não são nativos, a entrevistada 2 afirma que antigamente o município era mais preservado em relação aos aspectos ambientais. Além disso, a fala evidencia uma prática cultural que antes era

comum e possível de ser realizada entre os moradores, que é a descida do rio através de “boias”. Sobre o mesmo assunto, o entrevistado 21, que tem 39 anos e é comerciante, diz: “antigamente nadava no rio, descia de boia, hoje em dia o rio está muito poluído e quase sem água” (Entrevistado 21). Justamente por conta da diminuição do nível de água dos rios e aumento da poluição, esta prática não é mais comum e possível nos dias de hoje.

Ao ser questionada sobre os acontecimentos culturais que fazem falta, a entrevistada 2 diz que sente falta das festas juninas que aconteciam em vários bairros da cidade, inclusive, nas próprias escolas. Além disso, lembra dos festivais de música que em sua época eram frequentes, dizendo que hoje em dia existe uma tentativa de resgate, mas nada comparado com o passado. Ela continua afirmando:

E eu acho assim, o que tá vindo pra Passa Quatro, que é no caso turismo, né. Que tá vindo muito... Acaba que a gente tá deixando, tá vazando, o turismo. Por exemplo, através disso eu lembrei... A fonte, né... Como era antes de ter o hotel e tal... Gente, lá era um lugar assim, demais! Porque lá rolava os jogos de inverno, verão, primavera, entendeu? Tinha jogos, era um parque para passear. Até hoje não entendo e não me conformo de a cidade ter perdido aquilo, entendeu? E tudo bem, eu entendo o crescimento, hoje tem a fábrica, tem o hotel e tal, mas é um espaço que eu acho que a população, os dirigentes, deveriam ter lutado para continuar existindo o parque lá... A fonte era muito legal. (Entrevistada 2).

Quando questionada sobre como era a fonte (Figura 2) antes da apropriação pela Mineração Água Padre Manoel e pelo Hotel Recanto das Hortênsias, ela diz:

Lá? Lá... Bom, ia até o hotel, né? Depois do hotel tinha um lago, aí não tinha nada, tinha uma pedreira lá e tinha a fonte. Esses dias até mostrei pra vocês, né... Uma foto que saiu na internet, que eles estão querendo fazer de novo o predinho onde era a captação da água pública, que todo mundo podia ir. Tinha uma quadra, uma quadra lá, que era onde aconteciam esses jogos... E a gente tinha livre acesso. Você podia ir a hora que você quisesse buscar água, tomar água, fazer piquenique. Aí você via, a fonte ficava bem no centro do local todo ali, vamos dizer ali onde está a casa do chocolate. Era uma casa mesmo de um pessoal que morava ali e tomava conta. A fonte ficava bem atrás, aí você contornava assim, onde está o hotel era uma pedreira grande, que ali tinha um caminho também, uma trilha... Que você subia e andava um tempo. E tinha o lago, né... Que você contornava o lago todinho assim, sabe? Ele era todinho rodeado de Hortênsia, aquela flor... Era a coisa mais linda do mundo. Quando floria ficava aquele bordão de flor de Hortênsia assim, inteirinho. (Entrevistada 2).

Seguindo o pensamento de Oliveira (2017) e Relph (2014), ao analisar este relato da entrevistada 2, torna-se visível que o lugar que ela descreve se trata atualmente de um não lugar. Por conta da apropriação da indústria o lugar descrito passa a ficar restrito à população e torna-se padronizado. Um espaço torna-se lugar a partir da experiência vivida pelo sujeito, da possibilidade de utilizá-lo frequentemente, é a capacidade de vivenciar as sensações que muitas das vezes são múltiplas, justamente por não possuir padrões. Já um não lugar é determinado pelas marcas da sociedade industrializada que restringe a experiência. A industrialização do Parque começou a partir da década de 1940 e foi no ano de 1982 que

houve um maior interesse pela comercialização da água e o impulso para o crescimento da empresa veio em 1990, quando a atual gestão assumiu a administração (ÁGUA MINERAL PASSA QUATRO, 2022).

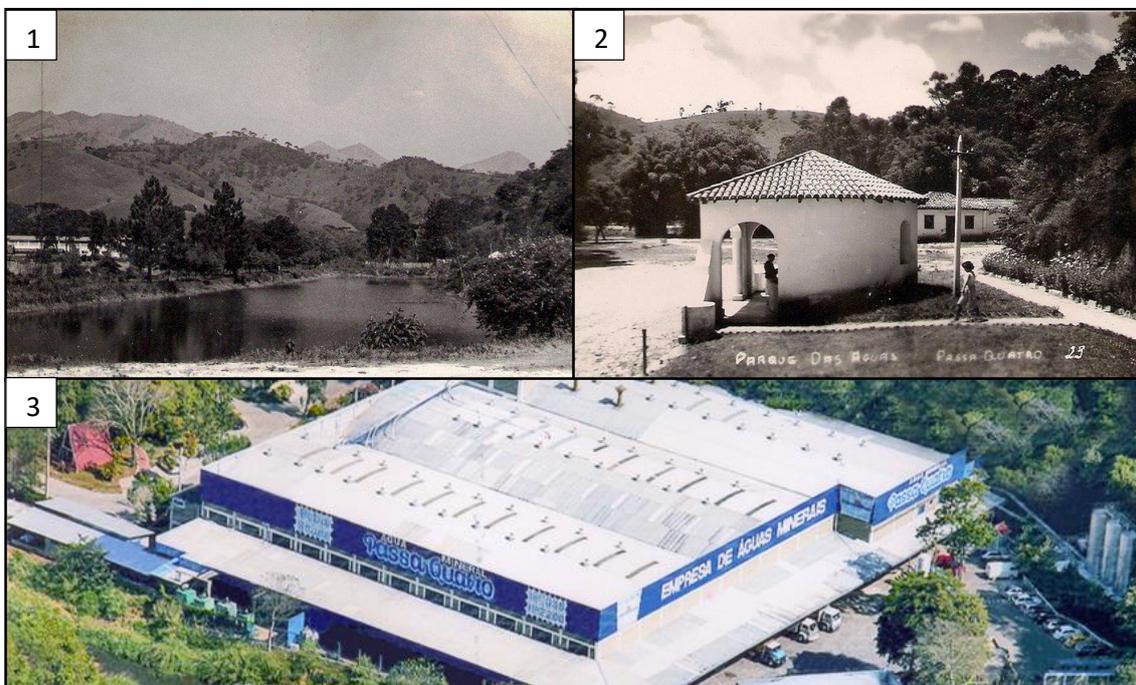


Figura 2 - Fonte Padre Manoel: 1 e 2 - Antes da Mineração Padre Manoel; 3 - Atual Mineração Água Padre Manoel.

Fonte: 1 e 2 - Página do Facebook “Indústria Conhecimento Passa Quatro”; 3 - (ÁGUA MINERAL PASSA QUATRO, 2022).

Por sua vez, o entrevistado 8, auxiliar bibliotecário de 44 anos, quando questionado sobre os aspectos naturais do município, afirma que:

Na realidade os aspectos naturais ajudam bastante. Mas eu, na minha opinião, a cidade não sabe aproveitar isso. Acho que teria que ter uma união tanto da parte administrativa da cidade como da parte hoteleira. Porque você vê gente chegando aí pra subir as montanhas e não tem consciência, né. Dos montanhistas e dos que dizem ser montanhistas, né. Não tem essa consciência, não tem o controle da quantidade de pessoas que sobem a montanha. Chega no hotel e fala: “Ah, eu vou pra montanha?”. Vai todo mundo chegando e indo, não tem um controle de quantidade e qualidade também. Você vai ver no feriado agora a quantidade de gente que tá subindo. (Entrevistado 8).

De fato, o montanhismo é uma atividade crescente em Passa Quatro, como também evidencia a entrevista com o representante do poder público. As marcas naturais da paisagem atraem turistas - que buscam tranquilidade e contato com a natureza - e incentivam a realização de atividades esportivas como o montanhismo, *mountain bike* e o *trail running*³⁹. A dinâmica destas atividades acaba influenciando a economia do município, muitos serviços relacionados ao montanhismo ali despontaram nos últimos anos, como: hosteis, hotéis,

³⁹ Prática esportiva de corrida em montanha.

comércio de aventura, companhias de guias e guias autônomos que oferecem o transporte aos picos e a orientação nas trilhas.

Já em relação aos acontecimentos culturais do município, o entrevistado 8, diz:

O que eu acho que falta aqui é um pouco da valorização da mão de obra artística de Passa Quatro. Você saber aproveitar o que tem a cidade e divulgar, né. Porque tem muita gente que tem o talento, mas não tem aquela divulgação necessária. Tem muita gente aí que você nem sabe que é, que toca, que pinta, que tem várias coisas e tá escondido. Eu acho que precisava ter mais incentivo. (Entrevistado 8).

Ao mesmo tempo, foi possível identificar nos relatos dos moradores mais antigos o afeto e pertencimento em relação à paisagem e ao lugar. O entrevistado 9, soldador de 56 anos, afirmou gostar daquilo que o lugar dispõe, principalmente no que se refere ao contato com a natureza. Este, ao ser questionado sobre o que pensa em relação à Passa Quatro, responde: “Eu gosto, acho aqui ótimo de viver, um lugar que nunca queria sair não. Tudo que eu gosto de fazer tem aqui: andar pro mato, pescar” (Entrevistado 9). Percebe-se uma fala que remete ao conforto e admiração pelo lugar. Além deste, o entrevistado 4, de 43 anos e comerciante, diz que a cidade parece ser intocada: “É como se ela tivesse uma proteção devido essa paisagem, algo que o tempo não distorce tão rápido, como acontece em outras cidades”. Passa Quatro realmente possui um relevo marcante em seu entorno (Figura 3), fato relatado por este entrevistado.

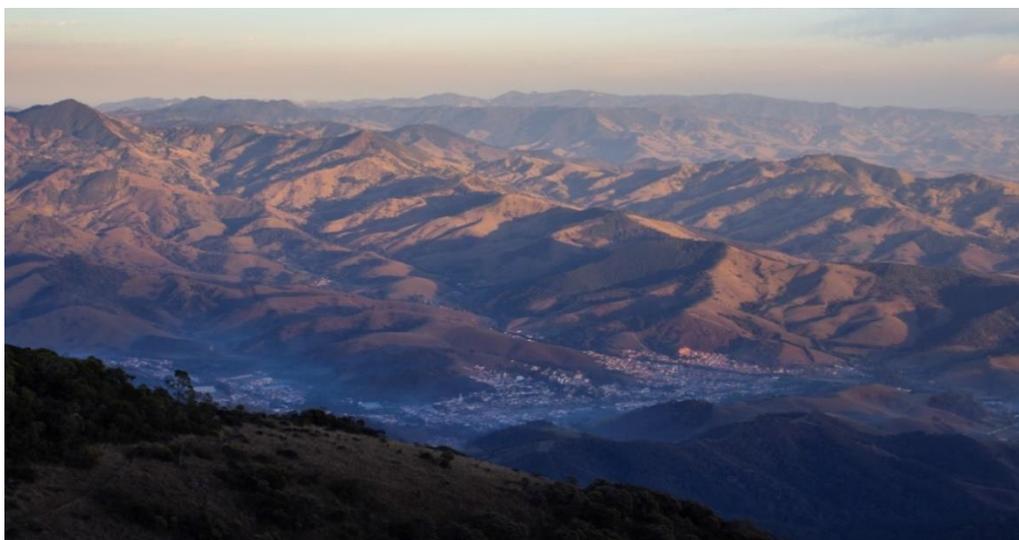


Figura 3 - Município de Passa Quatro-MG visto do pico do Campo do Muro a 1.800 metros de altitude.

Fonte: Autor, 2018.

Em relação aos moradores mais novos, foi possível identificar também o sentimento de afeto pelos lugares e o constante contato com a paisagem, seja frequentando montanhas, cachoeiras ou praças. Em sua maioria, estes entrevistados colocaram a qualidade de vida e o

conforto como fatores que os ajudam a permanecer no município. Ao mesmo tempo, sentiram-se incomodados com as poucas oportunidades de crescer financeiramente e com a falta de acontecimentos e manutenção de eventos culturais. A entrevistada 1, diretora de vendas de 26 anos, diz: “É mais questão de segurança, o que a gente sente aqui. Porque oportunidade de trabalho a gente não tem muito, né. Nenhuma outra oportunidade de trabalho”. O entrevistado 6, de 22 anos e fotógrafo, ressaltou:

Passa Quatro já teve nos anos 70, tinha o festival da canção, que era um festival que na região aqui do sul de Minas, era bem conhecido, aí por falta de organização, acabou. A gente tem vários movimentos culturais, musicais, que aqui em Passa Quatro aconteceram por um tempo. Passou. Por falta de mais vontade e esforço, patrocínio, tudo... Por exemplo, o Bazar Autoral, que a gente organizou, foi um festival de música que era só música autoral, só composição, não podia tocar cover. Só que aí a gente acabou aos poucos perdendo o gás de fazer, de organizar, e ficamos aqui sem, digamos assim, sem ânimo em fazer a parada, que acabou tanto por falta de vontade dos organizadores, quanto também por falta de patrocínio, que era muito desgastante. (Entrevistado 6).

O cenário artístico passaquatrense é significativo, existe uma variedade de artistas, desde músicos a pintores, fotógrafos e artesãos. Nos últimos anos os eventos que buscaram abranger estes artistas foram realizados, em sua grande maioria, de forma independente. Dentre estes eventos destacam-se o próprio Bazar Autoral, o Festival de Rock e alguns saraus. Todavia, atualmente existe uma tentativa de resgate, por parte do poder público, de alguns eventos que marcaram época no município, como é o caso do Festival de Música de Passa Quatro (Figura 4).



Figura 4 - Festival de Música de Passa Quatro: 1 - Primeira edição do Festival; 2 e 3 - Festival realizado em 2019.

Fonte: 1 - Arquivo pessoal; 2 e 3 - Davi Guedes.

O Festival de Música de Passa Quatro depois de muitos anos sem acontecer voltou a ser realizado no ano de 2019. Muitos festivais e eventos já passaram ou foram criados em Passa Quatro, no entanto, poucos se mantiveram até os dias de hoje. Dentre os eventos existentes e que ainda são realizados, os mais citados por todos os entrevistados foram a Exposição Agropecuária e Artesanal, Carnaval, Passa Quatro Canta, Passa Quatro Gastronomia e o próprio Festival de Música já citado anteriormente.

O secretário de turismo, cultura e desenvolvimento econômico de Passa Quatro, quando questionado sobre como é trabalhada a questão dos eventos culturais no município, respondeu:

Então, hoje, igual eu falei pra você, como eu trabalho a questão da economia criativa dentro do município, o nosso foco é basicamente a valorização dela, então todos os eventos de Passa Quatro culturais tem muito hoje da questão da indústria criativa. Você vai ver, carnaval foi assim, com a valorização até dos músicos locais. Nós abrimos a grade e teve uma grande presença, uma forte presença dos músicos de Passa Quatro. Depois você vai pra Gastronomia e foi a mesma coisa, 90% da grade da Gastronomia foi com músicos de Passa Quatro e dentro da Gastronomia é onde mostra a questão da cultura local e a economia criativa que fortalece ela. Então você tem os empórios acontecendo com os produtores caseiros do município. Você tem os produtores artesanais e os restaurantes que também não deixam de ser economia criativa. E no palco as atrações musicais também que são musicais e culturais do município fortalecendo o que a cidade tem de melhor, né. Então, assim, o Festival de Gastronomia é um exemplo muito claro dessa questão cultural, de quanto Passa Quatro investe na cultura dentro dos seus próprios eventos.

Importa-se ressaltar que os relatos aqui em destaque datam do ano de 2019. Entre 2020-2022, devido à pandemia de Covid-19, os eventos deixaram de acontecer ou aconteceram em formato remoto, assim como o cotidiano se modificou. Contudo, estes acontecimentos voltaram a ser realizados no decorrer de 2022. Em todo caso, percebe-se uma tentativa de abranger os produtores locais, sejam eles artesãos, cozinheiros ou músicos, sendo o Passa Quatro Gastronomia um exemplo.

Através desta investigação pôde-se visualizar a relação dos moradores entrevistados, nativos ou não, com as paisagens e lugares de Passa Quatro. De modo geral, evidenciam-se transformações espaciais e temporais, assim como características presentes no cotidiano, como o contato com a natureza e a necessidade de novas formas de lazer e crescimento econômico. Sendo assim, para finalizar este capítulo, têm-se algumas considerações finais.

Considerações finais

Este trabalho buscou trazer reflexões acerca das paisagens e lugares do município de Passa Quatro, com ênfase para a percepção de seus moradores. Nesse sentido, a pesquisa empírico-fenomenológica, ligada à geografia humanística e cultural, torna-se relevante, uma vez que trouxe subsídios para a construção da investigação. A geografia humanística e cultural, como vertente do pensamento geográfico que trabalha a visão e percepção dos sujeitos, nos mostra ser possível compreender as materialidades e imaterialidades existentes no espaço vivido.

Os resultados mostraram-se abrangentes no que se refere aos aspectos das paisagens e ao contato dos moradores com os lugares, atingindo marcas que vão do rural até o urbano. Assim sendo, acredita-se que as entrevistas abertas, com base em roteiro semiestruturado, abrem caminhos para diferentes discussões. Evidenciaram-se múltiplas percepções e experiências, do mesmo modo foi possível compreender parte do trabalho que vem sendo realizado pelo poder público do município. Diante deste movimento, ressalta-se a importância da revisão bibliográfica para a construção da pesquisa. A partir das leituras e do conhecimento teórico, tornou-se possível a compreensão dos conceitos de paisagem e lugar e, conseqüentemente, a construção desta investigação. Posteriormente, o trabalho de campo, as observações, vivências e a aplicação das entrevistas foram de igual valia.

Como dito anteriormente, esta pesquisa foi construída no ano de 2019, deste ano até o ano de 2022, devido ao avanço da pandemia de Covid-19, ocorreram mudanças na dinâmica do município. Em todo caso, as atividades esportivas e de lazer relacionadas ao montanhismo, o turismo e os eventos continuam a acontecer.

Pode-se dizer que as atividades na montanha estão assumindo cada vez mais destaque. Pessoas de diferentes localidades do país procuram estas atividades e, nesse sentido, Passa Quatro está se tornando referência. O turismo aparece como um serviço em crescimento, ocupando grande parte deste setor econômico. Os eventos estão voltando a acontecer presencialmente, como as festividades e atividades esportivas. Além disso, destacam-se as ações desenvolvidas pela Casa da Cultura do município, onde acontecem saraus, lançamentos de livros, shows e exposições, em sua maioria de forma independente.

Diante do que foi evidenciado e discutido, percebe-se a importância de se investigar as pequenas cidades. Neste caso específico, a relação de Passa Quatro com os estados de São Paulo e Rio de Janeiro mostrou-se clara, com o município apresentando-se como refúgio

turístico. Além disso, considerando os moradores nativos e não nativos, os relatos proporcionaram uma melhor compreensão das transformações e marcas das paisagens e lugares, tendo em vista os costumes, manifestações artísticas e os encontros proporcionados por eventos.

Portanto, acredita-se ser necessário pensar e trabalhar o planejamento municipal visando a preservação e a adequada utilização dos aspectos culturais e naturais das paisagens. A partir disso, torna-se preciso construir para que os próprios moradores possam ter melhor acesso aos lugares e eventos, para que as atividades turísticas possam acontecer de forma consciente, sabendo da necessidade de preservação do meio natural, assim como da valorização dos profissionais locais. Levando estes aspectos em consideração, acredita-se em uma possível valorização do material e imaterial que permeiam as paisagens e os lugares de Passa Quatro.

Referências

- ÁGUA MINERAL PASSA QUATRO. **A empresa**. Disponível em: <http://www.aguapassaquatro.com.br/empresa.php>. Acesso em: 01 de junho de 2022.
- BUTTIMER, Anne. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. *In*: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.) **Perspectivas da geografia**. 2ed. São Paulo: DIFEL, 1985. p. 165-193.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.
- CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural: O Estado da Arte. *In*: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1999. p. 59-98.
- CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 15, n. 3, p. 5-12, 30 abr. 2011.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Denis Cosgrove - A paisagem e as imagens. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 7-21, 2011.
- COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.) **Geografia cultural: uma antologia**. v.1. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012. p. 219-237.
- HAESBAERT, Rogerio. Identidades Territoriais. *In*: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1999. p. 169-188.
- HOLANDA, Adriano. Questões sobre a pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 24, n.3, p. 363-372, 2006.

- HOLZER, Werther. Mundo e lugar: ensaio de geografia fenomenológica. *In*: MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (Orgs.) **Qual o espaço do lugar?:** geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 281-304.
- HOLZER, Werther. **O conceito de lugar na geografia cultural-humanista:** uma contribuição para a geografia contemporânea. *GEographia* – Ano V – Nº 10. 2003. p. 113-123.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/passa-quatro/panorama>. Acesso em: 31 de maio de 2022.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico> Acesso em: 31 de maio de 2022.
- LUCHIARI, Maria Tereza. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. *In*: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) **Paisagem, Imaginário e Espaço.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 9-28.
- MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo. Sobre ontologias. *In*: MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (Orgs.) **Qual o espaço do lugar?:** geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- NAME, Leo. O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura. **GeoTextos.** Salvador, v. 6, n. 2, p.163-186, 2010.
- OLIVEIRA, Livia de. O sentido de lugar. *In*: MARANDOLA, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de. (Orgs.) **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 3-16.
- OLIVEIRA, Livia de. Panorama dos estudos de geografia e percepção do meio ambiente. *In*: MARANDOLA, Eduardo; CAVALCANTE, Tiago (Orgs.) **Percepção do meio ambiente e geografia: estudos humanistas do espaço, da paisagem e do lugar.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 89-109.
- RELPH, Edward. Reflexões Sobre a Emergência, Aspectos e Essência de Lugar. *In*: MARANDOLA, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de. (Orgs.) **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 17-32.
- ROSENDAHL, Zeny. Paisagem simbólica como descrição da personalidade do lugar: a certidão de nascimento do Brasil. *In*: NEGREIROS, C; LEMOS, M; ALVES, I (Orgs.) **Literatura e Paisagem em diálogo.** Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2012. p. 45- 56.
- SALGUEIRO, Teresa Barata. **Paisagem e geografia.** *Finisterra*, XXXVI, 72, p. 37-53, 2001.
- SCHIER, Raul Alfredo. **Trajatórias do conceito de paisagem na geografia.** R. RA'EGA, Curitiba: Editora UFPR. n. 7, p. 79-85, 2003.
- TUAN, Yi Fu. **Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência.** São Paulo: DIFEL, 1983.
- VIEIRA, Felipe da Silva. **Paisagens e lugares topofílicos na Serra da Mantiqueira:** um estudo geográfico-fenomenológico sobre o município de Passa Quatro-MG. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas – MG, Alfenas, 2019.

A geografia da pequena cidade de Jesuânia – MG

Marcos Vinícius Brandão Mendes¹
Italo Cheesman Barbosa Nascimento²
Walter Luiz Junior³

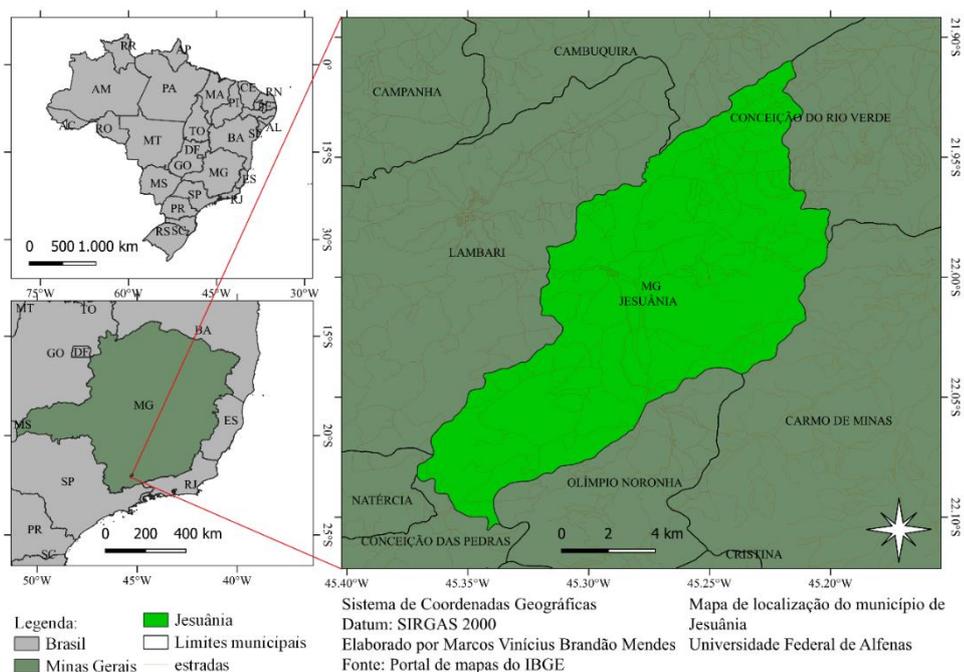
Introdução

O município de Jesuânia está localizado na região sul do Estado de Minas Gerais, na região intermediária de Pouso Alegre e faz divisa com os municípios de Carmo de Minas, Conceição do Rio Verde, Cambuquira, Lambari, Natércia, Conceição das Pedras e Olímpio Noronha. Conta com uma área da unidade territorial de 15.385 hectares.

A pequena área urbana de Jesuânia está localizada as margens da BR-460 e do Rio Lambari. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a estimativa para a população atual é de 4774 habitantes.

O objetivo desse trabalho é apresentar um pouco da história e atualidades do município levando em consideração o contexto da história do Brasil, dados do IBGE atuais e das décadas passadas, fotografias, mapas e etc. Bem como, a importância da Geografia das pequenas cidades, um campo de estudo que é menos volumoso na pesquisa acadêmica, comparado aos estudos geográficos das cidades médias ou grandes.

A seguir um mapa de localização do município de Jesuânia e seus confrontantes:



Mapa 1 - Mapa de localização do município de Jesuânia – MG.

Referencial Teórico

A importância das pequenas cidades no contexto socioeconômico e sociocultural tem atraído muito a atenção de pesquisadores nos últimos anos. Devido a isso, muito se debate sobre como devemos abordar essa temática e como podemos classificá-las para que não deixemos de lado suas particularidades e aspectos que as diferenciam umas das outras.

Para que possamos entender melhor a importância da conceituação e fazer uma análise de forma adequada das características presentes nas pequenas cidades para (ANDRADE e ALVES, 2021):

Diante desses desafios conceituais, a pequena cidade deve ser entendida por alguns pontos integrados: o tamanho populacional da cidade não ultrapassa os 20 mil habitantes; o contexto regional pode apresentar forte aderência às atividades agropecuárias e ao mundo rural; a mobilidade populacional é fraca devido à ausência de grandes cidades ou região metropolitana; Baixo poder de atração industrialtecnológico; infraestrutura básica dependente de cidades maiores; Aspectos culturais e simbólicos tradicionais no contexto populacional. (ANDRADE e ALVES, 2021, p. 65)

Na atualidade, o crescimento econômico está articulado estreitamente a uma ideia de globalização, em que as redes de comunicações e mercaderia estão cada vez mais aceleradas e intensas. Segundo (FERREIRA, 1996) ao fazer uma análise acerca das pequenas cidades no viés socioeconômico e cultural nos diz que, o crescente mercado globalizado aumenta as demandas e transforma os produtos em objetos mais sofisticados, com isso, as pequenas cidades que são atingidas por esses novos fluxos de informação passam por uma metamorfose no contexto econômico. Entretanto, não só o quesito econômico é modificado, os agentes que trabalham nessas mudanças rápidas e densas também se modificam devido a necessidade de fornecer berço para essas novas demandas que estão florescendo e mesmo diante das inovações tecnológicas e informacionais em que são expostas, elas ainda assim conseguem se destacar devido a sua forte peculiaridade em apresentarem novas possibilidades de criação de modos alternativos de desenvolvimento.

No que diz respeito à análise das pequenas cidades (FERREIRA, 1996) salienta que, quando levamos em conta a dimensão espacial das pequenas cidades, não devemos deixar de considerar sua enorme incompreensibilidade social, econômica. Buscamos notar, aquilo que podemos manejar e solucionar de maneira mais simples as “necessidades humanas”, isso acontece pela pouca distância entre os agentes sociais e pelo aparato tecnológico vigente nas redes de comunicações, fazendo com que as pequenas cidades se integrem com o mundo.

Devemos apontar no que diz respeito a importância das pequenas cidades, é que suas características não homogêneas fazem com que haja uma “descentralização” nas atividades

produtivas, com maior enfoque nas áreas industriais. Devido a isso, permite-se segundo (FERREIRA, 1996), o aparecimento de polos alternativos para a contenção/inclinação de migrantes, levando a redução da força migratória sobre os grandes centros.

Outro Aspecto, (ANDRADE e ALVES, 2021) salientam que, as pequenas cidades aparecem como lugares diferenciados, seja pela lenta metamorfose que nelas ocorrem, ou mudanças que são coerentes com seus aspectos estruturais, analisando os aspectos do Sul de Minas, as propriedades rurais de agricultura familiar que se encontram paralisadas, e que formularam rotas de escape de migrantes. Outras áreas em que o processo econômico é baseado no que (ANDRADE e ALVES, 2021) vão chamar de “turistificação”, absorvem os excessos de migrantes, justamente pela melhor condição econômica, ambiental e paisagística.

As pequenas cidades bem como as suas origens, se configuram de diversos princípios. Em que, os agentes sociais e a localização condensam certas necessidades e possibilidades de criação de núcleos na hinterlândia. Nesse caminho, a pequena cidade e sua conceituação está imersa de encaminhamentos distintos e controversos. Em que, as transformações no decorrer da sociedade brasileira fragmentaram a homogeneidade que caracterizou, até 1970-1975, as pequenas cidades, que acabaram por se tornar diferentes. (CORRÊA, 2011).

Assim, a desigual espaço-temporalidade se fundou, como um atributo da difusão de melhorias verificadas, que segundo Corrêa (2011) a partir de meados da década de 1950. Assim, nessas transformações atuaram os processos gerais, ocorrendo desigualdade no espaço e no tempo, no qual, as cidades pequenas apresentam heranças e potencialidades, que foram retomadas e construídas por grupos locais ou empresas externas.

As mutações da sociedade contemporânea têm atribuídos novas formas de habitat e de vida. Silva e Sposito (2009) salientam que devido a isso, é atribuído sobre o profissional de Geografia que pesquisa o respectivo tema das pequenas cidades um desafio e inúmeras dificuldades, visto que o espaço geográfico se configura em constante transformação; os autores evidenciam que os pesquisadores que se dedicam à questão urbana têm se voltado muito mais para a análise das metrópoles, e em segundo plano para o entendimento das grandes e médias cidades. Apesar das relações espaciais das pequenas cidades serem demarcadas por um patamar econômico diferenciado daquele encontrado nos grandes centros, é necessário evidenciar suas particularidades e os significados que representam no quadro urbano (SILVA e SPOSITO 2009).

Silva e Sposito (2009) põem à tona que estrutura das pequenas cidades, e o estudo geográfico dessa temática está ligado diretamente com a própria conceituação do urbano, com seus limites e constituições, no qual incide diretamente na postulação teórica do

conceito de cidade, no qual, a definição no Estadocentrismo geográfico, não dá conta de explicar a realidade urbana brasileira e muito menos vai contribuir como qualificativo para definir as pequenas cidades. Santos (1985) esclarece que a compreensão da organização espacial, como de sua evolução, só se faz possível mediante a acurada interpretação do processo dialético entre formas, estrutura e funções através do tempo. Assim, a totalidade é uma construção válida no exame da complexidade de fatores a serem examinados na análise do contexto espacial; forma, função e estruturas podem ser usadas como categorias primárias na compreensão da atual organização espacial.

Metodologia

As metodologias escolhidas para o desenvolvimento desse trabalho foram baseadas nas questões acerca das pequenas cidades. Para um maior aprofundamento do tema foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim, conseguimos abordar as questões do passado/presente. Muitas das informações contidas nesse trabalho tratam da história da cidade analisada, devido a isso, foram colocadas informações de censos demográficos antigos e atuais com o intuito de fazer uma analogia e ver o desenvolvimento do município.

Outro método utilizado no decorrer da pesquisa foram as fontes bibliográficas de autores que analisam as questões na região Sul de Minas Gerais, bem como autores pioneiros e atuais que desenvolvem e constroem a Geografia das pequenas cidades; com intuito de não deixar uma lacuna aberta ao analisar as questões socioeconômicas, culturais, festividades, espacialidade etc. Este método foi escolhido devido as pequenas cidades apresentarem peculiaridades próprias, assim, com uma maior gama de perspectivas analíticas dos autores podemos observar cada aspecto apresentado no que diz respeito ao município estudado. Visando uma abordagem além das definições já existentes como, número de habitantes, infraestruturas e economia.

Para que ficássemos limitados apenas na comparação temporal textual, foram inseridas imagens no decorrer da pesquisa, para uma melhor visualização de como a estrutural material se modificou e ganhou novos contornos diante das ações antrópicas, do tempo e do capital. Muitas dessas imagens são de órgãos governamentais e outras adquiridas de maneira empírica com um trabalho de campo.

Desenvolvimento

História do município de Jesuânia

O prosseguir do trabalho são trechos da *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, planejada e orientada por Jurandyr Pires Ferreira ex-presidente do (IBGE 1959) está a seguinte história:

Jesuânia, outrora São Bom Jesus de Lambari, depois Bias Fortes e, mais tarde, Lambarizinho, tem sua história ligada à de Lambari (Águas Virtuosas) e remonta ao tempo das "bandeiras".



Igreja-Matriz do Senhor Bom Jesus

Imagem 1 - Igreja-Matriz do Senhor Bom Jesus.

Fonte: IBGE 1959.



Imagem 2 - Igreja-Matriz do Senhor Bom Jesus, 2022.

Fonte: Arquivo pessoal.

Uma dessas expedições penetrou rumo ao oeste, através dos vales do sistema da Mantiqueira, incursionando pelo Sul de Minas. Dessa jornada, atestados eloquentes são as cidades de Campanha, Pouso Alto, Aiuruoca, São Gonçalo do Sapucaí, Itamonte e outras, todas nascidas da "Estrada Real", cuja picada inicial fora dos bandeirantes.

A princípio, pequenos sitiantes se fixavam aqui e acolá, à beira da estrada, atraídos pela exuberância do solo, pelas verdolengas pastagens e pela perspectiva de enriquecimento, para, depois, se transformarem em proprietários de grandes fazendas, marcos iniciais de povoados e vilas.

Assim nasceu Jesuânia, com o primitivo nome de São Bom Jesus do Lambari. Quando da descoberta das fontes de água mineral das Águas Virtuosas (atual Lambari), o

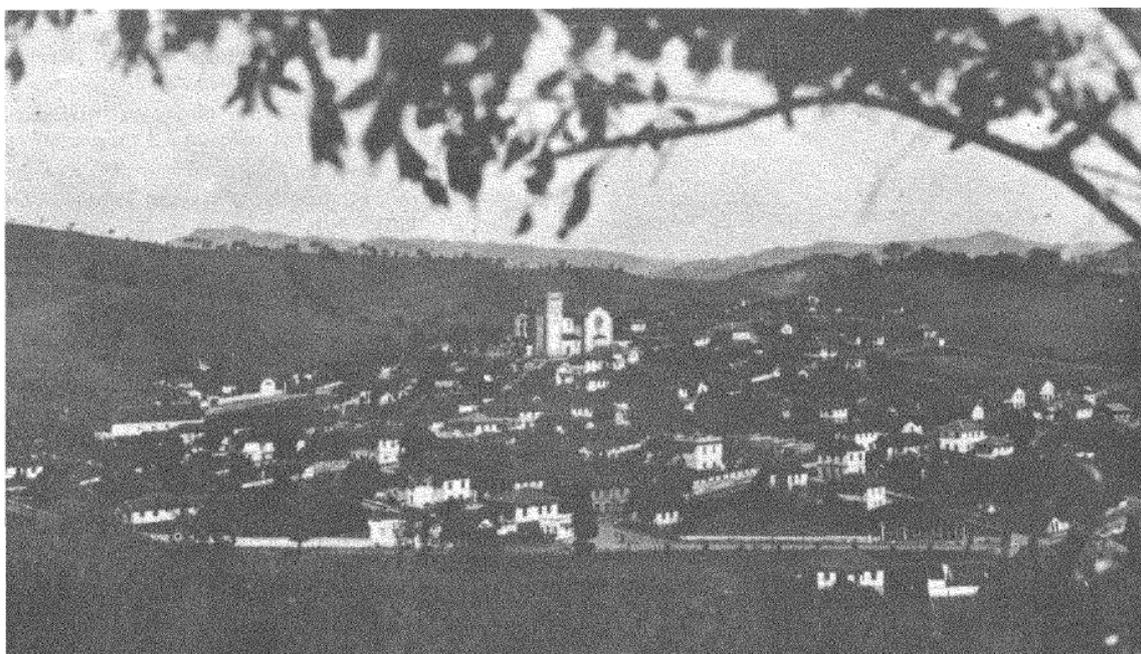
arraial de São Bom Jesus do Lambari, às margens do rio do mesmo nome, crescia e prosperava. E tão bem houveram os fados que a 27 de novembro de 1816 as autoridades eclesiásticas promoviam a compra de um bom trato de terras em mãos dos antigos proprietários da fazenda de Santa Rita do Lambari, onde foi erguida a capela do Senhor Bom Jesus de Matozinhos do Lambari, no patrimônio então adquirido.

Criando-se a Paróquia de Águas Virtuosas, foi esta sediada, provisoriamente, em Lambari (Jesuânia), providência esta que se tornou definitiva a 14 de maio de 1858, permanecendo nessa situação por longo tempo.

A 16 de setembro de 1901, criado o distrito de São Bom Jesus de Lambari, foi o mesmo incorporado ao nascente município de Águas Virtuosas.

Após um longo período de expectativa, e de lutas, conseguiram, por fim os jesuanenses, o coroamento dos seus esforços, a sua emancipação político-administrativa, com a criação do município em 1948.

Os primeiros habitantes de Jesuânia, conforme assentamentos existentes nos arquivos da Diocese de Campanha, foram: José Rodrigues da Fonseca, natural de Baependi, filho do tenente-coronel José Rodrigues de Affonseca, que em 8 de fevereiro de 1743, escrevia ao governador interino da Província de Minas, alegando-se "achar sem papel"; João Delgado da Silva, casado com Isabel Tavares; Manuel Rodrigues da Costa, casado com Mariana Veiga; Braz Nunes Gonçalves, casado com Isabel Alvares, procedentes de Guaratinguetá e Simplício Lopes Maciel, casado com Ana da Veiga, natural de Jacareí.



Vista parcial aérea da cidade

Imagem 3 - Vista aérea parcial da cidade de Jesuânia, 1950.

Fonte: IBGE 1959.

Formação Administrativa:

O distrito foi criado a 14 de setembro de 1870, pela Lei provincial nº 1659, confirmada pela Lei estadual nº 2, de 14 de setembro de 1891, tendo recebido a designação de Lambari.

Segundo a "Divisão Administrativa, em 1911", e os quadros de apuração do Recenseamento Geral de 01-09-1920, o referido distrito subordina-se ao município de Águas Virtuosas.

Em face do Decreto-lei estadual nº 843, de 7 de setembro de 1923, o distrito de Lambari tomou a denominação de Lambarizinho, figurando por efeito deste Decreto-lei, no mesmo município de Águas Virtuosas.

Conforme a divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Lambarizinho figura no município de Lambari (antigo Águas Virtuosas). Do mesmo modo, nas divisões territoriais datadas de 31/12/1936 e 31/12/1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 88, de 30 de março de 1938, aparece ele no referido município.

Pelo Decreto-lei estadual nº 148, de 17 de dezembro de 1938, o distrito de Lambarizinho foi extinto, seu território passou a constituir uma das zonas do distrito da sede do município de Lambari.

Por força do Decreto-lei estadual nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, foi criado no município de Lambari o distrito de Jesuânia, com território desmembrado do distrito de Lambari, com sede no povoado de Lambarizinho, que passou a denominar-se Jesuânia. No quadro fixado pelo referido Decreto-lei estadual para vigorar no quinquênio 1944-1948, o distrito de Jesuânia figura no município de Lambari.

Pelo disposto na Lei estadual nº 336, de 27 de dezembro de 1948, que estabeleceu a divisão judiciário-administrativa do Estado, em vigor no período 1949-1953, criou-se o município de Jesuânia, com qual, nessa divisão figura integrado de um só distrito da sede.

Semelhante, segundo o quadro da divisão administrativa do Estado, para vigorar no quinquênio 1954-1958, estabelecido pela Lei estadual n.º 1 039, de 12 de dezembro de 1953, o município de Jesuânia tem a mesma composição distrital fixada pela Lei nº 336, isto é, somente um distrito: o da sede.

Vista de uma das ruas principais da cidade, (IBGE 1959):



Imagem 4 - Vista da Rua Joaquim Carlos dos Reis.

Fonte: IBGE 1959.

População:

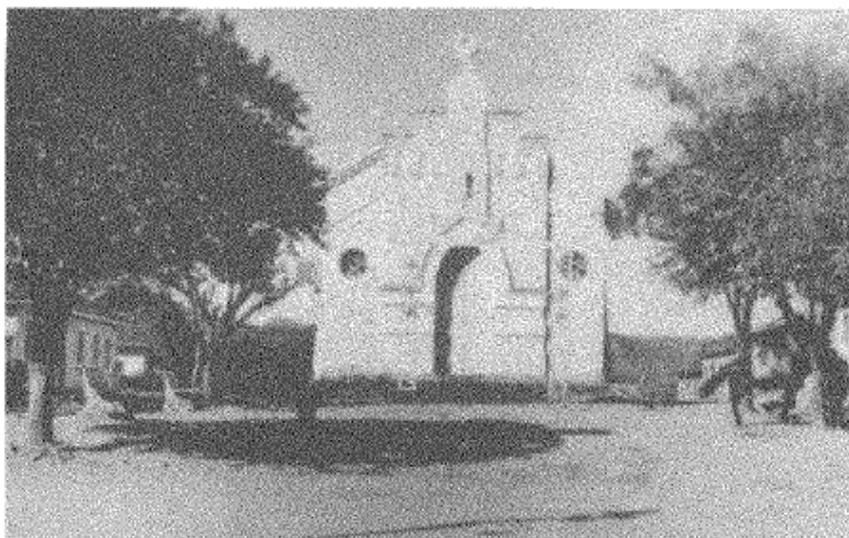
Segundo dados do Recenseamento de 1950, era de 4695 habitantes a população do município. De acordo com os dados era a seguinte a localização da população do município:

LOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE 1.º-VII-1950			
	Homens	Mulheres	Total	
			Números absolutos	% sobre o total geral
Sede.....	513	565	1 078	22,96
Quadro rural.....	1 896	1 721	3 617	77,04
TOTAL GERAL.....	2 409	2 286	4 695	100,00

Tabela 1 - População de Jesuânia em 1950.

Fonte: IBGE 1959.

Imagens da Capela de Nossa Senhora do Rosário importante símbolo da cultura da cidade.



Capela N. S.ª do Rosário

Imagem 5 - Capela de Nossa Senhora do Rosário.

Fonte: IBGE 1959.



Imagem 6 - Capela de Nossa Senhora do Rosário, 2022.

Fonte: Arquivo pessoal.

Principal atividade econômica:

Dados do Recenseamento Geral de 1950, apresentam a distribuição da população municipal, segundo os ramos de atividade:

RAMOS DE ATIVIDADE	POPULAÇÃO PRESENTE DE 10 ANOS E MAIS			
	Homens	Mulheres	Total	
			Números absolutos	% sobre o total geral
Agricultura, pecuária e silvicultura	1 026	16	1 042	33,79
Indústrias extrativas	18	—	18	0,58
Indústria de transformação	74	—	74	2,39
Comércio de mercadorias	45	—	45	1,45
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	1	—	1	0,03
Prestação de serviços	26	46	72	2,33
Transporte, comunicações e armazenagem	40	2	42	1,36
Profissões liberais	3	1	4	0,12
Atividades sociais	6	6	12	0,38
Administração pública, Legislativo e Justiça	9	—	9	0,29
Defesa nacional e segurança pública	2	—	2	0,06
Atividades domésticas, não remuneradas e atividades escolares discentes	66	1 285	1 351	43,75
Condições inativas	268	148	416	13,47
TOTAL	1 584	1 504	3 088	100,00

Tabela 2 - Ramos de atividade econômica de Jesuânia, 1950.

Fonte: IBGE 1959.

Do total de 3088 pessoas, é conveniente sejam subtraídos os dados relativos aos dois últimos ramos (ao todo, 1767 pessoas). Resultam 1321, as 1042 pessoas ativas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" representam 78,87% sobre esse último total; as ativas no ramo "indústria de transformação" 5,60%.

Agricultura:

A produção agrícola no município em 1955, é expressa pelos dados constantes da tabela seguinte:

CULTURAS AGRÍCOLAS	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO		VALOR	
		Unidade	Quantidade	Cr\$ 1 000	% sobre o total
Café	613	Arróba	41 200	18 540	88,54
Arroz	70	Saco 60 kg	2 000	1 200	5,73
Outras	149	—	—	1 199	5,73
TOTAL	832	—	—	20 939	100,00

Tabela 3: Principais culturas agrícolas em Jesuânia, 1955.

Fonte: IBGE 1959.

Constitui a agricultura a principal atividade econômica do município, sobressaindo as culturas do café e do arroz. A cultura do café lidera também a safra jesuanense. Este produto contribui para a indústria de produtos alimentares "na parte de beneficiamento do café".

Além das mencionadas, existem outras culturas, em pequena escala, de feijão, batata-inglesa, banana e milho. São Paulo, Rio de Janeiro, Lambari, São Lourenço e Itajubá são os principais centros compradores dos produtos agrícolas do município (principalmente o café).

Pecuária:

Em 31/12/1955 era a seguinte a situação dos rebanhos do município:

REBANHOS	NÚMERO DE CABEÇAS	VALOR	
		(Cr\$ 1 000)	% sobre o total
Asininos.....	20	50	0,32
Bovinos.....	4 000	6 400	41,95
Caprinos.....	150	15	0,09
Equinos.....	1 000	1 600	10,47
Muares.....	350	875	5,73
Ovinos.....	200	30	0,19
Suínos.....	7 000	6 300	41,25
TOTAL.....	—	15 270	100,00

Tabela 4 - Rebanho da pecuária em Jesuânia, 1955.

Fonte: IBGE 1959.

Conquanto não possua grandes efetivos de gado, é muito acentuada a importância da pecuária na economia local. Os criadores se dedicam mais ao gado leiteiro, com produção de leite, que em 1955 atingiu 1.400.000 litros, sendo parte consumida pela população local e parte, industrializada na fabricação de queijo e manteiga.

O gado de corte, em número reduzido, é todo consumido no município. Não há exportação de gado.

Indústria:

A organização industrial pode ser conhecida pelos seguintes dados, relativos a 1955:

TIPO DE INDÚSTRIA	N.º de estabelecimentos	Pessoal empregado	CAPITAL EMPREGADO		FÓRÇA MOTRIZ	
			Cr\$ 1 000	% sobre o total	N.º de motores	Potência em c.v.
Indústria extrativa mineral.....	1	4	10	0,80	—	—
Indústria de transformação e beneficiamento dos produtos agrícolas	11	21	1 164	93,58	9	61
Indústria manufatureira e fabril.....	2	2	70	5,62	3	3
TOTAL.....	14	27	1 244	100,00	12	64

Tabela 5 - Indústria em Jesuânia, 1950.

Fonte: IBGE 1959.

A "indústria de transformação" é o 2º ramo quanto à atividade dos habitantes. Pela própria natureza do ramo principal, a indústria do lugar está vinculada intimamente à atividade agrícola, surgindo em primeiro plano o beneficiamento do café, seguindo-se o beneficiamento do arroz e o da transformação do milho.

Há no Município uma grande fábrica de laticínios, a "Laticínios São Sebastião", que concorre grandemente para a economia local. A produção florestal atingiu, em 1955, o valor de 1 milhão de cruzeiros.

Melhoramentos urbanos:

O quadro a seguir mostra a situação dos melhoramentos urbanos na sede municipal em 1954, conforme registros existentes nos serviços de Estatística da Viação e da Produção de Minas Gerais:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS						
<i>Número de prédios existentes.....</i>	269						
<i>Logradouros públicos</i>							
Existentes.....	16						
Pavimentados.....	<table border="0"> <tr> <td> { Inteira.....</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td> { Parcialmente.....</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td> { TOTAL.....</td> <td>3</td> </tr> </table>	{ Inteira.....	1	{ Parcialmente.....	2	{ TOTAL.....	3
{ Inteira.....	1						
{ Parcialmente.....	2						
{ TOTAL.....	3						
Outros.....	13						
<i>Abastecimento d'água</i>							
Prédios servidos, Possuindo penas.....	200						
Logradouros servidos, Totalmente.....	12						
<i>Esgotos</i>							
Logradouros servidos.....	<table border="0"> <tr> <td> { De despejo.....</td> <td>11</td> </tr> <tr> <td> { De águas superficiais.....</td> <td>5</td> </tr> </table>	{ De despejo.....	11	{ De águas superficiais.....	5		
{ De despejo.....	11						
{ De águas superficiais.....	5						
Prédios esgotados.....	<table border="0"> <tr> <td> { Pela rede.....</td> <td>30</td> </tr> <tr> <td> { Por fossas.....</td> <td>11</td> </tr> </table>	{ Pela rede.....	30	{ Por fossas.....	11		
{ Pela rede.....	30						
{ Por fossas.....	11						
<i>Iluminação pública e domiciliar (*)</i>							
Logradouros iluminados.....	<table border="0"> <tr> <td> { Número de logradouros.....</td> <td>25</td> </tr> <tr> <td> { Número de focos.....</td> <td>160</td> </tr> <tr> <td> { Consumo em kWh.....</td> <td>25 407</td> </tr> </table>	{ Número de logradouros.....	25	{ Número de focos.....	160	{ Consumo em kWh.....	25 407
{ Número de logradouros.....	25						
{ Número de focos.....	160						
{ Consumo em kWh.....	25 407						
<i>Ligações domiciliares (*)</i>							
De luz.....	<table border="0"> <tr> <td> { Número de ligações.....</td> <td>185</td> </tr> <tr> <td> { Consumo em kWh.....</td> <td>44 712</td> </tr> </table>	{ Número de ligações.....	185	{ Consumo em kWh.....	44 712		
{ Número de ligações.....	185						
{ Consumo em kWh.....	44 712						
De força.....	<table border="0"> <tr> <td> { Número de ligações.....</td> <td>14</td> </tr> <tr> <td> { Consumo em kWh.....</td> <td>32 764</td> </tr> </table>	{ Número de ligações.....	14	{ Consumo em kWh.....	32 764		
{ Número de ligações.....	14						
{ Consumo em kWh.....	32 764						

(*) Dados referentes ao ano de 1955.

Tabela 6: Saneamento básico em Jesuânia, 1955.

Fonte: IBGE 1959.

Meios de transporte:

O território municipal é cortado por 69 km de estradas de rodagem, dos quais 4 sob administração estadual e 65 sob a municipal. É servido pela Estrada de Ferro Rede Mineira de Viação. Em 1955 foram registrados 15 automóveis e 12 caminhões, em tráfego diário na sede.

Comércio e bancos:

Conta a população do município com 55 estabelecimentos comerciais varejistas dos quais 49 situados na sede. Dispõe também de 2 correspondentes bancários.

Instrução pública:

Os resultados do Censo de 1950 referentes à alfabetização, fornecem os seguintes dados relativos à população do município:

DISCRIMINAÇÃO	PESSOAS PRESENTES, DE 5 ANOS E MAIS					
	Números absolutos			% sobre o total		
	Total	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever(*)	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever(*)	
Quadro urbano	Homens...	429	242	187	56,41	43,59
	Mulheres..	472	232	240	49,15	50,85
	TOTAL	901	474	427	52,60	47,40
Quadro rural..	Homens...	1 543	441	1 102	28,58	71,42
	Mulheres..	1 399	302	1 097	21,58	78,42
	TOTAL	2 942	743	2 199	25,25	74,75
Em geral.....	Homens...	1 972	683	1 289	34,63	65,37
	Mulheres..	1 871	534	1 337	28,54	71,46
	TOTAL	3 843	1 217	2 626	31,66	68,34

(*) Inclusive pessoas de instrução não declarada.

Tabela 7 - Alfabetização em Jesuânia, 1950.

Fonte: IBGE 1959.

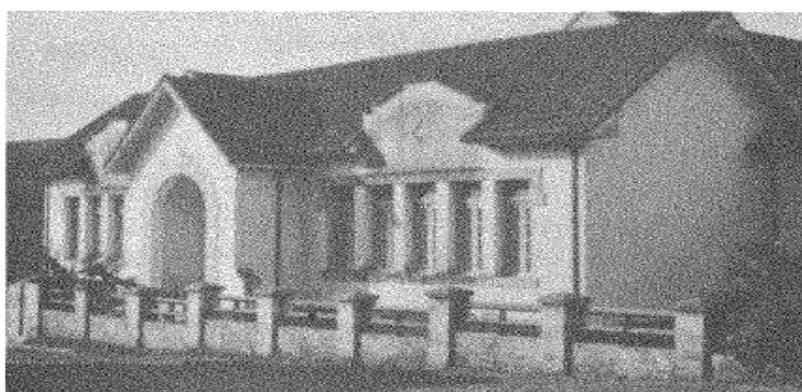
Ensino Primário: Segundo os dados fornecidos pelo Serviço de Estatística da Educação do Estado de Minas Gerais, no período de 1954-1956, foi a seguinte a situação do ensino primário no município:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS		
	1954	1955	1956
Unidades escolares.....	8	8	8
Corpo docente.....	16	18	17
Matrícula efetiva.....	560	582	569

Tabela 8: Matrículas no ensino primário em Jesuânia, 1954-1956.
Fonte: IBGE 1959.

A percentagem de alunos matriculados - em relação à população infantil em idade escolar - é de aproximadamente 49,47%.

Imagens do grupo escolar e da atual Escola Estadual João de Almeida Lisboa:



Grupo Escolar Municipal

Imagem 7 - Escola Estadual João de Almeida Lisboa, 1955.
Fonte: IBGE 1959.



Imagem 8 - Escola Estadual João de Almeida Lisboa, 2022.
Fonte: Arquivo pessoal.

Finanças públicas:

A situação das finanças públicas no município, no período de 1951-1955, é bem caracterizada pela tabela abaixo:

ANOS	FINANÇAS (Cr\$ 1 000,00)			
	Receita arrecadada		Despesa realizada	Saldo ou deficit
	Total	Tributária		
1951.....	392	116	391	1
1952.....	449	124	455	6
1953.....	913	248	564	359
1954.....	752	173	928	176
1955.....	831	264	817	14

Tabela 9 - Finanças públicas em Jesuânia, 1951-1955.

Fonte: IBGE 1959.

Quanto à arrecadação nas duas esferas administrativas, sua situação no mesmo período de tempo foi a seguinte:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr\$ 1 000,00)	
	Estadual	Municipal
1951.....	901	392
1952.....	797	449
1953.....	1 404	913
1954.....	1 911	752
1955.....	3 741	831

Tabela 10: Receita arrecadada no município de Jesuânia, 1951-1955.

Fonte: IBGE 1959.

Diversos aspectos do município:

Jesuânia é servido pela Rede Mineira de Viação. Apesar de não possuir aeroporto, utiliza-se do de Lambari, localizado a nove quilômetros da sede municipal. Exceção feita ao centro urbano, que se apresenta ligeiramente plano, a topografia da cidade é bastante acidentada. Contam-se 2 aparelhos telefônicos, 1 hotel e 1 cinema.

Particularmente bela é a igreja de São Bom Jesus, templo moderno, de linhas arquitetônicas arrojadas, singularmente majestoso. Existe no município uma Conferência de São Vicente de Paulo, com a finalidade de assistência a desvalidos. A riqueza natural de mais evidência são as suas florestas, que produzem madeira em abundância.

Dos filhos ilustres de Jesuânia, destacou-se, no passado, o Dr. Antônio da Rocha Fernandes Leão, eleito presidente do Estado do Rio de Janeiro e empossado a 30 de junho de 1886. Acha-se instalada na sede municipal uma Agência Municipal de Estatística, órgão integrante do Sistema Estatístico Brasileiro.

Compõe-se a Câmara Municipal de 9 vereadores, os quais foram sufragados em 03/10/1955 pelos 691 cidadãos que compareceram para votar. Para aquelas eleições o colégio eleitoral constava de 1 170 pessoas alistadas. Essas informações acima foram organizadas por Hélio Jacques, com dados fornecidos pelo Agente de Estatística José Maria Lopes Chagas.

Dados atuais:

Segundo os dados do Recenseamento de 2010, a população de Jesuânia é de 4768 habitantes apenas 73 a mais que o censo da década de 50 do século passado. Em 2010 das 4768 habitantes 2469 eram do sexo masculino e 2299 do sexo feminino e 3094 moram na zona urbana e 1674 na zona rural.



Imagem 9 - Vista da cidade de Jesuânia, 2022.

Fonte: Arquivo pessoal.

A população economicamente ativa corresponde a 1557 do sexo masculino e 832 do sexo feminino, totalizando 2389 pessoas. A atividade econômica mais ocupada é Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura com 1115 pessoas ocupadas sendo 874 do sexo masculino e 241 do sexo feminino.

Segundo o censo agropecuário de 2017, o número de estabelecimentos agropecuários

é de 380 ocupando 12.236 hectares e que corresponde a quase 80% da área total do município. Desses 380 estabelecimentos 308 já utilizaram de adubação e 270 já utilizaram agrotóxicos. Dos proprietários 353 são do sexo masculino e apenas 27 do sexo feminino, 338 são brancos, 39 pardos e apenas 3 pretos.

Uso da terra:

Lavouras:

Banana: 29 estabelecimentos produtores com 50 pés ou mais, com uma produção de 133 toneladas, o valor da produção soma 165.928,00 R\$.

Café: 257 estabelecimentos, 2432 toneladas, 4.733.000 pés de café. 1596 hectares plantados, com o valor da produção de 17.884.791,00 R\$.

Cana-de-açúcar: 25 estabelecimentos, 284 toneladas produzidas, área colhida 10 hectares, valor da produção 67.210,00 R\$.

Milho grão: 56 estabelecimentos, 2923 toneladas, 268 hectares, valor da produção 2.561.130,00 R\$.

Milho forrageiro: 61 estabelecimentos, 28.922 toneladas, 773 hectares, valor da produção 3.593.319,00 R\$.

Pecuária:

Bovinos: 245 estabelecimentos, 117 produziram leite no ano, 12.203 cabeças, 2715 vacas ordenhadas, 12.084.000 litros de leite produzidas no ano, valor da produção 13.786.509,00 R\$.

Equinos: 119 estabelecimentos, 304 cabeças.

Galinhas e Frango: 104 estabelecimentos e 98 produziram ovos; 5000 cabeças, 15.000 dúzias produzidas no ano, valor da produção soma 70.975,00 R\$

A soma de tratores dos estabelecimentos agropecuários é 107 tratores, 15 semeadeiras/plantadeiras, 14 colheitadeiras e 13 adubadeiras ou distribuidoras de calcário.

O município conta com 1560 domicílios particulares permanentes, sendo 1054 na zona urbana e 506 na zona rural. O produto interno bruto (PIB) do município em 2019 foi de 64.307.400,00 R\$ e o PIB per capita foi de 13.433,76 R\$. O Índice de desenvolvimento humano (IDH) foi 0,658.

Cultura:

Geralmente, de junho a outubro, são realizadas em alguns estados brasileiros as famosas festas do congo, ou festa das congadas. Por mais que ela seja conhecida

nacionalmente, suas práticas são mais observadas no estado de Minas Gerais. “Os fenômenos das Congadas acontecem no Norte do Brasil, Centro-sul e em diversos estados do Nordeste, mas é no Sudeste brasileiro que sua prática foi mais difundida, sobretudo em Minas Gerais” (SANTOS, 2011, p. 23).

Com o objetivo de reverenciar os santos, a celebração é seguida por orações, terços e danças, o que deixa cada vez mais visível a importância da sua manifestação para a história cultural do país e da identidade local. “Realizada anualmente, a manifestação cultural Congada tem por objetivo principal louvar seus santos protetores, os “santos dos pretos” como São Benedito, Santa Ifigênia e Nossa Senhora do Rosário” (SILVA, 2012, p. 3).

Em Jesuânia as congadas está presente desde a origem da emancipação do município, sendo realizada anualmente no final do mês de junho e início do mês de julho na praça do Rosário. A festa se inicia tradicionalmente em uma sexta-feira com o levantamento do mastro de São Pedro e termina em um Domingo da semana seguinte com a coroação do Rei e Rainha do ano seguinte.

Após o erguimento do mastro, o público se faz presente, há presença de diversos barraqueiros e vendedores, bandas e artistas se apresentam no palco montado em frente à Igreja do Rosário e a apresenta dos ternos de congadas que apresentam suas danças, cantos celebrando a presença do reinado presente.

O reinado é um dos componentes do Congado, exatamente aquele que se refere à coroação de reis e à constituição de uma corte. Esse fator: Reinado se tornou muito forte em Minas Gerais, pela atuação das numerosas Confrarias. Nas Irmandades de N. Sra. do Rosário havia os cargos de reis, cuja eleição e funções se regulamentavam através dos compromissos. O costume de se alforriar o rei eleito anualmente no Congado deu grande prestígio à instituição do Reinado, principalmente em Minas Gerais. Embora existissem reis eleitos em outros estados, o Reinado mineiro se marcou pelo fato de ser conseqüente ao catolicismo de confraria, com forte atuação das Irmandades do Rosário (GOMES; PEREIRA, 2000 apud SANTOS, 2011, p. 32).



Imagem 10: Cerimônia de coroação das congadas de 2022 em Jesuânia.

Fonte: Arquivo pessoal.

Para (SILVA, et al. 2017) é de suma importância preservar suas práticas, resguardando a história de um local e, principalmente, registrando fatos da cultura no país. O estudo de uma cultura visa aperfeiçoar e compreender suas ações em um determinado ambiente, além de compreender como essa manifestação caracteriza uma identidade. Aproximar o olhar, através de relatos de personagens importantes, para a continuidade da manifestação cultural, é a forma mais fiel para resgatar e refletir sobre os hábitos deixados de lado e a mudança em seu círculo cultural.

Considerações Finais

É possível concretizar que as pequenas cidades brasileiras são muitas e diferentes entre si, o que dificulta o avanço do estudo de classificação, no qual, a ocupação do território para a sociedade brasileira apresenta grande heterogeneidade, evidenciando as multiplicidades do urbano e do rural. O estudo das pequenas cidades deve então considerar a articulação de escalas na rede urbana, que bem como nos mostra Silva e Sposito (2009) que poderá mostrar o papel das cidades pequenas juntamente as ligações capitalistas e suas respectivas mudanças ao longo do tempo. No qual, podemos pressupor que as pequenas cidades podem ser classificadas pela sua subordinação, no caso do Brasil, são as relações

capitalistas de produção.

Dessa forma, como salienta Bagli (2006) o urbano se aplica e exerce atração sobre as populações em virtude das respectivas funções que concentra, e também recebe os vindos do campo, excluídos pela lógica capitalista de produção, assim, o urbano se interage com o rural, mas também se recria, seja pelo progresso da luta pela terra, ou seja nos espaços do processo de urbanização.

Nesse tramite, o rural e o urbano e o campo e cidade não se constituem isolados uns dos outros, no qual as relações sociais do mundo contemporâneo, integram relações dialéticas que se unificam. Santos (1985) nos mostra que o espaço impõe sua respectiva realidade própria, em que a sociedade não pode operar fora do mesmo e para entender o espaço, é preciso aprender sua relação com a sociedade.

Desse modo, esse estudo visou trazer informações, características, e interpretações da pequena cidade de Jesuânia-MG, no sul de Minas Gerais e também agregar e evidenciar a Geografia das pequenas cidades, bem como sua base teórica, e as relações rural urbano. A pesquisa da importância e das classificações sobre as pequenas cidades é abrangente e é um campo em aberto na Geografia para muitas descobertas importantes, evidenciando as relações sociedade natureza, a relação com o capitalismo, relações culturais e as relações do rural com o urbano, mostrando a diversidade das pequenas cidades, no caso de Jesuânia-MG, o espaço regional, o Sul de Minas Gerais, que apesar das pequenas cidades dessa região apresentarem semelhanças são muitos diferentes entre si.

Referências:

ANDRADE, A.C.; ALVES, F.D. A Geografia das pequenas cidades no Sul de Minas Gerais: uma proposta classificatória. In: MANFIO, V.; BENADUCE, G.M.C. (Org.). A geografia das pequenas cidades: estudos teóricos e práticos. Rio de Janeiro: Libroe, 2021, p. 62-97.

BAGLI, P. Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: dos mitos pretéritos às recentes transformações. 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

BISPO, Cláudia. RURAL/URBANO E CAMPO/CIDADE: CARACTERÍSTICAS E DIFERENCIAÇÕES EM DEBATE. XXI

Encontro Nacional d Geografia Agrária, Uberlândia-MG, v. 3, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 15, n. 3, p. 5-12, 2011.

DA SILVA, Paulo Fernando Jurado; SPOSITO, Eliseu Savério. Discussão geográfica sobre cidades pequenas. **Geografia**, v. 34, n. 2, p. 203-217, 2009.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. **AS PEQUENAS CIDADES E SUA IMPORTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA NO BRASIL ATUAL**. Rio de Janeiro: Reúna Revista de Economia da Una, v. 6, 1 mar. 1996.

FERREIRA, Jurandyr Pires (org.). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 31/01/1959. Volume 25; páginas 361-366.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário de 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama Jesuânia. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/jesuania/panorama>. Acesso em 21/06/2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Portal de mapas do IBGE. Disponível em <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>. Acesso em 21/06/2022.

SANTOS, Carlos Roberto Moreira dos. **Congada e reinado: história religiosa da irmandade negra em Jequitibá, MG**. [S. l.]: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais: Programa de Pós- graduação em Ciências da Religião. 2011. 134p.

SANTOS, Milton. Estrutura, processo, função e forma como categorias do método

geográfico. **Espaço e método**, v. 5, p. 67-79, 1985.

SILVA, Carolina Carteli da. **Festa ou devoção?** Heranças imateriais da congada em diferentes regiões do Brasil. 2012. 64p.

SILVA, CARVALHO, MOREIRA, SANTANA, NISHIYAMA, Douglas Antônio de Pádua da. Flaviane Faria, Rafael de Almeida, Terezinha Richartz, Gisele Cristina. **CONGADA: a mercantilização da festa em Jesuânia**. Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas UNIS, Varginha-MG, 27-Nov-2017.

Análise e transformações socioespaciais do campo e cidade no município de Brazópolis-MG

Matheus Vizoto de Lima Faria⁴⁰
Flamarion Dutra Alves⁴¹

Introdução

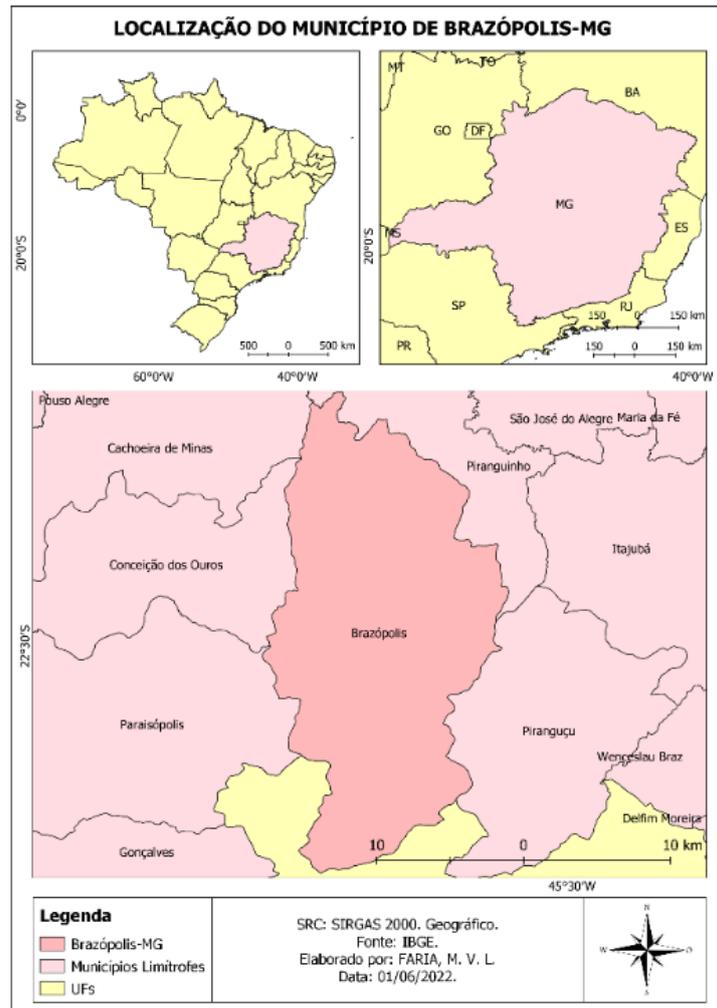
A pequena cidade, quando colocada em destaque para estudo, se mostra parte de uma rede que a coloca em uma relação de dependência com cidades limítrofes de maiores dimensões. Assim, faz-se necessário entender o município de Brazópolis-MG pelos fatores de transformação da paisagem na relação do urbano com o rural e pela evasão populacional, em um ponto de vista local e na sua inserção na rede com os demais municípios ao seu redor.

Brazópolis é um município localizado no sul de Minas Gerais, na microrregião de Itajubá, na região da Serra da Mantiqueira. O município tem uma população estimada de 14.364 (IBGE, 2021), classificando-a como uma pequena cidade, possuindo uma taxa de urbanização de 54% e a população rural representando 46% restantes do total. Outro ponto que acaba se destacando é o de que, conforme dados da Estimativa Populacional do IBGE (2021), Brazópolis apresenta um declínio demográfico de 15.339 habitantes em 2000 para 14.364 em 2021.

Tendo em vista o município em questão, trata-se de uma paisagem rural, apesar de apresentar tal taxa de urbanização. Conforme a paisagem e as transformações ocorridas nela e na destinação de funções para os patrimônios vistos na mesma, já que o município demonstra diversos prédios antigos na composição da paisagem municipal, principalmente na porção urbana. Partindo desses pontos de análise, será apresentada a conceituação de paisagem, compreendendo as rugosidades presentes no espaço da pequena cidade de Brazópolis-MG. Assim como realizar um levantamento acerca dos patrimônios tombados e projetar as perspectivas e representações desses na paisagem do município por parte de seus habitantes. Acrescentando a reestruturação urbana e a perda da importância econômica do município, que também acarretaram para a ocorrência do declínio demográfico no território brazopolense. E propondo, também, a classificação do município partindo da proposta classificatória sobre as pequenas cidades de Andrade e Alves.

⁴⁰ Graduando em Geografia na UNIFAL-MG. Bolsista (CNPq). Email: matheus.vizoto@sou.unifal-mg.edu.br

⁴¹ Professor Doutor na UNIFAL-MG. Email: flamarion.dutra@unifal-mg.edu.br



Mapa 1 – Localização do município de Brazópolis-MG.

Fonte: IBGE (2022).

Revisão de literatura

Para iniciar o pensamento sobre o papel e as modificações ocorridas na paisagem no contexto das pequenas cidades, é necessário compreender a conceituação da paisagem como um conceito geográfico que se caracteriza a partir de toda realização material e imaterial perceptível ao ser humano. Entendendo os objetos materiais como aqueles caracterizados pelas formas e por tudo que é visto no espaço e os aspectos imateriais como a sensação, simbolismo e a identificação com a paisagem. Portanto, para um espaço visível ser uma paisagem ele precisar ser “constituído por um conjunto de componentes que formem um todo coerente” (CAMPAR DE ALMEIDA, pág. 31, 2006). Assim, a paisagem é dada partindo da compreensão da organização e da evolução espacial e que, conforme Milton

Santos (1985), só se torna possível mediante acurada interpretação do processo dialético entre formas, estrutura e funções através do tempo.

Campar de Almeida (2006) entende sobre a definição da paisagem como sendo:

Porém, para ser paisagem esse espaço visível tem de ser constituído por um conjunto de componentes que formem um todo coerente. Significa isto que esses componentes, em regra de heterogêneos, pela sua distribuição, disposição, encadeamento, associação mais ou menos lógica entre si, conjugam-se no sentido de ser possível atribuir uma identidade àquele espaço. Esses componentes passam essencialmente pela morfologia do terreno, pela hidrografia, pelo coberto vegetal e pelas instalações e transformações exercidas, nesse espaço, pelas comunidades humanas. Esta paisagem terá uma dinâmica própria, nem sempre detectável de imediato, mas passível de observação e entendimento após análises de pormenor efetuadas sobre o terreno ou sobre meios indiretos de representação desse mesmo terreno. (CAMPAR DE ALMEIDA, 2006, p. 31).

Entende-se, então, que a paisagem é mutável conforme o local, a linha do tempo e o contexto contemporâneo no qual está inserido, já que a paisagem é um produto social, fruto da construção histórica e cultural em escala local ou regional. Podendo determinar a paisagem como um conceito que vai além do visível, com grande valor socioespacial, cultural, político, econômico, entre outros.

Toda paisagem apresenta característica própria, tem forma e marca que resultam da interação da sociedade com a natureza. A visão fisionômica da paisagem é a primeira aproximação da realidade, é a aparência; e cada paisagem cumpre uma função de acordo com as condições próprias do lugar, seja ela estética, política, estratégica, econômica, cultural, histórica, para permitir uma determinada organização e funcionalidade. (PUNTEL, 2012, p. 26).

Dessa maneira, cada paisagem admite uma lógica e uma dinâmica própria, apresentando a verificação de que os componentes espaciais visíveis, como a morfologia do terreno, a hidrografia ou a cobertura vegetal, passam por diferentes transformações partindo das ações e necessidades humanas, que assumem diferentes disposições, distribuições e associação da paisagem, podendo fazer com que ela seja mais ou menos lógica, como é exposto por Campar de Almeida (2006).

Santos (1998) afirma que o espaço é formado por uma realidade objetiva e é um produto social em permanente processo de transformação, imposto sobre a sociedade através do tempo, sendo a paisagem formada pelos fatos do passado e do presente, como resultado cumulativo do tempo.

SPOSITO e SILVA (2013) demonstram a classificação realizada por Roberto Lobato Corrêa acerca das pequenas cidades, “Corrêa (2007) demonstrou cinco possíveis padrões

funcionais para as cidades pequenas, nos primeiros anos do século XXI, podendo haver combinações entre essas das quais se citam” (SPOSITO e SILVA, 2013, p. 56).

1. prósperos locais centrais ligados às áreas submetidas à intensa industrialização do campo [...]; 2. pequenos centros funcionalmente especializados relacionados, sobretudo, à produção industrial de uma determinada mercadoria [...]; 3. cidades pequenas que foram transformadas em subúrbio e dormitórios [...]; 4. focos de concentração de trabalhadores agrícolas derivados do processo de modernização do campo, do aumento da concentração fundiária, etc; 5. núcleos dependentes de recursos externos que são típicos de áreas agrícolas muito pobres e esvaziadas demograficamente (SPOSITO e SILVA, 2013, p. 56)

ANDRADE e ALVES (2021) também trazem uma proposta classificatória para a escala regional sul mineira, para auxiliar na organização do próprio espaço dessas cidades.

1. pequenas cidades rurais de agricultura familiar
2. pequenas cidades rurais da Agricultura Comercial e Agronegócio
3. pequenas cidades com importantes atividades industriais
4. pequenas cidades turísticas: Estâncias Hidrominerais
5. pequenas cidades com desenvolvimento turístico atrelado aos recursos minerais
6. pequenas cidades dormitório

Metodologia utilizada

Para a realização deste trabalho foram realizadas análises de dados secundários, com a utilização da Plataforma SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática) para analisar variáveis como o Censo Demográfico, para analisar a dinâmica demográfica do município de Brazópolis, como a população por estrutura etária, religião, composição familiar, cultural e outros aspectos demográficos.

Bem como a realização de pesquisas empíricas no município, com observações na prática e registros fotográficos para compreender a paisagem do município com suas transformações e as rugosidades do espaço dadas pelos patrimônios tombados dentro da cidade e as questões socioespaciais a partir delas.

Análise dos resultados

Partindo da concepção de que o tamanho de uma cidade é calculado a partir de seu contingente populacional, para o termo de cidades pequenas, são denominadas aquelas que possuem até 20 mil habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2001). Porém, não há como classificar uma pequena cidade apenas por esse vetor, por conta de apresentarem maior complexidade do que apenas seu contingente populacional, como as transformações socioespaciais, as questões econômicas e sua relação na rede, e que são alterados conforme o contexto regional, histórico, cultural, econômico e social.

Assim, tratando da proposta de classificação de pequenas cidades, no contexto do município de Brazópolis é possível associar que o mesmo pode assumir classificação como uma pequena cidade dormitório dentro da rede de municípios vizinhos com deslocamentos populacionais de até trinta minutos (aproximadamente 50%) ou mais de duas horas (4,8%) para trabalhar.

Como uma pequena cidade, o tempo de deslocamento de um lado ao outro da cidade é de, aproximadamente 15 minutos, é afirmativo que 31,2% trabalham fora de Brazópolis.

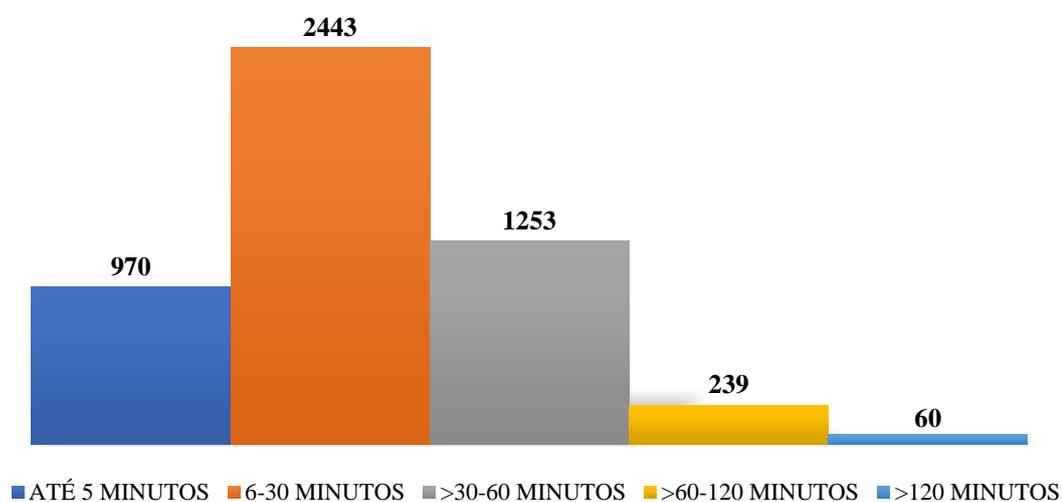


Gráfico 1 – Tempo de deslocamento para o trabalho pelos habitantes de Brazópolis-MG.

Fonte: IBGE (2010).

Partindo do conceito da paisagem dentro de uma pequena cidade, há certa padronização das materialidades observadas nessas, podendo classifica-las como apresentando uma configuração paisagística voltada ao rural. No município de Brazópolis

não é diferente, já que apesar de ter a distribuição da população rural e urbana bem equilibrada, com representação de 54% e 46%, respectivamente, do total.

Admitindo que, também, o município poderia assumir a classificação como uma pequena cidade rural com Agricultura Comercial, e também de Agricultura Familiar, porém, quando colocado em comparação com os demais setores da economia, é visto que a agropecuária representa apenas entre 9% e 19% da participação no Produto Interno Bruto (PIB) do município nos últimos 20 anos, com significativa diminuição da representação desse setor, com um comparativo de uma área plantada de 5.393 hectares no ano de 2001 e da redução desse número para 2.202 hectares em 2020.

Tratando do viés econômico, viabiliza observar que o setor que mais influencia a economia do município é a prestação de serviços, como comércio, serviços financeiros, escolas, hospitais, etc. O Setor Industrial demonstra certo decaimento em sua expressividade econômica no município, mesmo já não detendo alta representação. Quanto a Administração Pública, o setor apresenta crescimento, observado que dentre os anos de 2002 e 2019, houve somente crescimento em sua representação.

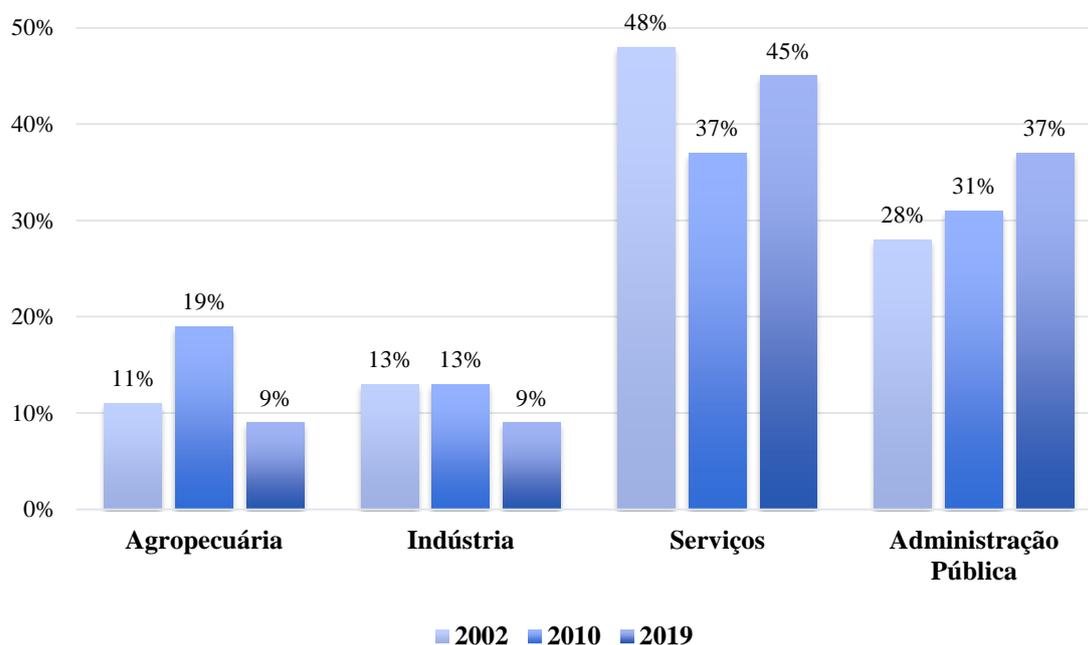


Gráfico 2 – PIB de Brazópolis em comparativo por setor da economia (2002, 2010, 2019).

Fonte: IBGE (2002, 2010, 2019).

O aumento do setor de prestação de serviços e significativa estagnação dos demais setores demonstra, juntamente com a análise sobre o tempo deslocamento da população para

o trabalho, grande saída de trabalhadores para as cidades vizinhas, como Itajubá, a qual apresenta grande centralidade na Região Imediata e, como uma cidade média, grande atração da população dessa região, tendo em vista uma maior disponibilidade de trabalhos e maior oferta de serviços.

Retomando a paisagem de uma pequena cidade, a importância dos patrimônios tombados na composição da paisagem é de grande valor, tendo em vista que houve incentivo do poder público em mantê-las restauradas.

Quadro 1 – Relação de bens tombados pelo poder público de Brazópolis-MG.

BENS IMÓVEIS/ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS E URBANÍSTICAS DESIGNAÇÃO/LOCALIZAÇÃO	TOMBAMENTO	INVENTÁRIO ANO/EXERC.
1. Conjunto Arquitetônico Calçamento de Pedra – Área Central do Município de Brazópolis	Tombamento Municipal – Decreto nº 010/2002; Inscrição no Livro de Tombo nº 02/2002	2002
2. Santuário de Nossa Senhora Aparecida – Praça de Nossa Senhora Aparecida	Tombamento Municipal – Decreto nº 010/2002; Inscrição no Livro de Tombo nº 01/2002	2002
3. Residência Dona Neusa – Rua Capitão Manoel Gomes - 20	Tombamento Municipal – Decreto nº 07/2006; Inscrição no Livro de Tombo nº 03/2004	2007
4. Igreja Matriz de São Caetano de Thiene - Praça dos Sagrados Corações - s/n	Tombamento Municipal – Decreto nº 011/2007; Inscrição no Livro de Tombo nº 07/2007	2007
5. Escola Municipal Coronel Francisco Braz – Rua Coronel Francisco Brás - 428	Tombamento Municipal – Decreto nº 003/2008; Inscrição no Livro de Tombo nº 08/2008	2008
6. Castelinho – Centro Cultural Pedro Gomes Neto – Rua Dr. Carlos Piolli Filho - 214	Tombamento Municipal – Decreto nº 008/2007; Inscrição no Livro de Tombo nº 04/2007	2007

7. Ponte de Ferro – Rua dos Ferroviários – s/n	Tombamento Municipal – Decreto nº 009/2007; Inscrição no Livro de Tombo nº 05/2007	2007
8. Casa Campos Silva – Rua Capitão Manoel Gomes, nº 443 e 449	Tombamento Municipal – Decreto nº 57/2019; Inscrição no Livro de Tombo nº 09/2019	2003
9. Imagem de São Caetano de Thiene – Praça dos Sagrados Corações.	Tombamento Municipal – Decreto nº 011/2002; Inscrição no Livro de Tombo nº 02/2002	2002

Fonte: Prefeitura Municipal (2022).

Sendo datados desde o século XIX, esses bens demonstram uma parte da história em que o município tinha maior destaque e importância do município no contexto regional, contextualizando, assim, com as características culturais dadas nesse período, com suas representações salientando o município com uma composição arquitetônica antiga, em que mesmo com significativa influência de construções modernas, há a marcante presença de prédios antigos, mesmo aqueles não tombados.



Figura 1 – Conjunto Arquitetônico Calçamento de Pedra.
Fonte: Arquivo pessoal, 2022.



Figura 2 – Santuário Nossa Senhora Aparecida.
Fonte: Arquivo pessoal, 2022.



Figura 4 – Igreja Matriz São Caetano de Thiene. Fonte: Arquivo pessoal, 2022



Figura 5 – Escola Municipal Coronel Francisco Braz.

Fonte: Arquivo pessoal, 2022.



Figura 6 – Castelinho.

Fonte: Arquivo pessoal, 2022.



Figura 7 – Ponte de Ferro.

Fonte: Arquivo pessoal, 2022.



Figura 8 – Casa Campos Silva.

Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Entendendo que quanto à espacialidade, 6 dentre os 9 bens paisagísticos tombados pelo patrimônio histórico estão localizados no centro do município de Brazópolis, e que na visão cultural são apresentados 3 patrimônios ligados à religião, mais especificamente ao catolicismo, representante de 92% das expressões religiosas municipais (IBGE, 2010).

Tendo em vista o percentual de reprodução do catolicismo e as ligações dos patrimônios históricos tombados, é demonstrado a importância da religiosidade para a população local, também classificada como um elemento da paisagem do município de Brazópolis-MG.

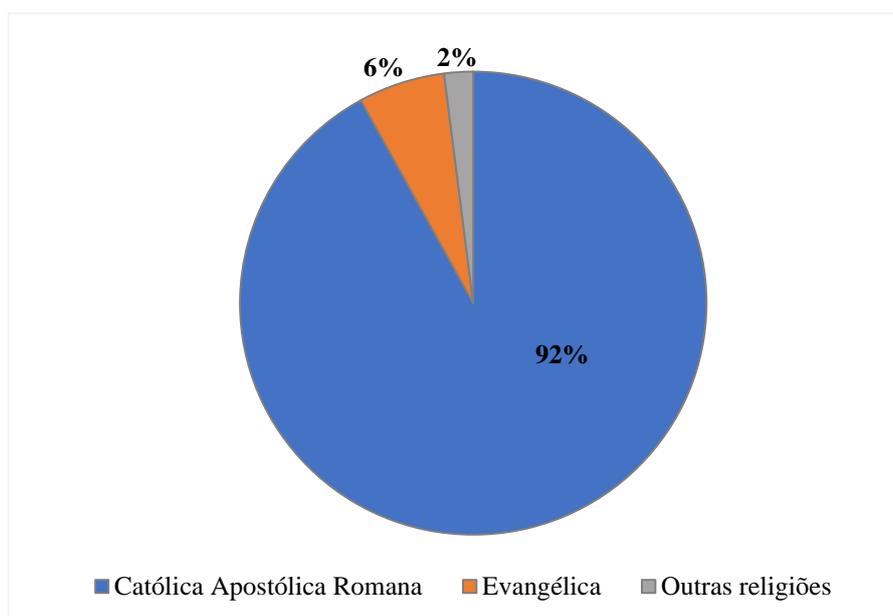


Gráfico 3 – Percentual populacional conforme a religião, Brazópolis-MG (2010).

Fonte: IBGE (2010).

Considerações finais

Portanto, as dinâmicas da paisagem de Brazópolis são apresentadas como representativas quando vistas na condição de uma pequena cidade, com determinados padrões e com patrimônios tendo grande representação socioespacial na história e cultura do município, principalmente sobre a religião, além da singularidade dada pela identidade da paisagem. É entendido, então, as rugosidades dessas construções, dada as alterações de significados e utilizações para alguns patrimônios, partindo do princípio que essas modificações de suas representações deram-se no espaço por diversos motivos, como interesses econômicos por parte de alguns em tornar parte ou eles como um todo em pontos comerciais visando o lucro e a utilização do imóvel. Outras apresentam significação cultural

tamanho que seguiram o tombamento e logo depois se demonstrou como uma área de importância para o município, como é o caso do Castelinho.

Como foi visto, existem lugares melhores preparados para determinadas inovações e avanços do que outros, e Brazópolis é um dos casos de lugares que não estão preparados, tendo em vista as questões administrativas do município, como disposição espacial e o despreparo da cidade para grandes investimentos e construções. Há, também, o ponto da falta de preparo da população, já que com o declínio demográfico é entendido com a estagnação da população mais velha na cidade e a saída dos jovens/adultos em busca de novas oportunidades e possibilidades (estudos, trabalhos, etc.). Pois mesmo que, por parte da população (geralmente mais jovem), os patrimônios representem uma sensação de atraso, como a presença de um arruamento de pedra, o município demonstra um cenário paisagístico com grande identidade, pela grande representatividade das antigas construções.

A estagnação econômica e o declínio demográfico, demonstram que o município não apresenta grande relevância na escala regional, fornecendo trabalhadores para as cidades limítrofes e não tendo especialização econômica. O declínio demográfico é dado partindo, justamente, da reestruturação urbana que cidades maiores passam, com a inserção de novos atrativos, tecnologias e serviços. As pequenas cidades apresentam esse padrão de declínio pela existência de maiores possibilidades, de estudo, de trabalho, de serviços e de entretenimento em centros maiores.

Referências

Artigos em Revistas

CUTI, A. F.; NAOUMOVA, N. A Paisagem da Cidade Pequena: variabilidade visual experienciada pelo caminhar. n.11, v.3. 2019. pág. 200.

Capítulo de Livro

CAMPAR DE ALMEIDA, A. (2006) Paisagens: um patrimônio e um recurso. In R. Jacinto & V. Bento (Eds.), *O interior raiano do Centro de Portugal. Outras fronteiras, novos intercâmbios* (pp. 31-42). In <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13165/1/Paisagens-%20um%20patrim%C3%B3nio%20e%20um%20recurso.pdf>

PUNTEL, G. A. A paisagem na geografia. In: VERDUM, R. et al.. (Org.). Paisagem: leituras, significados e transformações. 1ed.Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012, v. , p. 23-33.

VERDUM, Roberto. Perceber e conhecer paisagem. In VERDUM, Roberto et al. (Org.). Paisagem: leituras, significados e transformações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

p.15-22.

Livros

ACADEMIA BRAZOPOLENSE DE LETRAS E HISTÓRIA (Minas Gerais).

Brazópolis: 1901 – 2001. Paraisópolis: Miele, 2001. 250 p.

BRAZÓPOLIS. Belo Horizonte: Acaiaca, 1952.

CINTRA, E. P. *Do Litoral a Vargem Grande: Brasópolis, Aspectos Históricos Gerais.* Belo Horizonte: Mazza edições, 1995.

GUIMARÃES, Isa de Faria. **Logradouros de Brazópolis:** Histórico de suas Denominações. Brazópolis: Editora desconhecida, 2008. 452 p.

SANTOS, M. Espaço e método. 1985. cap. 4; p. 67. São Paulo: Edusp, 2012.

Sites

Brazópolis (MG). Site da Prefeitura Municipal. Disponível em:

<https://www.brazopolis.mg.gov.br/> Acesso em: 10 de março de 2022.

IBGE – Censo Demográfico 2010. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial> Acesso em: 11 de março de 2022.

IBGE – Estimativas populacionais. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> Acesso em: 11 de março de 2022.

Trabalhos em anais de evento

MAIA, D. S. Cidades pequenas: como defini-las? Apontamentos para o estudo sobre cidades pequenas. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 9, 2005, Manaus. Anais. Manaus, 18-21 out. 2005.

SOBRE OS AUTORES

Ana Rute do Vale: Doutora em Geografia [Licenciatura e Bacharelado], mestre e graduada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005), campus de Rio Claro. Atualmente, é docente do curso de Geografia do Instituto de Ciências da Natureza da Universidade Federal de Alfenas, atuando na graduação e pós-graduação. Foi Pró-Reitora Adjunta de Extensão na mesma instituição (2014-2018). É membro do GERES (Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais), que compõe a Rede de Estudos Agrários. Tem atuado em pesquisas na área de Geografia Agrária, principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar, agronegócio, questão de gênero, juventude rural, bairro rural, novas relações campo/cidade e rural/urbano, pluriatividade, educação do campo e questão agrária.

E-mail: ana.vale@unifal-mg.edu.br

André de Paula Silva: Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL- MG) 2012-2015. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas, atuando nas áreas de ensino de Geografia e Políticas Curriculares. Atualmente atua como professor regente de aulas em escola pública no Estado de Minas Gerais.

E-mail: andre.paula@sou.unifal-mg.edu.br

Diogo Vieira Camilo: Graduando em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Alfenas – MG. Membro do Núcleo de Estudos em Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar (NETASA-UNIFAL/MG).

E-mail: diogo.camilo@sou.unifal-mg.edu.br

Eduardo de Araujo da Silva: Graduado em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), Campus Poços de Caldas - MG. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Unidade Santa Clara, Alfenas – MG. Atualmente, doutorando em Geografia na Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FCT UNESP), Câmpus Presidente Prudente – SP.

E-mail: eduardosilva.geografia@gmail.com

Estevan Coca: Professor Adjunto do Instituto de Ciências da Natureza (ICN) (curso de Geografia), da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), onde é coordenador do curso de Licenciatura em Geografia, vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) e coordenador da área de Geografia do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). Leciona nos cursos de Bacharelado, Licenciatura e Mestrado em Geografia da Unifal-MG. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), da Universidade Estadual Paulista (Unesp). É doutor em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), da Unesp, campus de Presidente Prudente-SP, com período sanduíche no Institute for Resources, Environment and Sustainability (IRES), da Faculty of Land & Food Systems -

University of British Columbia (UBC), em Vancouver, no Canadá. cursou a graduação em Geografia e o mestrado em Geografia na FCT/Unesp. É membro do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES), da Unifal-MG, do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) da Unesp e da Rede DATALUTA Brasil. Atua como editor da Revista NERA, classificada como de nível A2 pelo sistema Qualis, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Também integra o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Tem experiência na área de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: soberania alimentar/segurança alimentar, desenvolvimento territorial, reforma agrária, assentamentos rurais, Agroecologia, Agricultura 4.0, políticas públicas.

E-mail: estevan.coca@unifal-mg.edu.br

Evânio dos Santos Branquinho: Possui bacharelado e licenciatura em Geografia (Universidade de São Paulo 1992), mestrado em Geografia Humana (Universidade de São Paulo 2001) e doutorado em Geografia Humana (Universidade de São Paulo 2007). Tem experiência na área de Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: (re)produção do espaço, segregação socioespacial, intervenção do estado, cotidiano e lugar. Leciona na Universidade Federal de Alfenas-MG desde 2008.

E-mail: evanio.branquinho@unifal-mg.edu.br

Felipe da Silva Vieira: Graduado em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e mestre em Geografia pela mesma instituição. Atualmente é doutorando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sendo bolsista pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Suas pesquisas estão relacionadas à Geografia Cultural, História do Pensamento Geográfico, Historiografias e Epistemologia.

E-mail: felipevieira95@gmail.com

Fernanda Araújo Silva: Graduada em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Foi bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq, em pesquisa em Geografia Agrária. É membro do GERES (Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais).

E-mail: fernanda.arj.sil@gmail.com

Flamarion Dutra Alves: Professor Associado II no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Alfenas-MG. Coordenador do PPGEO (2019-2021). Foi diretor do Instituto de Ciências da Natureza (2015-2017 e 2017-2019). Líder do Grupo de Pesquisa "Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais - GERES" da UNIFAL/MG. Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Integrante da Rede de Estudos Agrários-REA. Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2004). Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (2006). Doutor em Geografia (2007-2010) na área de concentração: Organização do Espaço pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Campus Rio Claro. Atua em pesquisas na área

de Geografia Agrária, História do Pensamento Geográfico, Relações campo-cidade, Cultura e Território.

E-mail: flamarion.dutra@unifal-mg.edu.br

Glaucione Raimundo: Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)-MG, possui graduação em Tecnologia em Gestão Ambiental pelo Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado- MG e em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) - MG. Membro do GERES (Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais) na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)- MG, tem atuado em pesquisas sobre Geografia Agrária, gênero e escravidão contemporâneo na cafeicultura da mesorregião sul/sudoeste de Minas Gerais.

E-mail: glaucionegeo2018@gmail.com

Guilherme Guiari Silva Correia: Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Alfenas –MG e participante do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES).

E-mail: guilherme.correia@sou.unifal-mg.edu.br

Gustavo Sousa Marinho: Graduado em Geografia Bacharelado (2016-2020), atualmente está se graduando em Geografia Licenciatura, ambos pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Atua e tem experiência na área de Geociências, com ênfase em geoprocessamento. Ultimamente tem se interessado em pesquisar sobre planejamento territorial. Atualmente é membro do Grupo de Pesquisas em Geodinâmica de Bacias Hidrográficas - GeoHidro. Compõe a diretoria da AGB Sessão Local Alfenas desde 2018. É membro do programa CREA-Minas Júnior, Núcleo Alfenas, desde abril de 2020. É Membro representante da Sociedade Civil na Comissão do Núcleo Gestor da Revisão do Plano Diretor Municipal de Três Pontas, Decreto nº 11.486, de 16 de dezembro de 2020.

E-mail: gustavo.marinho@sou.unifal-mg.edu.br

Italo Cheesman Barbosa Nascimento: Graduando em Geografia Bacharelado na Universidade Federal de Alfenas-MG. Realiza pesquisa na área de Geografia Agrária, buscando entender a dicotomia entre o rural e o urbano. Bolsista PIBIC CNPq. Integrante do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES).

E-mail: italo.barbosa@sou.unifal-mg.edu.br

Leandro Henrique Cunha Fermino: Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), bolsista de iniciação científica pela PROBIC-Af/UNIFAL-MG (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), sua linha de pesquisa tem ênfase em geografia humana, no âmbito de: geografia da população e geografia histórica, atua ainda, como diretor executivo da diretoria de recursos humanos da empresa GeoAtiva Jr e também consisti em ser discente representante no colegiado do curso de geografia bacharelado. Pertence também ao grupo de estudos GERES (Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais).

E-mail: leandro.fermino@sou.unifal-mg.edu.br

Letícia Almeida Araújo: Mestre em Geografia pelo Programa de Pós- Graduação de Geografia da Universidade Federal de Alfenas. (Bolsista CAPES). Orientadora: Ana Rute do Vale. Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Alfenas. É membro do GERES (Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais). Tem atuado em pesquisas na área de Geografia Agrária, principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar, questão de gênero no campo, novas relações campo/cidade, ruralidades, cidades pequenas, distritos, modificações no campo.

E-mail: araujo.leticia.almeida@gmail.com

Lucas Manoel: Doutorando em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Geografia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ-MG) (2019) e graduado em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) (2017). Atua como professor de educação básica na rede estadual de educação de Minas Gerais e em pesquisas acerca da pequena e média cidade, centralidade e regionalização.

E-mail: lucasgrutam@hotmail.com

Marcos Vinícius Brandão Mendes: Graduando em Geografia Bacharelado na Universidade Federal de Alfenas-MG, atua em pesquisas ambientais focado em mudanças climáticas e pesquisas socioespaciais de pequenas cidades.

E-mail: marcos.mendes@sou.unifal-mg.edu.br

Mariana Lima Nascimento: Graduada em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Alfenas – MG.

Mariana Romanzini Freire: Graduada em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Alfenas – MG. Mestranda em Geografia Universidade Federal de Alfenas – MG, integrante do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES). Bolsista do Projeto Identidade Sul Mineira.

E-mail: mariana.freire@sou.unifal-mg.edu.br

Matheus Vizoto de Lima Faria: Graduando em Geografia na UNIFAL-MG, com início em 2019. Bolsista pelo CNPq no período de 09/2021 – 08/2022.

E-mail: matheus.vizoto@sou.unifal-mg.edu.br

Renata Vieira de Melo: Graduada e Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Unidade Santa Clara, Alfenas – MG. Integrante do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES). Atualmente, doutoranda em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

E-mail: renata.vieirademelo78@gmail.com

Rodrigo de Paulo Souza e Silva: Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais. (UNIFAL-MG) - Linha de Pesquisa: Dinâmicas dos Espaços Rurais e Urbanos. Geógrafo Licenciado pela Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais. (UNIFAL-MG). Membro do Núcleo de Estudos em Trabalho,

Agroecologia e Soberania Alimentar (NETASA-UNIFAL/MG). Membro do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES-UNIFAL/MG).

E-mail: rodrigo.silva@sou.unifal-mg.edu.br

Sandra de Castro de Azevedo: Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2006) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2011). Atualmente é Professora Adjunta na Universidade Federal de Alfenas. Atuou na Secretaria Estadual de Ensino de São Paulo como professora de geografia do ensino fundamental II e Médio por dez anos e na - Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo como professora de geografia do ensino fundamental por dois anos. Atualmente desenvolve pesquisas na área de Ensino de Geografia, Educação do Campo, Formação de professores e Cidades Médias e Pequenas. Um de seus principais objetivos é ressaltar a sala de aula como espaço de transformação.

E-mail: sandra.azevedo@unifal-mg.edu.br

Thais de Cássia Silva Lemos: Graduada em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas-MG e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de São João del-Rei. Integrante do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES).

E-mail: thaisdecassiasilvalemos19@gmail.com

Walter Luiz Junior: Graduando em Geografia Bacharelado na Universidade Federal de Alfenas-MG, com ênfase em Geografia Humana. Membro do "Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais - GERES" da UNIFAL/MG. Atua com pesquisas com ênfase nas áreas de História da Geografia, Geografia Libertária, Geografia Crítica e Geografia Social. Bolsista de Iniciação Científica FAPEMIG.

E-mail: walter.luiz@sou.unifal-mg.edu.br

Wender da Silva Vitor: Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) na qual cursa atualmente o bacharelado em Geografia, possui o curso Técnico em Agropecuária pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) - Campus Machado (2015). Foi bolsista de Iniciação Científica pela (PIBIC)/CNPq. Orientadora: Ana Rute do Vale. É membro do GERES (Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais). Atualmente desenvolve pesquisa em Geografia Agrária, nos seguintes temas: educação do campo, bairro rural, agricultura familiar e as novas ruralidades existentes no campo, no qual pesquisa atualmente.

E-mail: wendervictor16@gmail.com